Carolina Cassia Batista Santos

NOVAS MODALIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: o trabalhador cooperado em Brasília-DF

CAMPINAS
2013

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Carolina Cassia Batista Santos

NOVAS MODALIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: O trabalhador cooperado em Brasília-DF

Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo (orientadora)

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA CAROLINA CASSIA BATISTA SANTOS, E ORIENTADA PELA PROF.ª DR.ª ANGELA MARIA CARNEIRO ARAÚJO.
CPG, 09/12/2013

CAMPINAS
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Marta dos Santos - CRB 8/5892

Sa59n

Santos, Carolina Cassia Batista, 1969-.
Novas modalidades de organização do trabalho : o trabalhador cooperado em Brasília-DF / Carolina Cassia Batista Santos. - - Campinas, SP : [s. n.], 2013.

Orientador: Angela Maria Carneiro Araujo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cooperativismo. 2. Economia solidária. 3. Relações de trabalho. 4. Cooperativas de reciclagem. I. Araujo, Angela Maria Carneiro, 1952- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: New methods of work organization : labor cooperatives in Brasilia-DF
Palavras-chave em inglês:
Cooperation
Solidarity economy
Labor relations
Recycling cooperatives
Área de concentração: Trabalho, Política e Sociedade
Titulação: Doutora em Ciências Sociais
Banca examinadora:
Angela Maria Carneiro Araujo [Orientador]
Christiane Girard Ferreira Nunes
Magda de Almeida Neves
Jacob Carlos de Lima
Miguel Juan Bacic
Data da defesa: 09-12-2013
Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

UNICAMP

Tese de Doutorado

Carolina Cassia Batista Santos

NOVAS MODALIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: O trabalhador cooperado em Brasília-DF

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais, sob a orientação do Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 09 / 12 / 2013.

Comissão Julgadora:

Titulares

Profª. Drª. Angela Maria Carneiro Araújo (orientadora)

Profª. Drª. Cristiane Girard Ferreira Nunes

Prof. Dr. Jacob Carlos de Lima

Prof. Dr. Miguel Juan Bacic

Profª. Drª. Magda Maria Bello de Almeida Neves

Suplentes:

Profª. Drª. Liliana Rolfsen Petrili Segnini

Profª. Drª. Sonia Marise Salles Carvalho

Prof. Dr. Gustavo Luis Gutierrez

20140051146

Campinas

Dezembro de 2013

RESUMO

Esta tese problematiza o fenômeno recente da eclosão de cooperativas de trabalho no Brasil. Direcionamos a investigação para o estudo da realidade de trabalhadores excluídos do modelo de emprego formal que buscam trabalho e renda, participando de cooperativas de trabalho na cidade de Brasília, Distrito Federal, haja vista que tais cooperativas vêm se configurando como "novas" ou "renovadas" modalidades de organização do trabalho.

Pretendeu-se com a pesquisa apreender como os trabalhadores e trabalhadoras pobres, que participam de cooperativas de trabalho em Brasília, expressam, por meio do discurso e das práticas sociais, suas percepção e compreensão sobre o trabalho cooperado, identificando possíveis desdobramentos das práticas de cooperação e de autogestão na melhoria das suas condições de vida e na incorporação de mudanças nas relações que os trabalhadores constroem entre si, com a sociedade, com o Estado e com o mercado.

Os informantes da pesquisa foram trabalhadores e trabalhadoras oriundos de setores pauperizados, que participavam das cooperativas de trabalho no Distrito Federal, especialmente as de catadores de materiais recicláveis. A coleta de dados empíricos desenvolveu-se basicamente em quatro momentos: mapeamento das cooperativas de trabalho existentes no Distrito Federal, com a intenção de selecionar aquelas que correspondessem ao perfil de inserção social; entrevistas qualitativas com quinze dirigentes de cooperativas selecionadas a partir do mapeamento; aplicação de questionários de perfil socioeconômico aos trabalhadores de três cooperativas de catadores de materiais recicláveis, selecionadas dentre as quinze, com a finalidade de desenvolver um estudo em profundidade; e entrevistas qualitativas com vinte e cinco trabalhadores selecionados das três cooperativas estudadas.

Os resultados de pesquisa, apropriados especialmente por meio dos diferentes discursos dos catadores e catadoras, demonstram que estes e estas compreendiam o trabalho cooperado como aquele que: a) lhes possibilita a melhoria de renda e condições de trabalho comparado à labuta individual ou autônoma; b) lhes proporciona, além da melhoria de renda e condições de produção, melhorias também na vida pessoal, como mudanças nas relações domésticas e na relação com a comunidade; c) se apresenta apenas como uma alternativa de sobrevivência em condições de extrema necessidade, não sendo o tipo de trabalho desejável, considerando que estar empregado no mercado formal seria o trabalho ideal.

PALAVRAS-CHAVES: Cooperativismo. Economia solidária. Relações de trabalho. Cooperativas de reciclagem

ABSTRACT

This thesis discusses the recent phenomenon of the emergence of labor cooperatives in Brazil. We orient the research to the study of the reality of workers excluded from the model of formal employment, seeking employment and income by participating in labor cooperatives in Brasilia, Federal District, given that such cooperatives have become increasingly "new" or "renewed" forms of work organization.

The aim of this study was to learn how poor workers, who participate in labor cooperatives in Brasilia express, through discourse and social practices, their perception and understanding on labor cooperatives, identifying possible outcomes of cooperation and self-management practices in improving their living conditions and the incorporation of changes in the relationships that they build with each other, with society, with the state and with the market.

The study participants were male and female workers from impoverished sectors, who participate in labor cooperatives in the Federal District, especially collectors of recyclable materials. Empirical data were collected in four stages: mapping of labor cooperatives in the Federal District, with the intent of selecting those that correspond to the profile of social inclusion, qualitative interviews with fifteen cooperative leaders selected from the mapping; application of socioeconomic profile questionnaires to workers of the three selected cooperatives of collectors of recyclable materials in order to develop an in-depth study, and qualitative interviews with twenty-five workers selected from the three cooperatives under study.

The research results, obtained from the different discourses of collectors of recyclable materials, demonstrate that they perceive labor cooperatives as those that: a) enable them improved income and working conditions compared to alone or unattended work; b) give them, besides improved income, production conditions, improvements in personal life and changes in domestic and community relations, c) are presented only as a means of survival in conditions of extreme necessity, far from being the desirable type of work, considering that being employed in the formal sector would be the ideal job.

KEYWORDS: Cooperation. Solidarity economy. Labor relations. Recycling cooperatives

SUMÁRIO

Resumo vii

Abstract ix

Sumário xi

Dedicatória xv

Agradecimentos xvii

Lista de Tabelas xix

Lista de Quadros xxiii

Relação de Anexos xxv

Lista de Siglas e Abreviaturas xxvii

Introdução 1

Metodologia da Pesquisa 6

Processo exploratório da pesquisa: o mapeamento das cooperativas do Distrito Federal 14

Pesquisa de campo: investigando as cooperativas de inserção social 23

Capítulo 1 – “Novas” modalidades de organização do trabalho: tendências que se expressam no debate em curso 31

1.1 A desregulamentação das relações de trabalho e seus desdobramentos sobre a questão social 33

1.2 “Novas” modalidades de organização do trabalho: as diferentes análises sobre o cooperativismo e a economia solidária 48

Capítulo 2 – As cooperativas de trabalho no Brasil e em Brasília 75

2.1 A questão do trabalho e geração de renda: a alternativa das 77

cooperativas de trabalho no Brasil

2.2 O cooperativismo em Brasília, a cidade capital 95

Capítulo 3 – Cooperativismo e práticas solidárias: a percepção dos e das dirigentes 115

3.1 Origem e perfil das cooperativas 117

3.1.1 Caracterização, origem e estrutura das cooperativas 120

3.1.2 Perfil e formação dos trabalhadores das quinze cooperativas pesquisadas 138

3.2 A percepção dos dirigentes sobre direito, condições e relações de trabalho 147

3.3 A percepção dos e das dirigentes sobre o cooperativismo, a organização e gestão da cooperativa 159

3.4 Sustentação econômica das cooperativas e relações com o mercado, a sociedade e o Estado 180

Capítulo 4 – O trabalho em cooperativa de catadores em Brasília: a percepção dos trabalhadores 197

4.1 Perfil dos trabalhadores das três cooperativas estudadas 199

4.1.1 Relações e vínculos com o mercado de trabalho 215

4.1.2 Direito sociais, condições de trabalho e participação na cooperativa 225

4.1.2.1 Direitos sociais dos cooperados 225

4.1.2.2 Condições de trabalho na cooperativa 229

4.1.2.3 Participação na cooperativa. 233

4.2 Percepção dos trabalhadores sobre cooperativismo, relações de trabalho e organização da cooperativa 238

4.3 Percepção dos trabalhadores sobre diretos sociais, cidadania e participação política 253

4.4 Mudanças culturais e políticas incorporadas pelos cooperados e cooperadas nas práticas cotidianas 267

Conclusões 283

Referências Bibliográficas 289

Anexos 301

A minha mãe e maior incentivadora, Antônia Amazonas Batista dos Santos

In memoriam

A meu irmão e herói, Kassius Antonio Batista Santos

In memoriam

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Angela Maria Carneiro Araújo, pelo profissionalismo, sapiência e paciência

A minha família, especialmente aos meus filhos, Carina Di Cassia e Giordano Bruno, que tantas vezes privaram-se da minha companhia em prol da tese

A minha querida sobrinha, Catarina Ágata Santos Pereira, pelo apoio em vários momentos da realização deste trabalho

Aos professores membros da banca examinadora que aceitaram ser partícipes deste processo

A Cristiane Bonfim Fernandez, amiga que muito me estimulou nos momentos mais difíceis dessa jornada

A Liliane Santos da Purificação Mendes, colega e grande colaboradora no árduo processo de pesquisa de campo e sistematização dos dados

A Dayane Cristina Moreira Xavier, Daniel Berquó Gomes e Marcela Reis da Silva, colaborados na coleta de dados

Às estudantes de Serviço Social Deisi Anne Custódio, Natália Pereira Caixeta, Patrícia Nunes, Luana Dalposso e à Assistente Social Jamile Zgiet, colaboradoras na sistematização e organização dos dados

A minha querida amiga e colega, assistente social Marize Thury de Oliveira Handeh, pelos sábios conselhos

A minha querida colega de doutorado da UNICAMP, Professora Angela Maria Lima, companheira de estudos e também grande incentivadora

Aos informantes da pesquisa, cuja contribuição foi essencial para a concretização deste trabalho

Aos colegas da UnB, professores e funcionários, que me permitiram quatro anos de liberação de minhas atividades acadêmicas para a realização do doutorado, especialmente aos membros da gestão “Renovar o SER”, Ailta Barros de Souza, Cristiano Guedes de Souza e Lucélia Luiz Pereira, pelos árduos desafios à frente do Departamento de Serviço Social da UnB e pela mútua colaboração

A minha querida colega e orientadora de mestrado, Denise Bomtempo Birche de Carvalho, meu modelo de gestora e quem sempre me incentivou a trilhar novos caminhos na gestão universitária

Às colegas da gestão do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), Marcia de Melo Martins Kuyumjian, Maria Terezinha Silva (Tereza), Lucila Souto Mayor e Cristiane Moreira Gomes, exemplos de gestoras comprometidas com a universidade e companheiras dos desafios à frente do DAC

E, finalmente, agradecimentos especiais as minhas queridas colegas e amigas do SER, Prof.ª Dr.ª Silvia Cristina Yannoulas e Domingas Teixeira Carneiro, pelo carinho e apoio.

LISTA DE TABELAS

TABELA	NOME	PÁGINA
Tabela 1	Cooperativas de trabalho excluídas da listagem por ramo - DF 2006/2007	14
Tabela 2	Ramo das cooperativas excluídas da listagem – DF 2006/2007	16
Tabela 3	Cooperativas excluídas da listagem por falta de contato – DF 2006/2007	17
Tabela 4	Situação das cooperativas contatadas para pesquisa – DF 2006/2007	18
Tabela 5	Situação geral de exclusão das cooperativas da listagem – DF 2006/2007	19
Tabela 6	Especificação das cooperativas contatadas para pesquisa por ramo de trabalho/produção – DF 2006/2007	19
Tabela 7	Atividades desenvolvidas pelas cooperativas contatadas para pesquisa – DF 2006/2007	20
Tabela 8	Ano de fundação/criação das cooperativas contatadas para pesquisa – DF 2006/2007	21
Tabela 9	Número de cooperados das cooperativas contatadas para pesquisa – DF 2006/2007	21
Tabela 10	Grau de informalidade: RMs – Pnad e PME (em %)	43
Tabela 11	Quantidade de empreendimentos de Economia Solidária por ano de criação no Brasil	91
Tabela 12	Forma de organização dos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil	92
Tabela 13	Distrito Federal por grupos de Regiões Administrativas segundo as faixas de Renda Per Capita Mensal – 2004	100
Tabela 14	Taxa Percentual de Desemprego no Distrito Federal no Período de 1992 a 2009	102
Tabela 15	Distribuição dos responsáveis pelos domicílios por setor de atividade remunerada no Distrito Federal - 2011	104
Tabela 16	População Ocupada segundo os Setores de Atividades - Distrito Federal - julho de 2008	105
Tabela 17	Quantidade de empreendimentos por município no Distrito Federal	109
Tabela 18	Quantidade de empreendimentos de Economia Solidária por ano de criação no Distrito Federal	110
Tabela 19	As 20 Atividades Econômicas que mais aparecem nos empreendimentos no Distrito Federal	111
Tabela 20	Forma de organização dos empreendimentos de Economia Solidária no Distrito Federal	111
Tabela 21	Cargo ocupado por tempo e sexo do/da dirigente da cooperativa em dados absolutos – DF 2007/2008	117
Tabela 22	Tipo de cooperativa e atividade desenvolvida nas cooperativas pesquisadas em dados absolutos – DF 2007/2008	121
Tabela 23	Ano de criação e número de cooperados das cooperativas pesquisadas em dados absolutos – DF 2007/2008	127
Tabela 24	Locais de procedência dos entrevistados em % – DF 2008	200
Tabela 25	Idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	201

Tabela 26	Estado civil por idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	203
Tabela 27	Estado civil por número de filhos e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	204
Tabela 28	Quantidade por idade escolar dos filhos dos entrevistados e sexo em % – DF 2008	204
Tabela 29	Onde e com quem ficam os filhos enquanto os pais trabalham por sexo dos entrevistados em % – DF 2008	205
Tabela 30	Escolaridade por idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	206
Tabela 31	Condição de propriedade da moradia por estado civil dos entrevistados em % – DF 2008	207
Tabela 32	Tipo de construção por condições de propriedade da moradia dos entrevistados em % – DF 2008	208
Tabela 33	Quantidade de pessoas que vivem na moradia por estado civil e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	209
Tabela 34	Quantidade de pessoas que contribuem para o sustento da família, além do entrevistado, por quantidade de moradores no domicílio e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	210
Tabela 35	Maior renda por número de filhos e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	210
Tabela 36	Renda familiar por número de pessoas na família ou na moradia e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	211
Tabela 37	Renda familiar por aqueles que contribuem para o sustento da família e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	212
Tabela 38	Renda pessoal por renda familiar e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	212
Tabela 39	Renda pessoal por outras fontes de renda e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	213
Tabela 40	Tempo de trabalho dos entrevistados das três cooperativas pesquisadas em % – DF 2008	215
Tabela 41	Tempo de trabalho na COOPAMBIENTAL por sexo e idade dos entrevistados em % – DF 2008	216
Tabela 42	Tempo de trabalho na COORECICLARTE por sexo e idade dos entrevistados em % – DF 2008	216
Tabela 43	Tempo de trabalho na COORECOMEÇO por sexo e idade da dos entrevistados em % – DF 2008	217
Tabela 44	Motivo de trabalhar na cooperativa por idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	217
Tabela 45	Curso realizado por idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	219
Tabela 46	Por que não realizou algum curso por idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	220
Tabela 47	Trabalho anterior ao da cooperativa informado pelos entrevistados em % – DF 2008	221
Tabela 48	Atividade formal por idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	221
Tabela 49	Atividade informal dos entrevistados em % – DF 2008	222
Tabela 50	Tempo de permanência no último trabalho dos entrevistados em % – DF 2008	222
Tabela 51	Motivo para o entrevistado sair do último trabalho em % – DF 2008	223
Tabela 52	Tempo que o entrevistado ficou sem trabalho em % – DF 2008	224

Tabela 53	Por que o entrevistado não contribui com a previdência social em % – DF 2008	226
Tabela 54	De quem o entrevistado recebe auxílio financeiro em caso de doença em % – DF 2008	228
Tabela 55	Solução para problemas de saúde dos entrevistados em % – DF 2008	228
Tabela 56	Carga horária diária por renda pessoal e sexo dos entrevistados em % – DF 2008	229
Tabela 57	Carga horária diária por renda pessoal e sexo dos entrevistados da COORECOMEÇO em % – DF 2008	230
Tabela 58	Carga horária diária por renda pessoal e sexo dos entrevistados da COOPAMBIENTAL em % – DF 2008	230
Tabela 59	Carga horária diária por renda pessoal e sexo dos entrevistados na COORECICLARTE em % – DF 2008	231
Tabela 60	Segurança no trabalho dos entrevistados em % – DF 2008	231
Tabela 61	Uso do equipamento de segurança dos entrevistados em % – DF 2008	232
Tabela 62	Participação dos entrevistados nas reuniões/assembleias em % – DF 2008	233
Tabela 63	Motivo do entrevistado para não participar das reuniões/assembleias em % – DF 2008	234
Tabela 64	Conhecimento dos entrevistados sobre a origem da cooperativa em % – DF 2008	239

LISTA DE QUADROS

QUADRO	NOME	PÁGINA
Quadro 1	Tipo de cooperativa, atividade desenvolvida, ano de criação e número de cooperados ou famílias das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	120
Quadro 2	Motivo da formação e instituição impulsionadora da criação das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	125
Quadro 3	Galpão/Instalações, propriedade e equipamentos das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	130
Quadro 4	Parcerias e afiliações das cooperativas pesquisadas **–** DF 2007/2008	134
Quadro 5	Faixa etária, participação por sexo e escolaridade dos trabalhadores das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	138
Quadro 6	Formação/capacitação, participação dos trabalhadores em cursos e entidades promotoras das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	141
Quadro 7	Distribuição variada dos ganhos, ganhos diferenciados da diretoria e rateio das sobras nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	147
Quadro 8	Contribuição previdenciária, descanso remunerado e rateio de fim de ano nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	150
Quadro 9	Riscos de acidentes e segurança no trabalho nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	156
Quadro 10	Número de diretores, relação entre diretoria e cooperados, responsabilidade e cobrança na execução de tarefas nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	163
Quadro 11	Formas de tomadas de decisões, participação dos cooperados e formas de gestão nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	167
Quadro 12	Divisão do trabalho e jornada de trabalho nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	171
Quadro 13	Faturamento médio e fundos das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	181
Quadro 14	Potencialidades e avanços, desafios e dificuldades nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008	193

RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO	NOME	PÁGINA
Anexo 1	Listagem com 116 cooperativas de trabalho e/ou produção compiladas	303
Anexo 2	Roteiro das entrevistas qualitativas aplicadas aos quinze dirigentes das cooperativas pesquisadas	317
Anexo 3	Questionário quantiqualitativo aplicado aos trabalhadores das três cooperativas pesquisadas	323
Anexo 4	Roteiro das entrevistas qualitativas aplicadas aos trabalhadores das três cooperativas pesquisadas	327
Anexo 5	Termo de consentimento livre e voluntário	329

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCOOP	Associação Brasileira de Cooperativas
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAIXA	Caixa Econômica Federal
Cáritas Brasileira	Rede da Igreja Católica de Atuação Social
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CENTCOOP	Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEPLAN	Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CONESA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DF	Distrito Federal
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DNRC	Departamento Nacional de Registro Comercial
EAFs	Entidades de Apoio e Formação
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EPCs	Equipamentos de Proteção Coletiva
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador

FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FSM	Fórum Social Mundial
GDF	Governo do Distrito Federal
GFAC	Gerência de Fomento ao Associativismo e Cooperativismo
GFAC/STb	Gerência de Fomento ao Associativismo e Cooperativismo / Cooperativismo da Secretaria do Trabalho do Distrito Federal
GT	Grupo Técnico
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCO	International Communications Consultancy Organisation
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITCPs	Incubadoras de Tecnologias e de Cooperativas Populares
JK	Juscelino Kubitschek de Oliveira
MNMMR	Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua
MPE	Micro e Pequenas Empresas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCB/DF	Organização das Cooperativas Brasileiras – Distrito Federal
OCDF/OCB	Organização das Cooperativas do Distrito Federal / Organização das Cooperativas Brasileiras – Unidade do Distrito Federal
OCES	Organização das Cooperativas Estaduais
ONG	Organização Não-Governamental
ONGs	Organizações Não-Governamentais

OS	Organização Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PADRS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PED-DF	Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROCOOP	Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Cooperativismo
Pró-DF	Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável
PT	Partido dos Trabalhadores
RA	Região Administrativa
RAs	Regiões Administrativas
RMs	Regiões Metropolitanas
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAI	Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAES/MTE	Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SETRAB	Secretaria de Estado de Trabalho

SIES	Sistema de Informações da Economia Solidária
SLU	Serviço de Limpeza Urbana
SM	Salário Mínimo
SOS	*Save Our Souls*
STb/DF	Secretaria do Trabalho do Distrito Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UCB	Universidade Católica de Brasília
UnB	Universidade de Brasília
UNICAFES	União Nacional da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNISOL Brasil	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil do Brasil
UNISOL Cooperativas	União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UNITRABALHO	Rede Universitária e Sindical Nacional
UNITRABALHO	Rede Universitária Nacional

INTRODUÇÃO

O estudo acerca das "novas"[1] modalidades de organização do trabalho aborda a diversidade e a descontinuidade das atividades exercidas por um largo contingente de trabalhadores que está fora do mercado formal ou do modelo padrão de emprego, seja como resultado da "velha" ou da "nova" pobreza. Considerando-se que, o grupo oriundo da "velha" pobreza é assim denominado para especificar aqueles que, historicamente e por gerações, permanecem à margem dos setores produtivos mais dinâmicos. Os trabalhadores que compõem o grupo oriundo da "nova" pobreza são aqueles que foram recentemente expulsos do mercado de trabalho em consequência da reestruturação produtiva.

A alternativa das cooperativas de trabalho tem sido apontada por muitos como uma solução possível, a curto e médio prazos, para superação da condição de desemprego e da ameaça de suplantação do modelo de emprego formal de tempo integral, que advém das transformações do mundo do trabalho. Desse modo, essas cooperativas se configurariam como "novas" modalidades de organização do trabalho.

Este estudo trata de trabalhadores e trabalhadoras excluídos do modelo de emprego formal/padrão que buscam trabalho e renda por meio da participação em cooperativas de trabalho, especialmente aquelas com perfil de inserção social, na cidade de Brasília - Distrito Federal, considerando a realidade vivenciada por eles e elas, assim como sua compreensão sobre o trabalho em cooperativa.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, partiu-se inicialmente de três questões motivadoras, levando-se em consideração tanto o debate sobre as políticas públicas voltadas para o trabalho e geração de renda como a condição do trabalhador que participa de empreendimentos de autogestão, associativos,

[1] O termo "novas" encontra-se entre aspas considerando-se que as cooperativas de trabalhadores, atualmente tratadas como as que estruturam novas relações de trabalho (diferentemente dos empreendimentos que seguem o modelo formal/padrão de emprego), na realidade, não são tão novas, estão historicamente presentes no modo de produção capitalista, manifestando-se em maior ou menor intensidade dependendo das condições sócio-históricas e conjunturais favoráveis, podendo apresentar elementos novos em sua constituição ou organização.

cooperados ou solidários no Brasil e em Brasília, a saber:

- O Estado fomenta o cooperativismo, transferindo suas responsabilidades de ampliação das políticas públicas de geração de trabalho e renda para a sociedade civil, por meio da criação de iniciativas baseadas em relações de cooperação, solidariedade e de autogestão?

- Essas iniciativas fundamentam-se em teorias ou ideologias anticapitalistas ou são formas de inserção/reinserção[2] social de trabalhadores excluídos do modelo formal/padrão de emprego?

- Os trabalhadores cooperados ainda mantêm as relações de emprego formal/padrão como referência de suas práticas ou incorporam as relações pautadas na autogestão e responsabilização coletiva?

A partir dessas questões, buscou-se o recorte do objeto e a definição dos objetivos (principal e secundários) da pesquisa.

A aproximação com o campo de pesquisa possibilitou o recorte do objeto de estudo que se resumia na compreensão sobre o trabalho cooperado expressa por trabalhadores e trabalhadoras pobres que participam de cooperativas de trabalho e/ou de produção[3] em Brasília.

O objetivo central da pesquisa era, portanto, apreender como os

[2] Muitos autores utilizam o termo inserção social associado por oposição ao de exclusão social e como sinônimo de inclusão social, categoria que se tornou usual a partir das recentes transformações do mundo do trabalho, que tiveram como uma de suas consequências a exclusão de muitos trabalhadores do mercado de trabalho pelo desemprego e pela extinção de postos de trabalho. No entanto, o sentido de inserção ou reinserção social que aqui adotamos vai além da mera inclusão dos socioeconomicamente excluídos do mercado, refere-se, sobretudo, a iniciar processos que permitam a trabalhadores (pessoas, famílias e grupos sociais) em situação de exclusão social ou de pobreza terem acesso aos direitos de cidadania e de participação social, assim como, a instituições disponibilizarem meios de acesso a esses direitos e participação (RODRIGUES et al, 1999, p. 79).

[3] Vários autores fazem referência indiscriminada às cooperativas de trabalho e às cooperativas de produção como se fossem sinônimas. Lima (2004) comenta que as definições de cooperativas de trabalho e de produção industrial não são muito precisas. Para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), as de trabalho reuniriam diversos tipos de profissionais para a prestação de serviço para terceiros e as de produção industrial organizariam a produção como um todo, tal qual uma fábrica comum, onde o produto final é resultado do trabalho coletivo. Contudo, do ponto de vista jurídico, a cooperativa de produção seria um tipo ou uma variante da cooperativa de trabalho, pois esta presta serviços a tomadores (desses serviços) ou produz bens (PERIUS, 1997; 2001). Desta forma, nesta tese damos preferência à utilização do termo cooperativismo de trabalho por considerá-lo mais abrangente que cooperativismo de produção, conforme Lima (2004). O debate conceitual sobre o cooperativismo de trabalho será tratado no capítulo 1 desta tese.

trabalhadores e trabalhadoras pobres, que participam de cooperativas de trabalho em Brasília, expressam, por meio do seu discurso e das suas práticas sociais, sua compreensão sobre o trabalho cooperado, identificando possíveis desdobramentos das práticas de cooperação, solidariedade e/ou autogestão na melhoria das suas condições de vida e na incorporação de mudanças nas relações que esses trabalhadores constroem entre si, com a sociedade, com o Estado e com o mercado. Para tanto, era necessário:

- Compreender o processo de organização e a configuração das relações de trabalho nas cooperativas estudadas, pela verificação da relação de correspondência aos princípios do cooperativismo (adesão livre e voluntária; gestão democrática e participação econômica dos sócios; independência e autonomia das cooperativas; educação e formação; intercooperativismo; e preocupação com a comunidade).

- Identificar como e se as relações baseadas na autogestão e na responsabilização coletiva estão incorporadas ao discurso e às práticas dos trabalhadores cooperados, considerando-se os vínculos que os trabalhadores estabelecem entre si e com o trabalho;

- Apreender como e se as alterações nas relações de trabalho e a concomitante instabilidade socioeconômica (devido à instabilidade dos ganhos reais) afetam as expectativas que os cooperados têm quanto ao cooperativismo, considerando suas necessidades de sobrevivência econômica e capacidades de superação do desemprego, assim como as possibilidades de êxito ou não dessas cooperativas;

- Identificar, por meio da expressão discursiva, a compreensão dos trabalhadores sobre a regulação do trabalho, em relação ao direito do trabalhador, e sobre a noção de diretos sociais e cidadania, investigando a forma como essas questões se articulam com seus interesses no plano da vida cotidiana;

- Investigar as articulações dos grupos de cooperados com as redes de solidariedade, entidades da sociedade civil e/ou órgãos governamentais (que dão suporte à infraestrutura de produção e circulação das mercadorias e/ou que prestam assessorias à movimentação financeira e ao funcionamento jurídico das cooperativas).

Estabelecidos os objetivos e baseados nos debates realizados acerca da temática, percebemos que a eclosão de cooperativas de trabalho no Brasil (e em Brasília) poderia estar estruturada em ações decorrentes de diversas iniciativas advindas: dos próprios trabalhadores; dos movimentos sociais; de sindicatos e organismos não governamentais; de órgãos governamentais; e do próprio setor empresarial.

O desenvolvimento da pesquisa, ao considerarmos tanto o aprofundamento da literatura sobre o tema como o contato com a realidade específica, conduziu-nos à conversão de nossos questionamentos iniciais em duas hipóteses inter-relacionadas, quais sejam:

1. As organizações de trabalho cooperadas caracterizam-se fundamentalmente pela heterogeneidade de suas práticas e, sendo assim, no seu interior há a possibilidade tanto de práticas democráticas quanto de práticas autoritárias e conservadoras. A incorporação da compreensão dos ideais do cooperativismo e de autogestão pelos trabalhadores vai depender da constituição e da autonomia de cada grupo e da sua identificação com um projeto social e político mais amplo.

2. A trajetória histórica e as relações constituídas em cada grupo podem propiciar mudanças na compreensão do significado do trabalho cooperado pelos trabalhadores. Portanto, esses trabalhadores podem expressar, em suas práticas cotidianas, o rompimento com as relações de trabalho tradicionais capitalistas ou, ao contrário, podem perpetuar práticas que reproduzem essas relações a depender da forma como as relações de cooperação e participação na gestão estabelecem-se nas próprias cooperativas.

A formulação dessas hipóteses possibilitou o desenvolvimento das etapas

da pesquisa com maior clareza acerca da abordagem analítica pretendida. As etapas e procedimentos metodológicos da pesquisa serão descritas no próximo item.

A tese se estrutura em duas partes. A primeira corresponde à construção da pesquisa e ao corpo teórico da tese, e a segunda refere-se à análise dos dados da pesquisa empírica. O texto está dividido em dois capítulos iniciais que tratam da composição do tema e dois finais que tratam da análise sobre as cooperativas de trabalho e seus trabalhadores em Brasília, além da introdução e das conclusões.

METODOLOGIA DA PESQUISA

As fases desta pesquisa obedeceram à organização do ciclo da pesquisa social exposto por Minayo (1994, p. 26), qual seja: a fase exploratória da pesquisa; o trabalho de campo; e o tratamento do material recolhido (ordenação, classificação e análise dos dados).

Cabe ressaltar que, nesta pesquisa, essas fases não se realizaram de forma estanque, pois, no ciclo da pesquisa, elas estão dialeticamente articuladas, podendo ocorrer ações simultâneas das diferentes fases.

Na fase exploratória da pesquisa, cuja preocupação central foi a construção do processo de investigação, procedeu-se a: elaboração das indagações; aproximação com o campo; definição do recorte da pesquisa; descrição do objeto; elaboração do quadro teórico de referência; exploração do campo da pesquisa; elaboração dos instrumentais de coleta de dados, ou melhor, o estabelecimento da metodologia apropriada para a pesquisa de campo e análise de dados.

No desenvolvimento da fase de campo, foram utilizadas prioritariamente metodologias da pesquisa qualitativa que tornaram possível a aproximação dos elementos teóricos e práticos que compõem o tema, assim como a interpretação do objeto de estudo. Todavia, a utilização prioritária de metodologias qualitativas não excluiu a utilização também de instrumental de coleta e tratamento de dados quantitativos, que serviram de apoio para a apreensão dos elementos que circunscrevem o objeto. Na pesquisa de campo, os principais instrumentos utilizados foram: a entrevista, a observação, o questionário, o diário de campo e a documentação.

Finalmente, na fase de tratamento do material da pesquisa de campo, o conjunto de informações coletadas foi compilado, sistematizado e submetido à análise de conteúdo.

Apesar da sucinta descrição da estrutura metodológica da pesquisa exposta acima, o processo de construção do conhecimento não foi tão simples. Estudar as cooperativas no Distrito Federal exigiu árdua exploração do campo pela dificuldade de acesso a dados relativos ao conjunto das cooperativas e

empreendimentos solidários. Todas as etapas vivenciadas na pesquisa, incluindo as dificuldades enfrentadas, serão detalhadamente descritas a seguir.

A coleta de dados da pesquisa estruturou-se metodologicamente em quatro etapas: mapeamento das cooperativas de trabalho existentes no Distrito Federal; entrevistas qualitativas com quinze dirigentes de cooperativas selecionadas a partir do mapeamento; aplicação de questionários de perfil socioeconômico aos trabalhadores de três cooperativas de catadores de materiais recicláveis[4], selecionadas dentre as quinze; e entrevistas qualitativas com vinte e cinco trabalhadores selecionados das três cooperativas estudadas, após tabulação de dados de perfil.

O momento mais delicado da pesquisa foi o da fase de mapeamento das cooperativas de trabalho. Pois, para a investigação, considerou-se necessário identificar todas as cooperativas de trabalho, assim como de produção existentes no Distrito Federal, a fim de precisar quais poderiam ser consideradas como cooperativas cuja característica básica fosse a inserção social. Para isso, alguns critérios precisaram ser estabelecidos, como: 1) identificar uma fonte confiável de informações que dispusesse de algum mapeamento das cooperativas; 2) verificar se esse mapeamento incluía dados abrangendo todo o Distrito Federal.

A intenção de identificar e mapear as cooperativas de trabalho existentes no Distrito Federal conduziu-nos à coleta de informações pela utilização da técnica de documentação, agrupando e articulando os registros bibliográficos e documentais previamente identificados e selecionados a partir de fontes secundárias.

A documentação pôde ser localizada em instituições governamentais, tais como: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); SENAES/MTE (Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego); GFAC/STb/DF (Gerência de Fomento ao Associativismo e Cooperativismo / Secretaria do Trabalho do Distrito Federal); CODEPLAN (Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central);

[4] As cooperativas de catadores são popularmente conhecidas como cooperativas de reciclagem, porém a grande maioria delas trabalha na coleta e seleção de resíduos sólidos recicláveis para vender às empresas de reciclagem. Adotamos, nesta tese, a denominação de cooperativas de catadores de matérias recicláveis por tratar-se de expressão mais comumente usada entre os entrevistados.

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas); e outras. Da mesma forma, em instituições não-governamentais, como: SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário); FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional); ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão); OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras); OCDF/OCB (Organização das Cooperativas do Distrito Federal / Organização das Cooperativas Brasileiras – Unidade do Distrito Federal); ITCPs (Incubadoras de Tecnologias e de Cooperativas Populares); UNITRABALHO (Rede Universitária); além de outras organizações não-governamentais locais, tais como a CENTCOOP (Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal). E, ainda, em entidades religiosas fomentadoras de empreendimentos solidários como: Cáritas Brasileira (Rede da Igreja Católica de Atuação Social) e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos).

O processo exploratório do campo de pesquisa teve início com a consulta a várias instituições e/ou entidades que lidam com a questão do cooperativismo de trabalho ou que apoiam e prestam assessoria às cooperativas no Brasil e, particularmente em Brasília, com o intuito de obter informações relativas às cooperativas em funcionamento no Distrito Federal. Essa consulta realizou-se fundamentalmente de duas maneiras: primeiramente, por meio do acesso a sites da internet, pela leitura e exame de documentos, textos e publicações divulgados pelas instituições; posteriormente, a consulta realizou-se por meio de contatos telefônicos; e, finalmente, consistiu em visitas às instituições e entrevistas com um dos seus representantes. No caso daquelas instituições e entidades contatadas por telefone e visitadas, citamos especificamente a SENAES/MTE, a GFAC/STb/GDF, a OCDF/OCB, a Cáritas do Brasil e, finalmente, a CENTCOOP.

Além das consultas a instituições e entidades, também dois especialistas da Universidade de Brasília foram consultados com a finalidade de compreender melhor o fenômeno do ponto de vista daqueles que lidam com o tema no Distrito Federal[5]. As indicações de teses e documentos produzidos ou em fase de

[5] Professora Christiane Girard, do Departamento de Sociologia da UnB, autora de diversos artigos sobre

elaboração sobre o assunto, fornecidas por estes especialistas, foram de peculiar importância para orientar a elaboração da metodologia de aproximação com o objeto específico de estudo.

O desenvolvimento dessa fase contribuiu para a composição do corpo teórico da tese e para a identificação das principais fontes secundárias de informações, assim como, para definir critérios de seleção das cooperativas a serem investigadas.

O campo empírico da pesquisa restringiu-se à capital federal e priorizou as iniciativas que se estruturaram a partir da segunda metade da década de 1990 e do início dos anos 2000 no meio urbano. A definição do balizamento espacial explica-se pela simbologia político-administrativa de Brasília, como lócus do poder, estimuladora de um imaginário sobre as possibilidades de sucesso profissional ou econômico que, contraditoriamente, convive com uma realidade de crescente desemprego e pobreza (como veremos no Capítulo 2, item 2.2). A determinação cronológica justifica-se, porque, nesse período, houve a emergência de várias cooperativas no Distrito Federal, conforme identificado no material bibliográfico e documental consultado.

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo, entendeu-se que seria importante a identificação de cooperativas registradas e legitimamente reconhecidas como empreendimentos formais nos órgãos governamentais e entidades representativas da sociedade civil.

A primeira incursão da pesquisa em busca do mapeamento das cooperativas no DF foi na SENAES/MTE. Na época da consulta (em fevereiro de 2005), a SENAES estava desenvolvendo o processo nacional de mapeamento das atividades de economia solidária em todo país. No Distrito Federal, esse levantamento era desenvolvido por membros do Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal, particularmente pela ONG (Organização Não-Governamental) Pátria Amada. Infelizmente, no momento da realização do nosso contato, os dados

---

economia solidária; e Professor Perci Coelho, do Departamento de Serviço Social da UnB, coordenador do PROCOOP (Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Cooperativismo), projeto de extensão universitária de fomento ao cooperativismo no DF, criado em 1997, que se encontra temporariamente desativado.

do mapeamento nacional ainda não estavam consolidados nem disponíveis para consulta. A tentativa de ter acesso aos dados preliminares da pesquisa, através da consulta ao grupo que estava trabalhando diretamente na coleta de dados no DF não foi bem sucedida. Os dados sobre empreendimentos solidários no país só foram divulgados em junho de 2006 por ocasião da realização da Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, ocorrida em Brasília-DF, quando o nosso mapeamento já estava em processo de conclusão.

A melhor alternativa encontrada para a localização e o mapeamento das cooperativas foi consultar os registros da GFAC/STb (Gerência de Fomento ao Associativismo e Cooperativismo da Secretaria do Trabalho do Distrito Federal do Governo do Distrito Federal) e da OCDF/OCB (Organização das Cooperativas do Distrito Federal / Organização das Cooperativas Brasileiras – Unidade do Distrito Federal), considerando que são instituições que têm importância no reconhecimento das cooperativas no Distrito Federal e desenvolvem práticas de apoio e de formação ao cooperativismo.

As consultas a essas instituições foram fundamentais para a localização das principais informações acerca das cooperativas de trabalho no Distrito Federal, visto que as demais instituições e entidades consultadas não dispunham de informações compiladas e que as compilações dos mesmos, feitas pela GFAC/STb e pela OCDF/OCB, possuíam várias incongruências. O contato com a GFAC/STb/GDF foi fundamental para o mapeamento, por considerarmos que essa gerência mantinha relação direta com as cooperativas de iniciativas populares. O contato com a OCB e OCDF deu-se pela representatividade formal que esta entidade exerce no Brasil quanto ao registro das cooperativas.

As várias incursões na tentativa de mapeamento das cooperativas de trabalho no Distrito Federal levaram à identificação, inicialmente, de 78 cooperativas de trabalho, em todo DF, registradas junto à GFAC/STb/GDF e à OCDF/OCB, após agregarmos os dados fornecidos pelas duas instituições separadamente.

A primeira intenção da pesquisa, mediante a identificação inicialmente de 78 cooperativas de trabalho no Distrito Federal, era fazer contato telefônico com

cada uma delas para verificar as seguintes informações: tipo de atividade desenvolvida (ou principal objetivo); ano de criação da cooperativa; e o número de cooperados. Essas informações possibilitariam classificação e triagem das cooperativas a fim de que selecionássemos aquelas que corresponderiam ao perfil desejado (consideradas de inserção social por seus dirigentes) e que seriam visitadas para realização de entrevista com um de seus dirigentes.

Os primeiros contatos telefônicos demonstravam algumas imprecisões na listagem das cooperativas. Um problema comum na checagem da lista foi a incidência de endereços incompletos e número de telefones incorretos, dificultando e, por vezes, impossibilitando o contato com a cooperativa. Outro problema verificado foi a confusão quanto ao ramo[6] de cooperativismo, pois constavam na lista algumas cooperativas que não se caracterizavam como cooperativa de trabalho e/ou de produção, haja vista as similaridades entre ambas.

O problema com a imprecisão dos dados nos contatos iniciais levou-nos a solicitar informações atualizadas sobre as cooperativas à OCDF/OCB[7]. A compilação dos dados de identificação atualizados nos levou ao total de 110 registros. Posteriormente, no decorrer da pesquisa de campo, após as várias consultas às cooperativas dessa nova compilação e a realização das primeiras entrevistas com as lideranças, identificamos a CENTCOOP[8] como importante entidade representativa das cooperativas de catadores de materiais recicláveis no

[6] No início desta pesquisa, adotamos a classificação de "ramo de cooperativismo" da OCB, uma vez que nossas duas principais fontes de dados secundários a OCDF/OCB e a GFAC/STb/GDF tinham como referência essa mesma classificação, apesar de termos ciência das polêmicas em torno dela. A adoção da classificação por ramo de cooperativismo limitou-se ao momento metodológico de aproximação do objeto de pesquisa, mediante a identificação das cooperativas de trabalho e produção no DF. No decorrer da tese, adotamos o termo tipo de cooperativa. As definições OCB sobre os ramos das cooperativas serão tratadas no Capítulo 2, item 2.1 desta tese.

[7] O acesso à listagem de identificação das cooperativas de trabalho e produção da OCDF/OCB ocorreu, primeiramente, em maio de 2005 por meio de documentos oficiais disponibilizados pela instituição em seu site oficial na internet, www.ocb.org.br. A imprecisão de alguns dados de contato, principalmente os constantes na listagem OCDF/OCB, identificada durante o processo de consultas telefônica, levou-nos a solicitação de listagem atualizada direto à presidência da OCDF, que nos foi entregue em abril de 2007.

[8] A CENTCOOP (Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal) foi localizada logo após a realização da primeira entrevista com lideranças de uma das cooperativas de catadores de matérias recicláveis, em abril de 2007. Informou-nos seu vínculo a essa entidade e falou da sua influência no processo de fortalecimento das cooperativas de reciclagem no DF. O contato com a CENTCOOP ocorreu em setembro de 2007 e foi fundamental para fechar o nosso mapeamento.

DF. Esta também foi visitada e nos cedeu dados confiáveis de contato, que se agregaram às demais informações sobre as cooperativas do DF prestadas pelas instituições acima citadas.

Cabe ressaltar que, na lista fornecida pela CENTCOOP, constavam quinze nomes, tanto de cooperativas como de associações de catadores de materiais recicláveis e que todas elas foram contatadas por telefone para confirmar a veracidade das informações da lista. Depois das confirmações, incluímos em nossa compilação apenas as cooperativas de catadores de materiais recicláveis que não constavam nas listas fornecidas pelos outros organismos. No caso, apenas seis, totalizando 116 cooperativas de trabalho compiladas (vide Anexo 1).

A checagem dos dados foi um processo cuidadoso e demorado de conferência, principalmente devido às informações incorretas nas listas, tanto com relação ao ramo da cooperativa como aos contatos telefônicos e endereços das mesmas. Por isso, muitas cooperativas foram excluídas da nossa seleção devido aos problemas de contato. Outras tantas foram excluídas por não se enquadrarem no perfil desejado, inclusive por não se caracterizarem como cooperativas de trabalho e nem de produção.

Pretendíamos selecionar para a realização da entrevista com os e as dirigentes apenas aquelas cooperativas de trabalho voltadas para a inserção social e geração de renda, também chamadas de cooperativas populares. Para tal, as cooperativas foram contatadas a fim de fazer uma pré-seleção, considerando principalmente a natureza da atividade desenvolvida. Desta forma, foram priorizadas as cooperativas de artesãos, de catadores de matérias recicláveis, de prestadores de serviços nas áreas da construção civil, de infraestrutura e de limpeza e conservação de patrimônio.

Depois dos vários problemas identificados, as cooperativas localizadas foram submetidas a uma checagem por telefone mais detalhada para confirmar os registros de informações constantes na listagem. Além da consulta sobre a atividade desenvolvida (ou principal objetivo), o ano de criação da cooperativa e o número de cooperados, as cooperativas foram questionadas também quanto à localização, ao ramo de atividade, ao tempo de atuação e aos nomes dos

dirigentes. Em alguns casos, devido a problemas com o contato telefônico, julgou-se imprescindível fazer a checagem no próprio local de funcionamento da cooperativa. Foram oito tentativas de visita *in loco* e apenas duas bem sucedidas.

Finalmente, das 116 cooperativas da compilação apenas 56 (48,27%) foram efetivamente contatadas. Entre as quais 39 dessas (33,62%) foram identificadas como cooperativas de trabalho e/ou de produção.

PROCESSO EXPLORATÓRIO DA PESQUISA: O MAPEAMENTO DAS COOPERATIVAS NO DISTRITO FEDERAL

Durante o processo de checagem, 31 cooperativas foram excluídas da listagem por não constituírem de fato cooperativas de trabalho, reduzindo o número de 116 para 85 cooperativas listadas. Vale ressaltar que, das 31 excluídas, 17 delas chegaram a ser contatadas por telefone. Houve também outras tentativas de contato sem sucesso, assim como algumas cooperativas foram excluídas sem consulta porque já estavam claramente identificadas como pertencentes a outro ramo que não os de trabalho, conforme demonstrado na tabela abaixo.

TABELA 1: Cooperativas de trabalho excluídas da listagem por ramo - DF 2006/2007

COOPERATIVAS EXCLUÍDAS POR RAMO	QUANTIDADE	%
Foram contatadas e prestaram informação sobre ramo	17	**54,8**
Não foram contatadas por opção da pesquisadora*	04	**12,9**
Não foram contatadas porque não atenderam às tentativas de contato**	09	**29,0**
Não foram contatadas por falta de contato telefônico na lista	01	**3,2**
Total	**31**	**100**

* A pesquisadora optou por não tentar contato com essas cooperativas, pois na listagem havia a informação clara sobre o ramo no próprio nome da cooperativa ou em dados complementares inseridos nas listas fornecidas pelas instituições.
** No caso dessas cooperativas, havia a identificação relativamente clara do ramo, mas tentamos contato apenas para confirmação.

A OCB estabelece treze ramos específicos de cooperativismo no Brasil, sendo estes: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, infraestrutura, habitacional, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e lazer, transporte de carga e de passageiros. Porém, apesar de plenamente justificável, essa especificação não é consensual entre os estudiosos do tema devido à dificuldade de delimitação de um ramo específico para algumas dessas cooperativas.

Cabe ressaltar que a OCB lida principalmente com cooperativas tradicionais, de distintas dimensões e que, na maioria das vezes, não se caracterizam como de inserção social ou voltadas à geração de trabalho e renda para grupos de trabalhadores pobres ou pauperizados, diferentemente do modelo de economia solidária. De todo modo, as chamadas cooperativas populares, em

proporcionalidade menor que às demais, historicamente, também participam da rede de cooperativismo da OCB, entretanto, mais recentemente, algumas delas vêm se definindo como cooperativas de economia solidária[9].

Do ponto de vista do debate conceitual, essa classificação por ramo torna-se falha, pois, por muitas vezes, o informante pode cometer imprecisões na especificação do ramo de atuação pela confusão entre o tipo de serviço prestado e o tipo de cooperativa. Em geral, verifica-se o erro comumente na prestação de informações quando é a própria cooperativa que informa espontaneamente o seu ramo de atuação sem necessariamente atentar para a classificação da OCB.

Vejamos que a chamada cooperativa de produção, por vezes, confunde-se com a cooperativa de trabalho, assim como muitas cooperativas de trabalho também são de produção. Apesar de algumas distorções de entendimento do que seja uma cooperativa de trabalho ou uma cooperativa de produção, considerou-se para esse estudo a observação das características fundamentais que identificam e distinguem cada cooperativa, quais sejam: sua finalidade e seu produto ou serviço. Optamos por desenvolver a pesquisa com os dois ramos, trabalho e produção, excluindo-se da listagem as cooperativas com características de ramos diferentes.

Ao longo da tese, adotamos o termo cooperativas de trabalho para nos referirmos àquelas pesquisadas, não só por considerá-lo mais abrangente que cooperativas de produção, mas, também e especialmente, devido ao perfil identificado das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

No caso das 31 excluídas da listagem, a maioria delas (38,7%) foi identificada como cooperativa de transporte de passageiros. As demais cooperativas (identificadas na listagem como de trabalho) que se caracterizam como de outro ramo são as: educacionais, habitacionais, de turismo e lazer, saúde, consumo, agropecuária, de crédito e outras. Vide a classificação na tabela abaixo:

[9] Isso pôde ser observado durante o V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo, realizado em Ribeirão Preto, no período de 06 a 08 de agosto de 2008.

TABELA 2: Ramo das cooperativas excluídas da listagem – DF 2006/2007

RAMO DA COOPERATIVA*	QUANTIDADE	%
Agropecuário	01	**3,22**
Consumo	02	**6,45**
Crédito	01	**3,22**
Educacional	05	**16,12**
Especial	- -	**0,0**
Infraestrutura	- -	**0,0**
Habitacional	04	**12,90**
Mineral	- -	**0,0**
Saúde	02	**6,45**
Turismo e lazer	02	**6.45**
Transporte de carga e de passageiros	11	**35,48**
Outros**	03	**9,67**
Total	**31**	**100**

* Excetuam-se deste quadro as cooperativas de trabalho e/ou produção.
** O item outros corresponde a duas cooperativas que, durante o contato, identificaram-se como de "formação", cujo trabalho é fomentar outras cooperativas, ramo não incluído na classificação da OCB, e uma cooperativa mista de habitação e transporte.

Havia casos em que, na verdade, as cooperativas eram de empregados de determinada empresa que se associaram para formar uma cooperativa habitacional e foram equivocadamente identificadas como de trabalho. Bem como, casos bem incongruentes como de cooperativas de consumo, de crédito, agropecuária e duas que se denominavam cooperativas de "formação". Cabe ressaltar que se excluiu dessa classificação duas cooperativas não contatadas, depois de várias tentativas, sobre as quais não temos como supor ou afirmar qual seria de fato seu ramo, devido a falhas de identificação. Assim, elas permaneceram na listagem geral como cooperativas de trabalho e/ou de produção, que totalizaram 85, após a exclusão por ramo.

Por considerarmos que, na compilação, várias cooperativas não apresentavam possibilidade de contato telefônico pela ausência de número de telefone ou informações incorretas ou insuficientes[10], na nova verificação da listagem, excluímos 46 (54,11%) das 85 cooperativas por inconsistência ou desatualização das informações nas listas das instituições, conforme tabela abaixo.

[10] Essa exclusão só ocorreu definitivamente após verificação da lista telefônica do Distrito Federal, pois não encontramos nenhuma possibilidade de contato, e após nos certificarmos de que a consulta àquela cooperativa não seria imprescindível para a pesquisa. Quando a consulta foi julgada extremamente necessária, ela foi realizada *in loco*.

TABELA 3: Cooperativas excluídas da listagem por falta de contato – DF 2006/2007

EXCLUSÃO POR FALTA DE CONTATO*	QUANTIDADE	%
Não atendeu ao contato	22	**47,8**
Não tinha contato na lista	24	**52,2**
Total	**46**	**100**

* Algumas cooperativas não tinham contato telefônico e/ou durante o contato obtivemos a informação de que o número estava errado. Nesses casos, ainda tentamos buscar o número na lista telefônica do DF para nova tentativa e, raramente, obtivemos sucesso.

À medida que eram realizados os contatos telefônicos, observou-se que algumas cooperativas não correspondiam ao perfil que pudesse caracterizá-las como cooperativas de inserção social. Por isso, avaliou-se a necessidade de adotar o procedimento de consulta *in loco*, apenas às cooperativas com problemas de contato que julgamos corresponder ao perfil desejado. Assim, priorizamos o contato com as cooperativas de artesãos, de catadores de matérias recicláveis, de trabalhadores prestadores de serviços nas áreas da construção civil, de infraestrutura e de limpeza e conservação de patrimônio. Todavia, obtivemos poucos resultados, pois a maioria das tentativas constatou inexistência da cooperativa no endereço indicado.

A imprecisão da localização das cooperativas pode ser compreendida como um dado relevante da pesquisa por dois aspectos: o primeiro seria pela efemeridade de algumas cooperativas, que são formadas em momentos de grande mobilização de seus associados, mas sucumbem diante das adversidades; o segundo seria pelo surgimento das "pseudocooperativas", que, por burlarem a legislação, poderiam também oferecer informações imprecisas.

Na checagem realizada, foi possível identificar pelo menos uma que se confirmou tratar de uma cooperativa criada para burlar a legislação, mas supomos que o número dessas possa ser maior. Pois, em uma tentativa de visitar uma delas, constatamos que no endereço informado funcionava uma pequena igreja e a proprietária do imóvel informou que este nunca havia sido alugado por nenhuma cooperativa. Não se descartou a possibilidade de erro no registro, que pode ter sido cometido tanto pela cooperativa quanto pela instituição, ou ainda a mudança de endereço e de número de telefone de alguma cooperativa que não foram

informados à instituição. Uma situação peculiar foi observada, durante as entrevistas, em que um dirigente de uma delas informou que usou um endereço "emprestado" para poder criar a cooperativa e, só após a sua regularização, é que foi buscar um lugar para a instalação da mesma. O endereço foi atualizado para os órgãos e entidades, após a consolidação da área de funcionamento.

Assim, do total de 56 cooperativas efetivamente contatadas, somente 39 foram identificadas como cooperativas de trabalho e/ou de produção, visto que 17 delas pertenciam a outros ramos.

Após as consultas, optou-se por excluir da visita e entrevista aquelas que não se adequavam ao perfil, como por exemplo, as cooperativas formadas por profissionais liberais de nível superior, as cooperativas de prestadores de serviços especializados como as de informática, de telecomunicações, de saúde. Excluiu-se também das entrevistas as que informaram estar desativadas, excetuando-se apenas um caso, pois a cooperativa encontrava-se em processo de desativação para converter-se em associação. Tratou-se de um caso peculiar que nos pareceu importante para identificar processos de reformatação das cooperativas em associações, já que o fenômeno, considerado comum, é justamente o inverso – associações que se convertem em cooperativas.

Com a realização de todos os possíveis contatos e exclusões necessárias, chegamos ao seguinte resultado: quinze cooperativas foram selecionadas para entrevista, correspondendo a 12,93% das 116 cooperativas da listagem e 38,46% das 39 cooperativas contatadas, conforme quadro demonstrativo abaixo. Além das situações de exclusão pelos motivos já citados acima, uma das cooperativas não aceitou prestar informações. Segue abaixo o quadro geral de exclusão e os respectivos critérios para tal.

TABELA 4: Situação das cooperativas contatadas para pesquisa – DF 2006/2007

SITUAÇÃO DAS COOPERATIVAS CONTATADAS	QUANTIDADE	%
Pesquisadas	15	**38,5**
Excluídas por perfil	16	**41,0**
Excluída por desativação	7	**17,9**
Excluída porque não aceitou dar informação	1	**2,6**
Total	**39**	**100**

Assim, o quadro geral de exclusão da listagem, com vistas a selecionar as quinze cooperativas a serem pesquisadas, configurou-se da seguinte forma:

TABELA 5: Situação geral de exclusão das cooperativas da listagem – DF 2006/2007

SITUAÇÃO GERAL DE EXCLUSÃO	QUANTIDADE	%
Excluídas por ramo	31	**30,7**
Excluídas por problemas de efetivação de contato	46	**45,5**
Excluídas por perfil	16	**15,8**
Excluída por desativação	07	**6,9**
Excluída porque não aceitou dar informação	01	**1,0**
Total	**101**	**100**

O contato com as cooperativas consistia em solicitar informação sobre a atividade desenvolvida, ano de criação e número de cooperados. Devido à identificação de cooperativas de ramos diferenciados, acrescentamos mais um item de informação, qual seja, ramo da cooperativa. Desta forma, das 39 contatadas identificadas como de trabalho e/ou de produção, conseguimos a classificação exposta no quadro abaixo.

TABELA 6: Especificação das cooperativas contatadas para pesquisa por ramo de trabalho/produção – DF 2006/2007

ESPECIFICAÇÃO DE RAMO	QUANTIDADE	%
Trabalho	21	**53,8**
Produção	6	**15,4**
Trabalho/Produção	11	**28,2**
Trabalho/Especial	1	**2,6**
TOTAL	**39**	**100**

Foi interessante constatar, por meio da pesquisa, que uma delas pode ser considerada uma cooperativa de trabalho e especial ao mesmo tempo, pois os seus cooperados são portadores de necessidades especiais, que formaram uma cooperativa de artesanato juntamente com professores voluntários[11].

[11] A COOPESPECIAL é justamente aquela cooperativa que está se convertendo em associação. Sua presidente foi entrevistada e apresentou as suas peculiaridades, o que nos levou à constatação de se tratar de uma cooperativa de trabalho e especial, ao mesmo tempo, por seus cooperados serem pessoas com deficiência.

Quanto à atividade desenvolvida, constatou-se que havia uma variação muito grande de atividades, predominando a prestação de serviços especializados e a reciclagem de resíduos sólidos. De modo geral, a prestação de serviços a terceiros, como empresa pública, privada ou pessoa física é a prática predominante dessas cooperativas.

TABELA 7: Atividades desenvolvidas pelas cooperativas contatadas para pesquisa – DF 2006/2007

ATIVIDADE	QUANTIDADE	%
Prestação de serviços na área de construção civil e/ou infraestrutura	05	**12,8**
Prestação de serviços especializados a empresas, órgãos públicos ou particulares	09	**23,1**
Consultoria	02	**5,1**
Profissionais autônomos de nível superior	03	**7,7**
Atividades múltiplas	01	**2,6**
Artesanato	02	**5,1**
Costura	01	**2,6**
Reciclagem de resíduos sólidos	09	**23,1**
Produção e Comércio	02	**5,1**
Não Informou*	05	**12,8**
TOTAL	**39**	**100**

* Das que não prestaram informação, quatro estavam desativadas e uma não aceitou dar informação.

De modo geral, a coleta de informações por contato telefônico atingiu o objetivo proposto. Entretanto, algumas questões não foram informadas pelas cooperativas, principalmente por dois motivos: em alguns contatos, a pessoa que respondia às questões não tinha domínio de todas as informações; em outras, a pessoa contatada não respondia aos questionamentos porque a cooperativa estava em processo de desativação e logo o contato era encerrado.

Quanto ao ano de criação, as cooperativas contatadas tiveram início, predominantemente, da segunda metade dos anos 1990 à primeira metade dos anos 2000. Identificamos também algumas formadas até meados da década de 1990.

TABELA 8: Ano de fundação/criação das cooperativas contatadas para pesquisa – DF 2006/2007

ANO	QUANTIDADE	%
1992 a 1995	02	**5,1**
1996 a 2000	18	**46,2**
2001 a 2005	11	**28,2**
Não Informou*	08	**20,5**
TOTAL	**39**	**100**

* Das que não prestaram a informação, cinco estavam desativadas.

A possibilidade de identificarmos cooperativas formadas em anos anteriores não foi descartada, porém não localizadas entre as que conseguimos contatar.

Finalmente, quanto ao número de cooperados, predominavam cooperativas com um número pequeno de cooperados até 50, seguidas pelas cooperativas que tinham entre 51 e 100 cooperados, conforme o quadro abaixo.

TABELA 9: Número de cooperados das cooperativas contatadas para pesquisa – DF 2006/2007

NÚMERO DE COOPERADOS	QUANTIDADE	%
Até 50	16	**41,0**
51 a 100	08	**20,5**
101 a 150	01	**2,6**
151 a 200	01	**2,6**
Acima de 200	04	**10,2**
Não Informou	09	**23,1**
TOTAL	**39**	**100**

* Das que não prestaram a informação, cinco estavam desativadas.

Ressalta-se do quadro acima que muitas cooperativas informaram o número de cooperados registrados, porém, segundo os informantes, aqueles que estavam efetivamente participando seriam em número menor. Destaca-se o caso de uma cooperativa com 200 cooperados cujo número de participantes ativos é dezesseis. Quatro cooperativas de catadores informaram o número de participantes em número de famílias. Como, em geral, são casais que participam das cooperativas, consideramos que o número de cooperados é o dobro do número de famílias informado.

Em síntese, concluiu-se que a fragilidade dos dados residiu em dois aspectos: o primeiro seria justamente a transitoriedade ou a efemeridade das cooperativas – elas constituem empreendimentos que podem ou não alcançar

êxito, como qualquer outro empreendimento, de acordo com as variações do mercado –; o segundo seriam falhas de registro das informações. As instituições não conseguem manter um sistema de controle das informações constantemente atualizado sobre as que estão desativadas ou em funcionamento, ou ainda em *stand by*, como algumas informaram.

Das 39, selecionamos quinze para visita e entrevista que atendessem aos seguintes critérios: aquelas cooperativas voltadas para a inserção social e geração de renda, também chamadas de cooperativas populares; e aquelas identificadas com a filosofia do cooperativismo ou orientadas pelos princípios da economia solidária, melhor dizendo, que não adotaram o modelo de cooperativismo pragmático.

PESQUISA DE CAMPO: INVESTIGANDO AS COOPERATIVAS DE INSERÇÃO SOCIAL

Após a checagem, a etapa seguinte do estudo foi aprofundar a coleta de dados mediante pesquisa de campo que consistia na visita às quinze cooperativas selecionadas e entrevistas com um de seus dirigentes. Essa etapa implicou no contato direto com as cooperativas por meio de visitas *in loco*, observação das atividades desenvolvidas e realização de entrevista qualitativa com uma liderança (membro dirigente), com a finalidade de compreender as peculiaridades da configuração das relações de trabalho no interior da cooperativa.

A intenção de realizar quinze entrevistas concretizou-se com a concordância das respectivas cooperativas, que foram consultadas antes por telefone. Em todos os casos, a pessoa que atendia a ligação era alguém que tinha algum grau de responsabilidade sobre a administração da cooperativa e prestava as informações solicitadas. Uma das questões formuladas para agendar a entrevista era se os cooperados consideravam-na uma cooperativa que visava à inserção social. Todas as cooperativas visitadas responderam positivamente a essa questão.

As cooperativas selecionadas foram: nove cooperativas de catadores de materiais recicláveis, três de artesanato e comércio, duas de prestação de serviços de infraestrutura e uma de costura. O período de surgimento das quinze cooperativas selecionadas para a entrevista qualitativa também corresponde ao dado da maioria contatada por telefone, fundada entre os anos 1996 e 2005.

Para preservar a identidade dos informantes, as cooperativas foram identificadas por nomes fictícios: COOPESTRUTURA, COOPINOVAÇÃO, COORECICLAGEM, COORECOMEÇO, COOPLANALTO, COOPINDEPENDENTE, COOPAMBIENTAL, COOMPANHEIRAS, COORECICLARTE, COOPELETRICA, COOSANEAMENTO, COOVESTUÁRIO, COOPARTESANAL, COOPESPECIAL, COOCOSTURA.

As quinze entrevistas qualitativas foram realizadas tendo como instrumento de pesquisa um roteiro (vide Anexo 2) contendo 62 questões semiestruturadas,

incluindo questões de identificação do entrevistado e da cooperativa, que visavam à caracterização da cooperativa a partir do olhar de seu ou sua dirigente. As entrevistas foram gravadas e o tempo médio de duração de cada uma delas foi de 60 minutos. Após a transcrição da gravação, as entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo.

Durante as visitas às cooperativas, as observações foram registradas em diário de campo para subsidiar a análise dos depoimentos. A observação consistiu no registro e sistematização de informações a partir de pontos previamente estabelecidos com base nas categorias chaves e nos objetivos da pesquisa. Era realizada dentro ou fora do ambiente de trabalho durante as visitas às cooperativas.

Após interpretação dos dados das entrevistas com os dirigentes e estabelecimento do perfil das cooperativas visitadas, foram selecionadas três cooperativas para a realização da pesquisa em profundidade, ou melhor, do estudo de caso. A seleção das três cooperativas considerou os seguintes critérios:

- Identificação com a perspectiva de cooperativismo de autogestão (ou gestão participativa), independentemente da adesão à economia solidária;

- Perfil de cooperativa consolidada, levando em consideração fatores, como: o tempo de atuação, a regularidade de suas atividades, a constância do número de cooperados, o alcance de seus objetivos de produtividade;

- Manutenção de vínculo ou relação com outras cooperativas e/ou com entidades locais ou nacionais da sociedade civil que atuam no apoio ao cooperativismo.

Além dos critérios estabelecidos, as três cooperativas foram selecionadas independentemente de sua origem (ligadas a movimentos sociais e/ou entidades de fomento ou não).

Desenvolvemos a pesquisa com três cooperativas de catadores de materiais recicláveis que se encontravam em condições similares de desenvolvimento econômico, pelo relativo sucesso adquirido até então, apesar

das diferenças de origem, constituição e trajetória.

Inicialmente, os dirigentes de três cooperativas foram contatados e convidados a participar da pesquisa, sendo estas a COORECOMEÇO, COOPAMBIENTAL e COORECICLAGEM, porém uma das três, a COORECICLAGEM, não aceitou contribuir com a pesquisa alegando que já havia duas pesquisas em andamento na sua cooperativa e os trabalhadores estavam saturados[12].

Mediante a recusa de uma das cooperativas selecionadas, buscamos novo contato com outra cooperativa de catadores, a COORECICLARTE, observando que as três cooperativas tinham perfis similares, todavia origens e trajetórias bem diferentes.

A intenção inicial era desenvolver entrevistas qualitativas com os cooperados das três cooperativas de catadores de material reciclável, a fim de identificar o ponto de vista deles sobre o trabalho cooperativo e outras questões relacionadas. A seleção desses cooperados seria proporcional ao número de cooperados de cada cooperativa.

Essa coleta teria uma natureza aleatória, visto que não tínhamos informações mais específicas do perfil dos cooperados. Assim, sentimos a necessidade de preliminarmente identificar o perfil dos cooperados das três cooperativas e, a partir disso, selecionar uma amostra para realização da entrevista qualitativa. Foi necessária a aplicação de um questionário, com 29 questões fechadas e duas abertas (vide Anexo 3), aos cooperados para identificar o perfil socioeconômico dos membros das cooperativas, assim como a visão dos mesmos sobre o cooperativismo, de forma que assegurasse uma seleção não-

[12] As cooperativas de catadores estão em evidência no DF. Vários pesquisadores vêm desenvolvendo diversas investigações nessa área, devido à projeção que essas cooperativas adquirem na mídia e nos espaços acadêmicos, devido às questões ambientais e à problemática do desemprego. As cooperativas de catadores interessam aos pesquisadores e fomentadores do cooperativismo no DF por desenvolverem práticas de reaproveitamento de resíduos sólidos, que contribuem para preservação do meio ambiente e constituírem-se uma alternativa de geração de trabalho e renda para aqueles que estão fora do mercado de trabalho formal, além de potencialmente levarem à superação da pobreza. O fomento e a assessoria de entidades da sociedade civil, órgãos de governo e agências financeiras também têm projetado midiaticamente o trabalho das cooperativas, que atrai a atenção de vários curiosos sem o devido compromisso acadêmico. Até por isso, a resistência em receber mais um pesquisador foi observada em outras cooperativas de catadores, que se deve especialmente à falta de retorno das "pesquisas", apesar dos cooperados considerarem importante a divulgação do seu trabalho por meio da academia e a parceria com universidades.

aleatória dos que participaram das entrevistas qualitativas.

Porém, no momento de aplicação do questionário de perfil, o número de participantes da COORECICLARTE havia sido reduzido de 40 a 50 (número flutuante) para aproximadamente 20 cooperados, devido a uma grande desarticulação do grupo a partir do cumprimento de um mandado de despejo da sede. A cooperativa que estava acomodada em um prédio alugado teve que improvisar suas instalações em um terreno baldio, ocupando-o irregularmente, e enfrentar várias retomadas de posse seguidas. Por isso, muitos cooperados desligaram-se da cooperativa, levando à redução do número de cooperados para 20 participantes ativos, segundo informações dos dirigentes.

A princípio, tínhamos como meta, aplicar o questionário para todos os cooperados de cada uma das cooperativas, mas percebemos que algumas informações socioeconômicas (como condições de moradia e renda familiar) poderiam ficar sobrepostas, visto o grande número de casais e membros da mesma família trabalhando juntos. Portanto, optamos pela entrevista com um dos membros de cada família e participantes individuais, o que reduziria no mínimo em 20% o número de questionários a serem aplicados.

Ao considerarmos o número total de cooperados ou famílias informados pelos dirigentes, teríamos, a princípio, o número de aproximadamente 134 questionários a serem aplicados. A estratégia de entrevistar apenas um dos cônjuges ou apenas um dos membros da mesma família (que reside em mesmo domicílio e compartilha renda) e os participantes individuais restringiria o número de questionários a serem aplicados nas cooperativas COOPAMBIENTAL e COORECICLARTE, visto que a COORECOMEÇO informou o número de participantes por família de cooperados. Como ambas as cooperativas contavam com a participação de famílias cooperadas, supúnhamos que o número de entrevistados corresponderia pelo menos a 2/3 do número total informado por elas, a partir da mudança de estratégia metodológica. Desse modo, a expectativa foi de aplicar 90 questionários.

O imprevisto ocorrido durante o processo de aplicação dos questionários, com a situação de despejo da COORECICLARTE, dificultou bastante a pesquisa

nessa cooperativa. Por conseguinte, no total foram aplicados efetivamente 84 questionários, em que 34 foram da COORECOMEÇO e que corresponderam ao número exato de famílias informado pelo dirigente; 33 foram aplicados na COOPAMBIENTAL, que corresponderam a 66% do total de cooperados informados; e 17 questionários aplicados na COORECICLARTE, que satisfez a aproximadamente 40% dos 40 a 50 cooperados informados inicialmente e 85% dos 20 cooperados ativos após o despejo. Cabe ressaltar que, no caso da COORECICLARTE, mantivemos a mesma estratégia de aplicação de questionários anteriormente detalhada. Finalmente, o total de 84 questionários aplicados correspondeu a 93,3% da expectativa de aplicação.

Após tabulação dos dados do perfil socioeconômico dos cooperados das três cooperativas, foi selecionada uma amostra de 30% dos trabalhadores pesquisados para entrevista qualitativa. Os principais critérios para seleção foram tempo de participação na cooperativa e posicionamento sobre trabalho cooperativo. Quanto ao tempo, deu-se preferência a cooperados com mais de um ano de experiência de trabalho na cooperativa. Quanto ao posicionamento, observou-se principalmente as respostas às questões abertas, selecionando aqueles que demonstravam clareza e segurança na forma de expor suas opiniões sobre cooperativismo e o trabalho em cooperativa. Na seleção, observamos a proporcionalidade de homens e mulheres e as diferentes faixas etárias dos informantes.

No total, foram realizadas 25 entrevistas em profundidade com cooperados e cooperadas das três cooperativas, nos próprios locais de trabalho. Todas as entrevistas foram realizadas com o uso de um roteiro de entrevista (vide Anexo 4) e de gravador, tendo em média 20 minutos de duração. Depois de transcritas, as entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo.

As entrevistas qualitativas tinham por finalidade o registro do depoimento do entrevistado acerca das questões mobilizadoras desta pesquisa com vistas a coletar informações primárias e constituir o material empírico fundamental para apreender e analisar a expressão discursiva do cooperado/cooperada sobre as relações de trabalho vivenciadas e suas práticas sociais. Para tal, foi elaborado

um instrumental semiestruturado com dezesseis questões abertas.

A seleção dos entrevistados foi feita com base nos seguintes critérios: a) quanto ao sexo, a escolha foi proporcional ao número de cooperados do sexo masculino e feminino de cada cooperativa, em que no total entrevistados/as dez homens e quinze mulheres; b) quanto à idade, selecionamos cooperados incluídos nas faixas etárias que predominavam em cada cooperativa; c) quanto ao tempo de trabalho na cooperativa, foram selecionados os cooperados incluídos no tempo médio de trabalho informado por cada cooperativa; d) quanto à visão de cooperativismo, como último critério selecionamos os cooperados que, durante as entrevistas de perfil, conseguiram expressar oralmente, de maneira mais compreensível, a sua percepção sobre o trabalho na cooperativa. A ocupação de cargos de direção não foi um critério, mas alguns dos selecionados encontravam-se nessa posição.

A utilização desses critérios levou-nos à elaboração de uma lista com vários nomes dos possíveis entrevistados. Essas pessoas foram contatadas e convidadas a contribuir com a pesquisa. Após os esclarecimentos sobre os objetivos da entrevista, solicitamos que os entrevistados assinassem um termo de consentimento livre e esclarecido para a gravação da entrevista, comprometendo-nos a guardar sigilo sobre suas identidades. Todos os contatados aceitaram colaborar com a pesquisa. Só tivemos dificuldades em localizar os cooperados da COORECICLARTE, porque, devido aos vários processos de remoção de área a que foram submetidos, o grupo estava bastante desarticulado e alguns cooperados não estavam mais frequentando o espaço da cooperativa, por isso tivemos que localizá-los em suas residências.

Finalmente, a terceira fase da pesquisa consistiu na sistematização, organização e análise dos dados. O material e informações coletados por meio da documentação e do registro de observação e das entrevistas foram submetidos à análise de conteúdo, tanto para examinar resultados quantitativos como para desenvolver inferências qualitativas sobre o discurso dos entrevistados.

Em suma, a percepção sobre o trabalho cooperado foi investigada no exercício da interpretação da expressão discursiva e das práticas sociais desses

trabalhadores, bem como pela identificação dos efeitos das práticas de cooperação e autogestão nas relações de trabalho e nas relações que eles constroem entre si, com organizações da sociedade civil, com organismos do Estado e com o próprio mercado.

CAPÍTULO 1 – “NOVAS” MODALIDADES DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO: TENDÊNCIAS QUE SE EXPRESSAM NO DEBATE EM CURSO

1.1 A DESREGULAMENTAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A QUESTÃO SOCIAL

As transformações que perpassaram a nossa sociedade nas décadas de 1990 e 2000 precisam ser analisadas em seus aspectos econômico, social e político, que podem ser considerados de forma particularizada, apesar de estarem intrinsecamente relacionados. Evidentemente essas transformações, tanto por sua importância macroeconômica como por sua interferência no cotidiano dos sujeitos, têm estimulado inúmeras discussões, pesquisas e análises. Diversas teses têm sido elaboradas no sentido de explicar como essas transformações afetam sobremaneira o mundo do trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias.

No debate contemporâneo, problematizam-se principalmente os efeitos que as transformações no mundo do trabalho têm causado na própria base de estruturação do modo de produção capitalista e na reprodução social.

Autores como Antunes (1999), por exemplo, abordaram as transformações que ocorreram desde a década de 1980. Segundo ele, essa década, especialmente nos países de capitalismo avançado, presenciou profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política.

> Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século [século XX], que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*. (ANTUNES, 1999, p. 15)

Ainda, segundo o autor, a década de 1980 foi uma década de grande salto tecnológico com o desenvolvimento da automação, da robótica e da microeletrônica que se inseriam no âmbito das relações de trabalho e de produção de capital. Assim como, nesse período o fordismo e o taylorismo mesclaram-se com outros processos produtivos (chamados de neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo) (ANTUNES, 1999, p, 15-16).

Para Vasapollo (2005, p. 18), na denominada era pós-fordista, passou-se da grande indústria que abrigava em seu interior todos os processos de produção para um modelo de descentralização produtiva. Também, segundo ele, do ponto de vista dos trabalhadores, a informatização no setor produtivo desqualificou o trabalho já existente, além de provocar o desemprego estrutural.

A respeito do fordismo, esse autor recorda que o Estado, então, tinha de garantir um mínimo de bem-estar social a todos e tratar de transmitir benefícios, assegurando, sobretudo, assistência sanitária adequada, moradia e instrução (VASAPOLLO, 2005, p. 22-23).

Na era pós-fordista, diversos fatores contribuíram[13] para que se estabelecesse aquilo que se convencionou chamar de crise do Estado Providência e do pleno emprego, pondo em risco o bem-estar social mínimo.

Os anos de 1990 presenciaram um imenso movimento de reestruturação empresarial, por meio de fusões, aquisições e reorganização dos grandes oligopólios mundiais, assim como a privatização de empresas estatais em todo o mundo. No Brasil, os vários processos de reestruturação combinaram-se com uma crise econômica, iniciada nos anos 1980, afetando o mercado e as relações de trabalho.

Segundo Dreifuss (1996, p. 36-39), em nível mundial, ocorreram mudanças na organização social da produção, assim como se estabeleceram novas formas de estruturação produtiva e de localização espacial. A "desterritorialização produtiva" veio acompanhada de processos chamados de "horizontalização, terceirização, e mesmo de quarteirização" que mudam a fisionomia do mundo empresarial, do universo do trabalho e de suas organizações sindicais. Milhões de

[13] Abrucio (1997, p. 9-10) ressalta quatro fatores socioeconômicos que contribuíram fortemente para detonar a crise do Estado, sendo estes: 1) A crise econômica mundial, iniciada em 1973, na primeira crise do petróleo, e retomada ainda com mais força em 1979, na segunda crise do petróleo. A economia mundial enfrentou um grande período recessivo nos anos de 1980 e o Estado foi o principal afetado, entrando numa grave crise fiscal. 2) A crise fiscal. Após ter crescido por décadas, a maioria dos governos não tinha mais como financiar seus déficits. Estava em xeque o consenso social que sustentara o *welfare state*. 3) A situação de "ingovernabilidade". Os governos estavam, ainda, sobrecarregados de atividades — acumuladas ao longo do pós-guerra — e com poucos recursos para cumprir todos os seus compromissos. 4) A globalização e todas as transformações tecnológicas que transformaram a lógica do setor produtivo. O enfraquecimento dos governos para controlar os fluxos financeiros e comerciais, somado ao aumento do poder das grandes multinacionais resultou na perda de parcela significativa do poder dos Estados nacionais de ditar políticas macroeconômicas.

postos de trabalho tornaram-se obsoletos e irrecuperáveis, num processo aceleradíssimo de desemprego estrutural, tanto na linha de produção quanto nos serviços.

Por sua vez, Mota (2000, p. 65) afirma que a reestruturação produtiva seria uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo "equilíbrio instável", que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como na das relações sociais.

A tese subjacente à reestruturação é a de que toda a crise no mercado mundial expressa desequilíbrios no âmbito da produção e da circulação de mercadorias e "ocasiona esforços por parte do capital a fim de superar tais contradições, reestruturando tanto a produção quanto os mercados" (MANDEL apud MOTA, 2000, p. 66). Isso nada mais seria que a permanente necessidade de resposta do capital as suas crises.

O conjunto das mudanças na esfera da produção e da organização social implicou um redirecionamento das ações do Estado, em especial no tocante aos mecanismos de regulação da produção material e da gestão estatal e privada da força de trabalho (MOTA; AMARAL, 1998, p. 37). Destacaram-se as privatizações, o "estreitamento"/redução ou flexibilização dos direitos dos trabalhadores e as pressões do empresariado e da burocracia estatal nessa direção, além da "naturalização" da superexploração do trabalho, mesmo por parte do próprio trabalhador com seu consentimento e adesão às novas exigências da produção capitalista.

O Estado contemporâneo enfrentava crises internas de várias naturezas entre as quais a sua própria reforma, a garantia de crescimento econômico autossustentado e a questão do desemprego.

A chamada globalização neoliberal fragilizou os Estados frente às questões colocadas pelo econômico. A redução da capacidade de regulação do Estado, a desregulamentação, que ocorreu pela alteração da legislação trabalhista, acompanhada do enfraquecimento das organizações sindicais, e consequentemente, o agravamento da questão social acabaram por colocar em

cheque a capacidade dos governos de combater o desemprego. Houve uma mudança de orientação do papel do Estado, que se tornou cada vez mais limitado e restritivo em relação às políticas públicas.

Enfim, foi partir dos anos 1980 que um novo panorama político-econômico mundial foi definindo-se com base no neoliberalismo e na globalização da economia, expressando profundas transformações nos processos de produção e na reprodução da vida social, determinadas pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social.

Em composição ao cenário das novas necessidades do processo de acumulação capitalista, emergiu no horizonte do trabalho uma fragmentação objetiva do trabalhador coletivo, expressa na constituição de dois grandes grupos de trabalhadores: os empregados estáveis, sobreviventes dos processos de reestruturação e enxugamento das empresas do grande capital; e os trabalhadores excluídos do emprego formal, estes últimos sujeitos ao trabalho desprotegido. Surgiu, portanto, uma nova dinâmica na relação entre exclusão/inclusão dos trabalhadores na economia. A externalização da produção, ao mesmo tempo em que determinou a exclusão dos trabalhadores do trabalho socialmente protegido, criou outras formas de inclusão na economia, que têm na insegurança e na desproteção do trabalho as suas principais características (MOTA; AMARAL, 1998, p. 32).

As alterações nas relações formais de trabalho mudaram também a esfera da produção e afetaram a própria natureza do trabalho, que passou a se apresentar sob formas precárias, frágeis e eventuais, com um grande contingente de trabalhadores sem profissão definida, sujeitos a atividades instáveis como forma de obtenção de renda. Da mesma forma, aumentavam cada vez mais os contratos de trabalhos precários, sem garantias e vantagens. No entanto, tais formas de contrato instável tenderam a encontrar respaldo legal, seja por meio de novas leis ou novas interpretações das leis, ou ainda por negociações coletivas (FREITAS; MACHADO, 1999, p. 67).

A desmontagem de algumas formas estatais de regulação das relações de trabalho e os conflitos trabalhistas com relação à manutenção do emprego

trouxeram, como consequência, uma segmentação jurídica que incidiu sobre as garantias de um contrato de trabalho regular, permitindo o aparecimento dos contratos atípicos de trabalho como mecanismos alternativos para reduzir o desemprego.

> Os contratos atípicos representam a face legal e social da contratação dos trabalhadores que, dentro do dualismo atual do mercado de trabalho, são periféricos, fragmentários e formam o cinturão precário que cerca o grupo de trabalhadores mais estáveis e permanentes que são o núcleo central das empresas via de regra, empregados na forma tradicional de emprego. (REIMANN, 2002, p.138).

Para Vasapollo (2005, p. 100), a tendência ao trabalho atípico é o que mais evidencia os novos tipos de trabalho autônomo, que aparentam ser independentes, mas que representam, na realidade, a nova fronteira do trabalho assalariado pós-fordista. Pois, a diminuição dos postos de trabalho efetivo leva não apenas a uma maior precariedade, mas também a afirmação de atividades que não mais dependem da organização empresarial clássica.

Tudo isso agrava mais ainda a questão social pelo aumento da subcontratação e da terceirização que precarizaram as relações de trabalho, excluindo um grande contingente de trabalhadores de toda e qualquer garantia trabalhista (ou proteção social).

De acordo com Castel (1998), a questão social pode ser interpretada como advinda do enfraquecimento da condição salarial. Suas principais formas de expressão, especialmente nos países pobres, são: o desemprego, a precarização das relações de trabalho e o pauperismo. Para a superação dessas, presume-se a intervenção do Estado por meio de políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda e inserção social do trabalhador, capazes de regular as formas de organização das relações de trabalho emergentes.

Visto que o domínio da questão social não é exclusivo da esfera da empresa ou da economia, sua dinâmica atual causa efeitos desastrosos do ponto de vista da coesão social, produzindo uma crescente desigualdade no mercado de trabalho, com indivíduos qualificados, melhor remunerados, e outros submetidos às flutuações da demanda, à insegurança, ou trabalho casual e precário. Há um

excesso de efetivos em concorrência direta com os subempregados. Portanto, o problema atual não é apenas o da constituição de uma periferia precária, mas também o da desestabilização dos estáveis.

Castel (1998, p. 593) corrobora com essa análise ao enfatizar que o núcleo da questão social atual seria, novamente, a existência de “inúteis para o mundo”, de supranumerários e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massas.

O novo modelo de organização empresarial que se veio definindo em âmbito mundial implicou também na crise dos paradigmas habitualmente disponíveis para interpretar a realidade social. Assim, as tentativas de estabelecimento de novos paradigmas e de novos conceitos terminaram por dificultar, em certa medida, o alcance da abordagem do fenômeno mundial, devido a sua complexidade, e, por muitas vezes, não permitiram a compreensão precisa das mudanças específicas e/ou locais. Como por exemplo, a análise sobre a “quebra” ou crise do modelo padrão de emprego historicamente construído no Brasil.

Segundo Singer (1999, p.31), o mundo do trabalho, nas “economias capitalistas democráticas” da Europa, América do Norte e, com algumas adaptações, também da América do Sul, como no Brasil, estruturou um sistema de relações de trabalho em que prevalecia o trabalho assalariado formal, a relação de emprego padrão. No Brasil, esse padrão consistia basicamente num contrato de trabalho no qual o trabalhador era contratado, em geral, por uma grande (ou média) empresa por tempo indeterminado, com um horário de trabalho fixado em lei; um salário direto ao trabalhador; um conjunto de direitos sob a forma de 13º salário, de férias remuneradas, de pagamentos por horas extras acima da taxa de hora normal, do pagamento do descanso semanal remunerado, etc.; e ainda um amplo sistema de seguridade social.

Com as mudanças das relações de trabalho nas grandes empresas, parte de um processo global de reestruturação da economia capitalista, tudo isso entrou em crise. Ocorreu, então, no mundo do trabalho a destruição dessa estruturação

e, sobretudo, da relação padrão de emprego (SINGER, 1999, p.32).

Segundo César (1998, 118-119), no Brasil, a reestruturação produtiva, longe de substituir as tradicionais e conservadoras relações de trabalho, reforçou-as com a introdução de novos e modernos padrões de produção, que enfatizaram a maior qualificação dos trabalhadores, as múltiplas competências, a adaptabilidade, a participação e o envolvimento, ao mesmo tempo em que apresentava cada vez mais redução de postos de trabalho com adoção de padrões mais rígidos de controle do desempenho do trabalhador.

As empresas, cada vez mais, apresentavam iniciativas que buscavam aumentar o consumo e controlar a força de trabalho, bem como de sua reprodução material (CÉSAR, 1998, 119). Dessa maneira, as estratégias utilizadas pelo grande capital, para redefinir socialmente o processo de produção de mercadorias, evidenciavam as reais necessidades do processo de reestruturação produtiva: a integração passiva dos trabalhadores à nova ordem do capital, ou seja, a adesão e consentimento do trabalhador às novas exigências da acumulação capitalista.

Para Araújo e Gitahy (1998, p. 22), o conjunto de transformações e as grandes alterações das condições do mercado de trabalho alteraram a correlação de forças entre capital e trabalho de modo desfavorável aos trabalhadores. Nesse contexto, grande parte dos sindicatos de trabalhadores industriais ligados a CUT (Central Única dos Trabalhadores) foram debilitados pela perda crescente de membros, decorrente, sobretudo, da redução dos postos de trabalho e do movimento de terceirização, e pela dificuldade de mobilização de suas bases. Esta dificuldade fica expressa na redução da duração e na queda do número de greves ao longo da década de 1990, principalmente das greves por categoria que praticamente deixaram de ocorrer a partir de 1994 (ARAÚJO; GITAHY, 1998, p. 22)

Segundo Ramalho e Santana (2003, p. 32), concretamente o que houve foi que o pano de fundo, que conjugava desemprego e precariedade no trabalho, fez também com que os sindicatos mudassem as pautas de reivindicação. Se nos anos de 1980, a questão econômico-social tinha prioridade, nos anos de 1990, a

temática da garantia de emprego e as tentativas de combate ao desemprego assumem o primeiro plano.

> Neste sentido, as centrais sindicais de maior relevo acabaram por se envolver em projetos os mais variados em termos de formação profissional, constituição de cooperativas de trabalho e intermediação entre trabalhador e emprego, através de agências e centros de solidariedade. Em muitos casos, esse envolvimento se deu de forma defensiva, em detrimento de movimentos de mobilização dos trabalhadores. (RAMALHO; SANTANA, 2003, p. 32)

Nesse contexto, o desemprego deixara de ser um aspecto das relações de trabalho, que poderia ser resolvido, e tornara-se um problema da dinâmica da modernização capitalista, como também a diversidade e a descontinuidade das formas de emprego estariam em vias de suplantar o paradigma do emprego homogêneo e estável. As novas formas particulares de emprego recuperaram as antigas formas de contratação, nas quais o status do trabalhador dilui-se diante das pressões do capital.

A flexibilidade configurava-se como uma maneira de nomear a necessidade de ajustamento do trabalhador a sua tarefa, estando imediatamente disponível para adaptar-se às flutuações da demanda. As novas relações de trabalho e a alteração das formas de organização do trabalho vieram acompanhadas da desregulamentação de direitos, da ampliação do mercado informal, do aumento do subemprego e do desemprego que, em países como o Brasil, agregavam-se ao desemprego estrutural e à informalidade preexistente.

Em síntese, as transformações no mundo do trabalho, bem como as relações que se vão estabelecendo com o Estado e com a sociedade como um todo, têm contribuído para a ampliação do contingente de sujeitos inseridos no setor informal, que dentro desse contexto de incertezas alocam-se nesse mercado como forma de garantia de sobrevivência.

Segundo Dalbosco e Kuyumjian (1999, p. 190), o mercado informal situa-se como um desdobramento do desenvolvimento do processo produtivo, que “cria, recria e redimensiona no espaço econômico, suas formas de organização, os postos de trabalho e as atividades disponíveis”.

Para Antunes (1999), nos anos de 1990, o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado representava de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressiva do capitalismo. O trabalho organizado apresentava-se cada vez mais solapado. Os índices de desemprego estrutural estavam cada vez maiores e havia, cada vez mais, um retrocesso da ação sindical.

Desse modo, a desregulamentação do trabalho não só dizia respeito à progressiva destituição dos direitos trabalhistas, do direito ao trabalho e dos direitos sociais em geral, mas também, dizia respeito à deslegitimação das formas de organização e participação social, conferindo mais restrições à cidadania.

No Brasil, o início da crise das relações de trabalho deu-se praticamente a partir da abertura do mercado promovido pelo governo Fernando Collor de Melo, no início dos anos de 1990. As transformações do capitalismo trouxeram para o Estado novas e prementes questões, pois a nova economia global acarretava como seu subproduto o aumento da desigualdade.

O trabalho informal passou por um enorme crescimento nas décadas de 1970, 1980 e 1990, quando ocupou quase metade do mercado de trabalho. A título de ilustração, dados apresentados por Dupas (2001, p.145-146) indicam que no Brasil, até 1990, o emprego na indústria, serviços e construção civil cresceu em torno de 20%, com destaque para construção civil (28 %). A partir de 1990, os empregos industriais desabaram (-38%), a construção civil perdeu 7% e só nos serviços o número de desempregados cresceu um pouco.

Em resumo, nos nove anos que se seguiram à abertura do governo Collor (1991-2000), o Brasil metropolitano cresceu em 2% o número de empregos, quando havia ganho 20% nos cinco anos anteriores.

Segundo Dupas (2001, p.147), uma abordagem fundamental para o entendimento da mudança do paradigma do emprego no Brasil é a análise da evolução por tipo de ocupação. O que se constatava era a explosão do trabalho informal ou flexível nas metrópoles brasileiras. O número de empregos gerados com carteira assinada passava de um crescimento de 23% (1986-1990) para uma queda de 26% (1991-2000). Enquanto isso, os trabalhadores sem carteira foram

de um modesto crescimento de 5% (1986-1990) para o salto de 40% (1991-2000). Esse movimento significou, no período, uma perda de 2,0 milhões de postos de trabalho no setor formal e um ganho de outros 2,0 milhões de postos no setor informal.

Em suma, no pós-abertura comercial dos anos de 1990, no Brasil, sociedade e governo voltaram-se para o setor informal em busca de uma vitalidade tal que permitisse manter níveis gerais adequados de emprego, ainda que precários. A mudança no paradigma do trabalho tornou progressivamente mais flexível o emprego tradicional e levou ao brutal crescimento do setor informal, assim como afetou a qualidade do trabalho, em termos de nível e estabilidade da renda auferida e dos esquemas de proteção social (DUPAS, 2001, p. 151).

No pós-Collor, o Brasil continuou a reproduzir o cenário da competição global desigual, o que pôde ser observado nos dois governos de FHC[14], com um modelo de desenvolvimento que visava à estabilização econômica e trazia a reboque várias alterações ao padrão de emprego, provocando consequências que agravaram a questão social.

A respeito da Era FHC, Fiori (2002, p. 12) comenta que, uma década depois de iniciado o desmonte do desenvolvimentismo, o balanço era pouco promissor. Do ponto de vista da economia real e que interessava à maioria da população, o país teve um crescimento médio anual de apenas 1,7%, menor que o da década "perdida" de 1980; sua taxa média de desemprego ficou em torno de 7% (e, nas grandes metrópoles, em torno de 17%); a taxa de investimento não ultrapassou a casa dos 18%; tudo isso enquanto caía a participação dos salários na renda nacional e aumentava a concentração de renda e da riqueza.

Conforme dados apresentados por Ramos e Ferreira (2006, p. 474), nos seis primeiros anos da década anterior, de 1991 a 1996, o grau de informalidade passou de 40% para 47% no conjunto das seis RMs (Regiões Metropolitanas) cobertas pela PME/IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego/ Instituto Brasileiro de

[14] Considera-se que a política econômica de FHC (Fernando Henrique Cardoso) iniciou-se ainda quando este ocupava o cargo de Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco (de maio de 1993 a março de 1994), com a implantação do Plano Real, e teve continuidade em seus dois mandatos subsequentes de Presidente da República (de 1995 a 1999 e de 1999 a 2002).

Geografia e Estatística). De meados de 1996 até o final de 1997, o ritmo de crescimento diminuiu e a informalidade ficou próxima de 48%. Como reflexo das agruras porque passou a economia brasileira em 1998 e 1999, o funcionamento do mercado de trabalho mudou, levando a informalização a retomar fôlego; visto que, nos últimos meses de 1999, ela ultrapassou a marca de 50%, chegando a 51% no início de 2000. Ao longo desse ano houve ligeira queda, seguida de estabilização em torno de 50% durante os anos de 2001 e 2002.

Segundo esses autores, os setores da indústria e serviços responderam, em conjunto, por 56,7% dos postos de trabalho informais criados entre 1991 e 2002. Para eles, esse resultado, se por um lado confirma a importância desses dois setores para o entendimento do crescimento da informalidade, por outro deixa claro que "a natureza da ligação entre mudanças na estrutura setorial do emprego e mudanças na informalidade não é tão simples quanto uma primeira conjectura pode levar a supor". Isso porque as razões pelas quais cada um desses setores contribuiu para o crescimento da informalidade foram distintas: no caso do setor de serviços foi o seu crescimento, enquanto na indústria foi sua crescente informalização (RAMOS; FERREIRA, 2006, p. 478).

TABELA 10: Grau de informalidade: RMs – Pnad e PME (em %)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	51,9	52,7	52,7	52,6	52,7	53,0	53,5	52,5	52,6	51,7	51,2	50,4
RMs (Pnad)	38,3	39,3	40,7	41,4	41,6	41,8	43,7	44,6	45,0	44,1	44,1	43,9
RMs ("PME")	36,8	38,2	39,7	40,6	40,6	41,1	43,1	43,7	44,3	43,4	43,6	43,3

Fonte: Elaboração Ramos e Ferreira (2006, p.481) a partir das PNADs e das PMEs de 1992 a 2005.

Conforme a tabela comparativa dos dados das Regiões Metropolitanas (RMs) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), elaborada por Ramos e Ferreira (2006), no período de 1992 a 2005, podemos observar certa estabilidade no grau de informalidade no Brasil. Todavia, há que se considerar que o patamar de informalidade é bastante elevado, pois pouco mais da metade da força de trabalho ocupada está inserida

no setor informal, além de ter sido significativo o crescimento das práticas informais no âmbito das RMs.

> É importante ter clara a gravidade da situação, até porque algumas vezes a informalidade é defendida como "uma solução, e não um problema". Vale lembrar, boa parte dela – o assalariamento sem carteira – é, na verdade, ilegalidade, visando ao não-pagamento de encargos. Adicionalmente, o trabalho autônomo por vezes é sinônimo de trabalho precário, resultado de uma estratégia de sobrevivência em circunstâncias em que o mercado de trabalho não consegue gerar empregos de qualidade, no sentido de adequados às dotações e às habilidades da força de trabalho, em quantidade suficiente. Nesses termos, é difícil aceitar a tese da informalidade como solução. Mais apropriado, parece, seria caracterizá-la como reveladora da gravidade do funcionamento deficiente do mercado de trabalho. (RAMOS; FERREIRA, 2006, p. 486-487)

Para Theodoro (2002)[15], existem três requisitos que possibilitam o estabelecimento e a permanência do mercado informal no Brasil, quais sejam: a extrema desigualdade social expressa na seletividade e nos reduzidos níveis de oportunidades de emprego formal; a ausência de um marco regulatório global e institucional que cerceie, sancione práticas abusivas e estabeleça alguns limites e parâmetros para o funcionamento desse mercado; e, ainda, a capacidade das atividades informais articularem-se e ajustarem-se ao mercado formal, estabelecendo um conjunto de estratégias e alianças que lhes permitem a consecução ou preservação de um espaço de existência.

Dados levantados pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Indústria) informam que, em 2006, as empresas informais somavam cerca de 10,3 milhões no Brasil e as formais 5 milhões, em que a grande maioria das informais era constituída de MPE (micro e pequenas empresas). Especialistas estimavam que a economia informal representasse entre 30% a 40% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro em 2006 (VIZIA, 2006).

Quanto à ocupação da população economicamente ativa, dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), dados divulgados pelo DIEESE, em 2011, demonstram que, entre 2009 e 2010, houve um desempenho positivo observado

[15] Mário Lisboa Theodoro. Palestra "Política Social e Trabalho: desafios do mercado informal" proferida no "Seminário Internacional Novos Paradigmas da Política Social", Universidade de Brasília (UnB), Brasília, novembro de 2002.

em todas as regiões metropolitanas pesquisadas: Recife (7,1%), Salvador (5,9%), Fortaleza (5,5%), Distrito Federal (4,2%), São Paulo (4,1%), Porto Alegre (3,4%) e, em menor proporção, Belo Horizonte (0,6%). A construção civil foi o setor de atividade cujo nível ocupacional apresentou as maiores taxas de crescimento relativo no conjunto das regiões (8,2%), com destaque para Fortaleza (25,8%), Salvador (16,3%), Distrito Federal (13,6%) e Porto Alegre (12,1%), e crescimento abaixo da média nas regiões metropolitanas de São Paulo (3,9%) e Belo Horizonte (3,5%). A indústria teve crescimento de 6,8 % no total das regiões, mas foi especialmente dinâmica, com crescimento acima da média, no Recife (9,8%), Distrito Federal (8,9%), Fortaleza (8,9%) e São Paulo (7%). O comércio obteve crescimento de 4,3% em relação a 2009, destacando-se o crescimento da região de Fortaleza (7,4%), Salvador (6,2%) e Recife (4,8%). O nível de ocupação, nos serviços, apresentou um crescimento total de 3,7%, onde os melhores desempenhos ocorreram em Recife (8,8%), Salvador (5,4%), Distrito Federal (4,3%) e São Paulo (3,9%), mas observou-se uma pequena retração em Belo Horizonte (0,5%).

Embora as pesquisas, acima tratadas, sinalizarem com a estabilização tanto da taxa de informalidade como a de ocupação, os dados ainda são pouco expressivos. Em nosso entendimento, isso anuncia que os “efeitos desastrosos sobre o emprego”, advindos das décadas anteriores, ainda não estão sendo superados a contento, pois existem lacunas que necessitam ser cobertas por políticas específicas para combatê-los ou minimizá-los, especialmente no tocante à proteção social do trabalhador.

Entendemos que, em tese, o Estado é um agente regulador inquestionável, portanto, é ele que deve problematizar a questão da nova regulação advinda das demandas da sociedade, tendo em vista a mudança do padrão das relações de emprego (pelo subemprego e pela terceirização) e a manifestação espontânea ou induzida da informalidade, pois não há mercado que sobreviva sem uma instituição legisladora que discipline o contrato social.

No Brasil, onde se verifica um histórico déficit de cidadania social, a desregulamentação ameaça não só os trabalhadores tradicionalmente integrados,

mas também os que nunca foram amparados por essa legislação, tanto quanto os que sofreram com as fragilidades das políticas sociais implementadas pelos distintos governos (BATISTA, 2003, p. 199).

Entendemos também que o desemprego e o alargamento do setor informal no Brasil acabaram por impulsionar modalidades de organização do trabalho fora do modelo formal/padrão de emprego.

Com relação ao tema específico deste estudo, supomos que temos dois lados de uma mesma moeda configurando a questão em torno da emergência das "novas" modalidades de organizações do trabalho – organizações constituídas por relações associativas, cooperadas ou solidárias, como forma de sobrevivência e resistência às condições de desemprego.

Por um lado, temos as transformações do mundo do trabalho com todas suas consequências sobre a organização das relações produtivas e sobre a reprodução do trabalhador: a expulsão do trabalhador do mercado de trabalho ou das relações formais de emprego, que provoca a diminuição do emprego formal e o aumento da pobreza. A busca do trabalhador por sobrevivência socioeconômica acaba por impulsionar a emergência e ampliação de modalidades alternativas de organização do trabalho na forma de empreendimentos de natureza associativa, cooperativa ou solidária.

Por outro lado, temos as mudanças no papel do Estado, em termos institucionais, frente à questão social, com a redução de seu tamanho, de sua capacidade regulatória, conforme o ideário neoliberal, e a redução da proteção social por ele assegurada. O agravamento da questão social e a incapacidade manifestada pelo Estado em garantir os direitos sociais leva à sua desresponsabilização e, consequentemente, à transferência das suas funções para a sociedade, que deve buscar alternativas para a superação da condição de desemprego e pobreza.

Desta forma, o próprio Estado, por meio das instituições governamentais, e a sociedade civil passam a estimular alternativas criativas de inserção e reinserção socioeconômica de trabalhadores no mercado também na forma de empreendimentos de natureza associativa, cooperativa ou solidária. Às quais se

estabelecem como modalidades legais de trabalho e geração de renda legitimadas pela sociedade civil e reguladas pelo Estado, pois, ao menos do ponto de vista jurídico, as cooperativas estão regulamentadas por legislação específica que as define como uma modalidade formal de organização de trabalho a despeito das relações informais de trabalho a que o trabalhador cooperado possa estar submetido.

1.2 "NOVAS" MODALIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: AS DIFERENTES ANÁLISES SOBRE O COOPERATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Procuramos, aqui, apresentar as principais polêmicas desenvolvidas em torno do fato de que trabalhadores têm procurado sobrevivência econômica e inserção social por vias alternativas ao padrão de emprego formal. Em especial, tratamos do momento recente de eclosão das cooperativas como possibilidade de delineamento de novas relações de trabalho constituídas com base na autogestão e na emancipação[16] dos trabalhadores.

Boa parte dos livros e/ou artigos que tratam do cooperativismo, em especial do cooperativismo de trabalho, enfatizam uma questão central: o cooperativismo surgiu como um modelo de organização de trabalho, baseado em relações associativas, alternativo ao modelo capitalista de produção e circulação de mercadoria.

Ainda que, os diversos autores venham a apresentar interpretações diferenciadas e mesmo divergentes sobre o real impacto desse modelo alternativo ao modo de produção capitalista, em linhas gerais, demonstram parcial consenso ao afirmar que as cooperativas de trabalho surgiram como uma forma de organização cuja base sustenta-se na ideia original do cooperativismo desenvolvido pelos pioneiros de Rochdale[17] (Inglaterra). Isso significa que seu fundamento é inspirado nos princípios desenvolvidos pelos pioneiros, mesmo que, por muitas vezes, as práticas reais do cooperativismo manifestem-se de forma contraditória aos seus princípios ou preceitos originais.

---

[16] Alguns autores e ativistas defendem os ideais do cooperativismo e/ou da economia solidária como alternativas emancipatórias que apontam para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas (SANTOS; RODRIGUEZ, 2005).

[17] A cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (*Rochdale Society of Equitable Pionner*) – também conhecida como sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale – é a primeira experiência efetiva de cooperativismo na Europa. Ela surgiu em Rochdale (importante centro têxtil próximo a Manchester, Inglaterra), em 1844, quando 28 operários têxteis, qualificados em diversos ofícios, associaram-se e decidiram fundar um armazém cooperativo como forma de escapar da ameaça da miséria. Inicialmente, era uma cooperativa de consumo que se expandiu rapidamente com a abertura, em 1850, de uma cooperativa de produção industrial – um moinho – e, em 1854, com uma tecelagem e fiação (SINGER, 2002; LIMA, 2004; OCB, 2006).

Cabe ressaltar que muitos autores acreditam que o cooperativismo atual é contraditório com os ideais de Rochdale, pelo pragmatismo assumido frente às adaptações às novas exigências do mercado de trabalho capitalista[18], e que, mesmo os ideais dos pioneiros, não levariam de fato a uma ruptura com o sistema capitalista.

É quase consensual entre os autores que o iniciador do cooperativismo foi o inglês Robert Owen[19], cujas ideias deram origem à cooperativa dos pioneiros de Rochdale (1844), pois metade dos tecelões fundadores da cooperativa era owenista. Os valores e princípios cooperativos, idealizados pelos pioneiros e também a própria base da filosofia do cooperativismo, foram preservados, com pequenas alterações, como modelo cooperativista adotado em todo mundo[20].

Rios (1989, p. 13) explica que o cooperativismo, como fruto do movimento operário, resultou na criação de um modelo de associação com as seguintes características: propriedade cooperativa (a associação é de pessoas e não de capital); gestão cooperativa (o poder de decisão último é da assembleia dos associados); e repartição cooperativa (distribuição de sobras financeiras em função da participação dos associados). As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.

---

[18] Muitos especialistas no assunto afirmam que as novas configurações do mercado de trabalho referem-se sobremaneira ao movimento de terceirização, que busca novas formas de contratação de trabalho de modo a reduzir custos e encargos da produção. Nesse sentido, muitas cooperativas e até associações de trabalhadores enquadrar-se-iam hoje na forma da empresa capitalista terceirizada, pois nelas surgem formas de assalariamento disfarçado e trabalho precário.

[19] Robert Owen (1771-1858), socialista utópico e industrial, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark (Escócia), é considerado precursor e pioneiro do cooperativismo. Owen, como muitos socialistas de sua época, rejeitava o comércio visando ao lucro como essencialmente parasitário e propunha leis de proteção aos trabalhadores. No meio da ascensão do cooperativismo, o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora (SINGER, 2002, p.28). Além de Owen são apontados como precursores do cooperativismo: os franceses Conde de Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Charles Gide (1847-1932); o também inglês William King (1786-1865); o espanhol Louis Blanc (1812-1882); e o italiano Luigi Luzzati (1841-1927) (SINGER, 2002; CONCEIÇÃO, 2005)

[20] Em 1895, foi criada, em Genebra, a Aliança Cooperativa Internacional que manteve e reforçou os princípios do cooperativismo apregoado pelos Pioneiros de Rochdale. Esses princípios sofreram ajustes em 1995, em Viena, no Congresso do Centenário do Cooperativismo.

Do ponto de vista conceitual, a cooperativa é uma associação autônoma, de pessoas que se unem voluntariamente para fazer frente às necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada. O seu estatuto deve conter a forma como o associado participará da cooperativa, com suas obrigações e direitos. Não deve visar o lucro, mas ter por meta eliminar a intermediação entre o associado e o tomador de serviços, com um preço mais justo, pois o fim desse tipo de associação é beneficiar o trabalhador e o consumidor (PICCININI, 2004, p. 74).

Os princípios cooperativos são as linhas orientadoras, através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática. Quais sejam: 1) Adesão livre e voluntária; 2) Gestão democrática e transparente; 3) Participação econômica dos membros; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6) Solidariedade interna e intercooperativas; 7) Interesse social pela comunidade[21].

Nas afirmações dos autores citados, Singer, Rios e Piccinini, percebemos um entendimento comum de que as cooperativas fundamentar-se-iam nesses princípios e constituir-se-iam, historicamente, como um modelo alternativo às relações capitalistas de produção e como forma reativa do movimento operário para superação das condições de miséria e de desigualdade que afetam fundamentalmente os trabalhadores.

Porém, é necessário esclarecer que esse entendimento não é consensual entre os demais autores estudados. Muitos afirmam que grande parte do impulso ao cooperativismo dos tempos atuais motiva-se pouco pelos ideais cooperativos alternativos ao capitalismo e mais pela nova dinâmica do capital que vê na cooperativa uma possibilidade de empresa terceirizada.

Na contemporaneidade, as cooperativas vêm se apresentando como propostas alternativas à quebra do padrão de emprego formal e ao desemprego, e, no caso dos países pobres, apresentam-se também como alternativa de superação da condição de pobreza de grande parte da população. Isso não significa dizer que as posições em favor da ampliação do cooperativismo estejam

[21] Esses princípios podem ser vistos detalhadamente no *site* da OCB (www.ocb.org.br ou www.brasilcooperativo.coop.br/OCB/) e da ANTEAG (www.anteag.org.br).

necessariamente identificadas com a visão de que este levaria à supressão das relações capitalistas de produção. A atribuição às cooperativas de uma capacidade transformadora das relações de produção da sociedade capitalista não é uma tese que será defendida por todos os adeptos dessa proposta.

> O debate que se desenvolveu nos anos 1990 contrapôs o paradigma de mercado representado seja pela proposta da cooperativa como um empreendimento empresarial voltado ao mercado, seja pela precarização do trabalho e perda de direitos sociais nas cooperativas organizadas com fins de desoneração das empresas, ao ideário ou projeto social e político de emancipação dos trabalhadores, uma outra economia, social e solidária, na qual as cooperativas poderiam representar uma nova forma de organização da produção que propiciasse aos trabalhadores maior autonomia e democratização das relações de trabalho. (LIMA, 2007, p. 69)

A divergência das análises acerca do efeito reformista ou revolucionário do cooperativismo na sociedade capitalista é antiga. Como nos informa Lima (2004, p. 45), o debate sobre cooperativismo de trabalho e produção no movimento operário e sindical, no final do século XIX, dividia aqueles que consideravam suas possibilidades revolucionárias daqueles que acreditavam em seu caráter reformista. A dúvida consistia em considerar o cooperativismo como um passo para a revolução socialista ou como adesão aos princípios capitalistas.

Por sua vez, Castro (2003) menciona que Marx acreditava que o trabalho cooperativo só constituiria uma alternativa antissistêmica ao capitalismo sob a condição de vir a "ser desenvolvido em dimensões nacionais e, consequentemente, incrementado por meios nacionais" (MARX; ENGELS, 1982-1985, p. 319-320). "Para tanto, a classe trabalhadora teria de se defrontar com o controle do poder político de estado pelos capitalistas, interessados em usá-lo, sempre que necessário, para barrar qualquer desenvolvimento nessa direção". (CASTRO, 2003, p. 73)

Segundo Castro (2003, p. 74), Bernstein (1997) divergia dessa perspectiva. Para ele, na medida em que as cooperativas levam os trabalhadores e se apoderarem "de uma porção considerável de riqueza social, que, de outra maneira, serviria para aumentar a renda das classes proprietárias", elas promoviam as reformas necessárias para a democratização do sistema

econômico.

Ainda segundo Castro (2003), Rosa Luxemburgo (1986) argumentava contra Bernstein (1997) afirmando que, por serem as cooperativas, em especial as cooperativas de produção, instituições híbridas nas quais uma produção socializada em miniatura inser-se-ia em mecanismos de troca capitalista dominada pela concorrência, estariam fadadas a uma das três possibilidades de desenvolvimento: desaparecer; transformar-se em empresas capitalistas; ou ocupar ramos produtivos de baixa concentração.

O confronto de ideias entre Marx, o marxismo revisionista de Bernstein e o marxismo ortodoxo de Rosa Luxemburgo, apresentado por Castro (2003), certamente mostra que, no interior do pensamento marxiano/marxista, os ideais do cooperativismo, enquanto projeto alternativo ao capitalismo, causavam divergências quanto a sua real capacidade de ruptura, ou seja, quanto a sua perspectiva revolucionária.

Cabe ressaltar que, embora originário do movimento operário e socialista de contestação ao capital, constituindo-se em alternativa ao modelo de produção capitalista, o movimento cooperativista também foi apropriado por propostas reformistas de inspiração cristã[22], direcionadas à humanização das relações entre capital e trabalho (LIMA, 2004, p. 47).

As conquistas de direitos, decorrentes da força do movimento operário e sindical, conduziram a "uma espécie de cidadania 'social'" (SINGER, 2002, p. 110), e, com o advento do Estado de Bem-Estar e o desenvolvimento de uma série de políticas voltadas para alcançar e manter o pleno emprego da população economicamente ativa, o movimento cooperativo (em geral) vivenciou relativa retração, ao menos em termos qualitativos.

Como discutimos no item anterior, com o desemprego em massa, a partir

[22] Um modelo de cooperativismo de produção, de inspiração cristã, bem sucedido é o complexo cooperativo de Mondragón (País Basco, Espanha), idealizado por José Maria Arizmendiarrieta (Pe. Arizmendi), formado por uma rede de cooperativas surgida em 1956, no momento em que a Espanha enfrentava a ditadura do General Franco. A rede reestruturou-se nos anos 1970, a partir dos novos parâmetros de competitividade. Na atualidade, o complexo Mondragón, provavelmente o maior do mundo, combina múltiplas atividades cooperativas. O exemplo de Mondragón é comumente citado pelos autores que abordam a temática do cooperativismo, por se tratar de uma experiência de 50 anos de sucesso. Para melhores informações vide Singer (2002), Araújo (2003), Santos e Rodriguez (2005), Lima (2004), Conceição (2005).

da segunda metade dos anos de 1970, a missão reguladora do Estado de Bem-Estar dá lugar às propostas de Estado Mínimo. A crise do Leste Europeu, que culminou no início dos anos 1990, parecia anunciar a derrocada da utopia. Em decorrência, ganha força a perspectiva neoliberal e a globalização alastrou-se penetrando a política, a economia e as relações sociais. A reestruturação produtiva provocou mais desemprego, flexibilização das relações de trabalho e a redução de salários e direitos. Desse modo, a mudança de perspectiva e o ressurgimento do cooperativismo aparecem como uma reação às transformações das relações de trabalho.

Entre os autores estudados[23], há certo consenso de que a discussão sobre cooperativismo estaria em voga em consequência da crise contemporânea do desemprego que atingiu tanto os países ricos como os pobres. São diversos os estudos que apontavam para a situação de desemprego que atingiu, principalmente, a grande indústria – não obstante, tenha atingido também setores terciários.

Alguns desses autores assinalam, em linhas gerais, que os setores mais beneficiados pelas recentes inovações tecnológicas têm contraído a demanda por trabalhadores, assim como as empresas têm procurado mecanismos para economizar encargos sociais, convertendo empregados em prestadores de serviços ou mesmo terceirizando serviços outrora executados por seus próprios trabalhadores. Em consequência disso, ocorre uma polarização desses trabalhadores em dois grupos: um que trabalha demais e outro que não encontra trabalho suficiente (SINGER, 1998, p. 119).

Um ponto que atrai a atenção no conteúdo das várias publicações sobre o cooperativismo é justamente o destaque dado às iniciativas que muitos segmentos da sociedade civil e do Estado têm direcionado para as cooperativas de trabalho, compreendendo estas como um mecanismo que possibilita uma nova dinâmica no mercado de trabalho na perspectiva de superação de desemprego.

A proposta de cooperativismo de trabalho, juntamente com outras formas

[23] Singer (2000 e 2002); Lima (2004 e 2007); Gaiger (2004 e 2005); Santos e Rodriguez (2005); Conceição (2005); Castro (2003); Piccinini (2004); e outros.

associativas de organização dos trabalhadores, tem sido recuperada com o objetivo de dar continuidade à luta por uma sociedade mais igualitária e socialista, no novo contexto do desenvolvimento capitalista (LIMA, 2004, p. 45). Contudo, grande parte do discurso a favor do cooperativismo também o compreende, contraditoriamente, como um mecanismo de mudança no processo produtivo pela via da terceirização e um caminho alternativo ao desemprego gerado pela reestruturação das grandes e médias indústrias.

Para Piccinini (2004, pp. 68-69), o fenômeno da terceirização vem se difundindo de forma cada vez mais expressiva em todos os setores econômicos (agrícola, industrial e de serviços) e parte dela desenvolvida por meio de cooperativas de trabalho que, por possuírem legislação própria (com isenções fiscais), teoricamente teriam mais agilidade e flexibilidade para se adaptarem às necessidades do mercado e operarem com menores custos.

Em decorrência disso, para alguns, essas "cooperativas terceirizadas" levariam à precarização do trabalho, pois algumas delas poderiam ser consideradas como "falsas cooperativas"[24], criadas por ex-patrões ou por ex-funcionários com cargos de chefia na empresa contratante, que visariam apenas à redução dos custos da força de trabalho. Todavia, para outros, as cooperativas são uma solução para o problema de desemprego (PICCININI, 2004, p. 74).

Assim, há dois assuntos pertinentes à discussão no campo temático do cooperativismo que merecem destaque. O primeiro diz respeito a um movimento ligado à reestruturação na indústria que promove a criação de cooperativas prestadoras de serviços como mecanismo de terceirização do processo produtivo. O segundo refere-se aos movimentos sociais que incorporam às suas pautas reivindicatórias o estímulo à ampliação das cooperativas de trabalho, baseado no parâmetro da superação da condição de pobreza e desemprego, bem como a emancipação dos trabalhadores e a aposta na possibilidade de transformação das relações capitalistas em longo prazo.

[24] As falsas cooperativas ou pseudocooperativas, também popularmente conhecidas como "coopergatos" ou "cooperfraudes", são criadas com a finalidade de burlar a legislação trabalhista beneficiando-se das isenções fiscais asseguradas por leis específicas às cooperativas. As cooperativas desse tipo são estimuladas contraditoriamente tanto pelo mercado empresarial, quanto por organizações da sociedade civil.

Essas distintas perspectivas levam-nos a considerar que os estudos sobre as “novas” modalidades de organização do trabalho, do ponto de vista teórico, podem ser analisados sob dois prismas: o primeiro, que tem por base a dinâmica da reestruturação que afeta as relações de produção (com a flexibilização e a terceirização produtivas e com o desemprego); e, o segundo, baseado na ação dos movimentos sociais (a sociedade civil, reagindo às consequências da reestruturação produtiva e ao projeto neoliberal). Ambos estão, portanto, correlacionados às recentes transformações que afetam o mundo do trabalho e os seus desdobramentos sobre as possibilidades de emprego e sobrevivência de amplos segmentos da classe trabalhadora, assim como sobre as políticas governamentais direcionadas ao trabalho e à geração de renda.

Consideradas as polêmicas entre os vários autores estudados, identificamos duas perspectivas ou tendências analíticas básicas sobre as “novas” modalidades de organização do trabalho. Ambas são convergentes quanto à premissa de que a emergência dessas “novas” ou “renovadas” modalidades é resultante da exclusão dos trabalhadores do padrão de emprego formal. Porém, tais tendências são divergentes basicamente quanto ao desdobramento da premissa: a primeira entende as cooperativas como alternativas funcionais ao capitalismo, visto que constituem mecanismos de flexibilização e de terceirização das relações produtivas, que reduzem os custos de produção, bem como geram perspectivas de “empregabilidade”; enquanto a segunda concebe-as como formas de inserção (ou reinserção) social e econômica – alternativa ao capitalismo – e como possibilidade de emancipação dos trabalhadores.

A identificação das tendências, acima citadas, tem a finalidade didática de esclarecer a heterogeneidade e as particularidades que permeiam o debate sobre o cooperativismo. Contudo, talvez a grande questão que exista por trás do debate seja saber o que há entre a utopia e a realidade do cooperativismo emergente.

Em se tratando da primeira tendência, de maneira geral, os autores corroboram a ideia de que, em consequência da reestruturação produtiva, vêm emergindo algumas possibilidades (atípicas, porém reguladas) de reinserção econômica de trabalhadores que sofrem os efeitos das alterações da estrutura

produtiva e do constrangimento da oferta de emprego, como o empreendedorismo e o cooperativismo.

Silva (2003, p.170), em particular, refere-se ao deslocamento dos trabalhadores pelos processos de reestruturação produtiva identificando um contingente deles que corresponde ao núcleo dos informais. Afirma que não se trata de um contingente homogêneo, mas dele faz parte, por um lado, o grupo dos pauperizados, que é majoritário – os informais pauperizados são segmentos menos qualificados obrigados a sobreviverem através de inúmeras atividades precárias. Por outro lado, o contingente de informais também é composto por grupos de trabalhadores que o autor considera com melhores condições de enfrentar as consequências do enxugamento de postos de trabalho provocados pela reconversão econômica. Entre esses últimos, o autor identifica dois grupos em particular: o primeiro deles corresponde aos ex-assalariados que se transformam em pequenos empresários (ou trabalhadores por conta própria) ligados, na imensa maioria dos casos, ao comércio varejista e aos serviços pessoais; o segundo grupo corresponde à pequena fração dos profissionais qualificados oriundo dos estratos médios.

De acordo com Silva (2003), para os grupos de informais pauperizados, que são a maioria, a possibilidade de enfrentar a reconversão econômica com algum sucesso de forma independente parece remota. Então, o que dizer dos segmentos de trabalhadores que nunca estiveram inseridos em relações formais de salário e emprego?

O autor ainda afirma haver indícios de que a “empregabilidade” vem se transformando no coração de uma cultura do trabalho em gestação, muito distinta da que corresponde à história do assalariamento, pois se projeta a imagem do “novo trabalhador” como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da venda de sua força de trabalho em uma série de ocupações contingentes (SILVA, 2003, p. 166-167).

Esse autor ainda menciona que, até os anos 1970, a noção de informalidade contribuiu para universalizar a aceitação da “cidadania regulada”,

porém o seu esvaziamento como categoria analítica e ideológica (a partir das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e da ampliação da informalidade) parecia coincidir com a ascensão da noção de empregabilidade, categoria que tem como extensão o empreendedorismo. O autor entende a empregabilidade e o empreendedorismo como equivalentes funcionais à informalidade.

Segundo Cardoso (2003), a "empregabilidade" é a outra face da dinâmica de desregulamentação das relações sociais, é um neologismo, que ao mesmo tempo é substantivo e adjetivo, e colocou-se à força de trabalho como se fosse um atributo de identidade.

> [...] Agora diz-se dos indivíduos que eles têm maior ou menor empregabilidade, que podem melhorá-la ou piorá-la, que podem inclusive perdê-la inteiramente, digamos, por idade ou invalidez, com o que deixam de ser força de trabalho e tornam-se outro ser social, alguém "fora da PEA", alguém sem empregabilidade. (CARDOSO, 2003, p. 99)

Por isso, supomos ser arriscado adotar a concepção de empreendedorismo como uma alternativa emancipatória para os trabalhadores, devido à incerteza de que ela conteria de fato elementos constitutivos de cidadania e não estaria excluindo trabalhadores da regulamentação estatal. Essa mesma incerteza vem se configurando em torno de uma tendência que compreende a cooperativa como empreendimento autogestor[25] que, em tese, possibilitaria aos trabalhadores pobres cooperados geração de renda e inserção social; mas, de fato, nem sempre corresponde a isso. Por muitas vezes, as cooperativas que aderem a esse modelo (como por exemplo, as "cooperativas de catadores de lixo") "mais parecem perpetuadoras de miséria" (CONCEIÇÃO, 2005, p.47) do que propriamente alternativas emancipatórias.

Lima e Araújo (1999, p. 234) afirmam que, com a crise do modelo de acumulação salarial, outras formas de trabalho vêm sendo reexperimentadas como alternativa, seja de garantir competitividade para as empresas, seja como forma de manutenção do emprego. São experiências que têm em comum a

[25] A concepção de empreendimento autogestor vem se tornando muito comum no trabalho desenvolvido pelas ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), ligadas às universidades públicas.

precarização das relações de trabalho, incluindo entre essas experiências as oriundas de processos distintos de terceirização da produção que utilizam basicamente três modelos informais: o trabalho a domicílio, a subcontratação de pequenas empresas com forte presença da informalidade nas relações de trabalho, e a subcontratação de cooperativas de trabalho. Os autores subdividem igualmente o último modelo em três submodelos: a) das cooperativas organizadas a partir de movimentos sociais e/ou situações de desemprego, decorrente de fechamento de unidades fabris; b) das que reúnem profissionais liberais ou autônomos por meio de adesão; c) das formadas mediante parceria entre Estado e empresas contratantes de serviços de terceirização.

O que os autores ressaltam é que, com exceção das cooperativas de trabalho de profissionais liberais, tais modelos apresentam em comum distintos graus de precarização do trabalho e desafios para o movimento sindical. A partir dessa constatação, o que nos parece preocupante é a ausência de regulação que assegure uma proteção mínima a esses trabalhadores cooperados.

Apesar do cooperativismo de trabalho ser um segmento que ressurge no contexto da reestruturação econômica para dar resposta à exclusão e ao desemprego, Lima e Araújo (1999, p. 238-241) consideram que as “novas cooperativas de trabalho” respondem hoje aos ditames da empresa enxuta, especializada, terceirizando fases da produção e dos serviços, reduzindo custos com a força de trabalho, e surgem também como instrumentos de atração de indústrias em busca de redução de custos com mão-de-obra.

Com o movimento que, principalmente, a partir de meados dos anos 1990, vem provocando o ressurgimento do cooperativismo de trabalho (e outras formas associativas e autogestionárias de organização) percebemos que velhos dilemas estão sendo retomados e novos debates estão em voga tanto entre os acadêmicos como entre os ativistas.

Segundo Lima (2004, p. 45), o conflito existente no movimento sindical do século XIX era sobre o caráter revolucionário ou reformista das cooperativas identificadas com o movimento cooperado, mas no final do século XX e início do XXI o debate retorna em outros termos. As experiências socialistas de modelo

soviético não deram certo, a eliminação do mercado mostrou ser ineficaz, e as transformações capitalistas mudaram o perfil da classe trabalhadora. A crise da sociedade salarial ou do modelo fordista, que agregou direitos sociais à relação de trabalho, reapresentou a necessidade de buscar formas alternativas de organização do trabalho e de autonomia dos trabalhadores, diante do crescimento do desemprego, da perda dos direitos sociais do período anterior e do enfraquecimento do movimento sindical.

Para Lima (2004, p. 46), com a reestruturação produtiva e a formação das redes empresariais, as cooperativas, embora não necessariamente se transformem em empresas comuns, podem terminar integrando essas redes como parceiras terceirizadas numa relação assimétrica, oferecendo força de trabalho a baixo custo e apenas quando for necessário. O debate atual reacende a polêmica do século XIX com a presença de cooperativas "falsas" – como linha auxiliar do capital – e de cooperativas "verdadeiras" – que assumem o caráter autogestionário e a perspectiva de combate ao desemprego e desenvolvimento sustentável.

Com a finalidade de verificar as similaridades e diferenças entre essas cooperativas na atualidade, recorremos mais uma vez a Lima (2004). Ele estabelece algumas definições que mostram a heterogeneidade do cooperativismo. Identifica entre as cooperativas "verdadeiras", primeiramente, as cooperativas "defensivas" ou "fênix" que resultam de empresas em falência assumidas por seus empregados. Em seguida, identifica as cooperativas "alternativas", resultantes dos movimentos contraculturais que surgiram nos anos 1960 e 1970. Posteriormente, trata das cooperativas de "geração de renda", também chamadas de cooperativas populares, que surgem como alternativa ao aumento do desemprego, voltadas prioritariamente aos desempregados, em geral, estimuladas por programas ou políticas governamentais. Identifica também as cooperativas "pragmáticas", que são aquelas organizadas com o objetivo de terceirizar as atividades de empresas e diminuir custos – denominadas de "falsas" ou "pseudocooperativas" por sua total desvinculação dos princípios cooperativistas.

Cabe fazer uma ressalva nessa discussão. Pois, tanto do ponto de vista dos

acadêmicos quanto dos ativistas brasileiros, há uma preocupação em distinguir o cooperativismo que assume o modelo da economia solidária[26] daquele tradicional, porque, apesar de se estabelecer com base nos mesmos princípios, tem incorporado a tendência do cooperativismo empresarial que abre o precedente para o aparecimento das cooperativas pragmáticas.

Para finalizar a abordagem da tendência que compreende as "novas" modalidades de organização do trabalho como alternativas funcionais ao capitalismo, ressaltamos que, em nosso entendimento, os autores expressam a crítica ao caráter emancipatório e de ruptura do cooperativismo emergente, e isso não se reduz ao "falso" cooperativismo; pois, mesmo o "autêntico" cooperativismo, configura-se como um tratamento paliativo à questão do desemprego e à pobreza; e, portanto, não rompe com o sistema capitalista.

Em se tratando da segunda corrente, representada pelos autores adeptos da economia solidária, faz-se necessário preliminarmente resgatar a importante contribuição de Santos e Rodriguez (2002) para esse debate.

Os autores identificam duas vertentes teóricas de interpretação da economia solidária, pelo seu significado político mais amplo em relação à ordem social e econômica capitalista, quais sejam: a "hermenêutica das emergências" e a "hermenêutica do ceticismo".

A "hermenêutica das emergências" seria uma perspectiva que interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas. "Esta perspectiva amplia e desenvolve as características emancipatórias dessas alternativas para torná-las mais visíveis e credíveis. Isto não implica que a hermenêutica das emergências renuncie à análise rigorosa e à crítica das alternativas analisadas" (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002, p. 26).

A "hermenêutica do ceticismo" rejeita todo o tipo de experimentação social

[26] Consideramos importante esclarecer que, do ponto de vista do senso comum, com frequência a economia solidária é apontada como uma expressão substitutiva ao cooperativismo, o que não é verdade. Existem conflitos teóricos e práticos entre os adeptos de cada "modelo", que pretendemos destacar no decorrer deste texto.

por estar sempre contaminado pelo sistema dominante. Não acredita em propostas viáveis que representem uma alternativa sistêmica ao capitalismo, pois as alternativas com que contamos têm relações diretas ou indiretas com os mercados locais, nacionais e, até mesmo, internacionais (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002, p. 30).

Pelo argumento dos autores, entendemos que a "hermenêutica do ceticismo" rejeita as propostas de economia solidária, porque não acredita na sua capacidade de ruptura com o sistema capitalista.

É importante frisarmos que a vertente da "hermenêutica do ceticismo" não se aplica integralmente à primeira tendência dos autores estudados, aquela que caracterizamos acima, diferenciando-se especialmente pelo argumento da rejeição. Os autores da primeira tendência, com a qual concordamos, não rejeitam por completo as iniciativas de economia solidária, eles questionam o seu caráter funcional ao capitalismo.

Porém, quanto aos autores pertencentes à segunda tendência, que destacaremos a seguir, consideramos que estes são representantes da vertente da "hermenêutica das emergências". Entre os autores estão os europeus Santos, Rodriguez e Laville, os latinos-americanos Razeto, Coraggio e entre eles os brasileiros França Filho, Singer[27] e Gaiger. Em linhas gerais, os autores consideram que o projeto de mudança social proposto pela economia solidária é crível, porque procura sublinhar e avaliar o potencial emancipatório das propostas e experiências econômicas não capitalistas face ao seu caráter antissistêmico, todavia, sem desconsiderar que essas experiências e propostas são frágeis e incipientes (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002).

Apesar da confluência entre ideias dos autores adeptos da economia solidária, é possível observar sutis diferenças de perspectivas analíticas. A demarcação do conceito e da origem da economia solidária é um ponto em que se percebem aproximações e distanciamentos dos estudos sobre cooperativismo.

[27] Paul Singer é austríaco de nascimento, mas vive no Brasil desde a infância, é economista, professor da Universidade de São Paulo e concentra seus estudos e práticas na área da economia solidária. Exerce o cargo de Secretário Nacional da SENAES/MTE (Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego), Secretaria criada no Governo Lula, em 2003, para articular políticas voltadas à economia solidária.

Alguns autores afirmam sua perspectiva pelo viés da sociabilidade e outros pelo da produção[28]. Em geral, os autores do segundo viés aproximam-se mais dos estudos sobre cooperativismo.

Segundo Girard-Nunes (1999, p. 222), em 1995, o jornal francês *Le Monde Diplomatique* publicou um artigo sobre um movimento formado por um grupo de intelectuais que se tentava estruturar para fazer frente à hegemonia do pensamento único, como forma de resistência, e, também, como maneira de mobilizar a imaginação para criar "embriões" de programas alternativos à gestão do social proposta pela corrente neoliberal. Tratava-se de uma "revolta da razão".

Esse grupo denominou sua proposta de "Economia Solidária", ressaltando as seguintes características: pessoas associam-se livremente para conduzir juntas ações que contribuam à criação de atividades econômicas e empregos, ao mesmo tempo em que essas reforçam a coesão social (GIRARD-NUNES, 1999, p. 222).

Gaiger (2005), Castro (2003) e outros autores afirmam que o conceito de economia solidária surge em decorrência dos estudos do francês Jean Louis Laville. No entanto, França Filho (2001, p. 248) é mais preciso afirmando que, no bojo das chamadas novas formas de solidariedade, o conceito de economia solidária fora forjado no início dos anos 1990, na França, nos trabalhos de Jean Louis Laville e Bernard Eme, e visava abranger a emergência e desenvolvimento de práticas socioeconômicas diversas – iniciativas locais na Europa – que assumem, na maioria dos casos, formas associativas e buscam responder a certas problemáticas locais específicas. A expressão economia solidária indica, "por um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade, e, por outro lado, sugere-se (com estas experiências) a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas".

Com a noção de economia solidária, na perspectiva de Eme e Laville, busca-se uma tentativa de problematização das novas práticas organizativas, emergentes na Europa, a partir de um quadro de referência bem preciso de

[28] Com base na literatura consultada, podemos afirmar que os autores que melhor identificam-se com o viés da sociabilidade são Laville e França Filho e com o viés da produção são Singer e Gaiger.

reflexão sobre as relações entre democracia e economia (FRANÇA FILHO, 2001, p. 248)

Em termos mais objetivos, Laville (2001, p. 85) define economia solidária como o conjunto de atividades contribuindo para a democratização da economia a partir do engajamento de cidadãos. Ela emana de ações coletivas que visam à instauração de regulamentos internacionais e locais, complementando-os quando necessário. Não se trata de substituir a solidariedade redistributiva por uma mais recíproca, mas de definir modalidades de acoplamento para completar a solidariedade redistributiva por uma solidariedade recíproca que pode ser um fator de produção e, portanto, de participação na criação de riquezas.

Pelo exposto, nota-se que os autores adeptos do viés da sociabilidade reconhecem que o conceito de economia solidária surge nos anos 1990, na França. Todavia, aqueles adeptos do viés da produção, entre eles Singer (2002) e Rocha (2002), datam o surgimento da economia solidária, enquanto filosofia ou princípios, em meados do século XIX como fruto do movimento operário europeu, ou seja, com o surgimento do movimento cooperativista.

Vale ressaltar que compartilhamos desse viés analítico, ao considerarmos que a base da economia solidária está ancorada no movimento cooperativista e não se trata propriamente de um conceito forjado academicamente, apesar de que consideramos, sobremaneira, importante o debate advindo dos autores franceses, quando analisam o movimento de eclosão de iniciativas solidárias na França dos anos 1990. Mesmo que ponderemos a existência de muitos limites para a implementação de um novo projeto de sociedade baseado na economia solidária, não descartamos a relevância das propostas e iniciativas advindas dessa perspectiva historicamente entrelaçada ao movimento social, em especial ao cooperativista.

Segundo Singer (2002, p. 24), a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.

Ao argumentar em favor da cooperativa de produção baseada em relações

solidárias, Singer (2000, p. 13) afirma que a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio de socialização destes meios (do capitalismo).

Para esse autor, a economia solidária não é uma criação intelectual, mas uma criação em "processo contínuo" de trabalhadores em luta contra o capitalismo. O modo solidário de produção e distribuição parece, à primeira vista, um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, porém, na realidade ele constitui uma síntese que supera ambos.

Quanto a esse ponto da abordagem de Singer, notamos que há uma sutil divergência entre autores que consideram a influência acadêmica na formulação do conceito. Vejamos o que nos diz Razeto (1993, p. 40):

> Concebemos a *economia de solidariedade* como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas - no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. -, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

Para ele, a economia de solidariedade (economia solidária) é um modo de fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos, tanto no plano da organização da produção e das empresas, como nos sistemas de destinação de recursos e distribuição dos bens e serviços produzidos, e nos procedimentos e mecanismos de consumo e acumulação. Portanto, o autor destaca os elementos "novos" constitutivos desse tipo de economia.

Diversamente, Rocha (2002, p. 5-6) afirma que a proposta da economia solidária fundamenta-se nos princípios equitativos do cooperativismo de Rochdale. Esse autor corrobora com o que já afirmamos acima, que esses princípios são sustentados até os dias de hoje e ratificados nos congressos internacionais sobre cooperativismo em todo o mundo, pois dá sustentação para as propostas de

“cooperativismo popular”, a partir da noção de economia solidária.

Porém, Rocha (2002, p. 5), que também resgata o debate do movimento operário do século XIX, afirma: “É certo que a proposta de economia solidária é reformista e leva em consideração o estágio atual do capitalismo periférico”. Ou seja, mesmo que tome a perspectiva protagonista e emancipatória que pretende a economia solidária, vemos que ela ainda esbarra na questão da “reforma ou revolução”, porque suas ações concretamente não produzem efeitos que alteram as relações sociais capitalistas mais amplas.

Tiriba (2000, p. 224) adverte que “não podemos pensar nos pressupostos de uma nova cultura do trabalho como se estivéssemos vivendo atualmente num processo revolucionário”. É necessário analisar os elementos embrionários de um novo sentido do trabalho, que considere as condições concretas do espaço e tempo atual em que vivemos, buscando apreender suas mediações.

Para Singer (2002, p. 9-10), a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. Porém, ela só funciona se existirem mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda.

Assim, o autor define a economia solidária como outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade associativa ou coletiva do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p. 10).

Singer ainda, ao lançar argumentos em favor da empresa solidária (entenda-se cooperativa), explicita que nela os sócios não recebem salário, mas retiradas, que variam conforme a receita obtida. O escalonamento das retiradas é decidido pelos sócios, que têm por objetivo assegurar boas retiradas para todos e, principalmente, para a maioria que recebe as menores. Nessas empresas, o fundo indivisível não pertence aos sócios que o acumularam, mas à cooperativa como um todo (SINGER, 2002, p. 9-15).

A empresa solidária aplica a autogestão, diferentemente da empresa capitalista em que há a heterogestão. Nas empresas solidárias de grande

dimensão, a autoridade maior é a assembleia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração (SINGER, 2002, p. 18).

Apesar de considerar que o mérito principal da autogestão é o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes, o autor adverte que o maior risco da autogestão ser corroída é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige (SINGER, 2002, p. 19-21).

Em outros termos, Nascimento (2004, p. 2) define a autogestão como um "ideal" de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção. Contudo, esse "ideal" expressa-se em distintas formas nos diversos momentos da história, como possibilidades concretas dos trabalhadores constituírem suas utopias de uma sociedade igualitária e socialista. Segundo ele, isso significa uma radicalização da economia solidária, no sentido de os trabalhadores se reapropriarem daquilo que o capital expropriou-lhes ao longo da história.

Esse autor ainda caracteriza a economia solidária como "o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade" (NASCIMENTO, 2004, p. 1).

Por sua vez, Gaiger (2005), ao fazer referência aos estudos atuais sobre economia solidária, afirma que as novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica representariam a emergência de um "novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral". Estudos a respeito, em diferentes contextos nacionais, indicam que iniciativas de economia solidária, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em "um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecerem no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência" (GAIGER, 2005, p. 01).

Em sua discussão sobre economia solidária, Gaiger (2005) ressalta a teoria da transição de Marx. O autor afirma que inúmeras formas secundárias podem

surgir, expandir-se e desaparecer durante a vigência de um modo de produção.

> A questão está em saber como o capitalismo atua ao fundo da cena, como tais formas existem e perduram, submetendo-se ou reduzindo sua vulnerabilidade diante do modo de produção. Ou ainda, como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital. (GAIGER, 2005, p. 4)

Mas, para isso, é necessário saber se tais formas são típicas ou atípicas para o modo de produção vigente.

As relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas da forma assalariada. As práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Desse modo, para o autor: a) as práticas funcionam com base na propriedade social dos meios de produção, vedando a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido. Enfim, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção (GAIGER, 2005, p. 5).

Com base na teoria da transição, essas reflexões apontam para a hipótese do potencial transformador da economia solidária, e, portanto, de superação das relações capitalistas de produção. Assim, para Gaiger (2005, p. 7), importa saber se, no horizonte, está selada a derrocada do capitalismo, ceifado que estaria por forças endógenas autodestrutivas, ou exposto a choques exteriores, com suficiente capacidade de abalo e substituição.

Todavia, o próprio autor destaca que o risco, teórico e prático, dessa análise está em supervalorizar o peso da vontade política, a ponto de recair numa visão voluntarista. Por conseguinte, aponta a necessidade de “identificarmos, a cada momento histórico, as coerções intransponíveis, que descartam certas possibilidades, dos fatores cujo efeito coagente depende do protagonismo dos

atores sociais" (GAIGER, 2005, p. 07)

Logo, as contradições não faltam ao capitalismo, mas isso tampouco significa dizer que ele esteja em colapso, ou que haja fatores que impeçam sua entrada em uma crise agônica, reiterativa, incapaz de dar lugar, por um largo tempo, para outras formas promissoras, livres daquelas contradições (GAIGER, 2005, p. 08).

Ao referendar os seus argumentos, o autor apresenta como proposta três exigências aos empreendimentos solidários, que manteriam os seus traços distintivos, caracterizando o que há de específico no solidarismo econômico e abolindo sua atual subsunção à economia capitalista, quais sejam:

> a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à consolidação dessa última; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca. Se isto vier a ocorrer, estaremos presenciando uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no cerne da produção da vida material e social (GAIGER, 2005, p. 9).

Em resumo, as reflexões do autor conduzem-nos ao entendimento de que a autossustentabilidade dos empreendimentos solidários é condição necessária para que a economia solidária possa levar ao "interesse comum" que é base para o protagonismo dos atores num projeto de transição anticapitalista.

Bertucci (2003, p. 59) assinala o protagonismo dos "sujeitos sociais" não-assalariados pelo caminho da economia solidária. Esse protagonismo evidenciar-se-ia também nas cooperativas de "produção ou de trabalho". O autor baliza a sua análise, citando o debate promovido pelo Fórum Social Mundial nos últimos anos, desde 2001, como impulsionador dessa proposta.

O FSM (Fórum Social Mundial) vem-se constituindo como um "renascimento do ativismo a favor de uma globalização contra-hegemônica"

(SANTOS; RODRIGUEZ, 2005, p. 24), que se conformaria numa reação da sociedade civil ao projeto neoliberal, fortalecendo uma utopia antissistêmica.

Santos e Rodriguez (2002, p. 36-37) afirmam que face à comprovada inviabilidade e indesejabilidade das economias centralizadas, as cooperativas surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, a partir de uma perspectiva progressista, porque estão organizadas de acordo com princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado. Assim, as cooperativas de trabalhadores ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico e, com isso, estendem o princípio de cidadania à gestão das empresas.

Pela exposição das reflexões dos autores feita até o momento, percebemos que a proposta de economia solidária configura-se como uma utopia antissistêmica, todavia não isenta de autocrítica. Necessariamente, os acadêmicos prezam mais a crítica, ou melhor, a autocrítica, que os ativistas, mas a utopia permanece na base da construção teórica e prática do cooperativismo.

As críticas à proposta de economia solidária são diversas, podemos particularmente citar Faria (2009) que critica o conceito de economia solidária como o outro modo de produção, defendido acima por Singer (2002), indicando suas fragilidades evidentes.

> Primeiramente, quanto ao conceito de modo de produção, caso a Economia Solidária fosse outro modo de produção que não o modo capitalista, a propriedade associada jamais poderia ser sobre o capital, ainda que em partes iguais, já que esse é o fundamento do capitalismo e de seu sistema de associação de acionista-proprietários. Em segundo lugar, a garantia de liberdades individuais surge exatamente do advento do liberalismo e do capitalismo, cuja expressão mais consistente encontra-se na Revolução Francesa com seu lema 'Liberdade, Igualdade e Fraternidade'. É certo que essas garantias políticas não foram cumpridas pelo capitalismo, mas era sua utopia, sua promessa, como é o caso de uma economia baseada na solidariedade. (FARIA, 2009, p. 169)

Em termos práticos, Coraggio (2002, p. 17-18) afirma que um caminho viável, ou melhor, uma "chave" para a economia solidária seria institucionalizar – mediante normas expressas – regras morais que gerenciem o funcionamento de toda a economia. Isso seria possível com a consolidação, o desenvolvimento ou a

construção de um forte subsistema da economia – de alcance global – "que seja conscientemente regido por essas normas, pelo estabelecimento de alianças entre as diversas formas de organização da produção, da distribuição e do consumo, capazes de assegurar a reprodução ampliada da vida de todos os indivíduos, com avanço sobre a economia orientada pelo lucro sem limites".

O autor ainda explicita que não se trata de uma proposta anti-Estado. Mas, essa institucionalização requer que a economia esteja permeada pelos valores da "economia moral", ao trocar de signo os seus processos de reforma, fortalecendo-se enquanto se democratiza junto com sistemas de representação política e social, e assim, fica à disposição das maiorias que pretende representar.

Segundo o próprio Coraggio (2002, p. 19), não se trata de ideias utópicas, mas um "*outro mundo possível,* com base na consolidação, promoção, potencialização e enriquecimento humano em *realidades já existentes*". O autor considera inúmeras atividades de redes de produção e de consumo, iniciativas de sindicatos e de movimentos sociais, organizações de créditos solidários e outras.

As reflexões desse e de outros autores levam-nos a supor que o desafio para a economia solidária estaria também no campo político, enquanto movimento que construiria uma articulação capaz de penetrar no âmbito estatal, normatizando a economia.

Por fim, quanto aos autores da segunda tendência por nós caracterizada – e denominada por Santos e Rodriguez (2005) de "hermenêutica das emergências" –, é possível afirmar que tais autores pertencem a uma corrente do pensamento social e econômico que pretende se contrapor ao projeto hegemônico neoliberal e aos efeitos perversos da reestruturação produtiva por vias alternativas e antissistêmicas que emergem no interior do próprio modo de produção capitalista. Eles acreditam em que a economia solidária configura-se como uma utopia plausível, que se manifesta na realidade objetiva por meio de diferentes iniciativas associativas, autogestoras e solidárias.

No caso específico das cooperativas de trabalho, muitos desses autores asseguram que essas iniciativas possibilitariam a superação da condição de pobreza pela inserção (ou reinserção) social e econômica dos trabalhadores e que

possuem um potencial emancipatório pelas relações não-capitalistas que se estabelecem no interior dessas organizações.

Ao ponderar sobre as duas tendências básicas aqui demarcadas, é possível inferir que, apesar das divergências entre elas, no interior das duas tendências existe uma convergência sobre os problemas que podem advir da incorporação incoerente do discurso e da prática do cooperativismo ou da economia solidária. Ou seja, ambas as perspectivas são críticas ao cooperativismo pragmático e alertam para o risco da apropriação do cooperativismo para fins de terceirização da produção capitalista.

Ressaltadas as duas tendências preponderantes da discussão sobre o tema, o que é possível destacarmos como contribuição à análise das cooperativas de trabalho, é que tanto a herança do movimento cooperativista (do século XIX) quanto o projeto de economia solidária têm como fundamento ideológico a emancipação das massas fragilizadas com as recentes transformações no mundo do trabalho. Porém, contraditoriamente, várias cooperativas emergem a partir do próprio mercado, motivadas pela necessidade de sobrevivência econômica de seus membros, imposta pela reestruturação produtiva, e não por uma tomada de posição contra os valores capitalistas. Devido à necessidade de adequarem-se ao jogo competitivo do mercado, é que, muitas vezes, essas cooperativas aderem à lógica da lucratividade e não à geração de renda e redistribuição de riqueza.

Nesse sentido, entendemos que os trabalhadores que participam de empreendimentos cooperados, associativos ou solidários podem ou não apresentar uma atitude crítica ao capitalismo, mas buscam nesses empreendimentos a sobrevivência econômica, inserção social, trabalho e geração de renda.

A principal crítica que se dirige às formulações dos adeptos da "hermenêutica das emergências" é de que eles procurariam construir um movimento de emancipação a partir de empreendimentos que, na realidade, são funcionais à atual configuração do sistema de exploração do trabalho, contribuindo, assim, para a sua mistificação como empreendimentos democráticos, populares e de autogoverno do social (CASTRO, 2003 92-94).

A partir dessa crítica, levantamos a questão sobre a relação dos trabalhadores com as cooperativas emergentes e os seus problemas quanto ao reconhecimento dos princípios do cooperativismo e da autogestão, bem como da diferença entre as cooperativas e as empresas capitalistas. Existe o problema de adaptação dos trabalhadores cooperados à ideia de cooperativismo e de autogestão.

Dessa maneira, adentramos no campo das significações e apropriações sobre o trabalho cooperado. Pois, diante das transformações no mundo do trabalho, criam-se novos signos, são resignificações que se definem ao considerarmos as transformações nas relações de trabalho e entre os sujeitos. Todavia, estar empregado no setor formal ainda se coloca no imaginário social como garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, além de uma renda fixa. Mesmo que o valor social do trabalho venha sendo modificado num sentido mais amplo, ele ainda pode preservar o sentido tradicional no imaginário desses trabalhadores.

Do ponto de vista das significações e apropriações tanto das necessidades sociais como das políticas existentes, referentes às cooperativas de trabalho, devemos considerar que os trabalhadores constroem laços de solidariedade entre si, conduzindo ao estabelecimento da identidade de grupo no campo da organização do trabalho. Porém, isso não significa dizer que, necessariamente, esses trabalhadores articulam uma posição política comum e manifestam-se frente à realidade social mais ampla para conquistar direitos ou que constroem canais de participação na elaboração de políticas públicas, ou ainda que lutem pela regulamentação das novas relações de trabalho.

Enfim, o estudo das diferentes análises sobre as “novas” modalidades de organização do trabalho leva-nos a supor que, com a derrocada do socialismo real e o apregoado fim da utopia da transformação social pelo controle político do Estado, o ressurgimento do cooperativismo reacende para muitos acadêmicos e ativistas a esperança de superação do modo de produção capitalista com a mudança nas relações de produção pela via alternativa da economia solidária. A questão posta para o futuro é saber se de fato essas “novas” modalidades de

organização do trabalho constituir-se-ão numa alternativa ao capitalismo pelos seus preceitos antissistêmicos, ou se terão como consequência a sua incorporação a esse sistema, ao considerarmos sua funcionalidade a ele em uma conjuntura de flexibilidade e crescente desregulamentação dos direitos sociais.

As possibilidades de superação do modo de produção capitalista ou da construção de um novo projeto de sociedade, ou ainda da incorporação de uma outra economia, parecem-nos bastante limitadas, na atual conjuntura, apesar das iniciativas de cooperativismo e/ou de economia solidária virem se apresentando como possibilidades de inserção social e superação da condição de desemprego, especialmente quando se identificam com ideais emancipatórios. Todavia, há o risco da exposição dos trabalhadores a processos de terceirização e precarização, desvirtuando essas iniciativas e tornando-as funcionais ao capitalismo e à reestruturação produtiva.

CAPÍTULO 2 – AS COOPERATIVAS DE TRABALHO NO BRASIL E EM BRASÍLIA

2.1 A QUESTÃO DO TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA: A ALTERNATIVA DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO NO BRASIL

Interessa-nos, aqui, tratar de aspectos gerais sobre a realidade das cooperativas de trabalho e do trabalhador cooperado no Brasil, tomando por base a literatura sobre os temas e os dados secundários divulgados por instituições públicas e privadas.

Para a compreensão das peculiaridades da emergência de "novas" modalidades de organização do trabalho na realidade brasileira, não basta constatar o fenômeno que transformou as relações de trabalho e emprego na sociedade capitalista contemporânea. Torna-se necessário compreender como os trabalhadores e trabalhadoras que estão sendo, direta ou indiretamente, atingidos por esse fenômeno buscam sobrevivência econômica e inserção social, recorrendo a vias alternativas ao padrão de emprego formal. Vide os terceirizados, trabalhadores "por conta própria" (incluindo os que trabalham no setor produtivo, artesanal, alimentício e de serviços como marcenaria, sapataria, costura, etc.), os empregados domésticos, os vendedores ambulantes, sacoleiros, biscateiros, lavadores de carro, os catadores de lixo e outros mais que sobrevivem de atividades lícitas ou ilícitas. Apresenta-se uma diversidade tão grande de opções de trabalho e renda que se torna difícil atribuir uma especificação ou generalização da problemática que compõe o complexo universo do chamado trabalho informal.

No amplo universo da informalidade e da precariedade, o trabalhador resiste à situação de desemprego e pobreza, buscando alternativas de trabalho e renda, seja por meio de formas esparsas, débeis e fragmentadas, seja pelo caminho das iniciativas associativas. As novas relações de trabalho que se estruturam no setor produtivo e de serviços por meio de ações cooperadas e/ou solidárias fundamentam "novas" modalidades de organização do trabalho coletivo configuradas em associações produtivas, cooperativas de trabalho e microempreendimentos informais entre outras.

Barbosa (2007) alerta-nos para a disseminação de ideias e valores que

atuam no sentido do convencimento de que o trabalho informal é uma “alternativa social”:

> Trata-se da cultura do auto-emprego, baseada em dois eixos temáticos de sustentação: 1) defesa do trabalho por conta própria como uma realidade concreta intangível e como mobilizadora das virtudes empreendedoras de “empresariamento de pequeno porte”; 2) difusão da “sociedade por conta própria”, como alternativa para a diminuição da intervenção estatal na promoção do emprego assalariado e na garantia de direitos sociais tendentes à universalização. (BARBOSA, 2007, 66-67)

Parafraseando a autora, entendemos que esses dois eixos sustentariam a cultura da legitimação do “autoemprego” como uma das tendências de enfrentamento da crise social capitalista, que incidiria também no segmento do cooperativismo e da economia solidária no país.

No Brasil, a experiência do cooperativismo não é nova. As primeiras cooperativas surgiram no final do século XIX e início do século XX, sob influência dos imigrantes europeus e do movimento operário, predominantemente com a formação de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo.

Pinho (2007, p. 33) informa-nos que a primeira cooperativa de que se teve registro no Brasil foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais, uma cooperativa de consumo surgida em 1889.

Nos primeiros anos da República, o Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, apoiou as cooperativas de produtores rurais e, em 1907, pelo Decreto-Lei nº 1637, o presidente Afonso Pena “facultou a organização de cooperativas com estrutura das sociedades anônimas, voto plural e capital formado por ações” (PINHO, 2007, p. 35).

Segundo Araújo (1998, p. 203-204), em 1920, Sarandy Raposo, que atuava no movimento sindical desde os anos 1910, conseguiu apoio do governo federal para divulgar sua proposta de um movimento cooperativista, fundando a CSCB (Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira). O sindicalismo-cooperativista representava o desenvolvimento de um projeto corporativista no

interior do movimento sindical.

> Os cooperativistas, defendendo ideias de inspiração nacionalista e antiliberal, propunham a incorporação da classe trabalhadora à sociedade e ao Estado, não por meio da participação política, mas das conquistas econômico-profissionais, como o reconhecimento dos direitos sociais e a participação na riqueza produzida pelo trabalho. (ARAÚJO, 1998, p. 204)

O reconhecimento do cooperativismo na legislação só ocorreu de fato no Governo Vargas, em 1932, com o Decreto-Lei nº 22.232, chamado de Lei Cooperativa. Nesse período, o cooperativismo brasileiro começava a despontar estimulado pelo poder público e pela promulgação da lei (PIRES, 2004, p.15). Mais uma vez os líderes do movimento cooperativista contaram com o apoio oficial.

Segundo Pinho (2007, p. 37-38) o cooperativismo brasileiro beneficiou-se da onda desenvolvimentista dos anos 1950, com a fundação de cooperativas, sobretudo agrícolas e de crédito rural, o fortalecimento de centrais e tentativas de criação de associações de âmbito nacional. Na década seguinte, 1960, o cooperativismo foi marcado por disputas internas e, do ponto de vista legal, o Decreto-Lei 59/66 e seu regulamento impuseram intenso controle estatal das cooperativas no país.

Desde 1971, é a Lei 5.764/71 que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas no Brasil. A lei define as cooperativas como "sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]", enumera as características que as distingue das demais sociedades e define a OCB[29] como entidade da sociedade civil representativa do sistema cooperativo nacional.

Promulgada em pleno Regime Militar Ditatorial, a lei, ainda que tenha

[29] A OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) foi criada, em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Belo Horizonte, substituindo as duas entidades então existentes, a ABCOOP (Associação Brasileira de Cooperativas) e a UNASCO (União Nacional de Cooperativas). A OCB mantém sede em Brasília-DF e estrutura-se nos Estados pelas suas OCEs (Organização das Cooperativas Estaduais) presentes nas 27 unidades da federação (www.brasilcooperativo.com.br/ acesso em novembro/2009).

definido as especificidades do cooperativismo no país, representou uma forte ingerência do Estado no funcionamento das organizações cooperativas (PIRES, 2004, p.16).

No final dos anos 1980, referindo-se especialmente ao cooperativismo agrícola, Rios (1989, p.64) identificava no Brasil a existência de dois tipos de cooperativismo: um cooperativismo dos pés-no-chão, legalizado, letrado e financiado; e um cooperativismo "informal", "sem lei e sem documento", não financiado e mesmo reprimido. O primeiro legalmente protegido, baseado na ideologia conservadora, fruto da "importação" do cooperativismo formal europeu dos anos 1930 e 1940, que em termos doutrinários repetia dogmas, verdades indiscutíveis, e fossilizava a experiência viva do cooperativismo, atendendo principalmente à elite conservadora. O segundo estava vinculado aos movimentos sociais, fundamentado em uma ideologia renovadora e era praticado por grupos "marginalizados", não contando com o reconhecimento legal e nem com o referendo estatal.

Nos anos de 1980, os "novos" movimentos sociais no Brasil buscavam mudanças políticas, culturais e econômicas, a partir da cotidianidade de lutas localizadas. Sob influência da Igreja Católica (com as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base), de sindicatos e de outras organizações de natureza não governamental, a sociedade civil reagiu à condição de desemprego e pobreza, buscando alternativas de geração de renda por meio do associativismo.

Segundo Rocha (2002, p. 6-7), no caso brasileiro, constata-se que algumas ONGs (organizações não-governamentais) e governos populares buscaram formas de organização e gestão do trabalho, a partir de princípios mais democráticos e autônomos. Nesse contexto, renasce a discussão sobre a organização cooperativa como perspectiva de inserir no mercado de trabalho uma massa de trabalhadores desempregados.

Para Singer (2002, p. 122), até a década de 1980 tanto as cooperativas de consumo quanto as cooperativas de compra e venda agrícolas existentes não adotavam a autogestão, por isso não poderiam ser consideradas como parte da economia solidária. Nestes termos, a economia solidária no Brasil emerge a partir

da adoção da autogestão cooperativa impulsionada pelo movimento associativista civil e em especial pelos PACs da Cáritas do Brasil.

Na década de 1980, a Cáritas Brasileira[30] começou a implantar e desenvolver os PACs (Projetos Alternativos Comunitários), objetivando construir "formas mais duradouras de combate à fome e à miséria especialmente junto às áreas assoladas pela seca" (BERTUCCI, 1996, p. 62).

Segundo Singer (2002, p. 122), os PACs também visavam à geração de trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres das metrópoles e da zona rural de diferentes regiões do país. Uma boa parte dos PACs acabou se transformando em unidades de economia solidária e, alguns deles, conseguiram consolidar-se economicamente, mediante a venda de sua produção ao mercado. Há PACs em assentamentos de reforma agrária do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) que confluem com o cooperativismo agrícola.

Singer (2002, p. 123) informa que o MST conseguiu assentar centenas de milhares de família em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos, promovendo a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, considerada uma modalidade de economia solidária. Para isso, o movimento criou em 1989 e 1990 o SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados), que, no início dos anos 2000, contava com 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros, divididas em três formas principais: cooperativas de produção agropecuária; cooperativas de prestação de serviços; e cooperativas de crédito.

Segundo Castro (2003, p. 82), no início da década de 1990, as iniciativas associativas de combate à fome e à pobreza ganharam visibilidade social, pela

[30] A Cáritas Brasileira é uma instituição da Igreja Católica, faz parte da Rede Cáritas Internacional e está organicamente ligada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Nos anos 1990, atuou junto ao CONESA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), nos programas de combate à fome, administrando ações de distribuição de estoques de alimentos e participando das definições de programas de geração de renda (BERTUCCI, 1996, p. 60). Cabe ressaltar que: a Cáritas do Brasil foi uma das organizações que assumiu a liderança do movimento associativista dos anos 1980, com o estímulo às ações de caráter associativo e cooperativo de grupos comunitários no campo e na cidade, especialmente com os desenvolvimentos dos PACs (criados em 1981); os PACs são considerados, por alguns, como exemplos das primeiras iniciativas de economia popular solidária no país, apesar do reconhecimento de que o conceito de economia solidária fora forjado apenas nos anos 1990. Sobre os PACs vale consultar: Cáritas Brasileira, 1995; Bertucci, 1996; Bertucci e Silva, 2003.

campanha coordenada pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho. Essa campanha, ao lado de um trabalho assistencialista de arrecadação e distribuição de bens de primeira necessidade, desenvolveu uma importante preocupação com a geração de emprego e renda por meio de iniciativas associativas e comunitárias.

Ainda naquela década, emergiu uma série de outras iniciativas e avanços no sentido da promoção da economia solidária. Castro (2003, p. 83) destaca a criação da ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária), em 1994, e o envolvimento das Universidades Federais no estudo e fomento a essa economia por meio da Rede UNITRABALHO[31] (Rede Universitária e Sindical Nacional).

Para Singer (2002, p. 123), outro componente da economia solidária no Brasil é formado pelas ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), que são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários das Universidades, atendendo a grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico e logístico[32].

Também a CUT (Central Única dos Trabalhadores) incorporou a economia solidária como parte do seu projeto político.

> A incorporação da economia solidária ao projeto cutista se deu como parte do desenvolvimento político-ideológico interno à CUT, que passou a adotar, a partir de meados de 90, um projeto político e sindical de caráter propositivo e de concertação social. Tal desenvolvimento ocorreu, em grande parte, em resposta aos impactos da reestruturação produtiva do capital; do avanço neoliberal; do desemprego estrutural; do processo de precarização e fragmentação do trabalho; da falência do socialismo real no leste europeu; da perda de grande parte do poder de influência do sindicalismo na sociedade; e, do crescimento de uma central sindical de caráter neoliberal e ela concorrente (a Força Sindical). (CASTRO, 2003,

[31] A UNITRABALHO é uma rede universitária nacional que, em de 2009, agregava 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Constitui-se juridicamente na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos. Foi criada, em 1996, com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. Sua missão concretiza-se por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação (http://www.unitrabalho.org.br/ acesso em janeiro/2009).

[32] A Rede ITCP (Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) foi criada em 1999 e tem como objetivo principal desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e auto-gestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária. Ela surge para integrar de forma dinâmica as incubadoras e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos. (http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php, acesso em fevereiro/2010).

p. 95)

Nos fins de 1999, a CUT criou a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) com a finalidade de promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários, que buscavam a geração de trabalho e renda pela organização de Complexos Cooperativos – empreendimentos econômicos solidários, com especialização setorial, que atuam segundo princípios da economia solidária (CASTRO, 2003, p. 103).

A CUT criou, em março de 2000, a UNISOL Cooperativas (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo), iniciativa das cooperativas nascidas com o apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Sorocaba, e do Sindicato dos Químicos do ABC, entre outros. Este foi o passo decisivo do sindicalismo em direção ao cooperativismo industrial autogestionário (AZEVEDO; GITAHY, 2007, p. 6). Já em 2004, foi instituída a UNISOL Brasil (União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil), uma central de empreendimentos solidários e cooperativas em âmbito nacional, que visavam aglutinar forças para levar adiante um projeto de inclusão econômica e social, de democratização nos locais de trabalho, de participação no capital e nos ganhos gerados pelo próprio trabalho (UNISOL http://www.unisolbrasil.org.br/, acesso em janeiro/2010).

Assim como a CUT, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), no meio rural, incorporou a proposta de economia solidária no seu discurso e ações a partir do 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em 1998, que aprovou os pontos centrais norteadores da construção e implementação do PADRS (Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável).

O MSTR (Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) concebe como ponto central do PADRS que:

> [...] não há desenvolvimento no meio rural sem educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito à auto-determinação dos povos indígenas e preservação do meio ambiente. As lutas das trabalhadoras e

> trabalhadores pela terra, política agrícola diferenciada, políticas sociais e direitos trabalhistas se inserem, portanto, na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento baseado na expansão e fortalecimento da agricultura em regime de economia familiar. (CONTAG, http://www.contag.org.br/, acesso em novembro/2009)

O PARDS visava à ampliação das oportunidades de emprego e renda no meio rural pelo fortalecimento e viabilização da agricultura familiar, entendia que esta só viabilizar-se-ia com a adoção de uma economia solidária.

Nas décadas de 1980 (especialmente a partir da Constituição Federal de 1988) e 1990, pôde-se perceber o confronto político e conceitual entre os adeptos da proposta de cooperativismo de autogestão e os adeptos do sistema OCB. Um ponto importante a ser observado é que a OCB, enquanto a entidade da sociedade civil de representação do cooperativismo no Brasil, desde 1971, foi a responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista em todas as instâncias políticas e institucionais. Contudo, a entidade, enquanto órgão técnico-consultivo de governo, vinha há muito tempo sendo questionada pelo movimento associativista, fundamentalmente pela obrigatoriedade do registro das cooperativas na OCB com base na Lei 5.764/71[33].

Os críticos ao sistema OCB argumentavam que a Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura a autonomia das cooperativas em relação ao Estado, o que isentaria a obrigatoriedade do registro na entidade enquanto órgão representativo do governo. Eles também questionam o elitismo da OCB em sua política administrativa que, ao invés de valorizar os pequenos grupos de cooperados, estaria priorizando as grandes corporações.

Segundo Pinho (2007, p. 44), nas décadas de 1990 e 2000, vários acontecimentos marcaram o cooperativismo brasileiro: ele se internacionalizou com a fundação de dois bancos de crédito cooperativo; criou-se o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) para a educação cooperativa; emergiram as vertentes de cooperativas de crédito sindical e de

[33] A Lei 5.764/71 é alvo de polêmicas, especialmente no que se refere a OCB. O artigo 105 da lei estabelece que a representação do sistema cooperativista nacional cabe a OCB, sociedade civil, órgão técnico-consultivo do governo. Já o artigo 107 obriga as cooperativas a registrarem-se na OCB para garantir o seu funcionamento.

economia solidária; surgiram a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e a UNICAFES[34] (União Nacional da Agricultura Familiar e Economia Solidária); e ocorreu o fim da unicidade de representação política do cooperativismo pela OCB, contestada há anos pelo emergente cooperativismo sindical.

Cabe ressaltar que o denominado cooperativismo sindical, visível desde os anos 1980 no meio operário brasileiro, segundo Pinho (2007, p. 63), apresenta três principais inovações: fortalecimento de um "subsistema cooperativo-sindical", que rejeita a OCB e conta com a orientação da CUT, MST, ANTEAG, UNITRABALHO e outras, com o objetivo principal de apoiar as pessoas excluídas economicamente, em especial desempregados em casos de falência e dificuldades de empresas; criação de um "subsistema sindical-cooperativo" sem conteúdo doutrinário cooperativista e excluído do sistema OCB, historicamente criticado pelo cooperativismo brasileiro; criação de um "novo subsistema cooperativo-sindical", dentro do próprio Sistema OCB, resultante da união de sindicatos de cooperativas com suas antigas entidades de representação criadas com base na Lei 5.764/71, tendo a finalidade apenas fiscal, não interferindo na liderança do "sistema cooperativo pioneiro"[35].

Ao tratar especificamente do cooperativismo de trabalho no Brasil, do ponto de vista legal, desde a Constituição Federal de 1988, artigo 174, parágrafo 2º, os governos deveriam garantir e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo. Essa legislação apoia a formação de cooperativas para reverter o quadro de desemprego e reunir os trabalhadores com a finalidade de fazer uma

[34] A UNICAFES é uma Organização Não-Governamental, fundada em junho de 2005, na cidade de Luziânia (GO), cuja sede funciona em Brasília. O seu objetivo é ser um instrumento para os agricultores e agricultoras familiares, visando ao desenvolvimento sustentável nas ações de apoio para os associados. Sua missão é tornar o cooperativismo um instrumento de desenvolvimento local sustentável dos agricultores e das agricultoras familiares, provendo a inclusão social, baseada na articulação de iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos, das melhorias de qualidade de vida, da manutenção da biodiversidade e da diminuição das desigualdades. http://www.unicafes.org.br (acesso em novembro/2009).

[35] O "sistema cooperativo pioneiro" foi construído ao longo do século XX sob a forma de pirâmide, embasada em diversas categorias de cooperativas singulares, e fortaleceu-se com a união em centrais, federações e confederações, que ocuparam o centro e o topo da pirâmide. Desde 1971, os dirigentes cooperativistas mantiveram-se coesos em torno da OCB e de suas OCES nos Estados, com o apoio do Ministério da Agricultura de das Secretarias Estaduais de Agricultura, mesmo depois da autonomia autogestionária assegurada na Constituição Federal de 1988 (PINHO, 2007, p. 62).

conexão entre o mercado e o trabalhador (PICCININI, 2004, p. 74).

Segundo Lima (2004, p. 50), foi a partir da segunda metade década de 1980 que as cooperativas de trabalho e de produção começaram a organizar-se e a ganhar visibilidade. A sucessão de crises econômicas do final do período militar, as primeiras manifestações internas das mudanças econômicas com a reestruturação produtiva de fábricas e empresas, a adoção de políticas neoliberais no final da década constituíram o cenário do incremento do cooperativismo de trabalho no país.

Ainda, segundo Lima (2007, p. 75), com a abertura do mercado brasileiro às importações, aumentaram o número de empresas em situação falimentar e as demais se reestruturam, visando à competição em um mercado não protegido. Nesse contexto, generalizaram-se os processos de terceirização e subcontratação, e as cooperativas inseriam-se como possibilidade de redução de custos empresariais. Para esse autor, as cooperativas foram, inicialmente, condenadas pelo movimento sindical, aturdido com o fechamento de unidades industriais e reestruturações organizativas que multiplicam o número de desempregados; em um segundo momento, os próprios sindicatos começaram a organizar as cooperativas industriais, observando os princípios do cooperativismo para distinguir falsas e verdadeiras cooperativas.

Lima (2007, P. 75-77) destaca dois tipos de cooperativas de trabalho e de produção industrial, que emergem no Brasil no contexto da reestruturação produtiva. De um lado, as fábricas recuperadas convertidas em cooperativas, resultantes do crescente número de fábricas em situação falimentar, provocado pela abertura dos mercados em setores produtivos antes protegidos, o que levou empresários e trabalhadores a discutir propostas de recuperação de unidades fabris fundamentadas na autogestão e na cogestão. De outro, cooperativas de terceirização empresarial, as quais passaram a ser organizadas por empresas, e mesmo por sindicatos, para atender às necessidades de redução de custos ou de políticas de atração de investimentos industriais e geração de renda inseridas na “guerra fiscal” entre as diversas regiões do país.

Boa parte das cooperativas de trabalho tem-se transformado em um

mecanismo pelo qual trabalhadores, que estavam à margem do mercado de trabalho, têm buscado assegurar emprego/trabalho e renda. De um instrumento que deveria "sanar" problemas sociais, a cooperativa surge, muitas vezes, para baratear os custos de produção ou de serviços e evitar o cumprimento dos direitos trabalhistas, funcionando como prestadora de serviços especializados a terceiros, e, em alguns casos, com a utilização de mão-de-obra não-qualificada e desconhecedora de seus direitos (PICCININI, 2004, pp. 97-98).

A regulamentação dessa relação terceirizada entre empresas e cooperativas encontra-se na Lei 8.949/94, numa nova redação do art. 442 da CLT, em seu parágrafo único, que introduziu o seguinte dispositivo: "Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre elas e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela". Ou seja, legalmente não existe vínculo empregatício e os pagamentos são combinados e partilhados entre os associados de forma proporcional ao trabalho realizado[36].

Essa medida legal acaba por estimular o aparecimento de cooperativas de trabalho nos moldes da empresa terceirizada, ou seja, estimula a emergência das "pseudocooperativas". Porém, isso não significa que o sistema de gestão anteriormente adotado pelas cooperativas deixou de existir no Brasil.

Conforme nos informa Pires (2004, p. 39), em 1990, registravam-se 4.666 cooperativas no DNRC (Departamento Nacional de Registro Comercial), em 2001, esse número saltou para 20.579 unidades. Isso equivaleu a um crescimento de 331% no número de cooperativas no Brasil em uma década.

Essa tendência de crescimento também pode ser verificada quanto ao número de cooperativas filiadas à maior entidade representativa do cooperativismo brasileiro, a OCB. No ano de 1990, a OCB possuía 3.440 cooperativas afiliadas, número que saltou para 7.026 cooperativas em 2001, apresentando um crescimento de 104% ao longo da década de 1990 (PIRES, 2004, p. 40).

[36] Uma análise mais detalhada dos questionamentos e das implicações legais da Lei 8.949/94 para as cooperativas de trabalho, na terceirização, pode ser vista em KRUEGER, 2003.

Entre 1990 e 2001, o cooperativismo de trabalho apresentou um crescimento de 280%, passando de 629 cooperativas em 1990 para 2.391 em 2001. Comparativamente, em 1990 as cooperativas de trabalho representavam 17,7% do total de cooperativas do Brasil e, em 2001, esta participação já tinha alcançado 34,4% do total de cooperativas. Apesar de se registrar um declínio no número de cooperativas em 1996 e em 2002, isso não representou uma quebra na tendência de crescimento. O que houve de fato foi uma desvinculação das cooperativas de saúde e transporte do ramo trabalho, para fortalecerem seus ramos específicos (PIRES, 2004, p. 40-41).

No Brasil, até dezembro de 2007, registravam-se 7.672 cooperativas na OCB, organizadas em 13 ramos de atuação: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, infraestrutura, habitacional, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e lazer, transporte de carga e de passageiros. Destas 1.826 eram de trabalho e 208 de produção, que representavam juntas 26,5% do cooperativismo nacional, contabilizando-se apenas aquelas vinculadas a OCB, pois muitas delas não a reconhecem como entidade representativa.

O processo de expansão do cooperativismo, especificamente de trabalho, é tão evidente no Brasil que motivou a elaboração do Projeto de Lei 4.622/2004, apresentado pelo deputado Pompeo de Mattos, que visava à alteração da Lei 5.764/1971, a fim de fixar o conceito de modalidade operacional das cooperativas de trabalhos[37].

Segundo Silva (2007, p. 151) esse projeto de lei expressa o alto grau de precarização do trabalho via cooperativas, uma vez que reconhece a existência de falsas cooperativas de trabalho e, mesmo assim, propõe uma lei para regulamentar e fiscalizar a atuação dessas.

Em contrapartida, o cooperativismo baseado em preceitos da economia solidária também vem ganhando visibilidade e mais adeptos no país. As experiências de economia solidária têm sido muito difundidas e estimuladas como

[37] A partir de 19 de julho de 2012, a Lei nº 12.690 passa a dispor sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

alternativa de trabalho e renda, especialmente para setores populares. Tais experiências vêm emergindo, também, a partir de políticas públicas de promoção e desenvolvimento social e de estímulo à geração de renda implementadas em vários municípios brasileiros.

Gradativamente, as iniciativas baseadas no associativismo e cooperativismo passaram a receber maior atenção estatal. Como exemplo, podemos citar o Governo de Olívio Dutra (1999-2003), no Rio Grande do Sul, que instituiu a primeira política pública de fomento à economia popular solidária em âmbito estadual, visto que, até aquele momento, havia apenas algumas iniciativas de prefeituras municipais. Este programa estava sediado na SEDAI (Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais) e contou com a parceria da ANTEAG (AZEVEDO; GITAHY, 2007, p. 11-12). O governo contratou a ANTEAG para ajudar trabalhadores de empresas falidas ou em vias de falência a apoderar-se do patrimônio produtivo e passar o operá-lo de forma autogestionárias. Em poucos meses, dezenas de novas cooperativas de produção foram formadas (SINGER, 2000, p. 79).

Segundo Barbosa (2007, p. 22), nos anos 2000, o interesse pelo tema ampliou-se bastante, principalmente por parte de governos regionais de esquerda que apoiaram e fomentaram iniciativas econômicas dessa natureza. No Governo Lula[38], esse apoio à economia solidária ganhou estatuto de política pública federal e ingressou no âmbito do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) através da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária).

A SENAES/MTE foi instituída pelo governo Lula em atenção a um amplo movimento nacional que reivindicou a implantação de uma política governamental de apoio à economia solidária. Em decorrência desse movimento e de ações governamentais: foi instituído o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), que articula as experiências de economia solidária em território nacional e representa-as em fóruns internacionais; realizaram-se a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, em São Paulo (2002); a II Plenária, durante o Fórum Social

[38] Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República em 01/01/2003, operário e sindicalista, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo sido eleito presidente com amplo apoio de movimentos sociais de esquerda. Lula foi reeleito em 2006 e governou o Brasil até dezembro de 2010.

Mundial de 2003, em Porto Alegre; a III Plenária Brasileira de Economia Solidária de junho de 2003, em Brasília, que resultou na constituição dessa secretaria nacional; e a I Conferência Nacional de Economia Solidária promovida pelo Governo Federal, ocorrida em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006[39].

Segundo a SENAES, a Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, compreendendo o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Com base nessa definição, tem como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária, em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário (SENAES, www.mte.gov.br/ecosolidaria/, acesso janeiro/2010).

Em 2006, durante a I Conferência Nacional de Economia Solidária, a SENAES divulgou dados do mapeamento nacional das atividades solidárias realizado pelo SIES (Sistema de Informações da Economia Solidária), que é um sistema de identificação e registro de informações dos EES (Empreendimentos Econômicos Solidários) e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil.

No relatório divulgado, a Secretaria define os preceitos e critérios que o SIES utilizou para mapear a economia solidária no país. Foi levantado o conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma de autogestão. As atividades econômicas podem ser de: produção de bens; prestação de serviços; finanças solidárias; comércio justo; consumo solidário. As organizações solidárias são: cooperativas; associações; empresas autogestoras; grupos solidários; redes solidárias; clubes de troca, etc.

Esse mapeamento identificou as EAFs (Entidades de Apoio e Formação)

[39] A II Conferência Nacional de Economia Solidária "Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável" realizou-se em Brasília, nos dias 16 a 18 de junho de 2010, para debater o tema: o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento. O Documento Final da II Conferência está disponível no site: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf (acesso em março/2013).

que são entidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e gerencial a Empreendimentos Econômicos Solidários. Sendo estas: OS (Organização Social); OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público); Fundação privada; ONG com natureza jurídica de associação; Serviço Social autônomo (SEBRAE, SENAR, etc.); Incubadoras universitárias ou núcleos de extensão universitária.

No Relatório Nacional do SIES de 2005/2007, registra-se a existência de EES (empreendimentos econômicos solidários) criados no Brasil ainda na primeira metade do século passado, mas o *boom* do crescimento desses empreendimentos só ocorreu na década 1990, apresentando um aumento de 449,50% em relação à década anterior. Nos anos 2000 continuou crescente o número de empreendimentos, conforme demonstra a tabela 11.

TABELA 11: Quantidade de empreendimentos de Economia Solidária por ano de criação no Brasil

1900 a 1950	1951 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2007	TOTAL
65	139	264	1903	8554	10653	**21578**

Fonte: Relatório Nacional SIES 2005/2007

A tabela 12 apresenta as formas de organização desses empreendimentos identificados pelo SIES, em conformidade com a definição de EES da SENAES, e números desses no período 2005/2007[40].

[40] Percebe-se que há uma diferença entre as tabelas 11 e 12 com relação ao total geral de empreendimentos, isso se deve ao número de EES que responderam à questão que originou a tabela 11.

TABELA 12: Forma de organização dos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	QUANTIDADE
Grupo informal	**7.978**
Associação	**11.326**
Cooperativa	**2.115**
Sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada	**54**
Sociedade mercantil em nome coletivo	**56**
Sociedade mercantil de capital e indústria	**192**
Outra	**138**
TOTAL	**21.859**

Fonte: Relatório Nacional SIES 2005/2007

O maior número de empreendimentos identificados no país refere-se a associações; em segundo lugar, estão os grupos informais e, em terceiro, as cooperativas. Existem 2.115 cooperativas de economia solidária identificadas pela pesquisa, contrastando com as 7.672 informadas pela OCB, que obviamente não representam o universo de adeptos da economia solidária.

O incentivo ao cooperativismo e à economia solidária dado pelo Governo Lula[41] indicava clara intervenção estatal, que se dava não só em nível federal, mas estadual e municipal, refletindo o reconhecimento da impossibilidade de inclusão pela via do emprego padrão/formal do grande contingente de desempregados brasileiros.

A eclosão do cooperativismo no país que, primeiramente, surge como reação da sociedade ao desemprego e à condição de pobreza, num segundo momento, torna-se uma política de governo para geração de emprego e renda. Como exemplo, podemos citar o crescimento de ações do Governo Federal para a consolidação da Economia Solidária como política pública.

A SENAES foi criada em 2003 e incorporada no MTE, como órgão destinado a promover a Economia Solidária, pensada como estratégia de geração de trabalho e renda, com vistas à ampliação do conjunto já existente de ações voltadas para o estímulo ao emprego. Segundo informações da própria SENAES/MTE (2012), estudos do IPEA, de 2007, demonstraram que o tema

[41] Vide: Decreto de 6 de julho de 2004 que cria o Grupo de trabalho Interministerial para formular, implementar e avaliar ações e programas propostos pelo GT Plano Brasil Cooperativo. O Governo Lula regulamentou a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) www.trabalho.gov.br/temas/EconomiaSolidaria/ (acesso junho/2008).

Economia Solidária estava presente nas ações políticas de 22 secretarias e ministérios do Governo Federal. Desde então, a SENAES estabeleceu parcerias e realizou ações com vários ministérios e órgãos públicos com o objetivo de articular a perspectiva do trabalho associado como eixo para as políticas públicas de inclusão socioeconômica e de desenvolvimento (SENAES/MTE, 2012, p. 52).

Finalmente, entendemos que, no país, consolidam-se tendências inovadoras do cooperativismo que se iniciaram, ainda, nos anos 1980 no bojo do movimento associativista, no contexto da abertura democrática, da emergência dos "novos" movimentos sociais e da promulgação da Constituição Federal de 1988. Todavia, essas tendências ganham força, visibilidade e conteúdo nos anos 1990, no contexto da abertura comercial e em meio ao processo de reestruturação produtiva e suas consequências. Essas tendências podem ser identificadas como:

a) a renovação do cooperativismo "pioneiro", ou tradicional no país, influenciado pela OCB, SEBRAE e outras instituições estatais ou paraestatais, com uma proposta mais direcionada ao empreendedorismo social;

b) o cooperativismo de autogestão, que emerge, especialmente no setor produtivo pela recuperação de massas falidas de empresas pelos trabalhadores, estimulado pela CUT, ANTEAG, e no meio rural pela CONTAG;

c) o cooperativismo vinculado à proposta de economia solidária ou economia popular, fortemente influenciada pela Igreja Católica, por movimentos sociais, pelas Universidades, por meio das ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas) e outros projetos extensionistas, e por políticas públicas estaduais e municipais;

d) o cooperativismo pragmático, de cunho patronal, cuja principal característica é a terceirização do processo produtivo.

Desta forma, chegamos à conclusão de que, no Brasil, do ponto de vista das práticas cotidianas dos atores sociais, a emergência das cooperativas como

“novas” modalidades de organização do trabalho pode ser compreendida a partir de quatro movimentos: a) das organizações de trabalho, constituídas por iniciativa dos próprios trabalhadores como solução de sobrevivência e como resistência às condições de desemprego; b) do estímulo do Estado, por meio de instituições governamentais, que desenvolvem programas de geração de emprego e renda; c) das ações decorrentes de iniciativas advindas do movimento social, de organizações sindicais e organismos não-governamentais com a perspectiva de formação de uma cultura autogestionária; d) e do próprio mercado que estimula a formação de cooperativas como mecanismo de terceirização da produção ou de serviços.

2.2 O COOPERATIVISMO EM BRASÍLIA, A CIDADE CAPITAL

O universo da cidade de Brasília como campo de estudo ainda é de difícil apreensão. Sua curta existência (50 anos) e toda a mítica de sua construção têm permitido aos vários comentaristas a interpretação da cidade por meio de olhares viciados, tanto por parte dos ufanistas da nova capital quanto dos comentaristas críticos ao "mito" da cidade idealizada por JK[42]. Não só esses comentaristas constroem imagens distorcidas de Brasília, como também aqueles que pretendem desenvolver pesquisas e estudos sobre a cidade e sobre seus habitantes, pois muitas vezes desenvolvem interpretações descoladas da realidade. Como por exemplo, são comuns os olhares voltados apenas para a Brasília Capital Federal, desviados da cidade enquanto local de moradia e sobrevivência de uma determinada população.

Por esse motivo, é importante uma apresentação do cenário de Brasília para a compreensão do objeto deste estudo, pois que devemos considerar a sua natureza de capital do país que possui peculiaridades, as quais dão corpo a uma complexa realidade urbana e social. Assim, é preciso desmistificar a imagem da cidade transmitida por fontes diversas que a resumem ao lócus político-administrativo da nação, habitado por políticos e burocratas, onde o candango e o brasiliense são figuras quase inexistentes. Do mesmo modo, é preciso resgatar as condições de viver e de existir da pobreza segregada de Brasília.

Algumas interpretações[43] falam da dubiedade característica da cidade, que se organiza mantendo, entre o racional arquitetônico imaginado por JK, planejado por Lúcio Costa – Brasília –, e as cidades satélites do Distrito Federal, a distância necessária demarcadora da clara segregação socioespacial que exclui dos limites do Plano Piloto aqueles socioeconomicamente menos privilegiados.

Essa segregação demonstra a incapacidade do planejamento arquitetônico

[42] JK - Juscelino Kubitschek de Oliveira foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961. Durante o seu governo, a nova capital federal foi projetada e construída, sendo oficialmente inaugurada em 21 de abril de 1960. A transferência da administração pública federal para Brasília ocorreu ainda durante o seu mandato presidencial.

[43] Um dos autores que trata com muita propriedade o tema da segregação socioespacial em Brasília é Aldo Paviani. Algumas de suas obras e ensaios estão citadas nas referências bibliográficas desta tese.

da cidade em tratar a pobreza. Pois, também em Brasília, a pobreza não difere da de outras cidades do país, a não ser pelo de fato ter sido uma regra, desde a sua fundação, a não inserção social dos grupos pauperizados, com a expulsão dos candangos para as cidades-satélites.

No Plano Urbanístico de Brasília, as cidades satélites estavam previstas como núcleos periféricos ao Plano Piloto. Porém, ainda durante a construção da cidade, as ocupações das áreas periféricas começaram a ocorrer, antecipando o processo de segregação. A realidade impôs, então, a necessidade da implantação de núcleos habitacionais paralelamente a sua construção.

O primeiro núcleo habitacional, a chamada Cidade Livre, surgiu em 1956 para alocar os trabalhadores das empresas construtoras e era destinado a comércio, indústria e serviços, em caráter provisório (até a inauguração da nova capital), onde as atividades realizadas eram isentas de impostos. Esse núcleo, posteriormente, transformou-se em cidade-satélite, denominada Núcleo Bandeirantes. Vários outros núcleos[44] foram se formando mesmo antes da inauguração da capital, vindo a se constituir em novas cidades-satélites.

Para a administração dessas cidades-satélites, foram criadas (através da Lei nº. 4.545/64) as Regiões Administrativas, unidades regionais sem autonomia administrativas, subordinadas ao Governo do Distrito Federal, observando-se as peculiaridades político-organizativas e administrativas da capital. Foram sete as primeiras RAs (Regiões Administrativas) do Distrito Federal: Brasília, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina e Paranoá. À medida que o Distrito Federal ganhava densidade populacional e as cidades cresciam, aumentava o número de RAs. Atualmente, o Distrito Federal está dividido em 31 Regiões Administrativas.

Em Brasília, o desenvolvimento e a consolidação cada vez maior de núcleos urbanos ferem o plano arquitetônico inicial da cidade, à medida que

[44] Os núcleos habitacionais periféricos ao Plano Piloto mais antigos, formados antes e durante a construção da nova capital, que acomodaram os candangos e que hoje são Regiões Administrativas do DF, foram: Planaltina (cidade originalmente goiana, fundada em 1933 e incorporada ao DF após a inauguração de Brasília); Candangolândia (originalmente um acampamento de trabalhadores surgido na mesma época que o Núcleo Bandeirantes, em 1956); Taguatinga (1958); Brazlândia (1960); Sobradinho (1960); e Gama (1960) (GONÇALVES, 2002).

conduzem a uma agressiva segregação socioespacial, principalmente pelo fato de os núcleos serem habitacionais e sem autonomia na geração de emprego. O Plano Piloto permanece como o referencial empregatício. O movimento espacial da cidade é, portanto, bem peculiar: de um lado, o incremento populacional produz assentamentos irregulares segregados espacialmente, principalmente pelo papel do poder público de regularizar e transferir esses assentamentos para localidades mais longínquas do centro urbano, instituindo a periferização; e, de outro, a busca do emprego pela movimentação diária desses segregados para o centro (Plano Piloto).

O cinturão de pobreza que vem crescendo em volta do Plano Piloto decorre de políticas protecionistas do próprio Plano, patrimônio da humanidade, bem como em consequência da especulação imobiliária nas áreas nobres da cidade. Com isso, a expectativa social original foi rapidamente substituída por parâmetros econômicos que não só empurraram as populações de baixa renda para a periferia como também produziu a percepção de que suas expectativas de sobrevivência dependeriam da sua capacidade de adaptação. São essas que engrossam as fileiras de desempregados no Distrito Federal (KUYUMJIAN et al., 2003, p. 200).

Para pensar a realidade de Brasília e a forma como a segregação consolida-se é preciso entender as operações de distribuição espacial. Enquanto as mal equipadas cidades-satélites são o lugar de moradia das camadas de baixa renda, o Plano Piloto detém importância e mantém a oferta dos empregos, concentrando em torno de 60% das vagas ativas, sobretudo as de melhor remuneração. Ademais, constata-se a elevação dos custos sociais ocasionada pelo distanciamento existente entre local de residência, trabalho e lazer, principalmente pelo fato de que, de modo geral, a periferia não possui condições para reter nela própria a mão-de-obra e os usuários de serviços urbanos (KUYUMJIAN et al., 2003, p. 202).

O que se verifica, portanto, é a desigualdade do espaço urbano referente ao acesso aos recursos básicos. O traçado da cidade, sua estrutura física e arquitetônica e sua dinâmica econômica não favorecem a uma ampliação de

postos de trabalho compatíveis com a demanda populacional que não cessa de aumentar, porque não há como evitar o processo migratório. Também é nesse espaço que diversos grupos sociais vivem e reproduzem-se, envolvendo o cotidiano e o futuro, além de crenças, valores, mitos, utopias e conflitos da sociedade de classes, assim como Brasília é cenário e objeto das lutas sociais pelos direitos de cidadania.

GUERRA et al. (2007, p. 71-72), ao tomar por base os dados do Censo Demográfico 2000, disponibilizado pelo IBGE, informa-nos que Brasília ocupava a sexta posição no *ranking* dos cem municípios com maior número de trabalhadores urbanos, com 518.944 trabalhadores, superado apenas, em ordem crescente, por Fortaleza (548.134), Belo Horizonte (600.625), Salvador (626.959), Rio de Janeiro (1.465.889) e São Paulo (2.856.916).

Segundo dados da PDAD/2004[45], a população urbana do Distrito Federal contabilizava 2.096.534 habitantes, dos quais 51,9% eram mulheres e 48,1% homens. Dos residentes no DF, 24,6% tinham até 14 anos de idade, entretanto, 68,0%, que constituíam a grande maioria, concentravam-se nos grupos entre 15 e 59 anos.

Em 2010, conforme informações do Censo Demográfico IBGE/2010, a população urbana do DF era de 2.454.311. Segundo Coelho (2012, p. 66), no período de 2000 a 2010, a população do DF teve um aumento superior ao incremento populacional brasileiro. No DF, o aumento foi de 25,79%, enquanto a população do Brasil aumentou 12,48%. A proporção da população urbana no DF, 96,58%, também era superior à população urbana brasileira, 84,36%, apesar do aumento da população urbana brasileira ter sido maior que o aumento da população do DF.

Dados da PDAD/2004 indicavam que a renda domiciliar média da população do Distrito Federal era da ordem de R$ 2.331,76 (9,0 Salários Mínimos – SM) e a renda per capita de R$ 625,14 (2,4 SM). Segundo dados divulgados

[45] Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio de 2004 (PDAD/2004) – SEPLAN/CODEPLAN-DF. Os dados extraídos PDAD-2004 foram de extrema importância para analisar o contexto do Distrito Federal nos anos de desenvolvimentos desta pesquisa, especialmente na fase de coleta de dados empíricos, desenvolvida durante os anos de 2007 e 2008.

pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas), o levantamento de 2003 mostrava que a renda domiciliar per capita média no Brasil era de R$ 360,50[46], equivalentes a um salário mínimo e meio (da época), assim no DF a renda per capita representava quase o dobro da média nacional.

Dados do Censo Demográfico IBGE/2010[47], compilados pela CODEPLAN-DF, que tinham julho/2010 como mês de referência, registravam que a renda per capita (mensal) total do DF era de 1.367,90, a total da periferia metropolitana (o Entorno) do DF era de 478,97, e a total de toda a área metropolitana (incluindo perifeira e DF) era de 1.126,63[48]. Os dados demonstram a contradição entre a alta renda per capta da população do DF e a de sua periferia pobre.

Ainda, conforme dados da PDAD-DF/2004, organizados em grupos salariais em ordem decrescente de renda, a concentração das mais altas taxas de renda *per capita* encontrava-se em Brasília e em Regiões Administrativas localizadas nas proximidades do Plano Piloto. O Lago Sul era a RA com a mais alta renda, a Estrutural e o Itapuã, áreas de recente assentamento urbano, resultado de ocupações urbanas "irregulares" (popularmente denominadas de invasões ou favelas), eram as regiões que apresentavam a menor renda *per capita* do DF. Os dados demonstravam um abismo diferencial entre o primeiro e o último colocado nesse *ranking*. Vide tabela abaixo:

[46] Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/, acesso em outubro/2013.
[47] Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=df, acesso em outubro/2013.
[48] Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/TABELA%20RENDA%20PER%20CAPITA%20E%20POPULA%C3%87%C3%83O%20-%20CENSO%202010.pdf, acesso em outubro/2013.

TABELA 13: Distrito Federal por grupos de Regiões Administrativas segundo as faixas de Renda Per Capita Mensal – 2004[49]

Grupos	Regiões Administrativas	Renda *per capita* (em SM)
Grupo 1	RA XVI - Lago Sul	10,8
	RA XXII - Sudoeste/Octogonal	8,6
	RA XVIII - Lago Norte	7,8
	RA I - Brasília	6,8
> 4 SM	RA XXIV - Park Way	4,9
Grupo 2	RA X - Guará	3,3
	RA XX - Águas Claras	3,1
	RA XI – Cruzeiro	3,1
	RA III – Taguatinga	2,5
	RA VIII - Núcleo Bandeirante	2,4
>2 ate ≤ 4 SM	RA V - Sobradinho	2,4
	RA XIX – Candangolândia	2,2
Grupo 3	RA XXVI - Sobradinho II	1,7
	RA II - Gama	1,6
	RA XVII - Riacho Fundo	1,5
	RA XIV - São Sebastião	1,4
	RA IX - Ceilândia	1,2
>1 ate ≤ 2SM	RA VII – Paranoá	1,2
Grupo 4	RA XII – Samambaia	1,0
	RA XIII - Santa Maria	0,9
	RA XV - Recanto das Emas	0,9
	RA XXI - Riacho Fundo II	0,9
	RA XXIII - Varjão	0,8
> 0,5 ate 1 SM	RA IV - Brazlândia	0,8
	RA VI – Planaltina	0,8
Grupo 5 RA		
	XXV - Estrutural (SCIA)	0,4
0 a 0,5 SM	RA XVIII – Itapoã	0,4

Fonte: PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – SEPLAN / CODEPLAN – 2004 (Adaptada por esta autora)

Em 2007, a população do Distrito Federal chegou ao patamar de 2.443.547[50] habitantes, conforme os dados apresentados pela CODEPLAN na Síntese de Informações Socioeconômicas de 2008 (CODEPLAN/GDF, 2008), indicando que 48,6% destes são naturais desta Unidade Federativa. Aqueles cuja naturalidade é da Região Nordeste representam 25,4% dos residentes no DF,

[49] Dados mais atualizados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio de 2010 (PDAD-2010) e da Pesquisa Domiciliar Socioeconômica de 2009 (PEDS/2009) indicam que houve a diminuição de domicílios com renda até um salário mínimo e aumento de domicílios com renda de mais de dois até cinco salários mínimos, inclusive no grupo no qual está localizada a maior parte dos domicílios precários de baixa renda, com Gama, Brazlândia, Planaltina, Paranoá, Ceilândia, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Varjão, Sobradinho II e Itapoã, onde mais de 50% dos domicílios tem renda de até cinco salários mínimos (COELHO, 2013, p. 76-80).

[50] Conforme o Censo 2010-IBGE, a população do DF era de 2.570.160 habitantes, em 2010. A atual estimativa é de 2.789.761 de habitantes (http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=df, acesso em outubro/2013).

seguidos pelos 14,2% oriundos da Região Sudeste, 7,9% da Região Centro-Oeste, 2,0% da Região Norte e 1,6% da Região Sul. Os nascidos no exterior constituem apenas 0,3% dos residentes. Esses dados demonstram que a população do Distrito Federal é composta por mais de 50% de migrantes.

Brasília, a cidade capital, constitui-se no imaginário nacional como símbolo da modernidade, o mito do poder – é a "Ilha da Fantasia" – onde se registram altas taxas de renda *per capita* do país. Todavia, a cidade projetada para ser a capital administrativa construiu-se e constrói-se baseada em processos migratórios, que, substancialmente, compõem-se da migração do trabalhador e de sua família em busca de oportunidades de sobrevivência, movido quiçá pelo ideal da estabilidade do emprego público.

No Distrito Federal, o crescimento do desemprego ocorre não só pela perda de postos de trabalho, como tem ocorrido com a maioria das regiões metropolitanas, mas, principalmente, pelo expressivo aumento da procura de trabalho, devido ao crescimento vegetativo e aos efeitos migratórios.

Conforme dados da PED-DF/2009 (Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal de 2009), no DF, entre os anos de 1992 e 2009, a média das taxas de desemprego anual foi de 18,3%. Houve um crescimento das taxas percentuais de desemprego entre aos anos de 1997 e 2004, período mais crítico a ser observado. Os dados ainda apresentam a diminuição do índice de desemprego a partir de 2005, indicando significativa redução percentual ao final do período, como demonstrado na tabela abaixo.

TABELA 14: Taxa Percentual de Desemprego no Distrito Federal no Período de 1992 a 2009

Taxa Percentual de Desemprego no Período: 1992 - 2009	
Período	**Taxa de desemprego (%)**
1992	**15,4**
1993	**14,7**
1994	**14,2**
1995	**15,4**
1996	**16,7**
1997	**18,4**
1998	**19,7**
1999	**22,1**
2000	**20,2**
2001	**20,5**
2002	**20,7**
2003	**22,9**
2004	**20,9**
2005	**19,0**
2006	**18,8**
2007	**17,7**
2008	**16,6**
2009	**15,8**
Média Total no Período	**18,3**

Tabela elaborada com base em dados extraídos da Tabela Estimativa do número de pessoas economicamente ativas, ocupadas, desempregadas e inativas maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total do Distrito Federal – 1992 a 2009 – da PED-DF/2009.

Cabe ressaltar que, em Brasília, o cenário de desemprego, desde meados dos anos de 1990 ao início dos anos 2000, foi marcado pela Reforma do Estado, com a reorganização da máquina pública, que, por ser considerada inchada e ineficiente, foi submetida à reestruturação administrativa. Esta incorporou modelos gerenciais e administrativos predominantes nas organizações de natureza privada, que influenciaram na gestão recursos humanos e no emprego público, mediante à suspensão de concursos públicos, à extinção de cargos, à adesão à terceirização de serviços, assim como, à precarização de contratos de trabalhadores não-concursados.

A retenção do acesso ao emprego na administração púbica, um dos maiores setores empregatícios no DF, trouxe, como consequência, o desemprego

e o subemprego. Inúmeras pesquisas apontaram, por exemplo, para o crescimento do setor informal no DF[51]. Também o surgimento ou ressurgimento do cooperativismo no DF ocorreu nesse contexto, como veremos mais à frente.

Brasília destaca-se como a maior cidade do setor terciário do Brasil. A sua base econômica não se apoia sobre uma atividade industrial, mas sobre o setor de serviços. Mesmo sem indústrias, é a complexidade de suas relações interespaciais e suas fronteiras com Minas Gerais e Goiás que a define como uma metrópole (PAVIANI apud GIRARD-NUNES, 2004a, p. 229).

Dados sobre distribuição dos chefes de domicílio nos setores de atividades remuneradas do Distrito Federal, fornecidos pela PDAD/2004, apontavam que o maior índice de ocupação de atividade remunerada correspondia a 21,4% no setor de comércio, seguido de 13,2 no setor de administração pública do Governo do Distrito Federal, e o terceiro maior índice, de 9,1%, era correspondente a dois setores, da administração pública federal e de serviços em geral. O setor da construção civil representava 4,0%, o da indústria representa apenas 1,3% da escala, e era o segundo mais baixo, superado apenas pelo setor agropecuário que correspondia a 0,6%, corroborando com o perfil de sexto município com maior número de trabalhadores urbanos.

Mais, recentemente, dados PDAD-DF/2011, reafirmam que o Distrito Federal tem o comércio, a administração pública (distrital e federal) e os serviços em geral como os setores onde predominam as atividades remuneradas, conforme tabela abaixo.

[51] A esse respeito desenvolvemos estudos com trabalhadores do setor informal em Brasília, que podem ser consultados em Kuyumjian, Mello e Santos (2001) e Kuyumjian e Santos (2006).

TABELA 15: Distribuição dos responsáveis pelos domicílios por setor de atividade remunerada no Distrito Federal - 2011

Setor de Atividade Remunerada	Responsável pelo Domicílio	
	Valores Absolutos	Valores Relativos (%)
Agropecuária	**2.865**	**0,57**
Construção civil	**42.685**	**8,51**
Indústria	**8.260**	**1,65**
Comércio	**106.651**	**21,26**
Administração Pública Federal	**65.556**	**13,07**
Administração Pública Distrital	**67.600**	**13,48**
Transporte	**25.316**	**5,05**
Comunicação	**5.046**	**1,01**
Educação	**9.785**	**1,95**
Saúde	**7.948**	**1,58**
Serviços domésticos	**17.089**	**3,41**
Serviços pessoais	**8.889**	**1,77**
Serviços de creditícios e financeiros	**4.869**	**0,97**
Serviços comunitários	**481**	**0,10**
Serviços de informática	**5.241**	**1,04**
Serviços de arte/cultura	**2.523**	**0,50**
Serviços em geral	**41.675**	**8,31**
Outras atividades	**78.588**	**15,66**
Não sabe	**588**	**0,12**
Total	**501.655**	**100,00**

Tabela elaborada com base nos dados da Tabela Distribuição dos responsáveis pelos domicílios por setor de atividade remunerada, segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal – 2011. Fonte: PDAD-DF/2011 - CODEPLAN/SEPLAN/GDF

Cabe observar, na tabela, que, se somarmos a inserção na administração pública federal com a pública distrital, teremos um percentual de 26,55% do total inserido no setor da administração pública, o que supera a inserção no setor de comércio, de 21,06%. E, se somarmos os serviços em geral com os demais setores de serviços, identificaremos um percentual de 16,10% do total geral, correspondendo ao terceiro setor de maior ocupação. Assim, a administração pública em geral desponta como o maior campo empregador do Distrito Federal. No entanto, os setores de serviços somados empregam mais do que a administração pública distrital.

Dados divulgados na Síntese de Informações Socioeconômicas de 2008[52] (PED-DF/2008) revelam, com relação à população ocupada nos setores de atividades do DF, em julho de 2008, que o setor de maior ocupação é o de serviços, seguido pelo comércio e administração pública, conforme tabela abaixo.

TABELA 16: População Ocupada segundo os Setores de Atividades - Distrito Federal - julho de 2008

Setores de Atividades	Ocupados (1) (em mil)	%
Indústria de Transformação	44	3,9
Construção Civil	50	4,4
Comércio	182	16,1
Serviços	561	49,7
Administração Pública	178	15,8
Outros (2)	114	10,1
Total 1.129 100,0	**1.129**	**100,0**

Fonte: PED-DF/2008 - Convênio: SETRAB/GDF, SEADE/SP e DIEESE
(1) Média Anual.
(2) Inclui Serviços Domésticos.

A tabela 16, da PED-DF/2008, apresenta um diferencial em relação à anterior, por tratar-se de população ocupada, independente da posição de responsável pelo domicílio ou, como é categorizado na PDAD/2004, chefe de domicílio. Portanto, a tabela acima permite uma visualização mais aproximada da inserção no mercado de trabalho do conjunto da população do DF.

Dados mais recentes da taxa de emprego e desemprego no DF, divulgados pela PED-DF/2012 (SETRAB-GDF, 2012, p. 2), indicam que a Taxa Média de Desemprego Total, no Distrito Federal, manteve-se relativamente estável, ao passar de 12,4%, em 2011, para 12,3%, em 2012. Esta foi a menor Taxa de Desemprego registrada desde 1992 (quando a pesquisa de emprego e desemprego foi iniciada). Houve aumento da Taxa de Desemprego Aberto, de 8,9%, em 2011, para 9,5%, em 2012, e redução da Taxa de Desemprego Oculto de 3,5% para 2,8%, no mesmo período.

No mesmo período, de 2011 a 2012, conforme estimativas da PED-DF/2012 sobre o número de ocupados (segundo posição de ocupação: assalariados,

[52] Os dados secundários, aqui tratados, referem-se principalmente à primeira década do Século XXI, considerando especialmente o período de desenvolvimento desta pesquisa empírica (2007-2008). Nesse sentido, alguns dados da PDAD-2004 foram atualizados com informações da PED-DF/2008.

autônomos, empregadores e demais), o número de assalariados no Distrito Federal apresentou aumento (5,2%), resultado do desempenho positivo no Setor Privado (6,3%) e no Setor Público (2,5%). No segmento privado, houve aumento do assalariamento Com Carteira Assinada (6,7%) e Sem Carteira Assinada (4,2%). Verificaram-se, ainda, aumento entre Empregadores (5,2%) e (no agregado) Demais Posições (2,9%) e redução entre os Empregados Domésticos (-5,6%) e os Autônomos (-2,6%) (SETRAB-GDF, 2012, p. 4).

Esses dados apresentam mudanças no cenário de emprego e desemprego no DF, após o período pesquisado (2007-2008), pois demonstram um aumento do emprego formal nos setores privado e público.

Por isso, decorreu o interesse deste estudo em desvendar fenômenos que se estruturam nessa complexa realidade, considerando os mecanismos de sobrevivência e aquisição de renda nesse espaço urbano segregatório e a dinâmica socioeconômica da cidade, cujas possibilidades de emprego encontram-se, prioritariamente, no setor terciário, serviços em geral, comércio e serviço público (de acessibilidade bastante restrita).

Quanto ao objeto específico dessa pesquisa, vale destacar que as cooperativas de trabalho identificadas no Distrito Federal encontram-se exatamente no setor de serviços.

Segundo Girard-Nunes (2004b, p. 193-196), entre 2000-2001, a dinâmica do cooperativismo no Distrito Federal era bastante restrita. Havia poucas cooperativas oficialmente cadastradas, que estavam sujeitas a uma grande rotatividade. O resultado de pesquisa do IPEA realizada no Fórum Local de Economia Solidária no DF, em 2003, demonstrou a diversidade de atividades que se identificaram como empreendimentos de economia solidária. Apesar do perfil do DF ser de emergência de cooperativas, constatou-se que existiam mais assessorias do que empreendimentos, o que, segundo a autora, poderia significar uma maior dinâmica societal de tomada de responsabilidade acerca dos problemas socioeconômicos existentes.

Há uma peculiaridade no Distrito Federal de eclosão do cooperativismo a partir de meados da década de 1990, impulsionado pelos movimentos sociais e

também pelo GDF (Governo do Distrito Federal)[53] que iniciou, na época, um processo de estímulo e fomento ao cooperativismo popular atendendo à demanda da sociedade civil, criando parcerias entre GDF, universidades, movimentos sociais e entidades promotoras do cooperativismo.

Apesar da iniciativa governamental, não se identificava na época uma política de governo voltada ao cooperativismo. Até o momento, as ações governamentais no DF voltadas para o cooperativismo concentram-se basicamente no apoio relativo à formação/capacitação de cooperados.

A GFAC, por exemplo, que foi uma gerência criada no Governo Joaquim Roriz – em seus terceiro e quarto mandatos de governador do DF, entre 1999 e 2006 – que tinha o papel basicamente de formação/capacitação dos cooperados de cooperativas já constituídas e de intercooperação e solidariedade entre essas, dedicava-se também ao apoio às iniciativas voltadas para o artesanato. No Governo de José Roberto Arruda, que teve início em 2007, foi instituída a SETRAB (Secretaria de Estado de Trabalho), em abril de 2008, e criada a Gerência de Fomento ao Cooperativismo e Associativismo dentro da Subsecretaria de Ocupação Renda, que, apesar dos nobres objetivos de fomentar ações, desenvolver estudos e capacitar para o cooperativismo e o associativismo, pouco realizou em 2008 e 2009[54].

Em linhas gerais, podemos afirmar que a emergência do cooperativismo em Brasília só se tornou significativa em meados dos anos de 1990 e nos anos 2000. No entanto, essa expansão do cooperativismo na capital federal ocorreu impulsionada não só pelas mudanças nas relações tradicionais de trabalho, mas também por ações governamentais, bem como pela influência do movimento de renovação do cooperativismo e da economia solidária.

Até 2004, dados oficialmente divulgados registravam a existência de mais de uma centena de empreendimentos de natureza cooperada e autogestora no

[53] Na época, o governador do DF era Cristovam Buarque (que governou entre 1995 e 1998), sua base eleitoral era formada por partidos de esquerda, intelectuais e movimentos sociais. Todavia, também é possível identificar algumas cooperativas "populares" criadas no governo antecedente, o de Joaquim Roriz (em seu segundo mandato de 1991-1994).

[54] Conforme os Relatórios Anuais de 2008 e de 2009 dessa Secretaria (disponíveis no site www.trabalho.df.gov.br/paginas/uag/uag.htm, acesso em março/2010).

DF. De um lado, a SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego, estimava que só de empreendimentos considerados como solidários, existiam aproximadamente 138 em todo DF. De outro lado, dados divulgados pela GFAC/STb (Gerência de Fomento ao Associativismo e Cooperativismo da Secretaria do Trabalho do Distrito Federal) informavam a existência de 110 cooperativas registradas no DF, em que 13 destas poderiam ser consideradas especificamente como cooperativas de trabalho ou de produção.

O mapeamento nacional dos empreendimentos de economia solidária realizado pelo SENAES/SIES, no Relatório 2005/2007, que indicou o número de empreendimentos por Estado, demonstrou a existência no DF (Distrito Federal) de 341 empreendimentos solidários entre diferentes formas de organização: associação, grupo informal, cooperativa e outros.

A tabela abaixo apresenta a distribuição dos EES por RAs, percebendo-se que o maior número desses empreendimentos encontra-se em Brasília, representando 30,5% do total, seguida por Paranoá com 16,4% e Ceilândia com 12% do total. Vale destacar que Ceilândia e Paranoá encontram-se no Grupo 3 (>1 até ≤ 2SM) na classificação de renda *per capita* exposta na tabela 13, apresentando taxas de renda *per capita* bem inferiores a de Brasília. Contudo, é importante lembrar que existe uma grande concentração de demanda de serviços no Plano Piloto, o que pode ser motivador também dessa concentração de empreendimentos.

TABELA 17: Quantidade de empreendimentos por município no Distrito Federal

NOME DO MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Brasília	**104**
Brazlândia	**09**
Ceilândia	**41**
Cruzeiro	**01**
Gama	**04**
Guará	**10**
Paranoá	**56**
Planaltina	**10**
Recanto das Emas	**21**
Riacho Fundo	**03**
Samambaia	**23**
Santa Maria	**09**
São Sebastião	**10**
Sobradinho	**17**
Taguatinga	**23**
TOTAL	**341**

Fonte: Relatório Nacional SIES 2005/2007

A tabela abaixo apresenta a evolução da quantidade de empreendimentos registrados no DF, cujo primeiro encontra-se registrado no corte temporal de 1951 a 1970, coincidindo exatamente com o período de inauguração de Brasília. O maior crescimento dos EES no DF ocorreu, também, nos anos 1990 e percebe-se que esse crescimento foi mantido na década seguinte. É importante observar que há uma diferença entre as tabelas 17 e 18 com relação ao total geral de empreendimentos, isso se deve ao número de EES que responderam à questão que originou esta tabela.

Um dado interessante a ser observado na tabela 18 é a indicação de empreendimentos de economia solidária anteriores aos anos de 1980, pois a literatura aponta a emergência desses após esse período. Muito provavelmente, isso se deva à compreensão de que esses empreendimentos surgidos antes de 1980 já contemplariam características da economia solidária, conforme apontado por Singer (2002).

TABELA 18: Quantidade de empreendimentos de Economia Solidária por ano de criação no Distrito Federal

1900 a 1950	1951 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2007	TOTAL
-	1	14	31	130	160	**336**

Fonte: Relatório Nacional SIES 2005/2007

Conforme a tabela abaixo, as atividades que mais se desenvolvem nesses EES são a fabricação de artefatos têxteis para tecidos e as edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços), em que a primeira pode ser caracterizada como atividade de produção têxtil e a segunda de serviços na área da construção civil.

Nesta tabela, não é possível precisar setores ou ramos específicos dos empreendimentos, mas é possível perceber que a natureza das atividades identifica-se com as demandas do mercado produtivo e de serviços do DF. Visualizam-se, especialmente, atividades voltadas para a produção de artesanato, produção de alimentos, confecção de roupas e outros objetos de vestuário e reciclagem de diversos materiais, além do setor de serviços.

TABELA 19: As 20 Atividades Econômicas que mais aparecem nos empreendimentos no Distrito Federal

POSIÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL
1ª	Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos	**80**
2ª	Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços)	**33**
3ª	Fabricação de artefatos de tapeçaria	**19**
4ª	Fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem	**18**
5ª	Confecção de outras peças do vestuário	**17**
6ª	Reciclagem de sucatas não-metálicas	**16**
7ª	Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico, incluindo tecelagem	**14**
8ª	Confecção de roupas profissionais	**13**
9ª	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exclusive móveis	**11**
10ª	Fabricação de artefatos de cordoaria	**11**
11ª	Fabricação de malas, bolsas, valises e outros artefatos para viagem, de qualquer material	**9**
12ª	Crédito imobiliário	**9**
13ª	Confecção de peças interiores do vestuário	**9**
14ª	Reciclagem de sucatas metálicas	**9**
15ª	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	**9**
16ª	Fabricação de produtos diversos	**7**
17ª	Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina e cartão para escritório	**7**
18ª	Fabricação de artefatos de tanoaria e embalagens de madeira	**7**
19ª	Fabricação de artefatos diversos de plástico	**7**
20ª	Educação média de formação técnica e profissional	**6**

Fonte: Relatório Nacional SIES 2005/2007

A tabela 20 apresenta as formas de organização desses empreendimentos identificados pelo SIES no DF, no período 2005/2007. Percebe-se que o maior número de EES caracteriza-se como grupo informal, seguido de associação e cooperativas. Foram identificadas em todo o DF apenas 32 cooperativas de economia solidária.

TABELA 20: Forma de organização dos empreendimentos de Economia Solidária no Distrito Federal

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	QUANTIDADE
Grupo Informal	**196**
Associação	**102**
Cooperativa	**32**
Sociedade Mercantil de Capital e Indústria	**8**
Outra	**2**
Sociedade Mercantil em Nome Coletivo	**1**
TOTAL	**341**

Fonte: Relatório Nacional SIES 2005/2007

Em dezembro de 2006, a OCB registrava a existência de 661 cooperativas

na Região Centro-Oeste, correspondendo a 8,6% do total nacional. Contrastando com o dado da tabela acima, no mesmo ano, a OCB-DF registrava um total de 171 cooperativas só no Distrito Federal, que atuavam em 11 ramos diferentes. O maior número de cooperativas registradas era do ramo habitacional, com 73 unidades; o segundo maior número era de cooperativas de trabalho, com 45; e o terceiro era de cooperativas de crédito, com 25. Nesse contexto, havia apenas uma cooperativa do ramo de produção.

Os dados da OCB espelham o perfil da cidade e de suas demandas, pois a questão habitacional talvez seja um dos maiores problemas do brasiliense. Brasília tem o metro quadrado mais caro de todo o país, seu mercado imobiliário é forte e competitivo, porém sujeito às leis protecionistas do Plano Piloto. A cidade apresenta-se como uma complexa espacialidade marcada por ambientes desiguais que são simultaneamente perversos e funcionais. Por consequência, as cooperativas habitacionais vêm-se configurando como uma alternativa viável para a aquisição da casa própria a preços acessíveis em curto e médio prazo. Mas, a indústria da construção civil também se vale das cooperativas de trabalho que prestam serviços ao setor para garantir barateamento da mão-de-obra.

O cooperativismo de trabalho vem representando uma alternativa viável para o ingresso no mercado de trabalho em Brasília. Entre aquelas que se identificam como cooperativas de trabalho junto a OCB, predominam as que desenvolvem atividades de proteção de patrimônio, construção civil, limpeza e conservação, transporte, catadores de materiais recicláveis, etc.

Em se tratando especificamente de cooperativas de trabalho, adeptas ou não da economia solidária, os dados oficialmente divulgados pela GFAC/STb (Gerência de Fomento ao Associativismo e Cooperativismo da Secretaria do Trabalho do Distrito Federal), em junho de 2006, informavam a existência de 43 cooperativas de trabalho e sete de produção registradas no DF. No primeiro caso, percebe-se um número aproximado do informado pela OCDF/OCB, no segundo, o número registrado pela GFAC/STb é bem maior.

Em março de 2007, encontravam-se registradas na OCDF/OCB 68 cooperativas classificadas como de trabalho. Por sua vez, esse dado contrasta

com o do ano anterior, acima informado, o que pode demonstrar o processo de expansão do cooperativismo no período.

Por esses dados, podemos supor que a capital federal pode estar enfrentando também o problema do aparecimento das cooperativas pragmáticas, de terceirização, que se estariam expandindo, atendendo às demandas dos setores que mais empregam no DF, setor de serviços, comércio, construção civil e, até mesmo, o setor de administração pública.

A constatação de toda essa dinâmica que envolve a expansão do cooperativismo no DF, impulsionou-nos à realização de pesquisa específica com as cooperativas que têm, como parâmetro, possibilitar a inserção social do trabalhador excluído do mercado formal, seja por meio de práticas de economia solidária ou não.

CAPÍTULO 3 – COOPERATIVISMO E PRÁTICAS SOLIDÁRIAS: A PERCEPÇÃO DOS E DAS DIRIGENTES

3.1 ORIGEM E PERFIL DAS COOPERATIVAS

Este capítulo apresenta a análise sobre a percepção dos e das dirigentes de cooperativas de trabalho no DF acerca do cooperativismo e das práticas solidárias desenvolvidas no interior das cooperativas de trabalho selecionadas para entrevista qualitativa. Os dados obtidos possibilitaram tanto a apreensão do perfil das quinze cooperativas estudadas como a discussão das principais categorias analíticas da tese.

A entrevista qualitativa com o ou a dirigente da cooperativa objetivava identificar sua percepção sobre a cooperativa com relação a: organização; administração; condições financeiras; relações de trabalho; condições de trabalho; direitos/benefícios; e relações com o mercado, a sociedade e o Estado. Também buscou identificar a sua percepção sobre o cooperativismo, seus ideais e princípios.

Na tabela abaixo, apresentamos alguns dados sobre o perfil dos entrevistados e das entrevistadas referentes a: cargo que ocupava na direção da cooperativa; tempo de trabalho nessa cooperativa; e sexo. Para preservar a identidade dos informantes, estes foram aqui nomeados como o ou a dirigente da cooperativa X ou Y, identificada por um nome fictício.

TABELA 21: Cargo ocupado por tempo e sexo do/da dirigente da cooperativa em dados absolutos – DF 2007/2008

Cargo	Tempo de Cooperativa								Total
	Até 3 anos		3 até 6 anos		6 a 9 anos		Acima de 9 anos		
	F	M	F	M	F	M	F	M	
Presidente	1	2	1	3	1	1	2	1	**12**
Recursos Humanos	-	-	-	-	1	-	-	-	**1**
Cooperado/Motorista	-	-	-	-	-	1	-	-	**1**
Assessoria da Presidência	-	-	-	-	-	-	-	1	**1**
Total	**1**	**2**	**1**	**3**	**2**	**2**	**2**	**2**	**15**

Conforme a tabela acima, dos quinze entrevistados doze ocupavam o cargo de presidente, os demais faziam parte da direção da cooperativa nos cargos de

assessoria da presidência, recursos humanos, cooperado/motorista[55].

Seis dos entrevistados e entrevistadas são do sexo feminino e nove do sexo masculino. Se considerarmos a informação não apresentada na tabela sobre aqueles que ocupavam a presidência da cooperativa (e que não foram entrevistados), verificamos que o número permanece na mesma proporcionalidade, pois, em seis dessas cooperativas, a presidência era exercida por mulheres e em nove por homens. Significando que as posições de direção nas cooperativas investigadas eram majoritariamente ocupadas por homens.

Quanto ao tempo efetivo de participação dos entrevistados e das entrevistadas na cooperativa, treze dos quinze líderes declaram-se membros fundadores da cooperativa. Os e as dirigentes da COOPARTESANAL, da COORECOMEÇO, da COOPLANALTO e da COORECICLARTE informaram períodos de vínculo superiores ao tempo de existência da cooperativa, pois participaram do grupo de trabalhadores que desenvolvia as atividades desde antes da sua fundação. No primeiro caso, a cooperativa era uma associação de artesãos antes de tornar-se cooperativa. No segundo caso, a cooperativa foi formada por dissidentes de outra cooperativa de catadores. Nos dois últimos, as cooperativas formaram-se a partir de grupos informais de catadores.

No início da entrevista, observamos que entrevistados e entrevistadas demonstraram algum receio de prestar as informações, mas ficaram mais à vontade para expressar suas opiniões no decorrer da conversa. Pareceu-nos que estes e estas tinham alguma desconfiança de que a entrevista pudesse levar a alguma avaliação negativa das suas atividades, mas essa desconfiança dissipava-se no face a face.

Por exemplo, a dirigente da COOSANEAMENTO surpreendeu-se com o interesse da pesquisadora, pois nunca havia dado qualquer entrevista para uma pesquisa acadêmica. O dirigente da COOPINOVAÇÃO apresentou uma reação inversa, pelo fato dessa cooperativa ter sido objeto de interesse de vários estudos e pesquisas. De todo modo, o entrevistado ficou um pouco inseguro de conceder a

[55] Nesse caso, o entrevistado era o pai da presidente. Por se tratar de uma cooperativa formada por familiares, as relações de representação da cooperativa reproduziam relações domésticas ou familiares. O entrevistado havia sido presidente da cooperativa e, na época da entrevista, a presidência era exercida pela sua filha.

entrevista no lugar da presidente que estava presente no local. Essa cooperativa possuía, inclusive, um banco de dados para atender aos pesquisadores, que também foi disponibilizado para esta pesquisa. Apesar de não se recusarem a prestar informações, os dirigentes das cooperativas mais procuradas vinham cobrando dos pesquisadores o retorno de seus estudos à cooperativa.

É importante ressaltar que as informações prestadas pelos entrevistados expressavam a sua percepção sobre a cooperativa e que as visitas de observação realizadas por esta pesquisadora visavam também à confrontação dessas informações com os dados de realidade observados. Dessa maneira, ao longo deste capítulo, além das percepções dos e das dirigentes, destacamos algumas observações registradas durante as visitas e entrevistas que entraram em conflito com os seus discursos.

3.1.1 CARACTERIZAÇÃO, ORIGEM E ESTRUTURA DAS COOPERATIVAS

No quadro abaixo, podemos visualizar informações gerais sobre o perfil dessas cooperativas coletadas tanto no primeiro contato como, posteriormente, nas entrevistas qualitativas.

QUADRO 1: Tipo de cooperativa, atividade desenvolvida, ano de criação e número de cooperados ou famílias das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	TIPO DE COOPERATIVA	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	ANO DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE COOPERADOS OU FAMÍLIAS
COOCOSTURA	Produção	Costura	2001	20 cooperados
COOPELETRICA	Trabalho	Serviços especializados de engenharia elétrica, civil e mecânica	1999	73 cooperados
COOSANEAMENTO	Trabalho	Serviços especializados em construção civil e saneamento	1996	87 cooperados
COOVESTUÁRIO	Produção	Produção artesanal e comércio de roupas e calçados	2004	205 famílias
COOPARTESANAL	Trabalho e Produção	Artesanato e alimentação	2001	65 cooperados
COOPESPECIAL	Trabalho e Especial	Artesanato	1998	20 a 40 cooperados (número flutuante)
COOPESTRUTURA	Trabalho e Produção	Coleta de materiais recicláveis e artesanato	2000	120 famílias
COOPINOVAÇÃO	Trabalho e Produção	Coleta de materiais recicláveis e artesanato	1998	200 famílias
COORECICLAGEM	Trabalho e Produção	Coleta de materiais recicláveis e artesanato	2005	42 famílias
COORECOMEÇO	Trabalho e Produção	Coleta de materiais recicláveis	2005	64 cooperados 34 famílias
COOPLANALTO	Trabalho e Produção	Coleta de materiais recicláveis	2004	36 famílias
COOPINDEPENDENTE	Trabalho	Coleta de materiais recicláveis	2002	75 famílias
COOPAMBIENTAL	Trabalho e Produção	Coleta de materiais recicláveis	1992	50 cooperados
COOMPANHEIRAS	Trabalho e Produção	Coleta de materiais recicláveis e artesanato	2004	20 cooperados
COORECICLARTE	Trabalho e Produção	Coleta de materiais recicláveis e artesanato	2002	40 a 50 cooperados (número flutuante)

Para subsidiar a análise e melhor caracterizar as cooperativas investigadas, elaboramos a tabela a seguir apresentando quantitativamente as informações relativas ao tipo de atividade desenvolvida.

TABELA 22: Tipo de cooperativa e atividade desenvolvida nas cooperativas pesquisadas em dados absolutos – DF 2007/2008

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	TIPO DE COOPERATIVA				TOTAL
	Trabalho e Produção	Produção	Trabalho	Trabalho e Especial	
Coleta de Materiais Recicláveis	3	-	1	-	**4**
Coleta de Materiais recicláveis e artesanato	5	-	-	-	**5**
Artesanato	-	1	-	1	**2**
Serviços especializados	-	-	2	-	**2**
Costura	-	1	-	-	**1**
Artesanato e alimentação	1	-	-	-	**1**
TOTAL	**9**	**2**	**3**	**1**	**15**

As cooperativas COOPELETRICA e COOSANEAMENTO concentravam suas atividades na prestação de serviços de infraestrutura. A primeira era uma cooperativa formada por funcionários aposentados de uma empresa estatal de prestação de serviços na área de energia; e a segunda era formada por profissionais especializados em obras de saneamento que tem como principal contratante, uma empresa estatal da área de saneamento do DF. Ambas eram formadas por profissionais especializados de vários níveis de formação que se mantinham vinculados às cooperativas enquanto vigoravam os contratos de prestação de serviços. Alguns deles mantinham outra fonte de renda por atuarem no mercado como profissionais liberais e outros por estarem aposentados, mantendo-se na cooperativa como forma de complementação de renda. O grande desafio para essas cooperativas era conseguir manter sempre os contratos de prestação de serviços para conservar o grupo fixo de cooperados.

Essas cooperativas eram consideradas por seus dirigentes como de inserção social, pois a maior parte dos trabalhadores era formada por técnicos com nível de escolaridade médio ou baixo que desenvolviam trabalho administrativo ou braçal. Ao considerarmos a observação de campo e ao compararmos estas com as demais cooperativas investigadas, constatamos que ambas encontravam-se bastante consolidadas, competitivas no mercado e que contavam com profissionais altamente especializados, incluindo profissionais de nível superior e, por isso mesmo, possuíam mais chances de inserção no mercado

de trabalho do que cooperativas populares.

É necessário ressaltar que ambas as cooperativas eram filiadas a OCDF e tinham essa entidade como referência de suas práticas; portanto, mantinham características do cooperativismo tradicional. Eram cooperativas prestadoras de serviços a empresas estatais de energia e saneamento e, segundo o e a dirigente entrevistados, a maior dificuldade que ambas vinham enfrentado era relativa ao Projeto de Lei 6420/2005, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que visava à alteração das leis 8666/93, sobre normas para licitações e contratos da administração pública, e 8429/92, sobre enriquecimento ilícito na administração pública. Com a finalidade de disciplinar a contratação de empresas prestadoras de serviços, o PL 6420/05 proibia a contratação de cooperativas pela administração pública federal[56].

As cooperativas COOVESTUÁRIO, COOPARTESANAL e COOPESPECIAL desenvolviam atividades de artesanato e comércio. Nas duas primeiras, os trabalhadores e trabalhadoras produziam e comercializavam seus produtos em espaço exclusivo (feira) e em dias específicos da semana. Nos dois casos, tanto produção do artesanato quanto os ganhos eram independentes, os cooperados e cooperadas faziam apenas a contribuição de 10% para a manutenção da cooperativa, ou seja, estes produziam e comercializavam individualmente seus produtos sem a participação dos demais e, em alguns casos, contratavam terceiros para auxiliar na confecção ou comercialização dos produtos. Os 10% para os fundos da cooperativa serviriam para os gastos gerais com conservação, limpeza e logística.

Tanto na COOVESTUÁRIO como na COOPARTESANAL, os cooperados e cooperadas buscaram melhorar a inserção no mercado por meio da atividade associativa. Conforme anteriormente mencionado, a produção, a comercialização e os ganhos eram individuais; entretanto, o espaço coletivo da feira facilitava e

[56] Em dezembro de 2008, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou substitutivo ao Projeto de Lei 6420/05 apresentado pelo relator, deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS). O relator retirou do texto o limite máximo de tempo para vigência dos contratos de terceirização, uma das principais mudanças propostas. O substitutivo proíbe apenas a contratação de cooperativas e entidades sem fins lucrativos cujos estatutos e objetivos sociais não estejam de acordo com o objeto contratado. A proposta ainda tramita na Comissão de Finanças e Tributação.

assegurava a constância nas vendas; assim como, a estrutura da cooperativa possibilitava a negociação de melhores preços com fornecedores de matéria-prima.

Comparativamente, os trabalhadores e trabalhadoras da COOVESTUÁRIO tinham rendimentos menores que os da COOPARTESANAL. A primeira estava estabelecida em uma Região Administrativa localizada a 30,2 km de distância do Plano Piloto; produzia e comercializava artigos de vestuário, calçados, roupas e acessório, além de outros produtos; e tinha sua forma de gestão centralizada na figura do seu presidente, que assumia o papel de administrador da cooperativa, com a perspectiva de organizar um negócio que fosse competitivo no mercado da região. A segunda estava localizada em área nobre de Brasília, em uma das Regiões Administrativas onde se registram as mais altas rendas *per capta* do DF; concentrava suas atividades na confecção e comercialização de alimentos típicos, assim como em artigos artesanais para o lar; nela, prevalecia a relação de independência dos cooperados em relação à direção, mantendo a autonomia administrativa dos seus pequenos estabelecimentos, bancas ou *boxes*. A COOPARTESANAL era uma associação de artesãos que se converteu em cooperativa a fim de pleitear incentivos governamentais, especialmente na negociação de área para a construção de sua nova sede.

Ambas as cooperativas caracterizar-se-iam mais adequadamente como associações de feirantes do que como cooperativa de trabalho. No caso da COOVESTUÁRIO, era possível observar na sua organização as características da "pseudocooperativa", principalmente quando se tratava da remuneração específica do presidente, que se apresentava como administrador, além disso, participavam dela cooperados/feirantes que vendiam produtos industrializados e eletroeletrônicos, portanto, descaracterizando o perfil de feira de artesanato.

A COOPESPECIAL, mesmo se caracterizando como uma cooperativa de artesanato e comércio, também poderia ser identificada como uma cooperativa especial, pois os artesãos cooperados eram pessoas com deficiência e os seus professores de artesanato. A cooperativa foi formada por iniciativa dos professores de artesanato de uma ONG católica, que atendia a pessoas surdas e mudas, com

o objetivo de profissionalização dos alunos. Os professores participavam da cooperativa como voluntários e toda a renda arrecadada com a venda dos produtos em feiras diversas ou em eventos era repassada para os cooperados surdos e mudos. Conforme citado anteriormente, a COOPESPECIAL converteu-se em associação.

A COOCOSTURA, única cooperativa de costureiras investigada, estava vivenciando um processo de quase desativação pela redução significativa das encomendas em função da competitividade com empresas do mesmo setor produtivo consolidadas na região. Esta iniciou suas atividades, incentivada pela Igreja Católica, com vinte costureiras e, na época da entrevista, apenas cinco delas permaneciam efetivamente participando da cooperativa.

As demais pessoas entrevistadas eram dirigentes de cooperativas de catadores de resíduos sólidos ou catadores de materiais recicláveis: COOPESTRUTURA, COOPINOVAÇÃO, COORECICLAGEM, COORECOMEÇO, COOPLANALTO, COOPINDEPENDENTE, COOPAMBIENTAL, COOMPANHEIRAS, COORECICLARTE. Estas eram cooperativas, cuja maioria dos cooperados, recebia ganhos extremamente baixos, variando em torno de um salário mínimo. Todas desenvolviam atividades de coleta e separação de materiais recicláveis e cinco delas ainda trabalhavam com artesanato, a COOPESTRUTURA, a COOPINOVAÇÃO, a COORECICLAGEM, a COOPLANALTO, a COOMPANHEIRAS e a COORECICLARTE.

O histórico da formação de cada cooperativa demonstra que, para o surgimento delas, geralmente, houve a participação de um agente externo impulsionador da organização, entre instituições da sociedade civil e do Estado. Os agentes indicados pelos entrevistados foram: GDF (Governo do Distrito Federal), Igreja Católica e entidades correlatas, SEBRAE, MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), CENTCOOP, além de uma associação e um clube social. Poucos foram os e as dirigentes que declararam que a formação da cooperativa ocorreu por iniciativa dos próprios trabalhadores. Apenas a COORECOMEÇO formou-se pela dissidência de um grupo de cooperados da COOPESTRUTURA.

QUADRO 2: Motivo da formação e instituição impulsionadora da criação das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	MOTIVO DA FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO IMPULSIONADORA
COOCOSTURA	Fazer um projeto social para geração de renda de costureiras da região e formar novas profissionais.	Igreja Católica / SENAI.
COOPELETRICA	Ajudar pessoas aposentadas de uma empresa estatal a ocuparem-se e aumentar em a sua renda.	Associação dos Aposentados da Empresa.
COOSANEAMENTO	Fortalecer o grupo que prestava serviços terceirizados a fim de melhorar as negociações com a empresa contratante.	-----
COOVESTUÁRIO	Modificar o sistema de trabalho para que as sócias do clube pudessem produzir e comercializar seus produtos.	Clube Social.
COOPARTESANAL	O GDF estimulou a mudança de associação para cooperativa a fim de conseguir concessão de uma área do Pró-DF para e construção da nova sede.	Governo do Distrito Federal.
COOPESPECIAL	Profissionalizar os portadores de necessidades especiais.	-----
COOPESTRUTURA	O MNMMR estimulou a criação de uma cooperativa para tirar os pais da condição de miséria e as crianças da rua.	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.
COOPINOVAÇÃO	Iniciativa da presidente, que não podia trabalhar longe de casa por causa do filho com deficiência, unindo-se a outras mulheres da região.	SEBRAE.
COORECICLAGEM	As famílias resolveram se unir para melhorar a organização do trabalho e renda, incentivadas por uma pastoral da Igreja Católica.	Pastoral Nossa Senhora Auxiliadora da Igreja Católica.
COORECOMEÇO	O grupo dissidente da COOPESTRUTURA montou uma nova cooperativa por discordar do rateio de ganhos implementado na anterior.	-----
COOPLANALTO	Melhorar o preço da venda dos produtos para reciclagem e organização dos catadores.	-----
COOPINDEPENDENTE	Para gerar trabalho para moradores de ocupação irregular.	-----
COOPAMBIENTAL	Estimulada pelo GDF para organizar a produção dos catadores do aterro sanitário da região.	Governo do Distrito Federal.
COOMPANHEIRAS	Gerar trabalho para as famílias, especialmente às mulheres da comunidade.	-----
COORECICLARTE	Gerar trabalho e renda para população pobre da região, visando à inclusão social.	CENTCOOP.

Conforme o quadro acima, em quase todos os depoimentos, os motivos informados para a criação das cooperativas relacionavam-se à geração de trabalho e renda, assim como à organização do trabalho para o aumento dos ganhos e melhoria na qualidade da produção, havendo apenas duas exceções, nas declarações das dirigentes da COOPARTESANAL e da COOPESPECIAL.

Alguns relatos demonstravam a preocupação com a melhoria de condições de trabalho e ganhos, assim como com a potencialização da capacidade produtiva dos trabalhadores pela cooperação, que individualmente era fraca, especialmente

das mulheres.

A dirigente COOCOSTURA e o dirigente COORECICLARTE, que vivenciavam processos de desestruturação, expressaram uma profunda desilusão com as possibilidades de sobrevivência no mercado, incorporando a concepção de que as relações desiguais de concorrência eram muito desestimuladoras, assim como uma descrença no Estado e nas possibilidades de proteção social que ele deveria oferecer. A primeira, devido ao afastamento de muitas cooperadas, buscavam outras fontes de renda depois que a cooperativa perdeu incentivos financeiros da Igreja Católica da comunidade (devido à redefinição de prioridades na aplicação de suas verbas para projetos sociais), e a segunda devido ao descrédito de muitos cooperados e cooperadas após sucessivas ordens de despejos executadas pela justiça na área em que a cooperativa estava alocada.

O maior problema das cooperativas visitadas era a instabilidade dos ganhos, tanto entre aquelas de ganhos maiores quanto aquelas de ganhos menores. Havia também o problema da instabilidade do mercado e dos limites de negociação com os principais tomadores de serviços. Essa situação era mais evidente nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

As dirigentes das cooperativas COOCOSTURA, COOPARTESANAL e COOPESPECIAL expressaram insatisfação com a condição do cooperativismo. Elas acreditavam que a condição de associação trar-lhes-ia mais vantagens que a de cooperativa, devido aos encargos administrativos e financeiros que seriam bem maiores do que os encargos de uma associação. Além disso, a associação permitiria receber doações de recursos financeiros e materiais de diversas entidades parceiras, o que seria muito mais difícil no caso da cooperativa.

Conforme dito acima, a COOPARTESANAL era associação e transformou-se em cooperativa, do mesmo modo, a COOPESPECIAL era cooperativa e transformou-se em associação. No primeiro caso, ela tornou-se cooperativa mediante uma negociação entre a associação e o Governo do Distrito Federal, que sugeriu a mudança de natureza da organização de associação para cooperativa, para a concessão da área destinada à construção da nova sede dela. No último caso, a condição de cooperativa não foi mantida porque um ex-

presidente desvinculou-se da cooperativa, levou consigo a documentação pertinente e não efetivou o processo de transferência de cargo à nova presidência. Esse problema burocrático dificultava a manutenção e funcionamento da cooperativa, o que estimulou seus cooperados a buscarem a alternativa de formar uma associação.

Do ponto de vista da constituição legal, as cooperativas encontravam-se devidamente institucionalizadas. Segundo os entrevistados, todas as cooperativas, com exceção de uma, estavam funcionando mediante estatuto, tinham registro na Junta Comercial do DF e instituíram de forma democrática suas diretorias. Apenas a COOPESPECIAL passava pelo processo de transição para associação e encontrava-se com problemas no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

Conforme apresentado na tabela abaixo, nove dessas cooperativas foram formadas na primeira metade dos anos 2000, cinco na segunda metade dos anos de 1990 e apenas uma surgiu na primeira metade dos anos 1990. Isto demonstra que grande parte dessas cooperativas ainda era muito jovem e encontrava-se em processo de consolidação na época da realização da entrevista.

TABELA 23: Ano de criação e número de cooperados das cooperativas pesquisadas em dados absolutos – DF 2007/2008

ANO DE CRIAÇÃ0	NÚMERO DE COOPERADOS						TOTAL
	Até 50	51-100	101 - 200	201- 300	301-400	401-500	
1992 – 1995	1	-	-	-	-	-	**1**
1996 – 2000	1	2	-	1	1	-	**5**
2001 – 2005	3	4	1	-	-	1	**9**
TOTAL	5	6	1	1	1	1	**15**

O número de trabalhadores e trabalhadoras que participavam das cooperativas selecionadas também era correspondente à média das cooperativas contatadas da listagem geral, conforme vimos na Tabela 9. O maior número de cooperativas, no total de seis, tinha entre 50 e 100 cooperados, cinco tinham até 50 participantes e as demais informaram que possuíam acima de 100 cooperados. Aquela com o maior número registrava em torno de 410 cooperados.

É importante ressaltar que alguns números não eram precisos, porque seis

dirigentes informaram o número de cooperados por famílias. Um deles inclusive informou o número de cooperados e cooperadas individualmente e por famílias, conforme visualizamos no Quadro 1 (acima). Nos casos da CORECICLARTE e da COOPESPECIAL não foi possível precisar número de sócios ativos no momento da entrevista, por isso no quadro consta a informação “número flutuante”.

Assim, para a confecção da Tabela 23 (acima) utilizamos a seguinte metodologia: para as cooperativas com número de cooperados flutuantes contabilizamos o número tirado da média entre os dois números variantes; para as cooperativas com número de cooperados contabilizados por família consideramos a média de dois participantes por família. A citada metodologia deu-nos condições de dar margens aproximadas do número de cooperados em seis faixas variantes na tabela.

Algumas declarações dos e das dirigentes foram muito interessantes, principalmente quando se referiram à flutuação do número de cooperados e cooperadas e a participação de homens e mulheres na cooperativa.

> [São] vinte cooperados. Tem mais mulheres, são dezoito. É uma cooperativa bem feminina. (a dirigente – COOMPANHEIRAS)

> São duzentas famílias. Trabalhamos com famílias em geral [...] A cooperativa começou com vinte e sete mulheres e hoje ainda é maioria. (o dirigente – COOPINOVAÇÃO)

> Ativos são setenta e cinco. Tem mais homem [...] (o dirigente – COOPINDEPENDENTE)

> Começou com vinte mulheres. Atualmente são cinco cooperadas ativas. (a dirigente – COOCOSTURA)

> E, hoje, nós temos catalogado entre duzentas e cinco famílias escritas na cooperativa legalmente que geram setecentos e quarenta e cinco empregos diretos. (o dirigente – COOVESTUÁRIO)

> Hoje, aqui trabalhando, nós somos vinte e dois, o nosso total. A cooperativa começou com sessenta e nove, quatro foram desligados [...] São trinta e cinco mulheres e trinta homens, sessenta e cinco associados. (a dirigente – COOPARTESANAL)

> Hoje, nós somos trinta e seis famílias, homens e mulheres. Estou contando tanto o cooperado quanto a família dele. (o dirigente – COOPLANALTO)

> Temos quarenta a cinquenta cooperados. As mulheres representam um universo de 60% dos cooperados. Há uma preocupação com a questão de gênero dentro da cooperativa, a começar pelo salário, mas não é bem salário, são os ganhos iguais [...] (o dirigente – COORECICLARTE)

Algumas informações prestadas acima apontaram flutuações para mais ou para menos do número de cooperados e cooperadas, a depender do sucesso do empreendimento. Quanto melhor a situação financeira da cooperativa, maior a sua capacidade de mantê-los em atividade.

Quando a cooperativa passava por momentos de instabilidade econômica ou produtiva, os cooperados e cooperadas afastavam-se e buscavam outras formas de sobrevivência, isso frequentemente ocorria quando estes tinham alguma profissão específica. As informações prestadas também demonstraram que a contabilização do número de participantes, homens e mulheres, só era precisa quando havia registro por parte da diretoria ou quando o número de cooperados era pequeno.

Nas cooperativas que contabilizavam seus participantes por famílias, era comum a participação de casais, assim como dos filhos, em alguns casos ainda adolescentes, a partir de doze anos de idade, que contribuíam para a produção da família e, portanto, para os seus ganhos.

Nas visitas às cooperativas, pudemos observar a estrutura física e a organização do trabalho de cada uma delas. A estrutura da cooperativa refletia o nível de organização adquirida, verifica-se isso nas declarações dos e das dirigentes no momento em que se referiam à infraestrutura da cooperativa, com relação à sede e aos equipamentos. Notadamente, quando a cooperativa encontrava-se bem estruturada e organizada, as condições de trabalho dos cooperados eram melhores.

QUADRO 3: Galpão/Instalações, propriedade e equipamentos das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	GALPÃO/ INSTALAÇÕES	PROPRIEDADE	EQUIPAMENTOS	PROPRIEDADE DOS EQUIPAMENTOS
COOCOSTURA	SIM	Alugada.	SIM	Cedidos pela Igreja.
COOPELETRICA	SIM	Cedida pela associação dos aposentados.	SIM	Cedido pela associação dos aposentados.
COOSANEAMENTO	SIM	Alugada.	SIM	Próprios; comprados.
COOVESTUÁRIO	SIM	Cedida pelos sócios do clube.	SIM	Próprios, comprados.
COOPARTESANAL	SIM	Concessão do GDF.	SIM	Próprios, comprados.
COOPESPECIAL	SIM	Área militar cedida por um coronel.	SIM	Próprios; comprados.
COOPESTRUTURA	SIM	Concessão de oito anos.	SIM	Próprios, doados por projeto da FBB.
COOPINOVAÇÃO	SIM	Própria.	SIM	Próprios, comprados e doados.
COORECICLAGEM	NÃO	Área irregular.	SIM	Próprios, doados.
COORECOMEÇO	NÃO	Área irregular.	SIM	Próprios; e caminhão cedido pela XX [Empresa de Reciclagem].
COOPLANALTO	SIM	Cedida.	SIM	Próprios, comprados e doados pela UnB.
COOPINDEPENDENTE	SIM	Concessão.	NÃO	Caminhão doado por projeto da FBB.
COOPAMBIENTAL	SIM	Concessão do GDF.	SIM	Concessão do GDF.
COOMPANHEIRAS	SIM	Cedida por um cooperado.	SIM	Próprios (não informou a forma de aquisição).
COORECICLARTE	SIM	Alugada.	SIM	Próprios (não informou a forma de aquisição).

As condições da estrutura de funcionamento das cooperativas revelavam a carência ou a autossuficiência de cada empreendimento. Das quinze cooperativas pesquisadas apenas uma delas tinha instalação própria, três ocupavam instalações alugadas, seis em áreas cedidas (quatro em área de concessão temporária de uso pelo GDF, uma em área militar cedida por um coronel e outra em terreno cedido por um cooperado); e duas delas ocupavam instalações em terrenos de ocupação urbana irregular (e encontravam-se negociando com o GDF uma concessão de área para assentamento).

Dentre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, apenas a COOPESTRUTURA e a COOPINOVAÇÃO encontravam-se bem estruturadas quanto à estrutura física do galpão e à organização do trabalho. A COOPINDEPENDENTE tinha boa estrutura física do galpão, porém a organização do trabalho ainda era muito precária.

Manter cooperados ativos e assegurar boas condições de funcionamento e

organização do trabalho na cooperativa dependia também da dificuldade em garantir um local fixo para a instalação da cooperativa e, em alguns casos, a própria condição de moradia dos cooperados, como eram as situações da COORECICLAGEM, da COORECOMEÇO, da COOPINDEPENDENTE e da COORECICLARTE.

A COORECICLAGEM iniciou suas atividades com a organização de catadores de uma área de ocupação urbana irregular em uma região administrativa que dista aproximadamente 21 quilômetros do Plano Piloto, na época da realização da entrevista. Os cooperados negociavam mudar sua sede para uma área de assentamento urbano em uma região administrativa a 28 quilômetros de distância do Plano Piloto, onde as famílias dos cooperados também residiriam. A COORECOMEÇO ocupava um lote cedido acerca de 11 quilômetros de distância do Plano Piloto (em uma das áreas mais pobres do DF) e negociava uma nova sede na mesma região, pois a grande maioria de seus cooperados residia nas proximidades. A COOPINDEPENDENTE tinha a concessão do lote e construiu em um galpão que estava localizado em um setor urbano destinado à indústria e comércio, a 11 quilômetros de distância do Plano Piloto. No entanto, alguns dos seus cooperados enfrentavam problemas com a derrubada constante dos seus barracos em ocupação urbana irregular nas proximidades da cooperativa – área destinada apenas para indústria e comércio. A COORECICLARTE, alguns meses após a entrevista, retirou-se do galpão que ocupava em uma região administrativa, acerca de 25,8 quilômetros de distância do Plano Piloto, devido ao aumento abusivo do preço do aluguel, e instalou-se nas proximidades em área de especulação urbana destinada à construção de posto de combustível do Pró-DF (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável). Logo em seguida, enfrentou várias ordens de despejo enquanto negociava o lote com o Governo do Distrito Federal.

Em várias situações, os trabalhadores e as trabalhadoras das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que sofriam com a remoção do local de trabalho e/ou de moradia, eram sobreviventes das recorrentes ações de despejos – as quatro cooperativas citadas acima enfrentavam tais situações. Estas estavam

de uma forma ou de outra passando por processos de fixação, ora do local de trabalho ora do local de moradia, e a COORECICLAGEM vivenciando os dois processos, a fixação da cooperativa e da moradia das famílias.

Ao tratarmos das cooperativas de catadores, nota-se que a manutenção das cooperativas em local apropriado representava segurança de trabalho para o cooperado, que, geralmente, habitava nas proximidades. Na opinião de alguns dirigentes, a cooperativa trazia oportunidades de trabalho para os desempregados daquela região, de modo a assegurar a sobrevivência de muitas famílias. Os processos de remoção e mudanças do local de trabalho aliados à instabilidade dos ganhos decorrentes de perdas de materiais coletados, levava o cooperado a um sentimento de descrença na cooperativa, que saía à procura de outros mecanismos de sobrevivência.

A insegurança quanto à condição de fixação do local de trabalho também colaborava para a precariedade e a insalubridade no local de trabalho, deixando o trabalhador vulnerável na realização das atividades: em relação ao clima/tempo; pela falta de abrigo para o material de trabalho e para si próprio; e, ainda, em relação à presença de determinados animais na cooperativa. Os trabalhadores das cooperativas de catadores mencionaram a presença de insetos, ratos e até cobras no local de trabalho. Nas visitas a essas cooperativas, sempre era possível observar a presença de animais no local, principalmente de cachorros. Entretanto, quando questionávamos aos entrevistados sobre a presença dos cachorros, eles sempre afirmavam que os animais apareciam por lá e que não pertenciam a ninguém da cooperativa.

Nas várias cooperativas onde a presença dos cachorros era constante, havia também a presença de crianças que, frequentemente, estavam em contato ou brincando com os animais. Os animais eram mansos e pareciam bem à vontade entre os trabalhadores e as crianças. Na COORECICLAGEM, a presença de animais era bem frequente, talvez porque a cooperativa ficava localizada numa área de ocupação urbana irregular e as próprias famílias moradoras também trabalhavam na cooperativa. Apenas na COOPESTRUTURA e na COOPINOVAÇÃO, as duas cooperativas de catadores mais estruturadas, não

observamos a presença de animais no interior de suas instalações.

Quanto aos equipamentos necessários para a produção, apenas quatro dirigentes declararam que a cooperativa adquiriu seus equipamentos com recursos próprios. Nota-se, no quadro acima, que as cooperativas mais carentes adquiriram equipamentos a partir de doações de fundações e/ou de projetos financiados por instituições de pesquisa. Quatro cooperativas sequer tinham a posse de seus equipamentos, pois eram cedidos. Os equipamentos cedidos eram de concessão do GDF, da Igreja ou de associações parceiras das cooperativas. Mas, ainda havia situações, como da COORECOMEÇO, em que se utilizava um caminhão cedido pela principal empresa de reciclagem compradora dos produtos.

A influência dos agentes externos fomentadores do cooperativismo foi importantíssima na consolidação de alguns empreendimentos. Por exemplo, boa parte das cooperativas de catadores de materiais recicláveis conseguiu seus equipamentos por meio da articulação da CENTCOOP com organizações e entidades parceiras[57].

Cabe ressaltar que as cooperativas de catadores que se consolidaram eram aquelas que receberam apoio de entidades e de órgãos financiadores como: FBB (Fundação Banco do Brasil), CAIXA (Caixa Econômica Federal), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Universidades e entidades internacionais. Várias lideranças citaram a interferência de entidades que estimularam a criação e consolidação da cooperativa. O caso mais marcante foi o da COOCOSTURA, que contou com o apoio da Igreja Católica da comunidade para sua formação e, assim que o apoio foi retirado, perdeu sua capacidade de atuação no mercado local.

Percebemos, também, a relação das cooperativas pesquisadas com o Estado, nas esferas federal e distrital, considerando os seus órgãos específicos de execução de políticas públicas de geração de trabalho e renda.

De maneira geral, as cooperativas declararam contar com o apoio das

[57] As principais organizações e entidades parceiras da CENTCOOP eram a FBB, a UNITRABALHO e o ICCO (Organização Intereclesiástica para o Desenvolvimento).

parcerias em diversas situações, porém, o apoio logístico foi muito mais ressaltado que o apoio financeiro.

QUADRO 4: Parcerias e afiliações das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	PARCERIAS*	AFILIAÇÕES
COOCOSTURA	Igreja, Universidade Católica.	-----
COOPELETRICA	Associação dos Aposentados e Pensionistas, apoio logístico (informações de funcionamento, curso), Secretaria de Trabalho do GDF, SEBRAE e COOSANEAMENTO.	OCDF.
COOSANEAMENTO	SEBRAE.	OCDF.
COOVESTUÁRIO	Não tem.	OCDF.
COOPARTESANAL	SEBRAE.	OCDF.
COOPESPECIAL	O SEBRAE (um dos principais parceiros), SOS Cidadania do Banco do Brasil, Câmara dos Deputados Distrital, Comitê da Cidadania Contra a Fome.	OCDF.
COOPESTRUTURA	CENTCOOP, CAIXA, Banco do Brasil, Câmara dos Deputados Distritais, Secretaria do Trabalho do GDF (quando há material sem destinação, os órgãos chamam a cooperativa e repassam o material).	CENTCOOP; OCDF.
COOPINOVAÇÃO	Ministério do Esporte (financia o Programa Segundo Tempo) Ministério da Cultura (financia o Ponto de Cultura do Distrito Federal) Laboratório e Biblioteca Multimídia do Ministério da Ciência e Tecnologia, CENTCOOP, Universidade Católica, Casa PARK, SEBRAE.	CENTCOOP; OCDF.
COORECICLAGEM	Universidade Católica (apoio em formação, projetos e jurídico) Colégio Marista, Pastoral Nossa Senhora Auxiliadora, Embrapa, CARITAS, CAIXA, CENTCOOP (que tem o apoio da Fundação do Banco do Brasil que doou os triciclos) e GDF (que doou o terreno para nova sede).	CENTCOOP.
COORECOMEÇO	Governo Federal (tem dado muito apoio à cooperativa), Fundação Banco do Brasil (doou o triciclo), CAIXA (mas, quem faz o contato é o governo federal).	CENTCOOP.
COOPLANALTO	CARITAS, SEBRAE, algumas gráficas particulares (que doam o material), Fundação Banco do Brasil (tem apoiado a CENTCOOP, que repassa os projetos para as cooperativas), BNDES (que tem um projeto estrutural para comprar equipamentos, móveis de escritório e levantar mais 50 postos de trabalho no DF), UnB (apoio na logística do trabalho, com a implementação da coleta seletiva e a multi-incubadora).	CENTCOOP.
COOPINDEPENDENTE	CARITAS (dão auxílio para a cooperativa).	--------
COOPAMBIENTAL	SLU/GDF.	CENTCOOP.
COOMPANHEIRAS	Igreja Católica São Marcos e São Lucas do P-Norte (oferece curso de alfabetização de adultos, repassa o material reciclável doado pela comunidade frequentadora).	CENTCOOP.
COORECICLARTE	COTROL, Aruemas, Banco do Brasil, ICCO, UNITRABRALHO, UnB, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.	OCDF; CENTCOOP.

* Alguns entrevistados informaram a forma de apoio das entidades parceiras.

Os e as dirigentes foram unânimes em informar que as cooperativas tiveram algum tipo de apoio das parceiras, seja de entidade da sociedade civil ou de órgãos governamentais, porém algumas cooperativas (especialmente as de catadores) chegaram a receber apoios de parceiros nacionais e internacionais, como doações de equipamentos e veículos, assim como financiamentos de projetos de inclusão social.

Com exceção da dirigente da COOCOSTURA e do dirigente da COOPINDEPENDENTE, os demais declaram ter alguma afiliação a instituições representativas. As entidades citadas foram a CENTCOOP e a OCDF.

Alguns dirigentes de cooperativas manifestaram descontentamento com as entidades representativas, pois alegaram que não se sentiam representados por elas, como o dirigente da COOPINDEPENDENTE que manifestou insatisfação em relação à CENTCOOP, considerando as disputas políticas internas e a falta de apoio objetivo da entidade às cooperativas. Outros ressaltaram a importância das parcerias, como o dirigente da COORECICLARTE que ressaltou a articulação da cooperativa com a rede de movimentos sociais da comunidade local.

> Não, não temos parceria com ninguém. Às vezes, eu peço uma ajuda, e eles perguntam é parceria, eu digo que não. 'Você fica lá e eu fico cá'. Parceria é uma coisa, eu estou te pedindo uma ajuda. (o dirigente – COOPINDEPENDENTE)

> Nós trabalhamos em rede, formamos uma rede de movimentos sociais aqui na cidade, se chama Rede XX [nome da R. A.] de Movimentos Sociais, ela é composta por ONGs, associações, grupos de bordadeiras, grupo das irmãs. Eles estão com a cooperativa desde a sua constituição [...] (o dirigente – CORECICLARTE)

Quanto às principais parcerias e afiliações das cooperativas citadas pelos entrevistados, identificamos algumas frequências de informações que possibilitaram o agrupamento detalhado abaixo:

a) Quanto às parcerias com outras cooperativas e associações, apenas um dirigente declarou que fazia parceria com outra cooperativa e dois declararam ter parcerias com associações;

b) Quanto às parcerias com o movimento social ou cooperativista, apenas um dirigente declarou parceria com um movimento social, outro mencionou vários movimentos (social e cooperativista) e três declararam a parceria com o movimento cooperativista (especificamente com a CENTCOOP);

c) Quanto às afiliações a entidades representativas, oito cooperativas eram afiliadas a OCDF e outras oito a CENTCOOP, três entre elas eram afiliadas a OCDF e a CENTCOOP, apesar de ambas as entidades não serem de fato sindicatos, pois são instâncias representativas de cooperativas no DF. Especificamente, a CENTCOOP representa as cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

d) Quanto às parcerias com outros setores da sociedade civil, quase todas tinham algum tipo de parceria. As entidades citadas foram pastorais, paróquias ou organizações ligadas a Igreja Católica, ONGs de direitos humanos (nacionais e internacionais), fundações e universidades privadas. A maioria dos entrevistados afirmou contar com diversos apoios e ajudas dessas entidades, com relação a: auxílio técnico; doação de equipamentos; recursos financeiros; e outros.

e) Quanto às parcerias com órgãos governamentais, mais da metade das cooperativas citaram parcerias com alguma instituição pública ou órgão governamental (distrital ou federal). Listamos aqui os mais citados: a Secretaria do Trabalho do DF, a SENAES, as Administrações Regionais, a UnB, as escolas públicas da localidade, a Câmara dos Deputados Federais, além do SEBRAE e de bancos estatais e suas respectivas fundações (CAIXA, BNDES e FBB).

Em resumo, especialmente as cooperativas de catadores contavam e dependiam das parcerias para manterem-se e desenvolverem-se. As entidades e organizações parceiras pautavam suas parcerias no apoio e nas doações, a nosso ver, numa perspectiva de empreendedorismo solidário.

Finalmente, de acordo com o perfil das cooperativas investigadas apresentado acima, chegamos à conclusão de que, dentre as quinze, apenas três delas não apresentavam características de cooperativas de inserção social, entre elas temos a COOPELETRICA, a COOSANEAMENTO e a COOPARTESANAL. A primeira e a segunda, porque eram formadas por profissionais especializados, com renda acima de um salário, e que, por isso mesmo, tinham possibilidades da

inserção rápida no mercado de trabalho, bem como da inserção de cidadania.

A COOPELETRICA era formada por profissionais aposentados de uma empresa estatal, que participavam da cooperativa para complementar renda e também ocupar o tempo ocioso. A COOSANEAMENTO era formada por profissionais qualificados, que prestavam serviços a empresas estatais e privadas, quando não estavam atuando na cooperativa, prestavam serviços a particulares, e, exatamente por isso, a maioria deles não se encontrava em situação de não participação no mercado de trabalho. A COOPARTESANAL tinha uma peculiaridade: era formada por artesãos que, em sua maioria, não dependiam exclusivamente dos ganhos da cooperativa para seu sustento, e, mesmo aqueles que dependiam da cooperativa, tinham condições de comercializar os seus produtos em outros locais, não apenas na feira da cooperativa.

Doze cooperativas entre as investigadas poderiam ser consideradas como de inserção social, sendo estas: as nove de catadores de materiais recicláveis; a COOCOSTURA; a COOVESTUÁRIO; e a COOPESPECIAL, pois, em todas elas participavam trabalhadores e trabalhadoras que tinham poucas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e acesso aos direitos de cidadania, devido ao analfabetismo, à baixa escolaridade e a pouca ou nenhuma qualificação profissional. Damos destaque a COOPESPECIAL, cujos participantes tinham mais dificuldades de inserção social devido, principalmente, às suas limitações físicas com a deficiência e menos por pertencerem a setores pauperizados da sociedade ou terem baixa escolaridade, ou não terem formação especializada, como era o caso dos cooperados e cooperadas dos demais empreendimentos.

De todo modo, mesmo algumas cooperativas, consideradas de inserção social, também apresentavam características controversas em relação aos princípios e ideais do cooperativismo e da economia solidária, mantendo uma lógica produtivista e funcional ao mercado na organização do trabalho e reproduzindo relações antidemocráticas na gestão da cooperativa. Essas características ainda serão abordadas nos próximos subitens deste capítulo.

3.1.2 PERFIL E FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS QUINZE COOPERATIVAS PESQUISADAS

Pretendeu-se, também com as entrevistas, identificar a faixa etária, sexo e o nível da escolarização dos cooperados e cooperadas a partir das informações prestadas pelos e pelas dirigentes.

QUADRO 5: Faixa etária, participação por sexo e escolaridade dos trabalhadores das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	FAIXA ETÁRIA	PARTICIPAÇÃO POR SEXO	ESCOLARIDADE
COOCOSTURA	30 – 40 anos	Só mulheres	Ensino Fundamental e Médio
COOPELETRICA	48 – 65 anos	Mais homens que mulheres	Ensino Médio
COOSANEAMENTO	24 – 69 anos	Mais homens que mulheres	Ensino Médio e Superior
COOVESTUÁRIO	18 – 60 anos	Mulheres e homens	Escolaridade Baixa
COOPARTESANAL	40 – 70 anos	35 mulheres e 30 homens	Ensino Médio
COOPESPECIAL	20 – 30 anos	Homens e mulheres	Ensino Fundamental e Médio
COOPESTRUTURA	14 – 65 anos	Mais homens que mulheres	Analfabetos e Ensino Fundamental
COOPINOVAÇÃO	Não informado	Mais mulheres que homens	Ensino Fundamental
COORECICLAGEM	18 – 30 anos	Homens e mulheres	Analfabetos
COORECOMEÇO	30 – 35 anos	Homens e mulheres	Ensino Fundamental
COOPLANALTO	19 – 60 anos	Mais mulheres que homens	Analfabetos, Ensino Fundamental e Médio
COOPINDEPENDENTE	40 – 65 anos	Mais homens que mulheres	Analfabetos e Ensino Fundamental
COOPAMBIENTAL	30 – 40 anos	Maioria homens	Analfabetos e Ensino Fundamental
COOMPANHEIRAS	25 – 45 anos	Mais mulheres que homens	Ensino Fundamental
COORECICLARTE	30 anos	Mais mulheres (60%) que homens	Analfabetos e Ensino Fundamental

De maneira geral, os registros das cooperativas sobre essas informações de perfil dos cooperados e cooperadas eram precários, ou melhor, as informações prestadas pelos dirigentes sobre perfil eram pouco precisas, em grande parte baseadas na convivência e na observação pessoal.

Nenhuma das pessoas entrevistadas apresentou dados de registro de faixa etária ou de escolaridade dos cooperados e cooperadas, mesmo assim, foi possível identificar pelas informações que a faixa etária média destes variava entre 20 e 60 anos, portanto, estando incluídos da faixa etária produtiva da população brasileira. Apenas o dirigente da COOPELETRICA afirmou que a faixa etária média era acima dos 60 anos, pois os cooperados participantes eram aposentados.

Pelo quadro acima, nota-se que cinco dirigentes afirmaram faixa etária média entre 20, 30 e 40 anos, três dirigentes apresentaram uma faixa etária

média bastante elástica, por exemplo, a COOPESTRUTURA teria cooperados de 14 até 65 anos de idade.

Havia cooperativas cujo número de homens participantes era superior ao de mulheres, como a COOSANEAMENTO (cooperativa de prestação de serviços de infraestrutura), atuante em área na qual predomina tradicionalmente a mão-de-obra masculina, pelo tipo de trabalho supostamente exigir maior uso de força física. Havia outras cooperativas cuja maioria de participantes era mulheres, como as de artesanato e de costura. Nas cooperativas de catadores, a participação de homens e mulheres variava de acordo com fatores como: o perfil do grupo fundador e a própria forma de organização das atividades.

A escolaridade média dos cooperados informada pelos e pelas dirigentes, estava bastante relacionada ao perfil produtivo de cada cooperativa e às exigências do próprio mercado. A maioria dos e das dirigentes indicava a baixa escolaridade dos cooperados e cooperadas. No caso específico das cooperativas de catadores, muitos deles e delas não teriam nenhuma escolaridade formal e alguns seriam analfabetos. Apenas as dirigentes da COOSANEAMENTO, da COOPARTESANAL e o dirigente da COOPELETRICA informaram que a escolaridade dos cooperados seria de nível médio e até superior.

É interessante notar que, pelo menos, duas cooperativas de catadores, a COOPAMBIENTAL e a COOPINOVAÇÃO, estavam engajadas em projetos de alfabetização e de educação de adultos para contribuir com a melhoria da escolarização dos seus cooperados.

> Inclusive, agora, a partir de segunda-feira [...] o Governo lançou uma escola para dar aula para os analfabetos. Então, o pessoal já vai participar. (o dirigente – COOPAMBIENTAL)

> A grande maioria tem ensino fundamental. Porém, agora, estamos com um programa de alfabetização de jovens e adultos. (o dirigente – COOPINOVAÇÃO)

Os programas de alfabetização chegavam às cooperativas por meio de

projetos do governo ou de entidades apoiadoras das cooperativas, como nos casos acima citados.

As entrevistas não possibilitaram elaborar um perfil bem preciso dos cooperados e cooperadas com relação à escolaridade e à qualificação. No entanto, pudemos elaborar uma classificação das cooperativas em dois grupos: a) O primeiro seria daquelas que tinham participantes de diferentes graus de escolaridade (superior, médio, fundamental), exercendo atividades em diferentes níveis e/ou funções. Estas eram mais heterogêneas, geralmente mais estruturadas, com remunerações maiores, mantinham relação competitiva no mercado e relativa ligação com a OCDF, como entidade representativa e formativa; b) E, o segundo, daquelas que tinham participantes de grau de escolaridade fundamental ou nenhuma escolaridade, seus cooperados e cooperadas tinham qualificação equivalente e exerciam atividades e/ou funções similares. Estas eram mais homogêneas, menos estruturadas, de baixa remuneração e mantinham ligação com diversas entidades da sociedade civil, recebendo pouca ou nenhuma influência da OCDF.

Os e as dirigentes das cooperativas que se encaixavam no primeiro grupo informaram que os cooperados e cooperadas já haviam participado de atividades de formação e eventos promovidas pela OCDF. Os e as dirigentes do segundo grupo informaram que os cooperados e cooperadas participaram de atividades de formação promovidas pelo GDF, pela Igreja Católica, pela CENTCOOP (especialmente as cooperativas de catadores), ou outras entidades da sociedade civil. O SEBRAE aparecia como uma instituição diferenciada nessa classificação, pois atendia, em termos de formação, tanto às cooperativas do primeiro como as do segundo grupo.

Por meio desta pesquisa, percebemos que havia interferência de agentes externos na formação e no incremento das cooperativas, assim como na capacitação dos trabalhadores, tanto em relação ao cooperativismo como à economia solidária.

QUADRO 6: Formação/capacitação, participação dos cooperados em cursos e entidades promotoras das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	FORMAÇÃO/ CAPACITAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM CURSOS	ENTIDADES PROMOTORAS
COOCOSTURA	Cursos de aperfeiçoamento uma vez por ano.	Capacitação para cooperados atuantes.	UCB.
COOPELETRICA	Cursos de atualização e aperfeiçoamento frequentes.	Cursos profissionalizantes para as famílias frequentes.	OCB; OCDF.
COOSANEAMENTO	Cursos de capacitação em desenho e AutoCAD*.	Curso para cooperados interessados.	Fundo FAT e SEBRAE.
COOVESTUÁRIO	Não.	O dirigente participa de cursos.	Cursos promovidos por entidades (não especificadas).
COOPARTESANAL	Cursos sobre cooperativismo.	Cursos profissionalizantes para as famílias frequentes.	SEBRAE.
COOPESPECIAL	Apoio informativo e capacitação.	Para as famílias das cooperativas e comunidades próximas à feira.	SEBRAE, Banco do Brasil.
COOPESTRUTURA	Cursos que ocorrem sem data prevista.	Cursos profissionalizantes para as famílias frequentes.	Banco do Brasil e CAIXA.
COOPINOVAÇÃO	Formação em cooperativismo e reciclagem.	Curso de capacitação em artesanato para todos; Projeto Segundo Tempo para os filhos.	SEBRAE; Governo Federal.
COORECICLAGEM	Apoio jurídico, cursos e seminários com viés informativo.	Cursos profissionalizantes para as famílias frequentes.	UCB.
COORECOMEÇO	Cursos de caprinocultura, agente ambiental e capacitação de forma geral.	Cursos para cooperados.	CENTCOOP.
COOPLANALTO	Cursos sobre economia solidária.	Cursos profissionalizantes para as famílias frequentes.	Secretaria de Educação, GDF.
COOPINDEPENDENTE	Não.	Não.	-----
COOPAMBIENTAL	Educação de adultos.	A diretoria participa de eventos promovidos por entidades; Atualmente não há cursos.	CENTCOOP.
COOMPANHEIRAS	Cursos de alfabetização de adultos.	Para as famílias da cooperativa.	Igreja Católica São Marcos e São Lucas.
COORECICLARTE	Parceria com entidades que promovem capacitação.	Toda a comunidade participa.	Parceria com entidades que promovem feiras, eventos, seminários.

* Um tipo de *software*.

Os e as dirigentes afirmaram que estimulavam os membros das cooperativas a participarem de atividades de qualificação e capacitação profissional em cursos e eventos e a adquirirem conhecimentos no ensino formal. Mas, segundo estes/estas, não havia muitas ofertas de cursos e nem muito interesse dos cooperados em capacitação.

Constitui um dos princípios do cooperativismo e também da economia solidária assegurar educação formal e/ou informal de seus associados. Os e as dirigentes demonstravam interesse em capacitação e eram principalmente eles que participavam de programas, cursos, seminários e eventos de formação/atualizações.

> [...] Nós procuramos orientar. É, eu faço os cursos que eu vejo que tem no mercado e depois repasso a eles. Falo para ele: *olha, vamos trabalhar dessa forma.* Eu repasso para eles e o pessoal, apesar de ser humilde ou inferior [sic], eles vão assimilando e vê que a nossa diretriz é para um lado bom. (o dirigente – COOVESTUÁRIO)

Nota-se que algumas lideranças expressaram a preocupação em capacitar-se e capacitar os cooperados para melhor entendimento do cooperativismo. Nessa lógica, seria preciso entendê-lo melhor para poder praticá-lo.

> [...] Nós estamos sempre fazendo reuniões, convidando pessoas, buscando, falando sobre o cooperativismo, sobre essa união que tem de ter no cooperativismo. E é praticado aqui entre as pessoas que se interessam, porque ninguém vai obrigar ninguém. (a dirigente – COOSANEAMENTO)

Apenas o dirigente da COOPINDEPENDENTE informou não haver participado de nenhuma atividade de formação, porém este entrevistado demonstrou o interesse em investir nisso.

Segundo os relatos, os membros da cooperativa somente participavam de atividades de formação quando tinham interesse e, geralmente, eles manifestavam esse interesse em participar dos cursos de educação formal, inclusive de educação de adultos. Apenas dois entrevistados informaram que não havia interesse dos cooperados em participar de capacitações.

> Não querem nem saber. Quando eu falo em um curso, eles dão os pulos. 'Ah, eu vou fazer isso, eu vou fazer aquilo!' Não quer nem saber, nem em sonho! O que eles procuram é a aula de alfabetização [...] Isso é o que eu tenho mais vontade de montar. Esse ano era para fazer. (o dirigente – COOPINDEPENDENTE)

Conforme o relato acima, a formação mais importante para o grupo seria a alfabetização de adultos. Seguindo esse raciocínio, presumimos que a educação de adultos seria preliminar para os participantes das cooperativas do segundo grupo, pois a baixa escolaridade, como também a falta de acesso à leitura, poderiam ser elementos que dificultavam ou inibiam a participação dos cooperados em outros cursos de formação.

Segundo os e as dirigentes, as principais atividades de formação das quais participavam eram direcionadas para a aprendizagem do cooperativismo e qualificação para o trabalho; e as principais entidades citadas como promotoras da formação foram o SEBRAE e a CENTCOOP.

Cabe destacar que na COOPINOVAÇÃO, os cooperados eram obrigados a participar das atividades de capacitação, além disso, os filhos dos cooperados participavam do Programa Segundo Tempo[58], do Governo Federal, desenvolvido na cooperativa.

Apesar dos dirigentes demonstrarem interesse na participação dos cooperados nas atividades de formação, isso não significava afirmar que existia um estímulo real à criação de espaços para discussão e reflexão sobre temáticas de interesse coletivo e/ou outros conhecimentos importantes para o cotidiano dos trabalhadores ou da comunidade.

> Tem profissionais da cooperativa e do SEBRAE envolvidos neste trabalho, que prestam informações e fazem grupos coletivos de reflexão, inclusive a vice-presidente é psicopedagoga. (o dirigente – COOPINOVAÇÃO)

> Esta programação é coordenada pela OCDF. Nós, se tivéssemos porte suficiente, poderíamos fazer [cursos], mas nosso porte é pequeno, não é nem médio, é pequeno para ter esta iniciativa. Mas, sempre que a OCDF ou a própria OCB faz este tipo de programação, nós procuramos envolver os nossos cooperados de acordo com os convites que vem destas entidades. Nós envolvemos os cooperados em seminário, *workshop*, inclusive fazendo cursos na Secretaria de Trabalho, [que] já fez vários cursos e nos convidou e colocamos os cooperados para participarem. Os seminários para melhoria da qualidade profissional e também do inter-relacionamento pessoal com este grupo. (o dirigente – COOPELETRICA)

> [Estamos] pensando em fazer. É um projeto de fazer essa capacitação continua, não só para os cooperados. É para os cooperados, mas também pensa em trabalhar na comunidade, para que ela possa ter consciência do que é a reciclagem. Hoje a cooperativa inclusive recebe alunos dos colégios lá de XX (nome da R. A.] e faz demonstrações. É a participação da comunidade que, aos poucos, está se dando nessa coisa

[58] O Programa Segundo Tempo, da Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério dos Esportes, é um Programa Estratégico do Governo Federal que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. (http://www.seel.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/seel/acoes/gerados/an_segundo_tempo.asp, acesso em junho/2011).

que é a reciclagem. (o dirigente – COOPLANALTO)

Os espaços e momentos existentes para discussões e reflexões dos cooperados eram as reuniões, todavia, nelas eram priorizados os planejamentos e prestações de contas. As reflexões sobre temáticas de interesse coletivo e outros conhecimentos importantes para o cooperativismo eram realizadas, principalmente, nos espaços de formação, sob a responsabilidade das entidades de fomento já mencionadas.

Em resumo, para a maioria dos entrevistados e entrevistadas, a participação em atividades de formação era espontânea, ficando a critério de cada cooperado participar ou não das atividades oferecidas pelas entidades parceiras. Essa visão segue numa linha de análise contrária aos princípios do cooperativismo e da economia solidária, de que a cooperativa deve investir em atividades de formação do cooperado, ou seja, não há valorização na capacitação e formação dos cooperados.

O aprofundamento da pesquisa levou-nos a perceber que as cooperativas procuravam manter grupos fixos de cooperados, com adesão sempre voluntária, porém, a rotatividade dos participantes era frequente, de tal forma que poderia ocorrer o desligamento de maneira voluntária ou involuntária, determinada pelos demais participantes e/ou dirigentes.

Na maioria das cooperativas, os participantes eram todos membros cooperados, mesmo naquelas que apresentavam flutuações quanto ao número de participantes, apenas em quatro delas contratavam-se serviços de terceiros.

A COOPELETRICA e a COOSANEAMENTO, as duas cooperativas que trabalhavam com prestação de serviços na área de infraestrutura, contratavam pessoal para atividades não especializadas, dependendo da necessidade da obra e/ou do contrato que estivessem realizando. A COOVESTUÁRIO e a COOPARTESANAL, as duas cooperativas de artesanato e comércio, possuíam trabalhadores contratados devido à própria forma de organização das atividades, cada cooperado tinha um *box*

(barraquinha) de venda na feira e poderia livremente contratar terceiros para trabalhar no seu *box* a depender da sua necessidade e possibilidade. Nessas cooperativas, a confecção de artesanato ou a venda de mercadorias era de responsabilidade exclusiva do cooperado ou cooperada, como também os rendimentos não eram compartilhados com os demais membros, cada qual contribuía com 10% dos seus ganhos ou com taxas fixas para a cooperativa. Isso demonstrava características peculiares na organização dessas cooperativas, distintas da proposta de economia solidária e até distinta do cooperativismo de trabalho, pois a cooperativa era um empreendimento cuja finalidade seria apenas a de agregar produtores para a comercialização.

Vejamos alguns relatos ilustrativos das diferentes percepções sobre a contratação de terceiros pelas cooperativas:

> Há contratos que exige uma mão-de-obra [...] não especializada e nós ocupamos estas pessoas temporariamente [...] (o dirigente – COOPELETRICA)

> A cooperativa também terceiriza. Nós contratamos [...] pessoas para as diversas funções, segurança, caixa, secretárias, carregadores, descarregadores, limpeza, pessoas que trabalham e também são contratadas e ganham pelo seu serviço. (o dirigente – COOVESTUÁRIO)

> Sim, por enquanto, nós temos poucos assim. Os trabalhadores, eles são equivalentes aos *boxes* que estão funcionando, mas temos sim trabalhadores registrados [...] Isso é, [...] 100% o cooperado é o dono do *box* [...] (a dirigente – COOPARTESANAL)

> Nós temos parcerias com outras instituições – limpeza, reciclagem de papel. (o dirigente – COOPINOVAÇÃO)

> Não, nem empregado, nem terceirizado. Além dos cooperados, temos relações com os demais catadores, sem ter nenhuma relação que não seja comercial ou solidária. (o dirigente – COORECICLARTE)

Apesar da negativa de terceirização da COOPINOVAÇÃO e da COORECICLARTE, estas e outras cooperativas de catadores institucionalizaram um sistema informal de trabalho com terceiros, que consiste em compra de material de catadores diaristas e/ou independentes. Essa negociação, em

alguns casos, era feita diretamente com a cooperativa e, em outros, pode ser uma negociação especificamente entre o cooperado e o terceiro, prática bastante comum na COORECOMEÇO, por exemplo.

3.2 A PERCEPÇÃO DOS DIRIGENTES SOBRE DIREITO, CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO

Para a caracterização do perfil das cooperativas estudadas, consideramos importante apresentar as seguintes informações: quanto à situação financeira destas; por conseguinte, quanto à distribuição dos ganhos e sobras entre os cooperados e cooperadas; da mesma forma, quanto aos ganhos especificamente dos membros da diretoria; assim como, quanto às condições de trabalho nas cooperativas. De início, apresentamos o quadro abaixo:

QUADRO 7: Distribuição variada dos ganhos, ganhos diferenciados da diretoria e rateio das sobras nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	DISTRIBUIÇÃO VARIADA DOS GANHOS	GANHOS DIFERENCIADOS DA DIRETORIA	RATEIO DAS SOBRAS
COOCOSTURA	Não há variação.	Não há.	As sobras são divididas entre as cooperadas.
COOPELETRICA	De acordo com o tipo de contrato e a execução individual.	Não. Os ganhos são de acordo com a produção.	As sobras do ano são divididas qualitativamente em assembleia.
COOSANEAMENTO	De acordo com o tipo de contrato e a execução individual.	Não. Os ganhos são de acordo com a produção.	As sobras são divididas proporcionalmente para cada cooperado.
COOVESTUÁRIO	Produção e ganhos individuais por cooperado/*box*.	O presidente ganha pela sua administração, retirado do montante de 10% de contribuição dos cooperados, o que sobrar do pagamento das despesas.	Não há sobras. Os ganhos são individuais.
COOPARTESANAL	Produção e ganhos individuais por cooperado/*box*.	Não. Os ganhos são de acordo com a produção.	Não há sobras. Os ganhos são individuais.
COOPESPECIAL	De acordo com a hora trabalhada e pelo grau de dificuldade.	Não. A diretoria não era remunerada.	Não há sobras.
COOPESTRUTURA	Não há variação.	Não há.	Não há sobras. Há fundo de reserva.
COOPINOVAÇÃO	Não há variação.	Não há diferença de ganhos entre membros e diretores. Além disso, há muito trabalho voluntário.	Ao final do ano é feito o rateio igualitário das sobras.
COORECICLAGEM	Ganhos por produção.	Não, os ganhos são de acordo com a produção.	Não há sobras.
COORECOMEÇO	Ganhos por produção.	Não. Os ganhos são de acordo com a produção.	Não há sobras.
COOPLANALTO	Ganhos por produção.	Não. Os ganhos são de acordo com a produção.	Não há sobras.
COOPINDEPENDENTE	Ganhos por produção.	Não. Os ganhos são de acordo com a produção.	Não há sobras.
COOPAMBIENTAL	Não há variação.	Não há.	Não há sobras.
COOMPANHEIRAS	Não há variação.	Não há.	Não há sobras.
COORECICLARTE	Ganhos por produção.	Não há.	Não há sobras.

Quanto às fontes de renda da diretoria, os entrevistados e entrevistadas

enfatizaram, de maneira geral, que não havia diferença de remuneração entre os membros da diretoria e os demais cooperados. Em alguns casos, declararam que havia participação de voluntários na diretoria, como na COOPINOVAÇÃO e na COOPESPECIAL. Na primeira, os voluntários vinham das entidades parceiras e, na segunda, eram os professores de ONG católica de formação para surdos e mudos.

Dos quinze dirigentes entrevistados, apenas o presidente da COOVESTUÁRIO declarou que recebia uma remuneração retirada dos fundos da cooperativa e exercia a função de administrador. Na maioria das cooperativas, os membros da diretoria trabalhavam tanto na execução de atividades administrativas como no desenvolvimento das atividades fim, na produção ou na prestação de serviços.

As cooperativas buscavam manter remunerações igualitárias. Cinco dirigentes destacavam não haver diferenças de remuneração, considerando os valores de igualdade, equidade e solidariedade. Porém, a forma de organização do trabalho, a distribuição de tarefas especializadas e o sistema de trabalho por produção, que várias delas implantaram, levavam a remunerações diferenciadas.

As cooperativas COOCOSTURA, COOPESTRUTURA, COOPAMBIENTAL e COOMPANHEIRAS faziam o rateio igualitário dos ganhos. Nas cooperativas prestadoras de serviços de infraestrutura, a diferença de remuneração era relativa à especialidade de cada cooperado, do engenheiro ao *office-boy*. A remuneração era diferenciada nas cooperativas de artesanato cujos cooperados possuíam seus *boxes* (barraquinhas) de comercialização (nas feiras).

É importante destacar que os e as dirigentes afirmavam não haver diferenças de remuneração por sexo ou por idade, pois mulheres e homens ganhavam proporcionalmente ao seu trabalho e a sua função na cooperativa. Afirmavam, também, não haver diferenças de remuneração entre jovens e adultos e ressaltavam a igualdade de oportunidades que o cooperativismo proporciona.

Quanto às sobras, onze dirigentes, especialmente daquelas cooperativas cujos cooperados tinham baixíssima remuneração, declararam não haver sobras dos rendimentos das cooperativas, trabalhando sempre no limite dos seus ganhos, por isso, ficavam vulneráveis às variações do mercado. Apenas uma dessas ainda conseguia manter um fundo de reserva para a própria cooperativa.

Somente as cooperativas mais estruturadas, conseguiam manter cotas de reserva e/ou guardar o excedente para fazer o rateio das sobras, ao final de cada ano como forma de gratificação natalina.

As cooperativas buscavam consensos internos para o rateio tanto dos ganhos como das sobras. Os e as dirigentes afirmaram não haver discriminações ou privilégios no rateio, seja por hierarquia interna, grau de instrução, sexo ou idade. No entanto, nas cooperativas de prestações de serviços, havia variações no rateio proporcionalmente aos ganhos de cada cooperado, diferenciado em relação às especializações de cada um.

As situações de informalidade com relação aos pagamentos de tributos, às contribuições previdenciárias e aos direitos trabalhistas eram comuns nas cooperativas de funcionamento mais precário e de rendimentos mais baixos, principalmente nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Nesse item, abordamos alguns aspectos das condições de trabalho que se relacionam a direitos e algumas variáveis de renda que interferem e até determinam as relações de trabalho nas cooperativas, tais como: as fontes de renda da diretoria; a variação de remunerações entre os cooperados, por hierarquia, por sexo, por faixa etária; e o rateio das sobras.

QUADRO 8: Contribuição previdenciária, descanso remunerado e rateio de fim de ano nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	DESCANSO REMUNERADO	RATEIO DE FIM DE ANO
COOCOSTURA	Não	Não	Não
COOPELETRICA	Sim	Sim	Sim
COOSANEAMENTO	Sim	Sim	Sim
COOVESTUÁRIO	Alguns como autônomos	Não	Não
COOPARTESANAL	Alguns como autônomos	Não	Não
COOPESPECIAL	Não	Não	Não
COOPESTRUTURA	Sim	Não	Não
COOPINOVAÇÃO	Sim	Sim	Sim
COORECICLAGEM	Não	Não	Não
COORECOMEÇO	Não	Não	Não
COOPLANALTO	Não	Não	Não
COOPINDEPENDENTE	Não	Não	Não
COOPAMBIENTAL	Não	Não	Não
COOMPANHEIRAS	Não	Não	Não
COORECICLARTE	Alguns como autônomos	Não	Não

Apenas quatro das cooperativas pesquisadas atendiam às obrigações previdenciárias de registro e contribuição. Três dirigentes declararam que alguns cooperados contribuíam para a previdência como autônomos, mas que a cooperativa não tinha controle sobre isso. A grande maioria dos e das dirigentes alegou que não contribuía para a previdência social, porque os ganhos recebidos não eram suficientes para essa despesa.

Mesmo que de maneira velada, houve um reconhecimento por parte de algumas lideranças da condição improvisada das cooperativas, que apontavam para uma insegurança das relações, muitas vezes, informais estabelecidas no interior das mesmas, principalmente quanto à contribuição para a previdência social, destacado nos relatos abaixo.

> Não, nós não temos. Mas isso aí é falta de interesse meu, ignorância e preguiça. Porque isso aí não é culpa do associado, é culpa minha, já era [...] De vez em quando eu converso isso com eles, para a gente pagar uma taxa para ter um salário quando estiver velho e não estiver aguentando trabalhar, só que eu fico enrolando [...] (o dirigente – COOPINDEPENDENTE)

> Alguns têm, porque muito deles, principalmente os mais idosos, eles pensam em se aposentar. Então, como aqui é uma forma legal, ele vai lá e deposita. (o dirigente – COOVESTUÁRIO)

> Nós temos muitos cooperados aposentados, temos outros que não exerceram uma função fora daqui remunerada e que estão só aqui. Eu não sei qual é a preocupação, não sei como eles estão, não sei se eles pagam ou não pagam. Eu mesma não pago [...] Agora de cada um eu

> não sei. (a dirigente – COOPARTESANAL)

> Todos são cadastrados, nós só não conseguimos ainda foi pagar, porque a renda é baixa. Então, quando recebe já tem uma coisa aqui outra lá e não consegue fazer isso. Mas a gente está tentando organizar para poder chegar a recolher o INSS. (o dirigente – COOPLANALTO)

Os e as dirigentes reconheciam a necessidade do pagamento das contribuições previdenciárias, inclusive da obrigatoriedade, mas, no caso dos relatos acima, esta questão estava em segundo plano. O cumprimento das obrigações previdenciárias ficava no campo do interesse individual, não era incorporado como um interesse coletivo. Dessa forma, prevaleciam soluções e relações informais, quando surgiam situações como licença saúde ou maternidade. A aposentadoria era cogitada apenas para os velhos ou para os que estavam envelhecendo. Nessas cooperativas, não existiam descansos remunerados; as folgas ficavam por conta e risco do cooperado; pois, se o trabalhador não comparecesse ao trabalho não teria ganhos, especialmente no sistema de ganhos por produção.

Com maioria ainda bem jovem, a previdência social para os trabalhadores e trabalhadoras dessas cooperativas parecia um benefício ainda distante da sua realidade. No discurso dos e das dirigentes, não se percebe a incorporação da noção de direito social. Todavia, nota-se a compreensão de que a previdência social custa caro para quem recebe parcos ganhos.

Quanto melhor era a estrutura organizativa da cooperativa, maior era a formalização das relações de trabalho, com a observância das obrigações e dos direitos previdenciários do grupo.

> As férias são parceladas de quinze em quinze [dias] e eles recebem pelas férias. Tem que ser programado, é marcado com antecedência. Não tem décimo terceiro, mas tem o rateio anual que é mais que o décimo terceiro salário. Tem auxílio maternidade, a mulher fica amparada pela lei, mas todos são muito solidários. (o dirigente – COOPINOVAÇÃO)

> O cooperado não é empregado, ele não se submete às leis da CLT. Mas temos rubricas de recolhimento do que ele ganha que equivale ao descanso anual (férias), a gratificação natalina (décimos terceiro) e

> também é dado um prêmio de produção. No contrato, é reservado um percentual e é um prêmio de produção, além do que foi combinado de pagar a ele, tem o prêmio de produção, pelo desempenho do cooperado, que é analisado pelo supervisor de cada contrato. (o dirigente – COOPELETRICA)

> Nós fizemos o seguinte: foi na gestão passada que foi definido, através da assembleia, a retirada seria X, acoplada das férias, do valor dos 12 avos do fundo de garantia. Tudo seria acoplado àquilo. Toda retirada que é feita [...] você sabe quanto vai retirar, mas você vai acrescentar as férias, o décimo terceiro, o fundo de garantia, como se fosse o fundo de garantia, e tira um valor que é para esse FAT e assim é dividido. Todos os contratos são divididos assim. (a dirigente – COOSANEAMENTO)

Apenas os três dirigentes acima, afirmaram que asseguravam descanso remunerado e bônus de fim de ano com o rateio dos fundos, inclusive, o discurso do dirigente da COOPELETRICA apresentava certo perfil empresarial, o da empresa cooperada. Nos demais relatos, os e as dirigentes informaram que a cooperativa não conseguia arrecadar fundos suficientes para isso e remetiam a questão ao interesse particular do cooperado, que buscaria suas próprias alternativas ou juntaria seus próprios recursos, a fim de se ausentar para descanso ou viagens e para as despesas de fim de ano.

Legalmente os empreendimentos cooperativos também deveriam assegurar as contribuições previdenciárias, para garantir tanto o direito à aposentadoria como demais benefícios previdenciários aos seus cooperados, como auxílio doença e licença maternidade. Porém, a pesquisa mostrou que essas questões ainda eram tratadas de maneira improvisada em muitas cooperativas.

Também as questões referentes à qualidade de vida e segurança do trabalho do cooperado sempre apresentavam polêmicas, porque estavam permeadas por práticas informais, nem sempre solidárias.

Práticas improvisadas eram comumente adotadas com relação à saúde, educação, habitação, alimentação pelas cooperativas, especialmente de catadores, cujos cooperados eram muito pobres e tinham grandes necessidades sociais. Essas questões, muitas vezes, eram remetidas para o campo doméstico, especialmente em relação ao adoecimento.

A presença de um significativo número de mulheres nas cooperativas levava ainda ao questionamento sobre a conciliação entre atividades profissionais e as atividades domésticas, como cuidados com os filhos, a casa e as refeições.

Apenas três cooperativas de catadores destacaram alternativas encontradas pelas mulheres para conciliar as atividades de trabalho na cooperativa com a responsabilidade com os filhos e os afazeres domésticos. A COOPINOVAÇÃO adotava o Programa Segundo Tempo, no horário alternativo ao da escola, para desenvolver atividades esportivas com as crianças filhas dos cooperados. A COOMPANHEIRAS e a COORECICLAGEM adotaram creches improvisadas e cozinhas comunitárias. Essas cooperativas apresentaram soluções próprias para enfrentar parte das questões voltadas para a reprodução, pois buscavam, principalmente, assegurar a tranquilidade das mães trabalhadoras, mantendo as crianças protegidas.

As demais cooperativas deixavam as responsabilidades domésticas, especialmente o cuidado com as crianças, exclusivamente a cargo das próprias cooperadas, entendendo, portanto, a reprodução social do trabalhador como um problema pessoal.

Alguns dirigentes destacaram como era sacrificante para as mulheres conciliar as responsabilidades domésticas com o trabalho.

> Aí, elas [as mães] não vão trabalhar. Se você não tem [com quem deixar] uma criança pequena, você não tem como trabalhar [...] Não, na XX [nome da R. A.] ainda não tem [creche] [...] Daí, nós não aceitamos ela trabalhar [com criança], nem que se queira, nós sabemos que não é o suficiente, que não temos como levar lá para dentro não. (o dirigente – COORECOMEÇO)

> É bem difícil, chegar em casa, mal dá para almoçar, lavar uma louça rapidinho. Os homens não ajudam. A maioria está na rua, chega em casa e esperam a comida ficar pronta. O tempo que tem é final de semana e o final da tarde. (a dirigente – COOPESTRUTURA)

As declarações acima expressam um pensamento dominante na nossa sociedade, entendendo que as responsabilidades domésticas são particulares e mais especificamente uma responsabilidade feminina.

Os e as dirigentes não demonstraram clareza sobre questões como: responsabilização social pela reprodução da vida e responsabilização do Estado pelas políticas sociais. Essa visão certamente estaria presente a partir da incorporação de uma nova cultura do trabalho, uma cultura do cooperativismo, da solidariedade e da ajuda mútua, considerando como problema comum às necessidades e dificuldades de cada cooperado/cooperada para se manter ativo na cooperativa, especialmente as mulheres, sobre as quais ainda recai o trabalho doméstico.

As preocupações com a qualidade de vida do cooperado apareceram em alguns relatos quando foram abordados temas, como cuidados com as crianças, saúde e moradia.

> A maioria mora de aluguel, outros não tem lugar para morar [...] A escola vai ser lá no distrito, lá tem um local e vai ser lá [...] O pessoal da XX [órgão de limpeza urbana] também. Alguns deles são analfabetos, então vão estudar lá também [...] O pessoal vai para a escola cedo e depois vem para cá trabalhar. (o dirigente – COOPAMBIENTAL)

> Estamos sempre trabalhando junto ao governo, inclusive junto a CAIXA. Estamos pleiteando uma área por aqui para ficar mais próximo do trabalho e muitos não tem moradia própria. Então, temos uma cooperativa habitacional onde estamos pleiteando a área. (o dirigente – COOPINOVAÇÃO)

> Olha, tem 10% dos cooperados que já tem habitação. Agora, muitos não têm. Muitos moram de aluguel, outros moram cedidos, mas estão abrigados, não vivem dentro do cerrado, não moram em favelas, mas tem algum lugar para morar, cedido ou alugado [...] (o dirigente – COOPLANALTO)

As relações de solidariedade entre os cooperados foram ressaltadas pelos entrevistados, na medida em que tratavam de temas da vida cotidiana, ou das situações de necessidades vivenciadas pelos cooperados. A busca de financiamentos de entidades parceiras para sanar tais necessidades era comum nas cooperativas de catadores.

> Eu já tenho um projeto aí que o Banco da XX [empresa de reciclagem] vai passar todo mês quatrocentos reais para ajudar na cozinha. Já é uma ajuda, graças a Deus! Acho que quase 30% não têm [moradia], mora na chácara [ocupação irregular]. Não é uma moradia fixa, é um passatempo.

> Eu mesmo moro na chácara [ocupação irregular] e não tenho endereço, não tenho aula [escola], não tenho energia, não tenho água [...] Nós queremos sair, mas não temos um lugar definido [...] (o dirigente – COORECOMEÇO)

> XX [empresa de reciclagem] é uma empresa que a gente fornece [vende] material para ela [...] Se morrer uma pessoa, pode ser aqui ou em qualquer lugar, ele [o dono da empresa] doa enterro, essas coisas, ele é bem solidário [...] Alguns [cooperados] alugaram [moradia] em Águas Lindas, Riacho Fundo. Todos [moravam em invasão]. Nenhum tinha moradia. (o dirigente – COOPINDEPENDENTE)

Conforme as informações prestadas acima, os apoios financeiros vinham da própria empresa de reciclagem compradora dos materiais, o que poderia demonstrar uma relação de dependência financeira entre a cooperativa e o comprador dos produtos.

Nas cooperativas mais solidárias, os cooperados e cooperadas desenvolviam estratégias para garantir o bem-estar das crianças, filhas destes e destas e/ou da alimentação de todos durante o horário de trabalho. As relações de solidariedade também apareciam em circunstâncias de adoecimento ou nos casos de maternidade.

> Geralmente quando ela [a cooperada] tem bebê, aqui, um procura ajudar o outro, porque mesmo que ela ganha menino [...] aqui como tem a cesta que sempre a gente ganha, a gente passa. Ela trabalhando ou não aquela cesta vai para ela, se ela faltar, não aguentar lavar roupa, então, tem o pessoal da cooperativa que vai lá e ajuda a lavar... Posto de saúde é esse aqui, o da comercial sul [...] Escola também é tudo aqui perto, a maioria, o mais longe é do PETI [Programa de Erradicação do Trabalho Infantil] que fica na colônia agrícola [...] (o dirigente – COORECICLAGEM)

Em geral, os ganhos dessas cooperativas eram parcos e a segurança e estabilidade econômicas dependiam muito da condição de moradia. Dois dirigentes relataram a preocupação específica em assegurar moradia para todos os cooperados por meio de negociação com o governo e o com a Caixa Econômica Federal. Geralmente, isso ocorria nas cooperativas que reuniam moradores de ocupação urbana irregular (“invasão”), que viviam em condição de extrema pobreza. As precárias condições de vida desses trabalhadores

apresentavam-se como um elemento que dificultava o crescimento e melhoramento dessas cooperativas.

Outro elemento importante observado durante a pesquisa foi a questão da segurança do trabalhador.

As cooperativas sempre apresentavam riscos maiores ou menores de ocorrência de acidentes de trabalho ou de danos à saúde do trabalhador no desenvolvimento de suas atividades, mas a observação de normas de segurança e o uso de EPIs era exceção entre as investigadas.

QUADRO 9: Riscos de acidentes e segurança no trabalho nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	RISCOS DE ACIDENTES DE TRABALHO	SEGURANÇA NO TRABALHO
COOCOSTURA	Sim. Mas apenas risco de choque elétrico em fios não regulados das máquinas de costura.	Trabalhamos sempre com os pés calçados.
COOPELETRICA	Sim. Trabalhamos em área de risco.	A segurança faz parte do contrato. A empresa contratante dá um subsídio na segurança, com os EPIs e os EPCs
COOSANEAMENTO	Sim.	Em cada contrato constam preocupações com os EPIs. Os cooperados têm seguro de vida por acidente e seguro saúde para afastamento de até 15 dias do trabalho.
COOVESTUÁRIO	Não.	A cooperativa contrata brigadistas, seguranças e vigias. Se ocorrer acidentes, os cooperados só comunicam.
COOPARTESANAL	Sim. Risco de queimaduras ou cortes.	Cada trabalhador/a trabalha de sapato fechado para evitar acidentes. Cuida da higienização de tudo, no manuseio usa luvas. Em caso de incêndio nós temos extintores.
COOPESPECIAL	Sim. Prejuízos à saúde.	Nós cuidamos disso, na medida do possível. O ambiente de trabalho deve ser arejado.
COOPESTRUTURA	Sim. Precisamos de luvas para pegar no lixo.	Nós não temos EPIs disponíveis para quem quiser usar. Alguns não gostam de usar luvas ou não conseguem [por alergias].
COOPINOVAÇÃO	Sim.	Temos a gerente operacional que cuida de toda esta área, limpeza, uso da guilhotina, distribuição do espaço e outros. Distribuímos luvas, botas, o material básico, mas, nem todos querem usar.
COORECICLAGEM	Sim.	A CAIXA doou luvas para nós, mas as luvas não prestam, porque não dão tato. Também doou capas de chuva e máscaras.
COORECOMEÇO	Sim.	Temos luvas e máscaras, mas nem todos gostam de usar. Foi uma entidade que nos doou.
COOPLANALTO	Sim.	Usamos EPIs, todos têm que usar, apesar de não gostarem.
COOPINDEPENDENTE	Não.	Não tem como sofrer acidente porque nosso material é resíduo seco, sólido. Nunca tivemos acidentes aqui.
COOPAMBIENTAL	Sim.	Antigamente, na época do governo XX, tínhamos uniforme, bota. Hoje não. Quem quiser, cata luva ou botas no lixo. Agora que o governo está arrumando uniforme, botas, luvas, mas a maioria do pessoal não gosta de trabalhar de luvas.
COOMPANHEIRAS	Sim. Correm o risco de se ferir com algum vidro no lixo.	As cooperadas preocupam-se com a saúde e a segurança. Andam sempre em dupla nas ruas por motivo de segurança; não têm material de proteção.
COORECICLARTE	Sim. Mas o lixo a sociedade está melhorando, o lixo tem vindo mais seco.	É uma luta para que os cooperados usem os equipamentos. Temos os EPIs, mas muitos não usam ou usam reclamando: às vezes, a falta de tato com o uso da luva prejudica a produção; quando usam as máscaras, ficam suando.

Nas cooperativas mais estruturadas e de melhores rendimentos, cujos cooperados e cooperadas usufruíam dos benefícios previdenciários, a preocupação dos e das dirigentes voltava-se para a segurança no trabalho.

Na maioria das cooperativas pesquisadas, o uso de EPIs era algo quase que supérfluo, apesar das manifestações de preocupação por parte de alguns e algumas dirigentes com essa questão.

A observância de outros itens de segurança e de salubridade também era mais frequente em cooperativas mais estruturadas. Apesar do risco de contaminação e acidentes a que estão expostos, os catadores de materiais recicláveis, devido ao manuseio constante de lixo, estes se incomodavam muito mais com o mau cheiro e não se protegiam adequadamente.

As declarações dos dirigentes da COOVESTUÁRIO e COOPINDEPENDENTE e da dirigente da COOCOSTURA, cooperativas que desenvolviam atividades bem diferentes, expressaram, de maneira similar, a forma de analisar os riscos de acidentes.

A dirigente da COOCOSTURA destacou que o único risco de acidente era por choque elétrico e uma medida simples era tomada para a prevenção, apenas trabalhar calçada. O dirigente da COOVESTUÁRIO remeteu o risco de acidente à responsabilidade de cada cooperado, a cooperativa zelaria apenas pela segurança do local. O dirigente da COOPINDEPENDENTE não reconheceu riscos de acidentes. Cabe ressaltar que, em seu relato, ele destacou a solidariedade do dono da empresa de reciclagem, para a qual a cooperativa vendia o material coletado, no socorro de algum cooperado ou em caso de morte.

> A XX [empresa de reciclagem] é uma empresa que a gente fornece material para ela... E ele doa. Se morrer uma pessoa, pode ser aqui ou em qualquer lugar, ele doa enterro, essas coisas, ele é bem solidário, essas coisas [...] (o dirigente – COOPINDEPENDENTE)

A noção de riscos, prevenção a acidentes de trabalho e danos à saúde do trabalhador, manifestados pelos e pelas dirigentes, dependia da percepção que cada um/uma tinha em relação à responsabilidade da cooperativa pela segurança do trabalhador. Comumente, a questão da segurança era remetida

ao plano da responsabilidade particular, pois, mesmo em algumas cooperativas que dispunham de equipamentos de proteção, o trabalhador utilizá-los-ia se o quisesse.

Em síntese, apenas as cooperativas de prestação de serviços em infraestrutura tinham os EPIs e os EPCs como itens obrigatórios. Na maioria das cooperativas pesquisadas, especialmente nas cooperativas de catadores, as soluções encontradas para questões referentes à proteção à saúde e à vida do cooperado estavam fundamentadas nas relações interpessoais e nas soluções domésticas.

A precariedade nos locais de instalação de algumas cooperativas de catadores e as condições de riscos de acidentes e contaminações a que estavam expostos, especialmente aqueles e aquelas que trabalhavam nas ruas, deixavam os cooperados e cooperadas em situação de vulnerabilidade em relação à segurança no trabalho, tanto pela escassez de equipamentos de segurança quanto falta de uso deste quando disponíveis. Vale ressaltar que algumas cooperativas recebiam doações de equipamentos de seguranças de entidades parceiras, até porque esses equipamentos representavam alta despesa para as cooperativas mais pobres. Também a falta de medidas preventivas e o descaso em relação à segurança eram notórios em várias delas.

3.3 A PERCEPÇÃO DOS E DAS DIRIGENTES SOBRE O COOPERATIVISMO, A ORGANIZAÇÃO E A GESTÃO DA COOPERATIVA

Houve relativa dificuldade dos e das dirigentes entrevistados em dizer se a cooperativa incorpora a observância dos princípios, valores e objetivos sociais do cooperativismo[59], demonstrando que alguns destes e destas não tinham clareza da incorporação dos princípios e valores consagrados tanto pelo cooperativismo tradicional como pelo movimento da economia solidária. Eles e elas expuseram alguns valores e objetivos, conforme sua percepção do que seria o cooperativismo.

As opiniões eram muito variadas, mas alguns dirigentes demonstram ter conhecimento dos princípios e objetivos sociais do cooperativismo e buscavam aplicá-los. As duas declarações abaixo expressaram conteúdos que se articulavam com diferentes tendências: o primeiro ligado ao movimento internacional na perspectiva da economia solidária e o segundo ligado ao cooperativismo tradicional brasileiro na perspectiva da OCB.

> Além do objetivo de geração de trabalho, a visão da cooperativa é de um modelo internacional de aproveitamento de resíduos e de investimentos sociais. (o dirigente – COOPINOVAÇÃO)

> Quando iniciamos, pesquisamos bastante o espírito cooperativista que deve reinar nestas relações e transmitimos isso ao nosso quadro e, sempre que iniciamos um novo contrato, as pessoas que vão executar o contrato são chamadas. Quando ela chega aqui, nós explicamos como deve ser. A pessoa não esta aqui para lucrar, para enriquecer, mas para ganhar pra si e ajudar os companheiros. (o dirigente – COOPELETRICA)

Em alguns casos, o entendimento dos objetivos sociais do cooperativismo era confundido com a assistência ao cooperado, como era o caso do discurso dos dirigentes da COORECOMEÇO e da COOPLANALTO.

> Esses princípios a gente encara porque a gente hoje, graças a Deus,

[59] Como já tratado em páginas anteriores, os princípios e valores do cooperativismo são: autogestão; adesão voluntária e livre; gestão democrática/participação dos membros; autonomia e independência; educação formal/informal; intercooperação; interesse pela comunidade.

> através da CENTCOOP, eles têm dado muita força para gente [...] Nós trabalhamos é com esse objetivo e você pode trabalhar ou não. Todo mundo adoece, todo mundo sofre acidente, e, aí, quando a gente precisa eu chamo a diretoria, principalmente a diretoria: 'Olha gente, fulano está passando por uma situação difícil, nós temos dois, três mil, pode tirar lá duzentos reais para comprar um remédio, fazer uma feira para ele'. Nosso objetivo, nosso trabalho é desse tipo. (o dirigente – COORECOMEÇO)

> [...] Nós já chegamos a dar curso de cooperativismo, já fizemos curso de economia solidária [...] Nós, ainda hoje, não estamos desenvolvendo a parte social da cooperativa porque pela dificuldade que nós temos passado nesses últimos três anos tentando organizá-la para que ela possa chegar numa estrutura que ela possa dar uma assistência, desenvolvendo o lado social dela. (o dirigente – COOPLANALTO)

Em outra situação, a liderança entendia que os valores do cooperativismo deveriam ser repassados para os cooperados na perspectiva da assimilação por parte dele sobre necessidade de união do grupo.

> Trabalha no sistema social, pensar por igual, se unir melhor [sic] para pensar nesse objetivo. (a dirigente – COOMPANHEIRAS)

Os dois depoimentos, a seguir, demonstraram perspectivas bem diferenciadas em relação aos princípios e objetivos sociais do cooperativismo. O primeiro apresentava um descrédito da utopia e o segundo, muito ao contrário, sugeria a crença nas possibilidades de inclusão social pelo cooperativismo.

> Eu digo que não tem nem princípio, a nossa [cooperativa], porque não está funcionando como deveria. Estou muito chateada com a cooperativa. Acho que as pessoas ainda não estão acostumadas com cooperativa [...] (a dirigente – COOCOSTURA)

> Acesso às políticas públicas e, a maior de todas, é a autoinclusão social. Você poder se autoincluir dentro do estrato social em uma situação pelo menos de cidadão ou o alcance da cidadania. (o dirigente – COORECICLARTE)

Entendemos que a incorporação dos princípios do cooperativismo era interpretada pelo e pela dirigente como a união do grupo, para melhorar as relações de cooperação no desenvolvimento das atividades, com vistas ao

fortalecimento e crescimento do empreendimento.

Mesmo que os princípios e valores do cooperativismo não estivessem claramente colocados no discurso desses e dessas dirigentes, as práticas democráticas de gestão da cooperativa foram ressaltadas em alguns depoimentos. Especialmente com relação aos processos sucessórios das diretorias.

> Assembleia geral, extraordinária. Primeiro, é reunida a diretoria para discutir, depois que a gente chega a uma decisão, a gente chama todos os associados e passa se eles aceitam ou não. E, se eles aceitam, todos assinam a ata. (a dirigente – COOPESTRUTURA)

> Já teve duas eleições. Lá, nós fazemos uma assembleia e bota três, quatro nomes que o pessoal quer ser eleito para a diretoria e, aí, nós vamos lá e fazemos a assembleia e o pessoal decide. Lá não tem esse negócio de falar: 'Ah, é fulano'. Quem decide é o pessoal. (o dirigente – COORECOMEÇO)

> De acordo com a legislação das cooperativas, convocamos uma assembleia de quatro em quatro anos. Todo ano há uma assembleia pra prestação de contas, que é a assembleia geral ordinária. No processo eleitoral, convoca-se a assembleia, cria-se a comissão eleitoral, geralmente a decisão é por consenso. (o dirigente – COORECICLARTE).

> É uma assembleia que faz-se a chapa, forma-se a chapa. São quatro anos. É o presidente, o vice-presidente e um tesoureiro, aí, vêm os suplentes, são três suplentes [...] Ah, sim, tem o conselho fiscal que é anualmente elegido [sic], então com três, são seis elementos, três oficiais e três suplentes [...] (a dirigente –COOSANEAMENTO)

Os entrevistados expuseram o processo de composição e eleição da diretoria da cooperativa, respeitando uma dinâmica própria que lhes parecia a mais adequada: por votação ou por consenso.

Mas, houve relatos como o do dirigente da COOPAMBIENTAL, uma das cooperativas mais antigas, cujo presidente e outros membros da diretoria foram reeleitos várias vezes, só o presidente ocupava o cargo há dez anos por reeleição em assembleia. Há situações como a da COOVESTUÁRIO em que a escolha dos demais dirigentes deu-se por sorteio.

> Vai fazer dez anos [na presidência] [...] Quando acaba o contrato

> [mandato] meu lá, a gente faz uma reunião. Aí, se alguém quer se candidatar ou se quer deixar a mesma diretoria. Só que o pessoal, esses anos todinhos, vão deixando, esse ano mesmo já teve [reunião] [...] (o dirigente – COOPAMBIENTAL)

> A primeira eleição foi feita da seguinte forma. Reunimos 60 pessoas e foi perguntado quem gostaria de participar da diretoria. Então, um grande número de mais ou menos uns 50% disse que participaria. Então, o que nós fizemos? Nós fizemos um sorteio e através desse sorteio eles foram entrando nos cargos. (o dirigente – COOVESTUÁRIO)

Houve também relatos de cooperativas novas, cuja primeira diretoria ainda se encontrava em tempo de mandato. Mas, houve também o relato da COOCOSTURA que não convocava eleições devido ao esvaziamento da cooperativa, naquele momento com apenas cinco cooperadas efetivamente trabalhando, todas compondo a diretoria.

> É a primeira diretoria [...] Olha, nós temos reunião aqui quase toda semana, tem semana que tem duas reuniões. É tipo assim: A gente trabalha, cada vez que tem uma coisa, uma novidade, a gente passa para os cooperados. (o dirigente – COORECICLAGEM)

> De dois em dois anos, a gente tinha de fazer a troca. Mas está tudo parado por agora, de dois anos para cá está parado. (a dirigente – COOCOSTURA)

De maneira geral, os entrevistados informaram que as cooperativas possuíam a estrutura formal mínima de composição da diretoria, com presidência, vice-presidência, secretaria e tesouraria, além de conselho fiscal. No caso de cooperativas com um número muito reduzido de participantes, a liderança era compartilhada por todos os membros, mas a presidência respondia legalmente e burocraticamente pela cooperativa. O número médio de diretores informado era entre quatro e seis membros. As cooperativas com maiores números de diretores chegavam a ter doze e até quatorze membros, conforme quadro abaixo. Neste quadro ainda constam informações sobre a relação entre diretoria e cooperados, assim como a visão do ou da dirigente sobre a responsabilidade dos participantes e da diretoria na cobrança e na execução das tarefas. A elaboração do quadro buscou expressar a síntese das respostas de cada entrevistado ou entrevistada.

QUADRO 10: Número de diretores, relação entre diretoria e cooperados, responsabilidade e cobrança na execução de tarefas nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	NÚMERO DE DIRETORES	RELAÇÃO ENTRE DIRETORIA E COOPERADOS	RESPONSABILIDADE E COBRANÇA NA EXECUÇÃO DE TAREFAS
COOCOSTURA	Cinco	O número de cooperadas ativas está reduzido às componentes da diretoria que continuam trabalhando.	A responsabilidade é da diretoria para observar os prazos e o cumprimento do contrato.
COOPELETRICA	Seis	"Na execução do contrato, ou antes de iniciar a execução do contrato, chamamos os membros, explicamos o objetivo daquele contrato, como deve ser conduzido [...] Temos uma convivência diária, temos diretores que estão executando contrato não como diretores, mas como cooperados."	A responsabilidade é profissional, individualizada de acordo com as exigências do contrato.
COOSANEAMENTO	Três	"Muita cooperação mesmo e compreensão." O conhecimento e experiência são repassados. "Há decisões assim bem coerentes."	A responsabilidade é individual, fiscalizada por um responsável técnico.
COOVESTUÁRIO	Quatorze	A decisão, ela é tomada em grupo. "Quando nós temos um problema para resolver, nós nos reunimos, aqui mesmo".	"A diretoria impõe um horário e, se o cooperado não cumprir, pode ser substituído no dia." Há flexibilidade nos prazos de entrega do produto ou serviço.
COOPARTESANAL	Quatro	"Os problemas, normalmente são levantados pelos cooperados, e o que é levantado pela administração são as necessidades que a gente já sabe do dia-a-dia. Porque eu acho que essa é a maneira correta e mais segura de você não causar opiniões diversas no grupo."	O controle é feito por comandas [serviço ao cliente] acordado entre os cooperados.
COOPESPECIAL	Quatro	A diretoria é formada pelos professores dos alunos especiais.	A gestão é formada por professores e voluntários. Os cooperados recebem de acordo com o tempo trabalhado.
COOPESTRUTURA	Não informou	"Todos trabalham, ninguém manda em ninguém, todos sabem qual é o seu trabalho. Mas tem regras sim [...] em uma cooperativa, não pode deixar o trabalho do jeito que as pessoas querem. Mas todos têm o direito de falar igual, todos têm sua opinião."	"Todos podem opinar, mas quem decide é a diretoria."
COOPINOVAÇÃO	Quatro	A relação entre a diretoria e os cooperados considera que cada um tem seu papel e capacitação para trabalhar. A presidência é um papel transitório, "que se está exercendo dentro da cooperativa".	A responsabilidade é individual e o ganho por produção.
COORECICLAGEM	Cinco	Muito acessível, muito boa.	"Não tem uma pessoa específica, aqueles que observam o não cumprimento das tarefas reclamam na reunião onde problemas são tratados."
COORECOMEÇO	Doze	Não é ninguém que decide. "Só, junta todo mundo".	A diretoria "tenta orientar", mas não adianta muito, pois "o trabalho é individual e cada um sabe o que tem de fazer".
COOPLANALTO	Seis	A relação da diretoria com os cooperados é muito boa. "Não tivemos problema. Agora o único problema que nós temos é esse da contabilidade, que, apesar da gente já ter feito uma capacitação, eu como presidente, muitas vezes, eu não decido nada sem consultá-los".	Os cooperados "estão se organizando. A cobrança é mútua".
COOPINDEPENDENTE	Um	"Na verdade, nós somos uma cooperativa. Se está com um problema um, está com todos. Como se tiver [problema] com um aqui dentro, eu vou atrás para saber o que aconteceu."	"O presidente é o responsável. Quando o cooperado falta várias vezes na semana, pode ser desligado."
COOPAMBIENTAL	Cinco	"Tem hora que tem uma diferença entre cooperado e diretoria. Um cooperado que não respeita o vice-presidente, a primeira secretária, no caso, a gente faz uma reunião de diretoria. Quando é um caso muito sério, eu chamo no escritório. Se for obrigado a dar suspensão, eu dou, se for obrigado a mandar embora, eu mando."	O presidente é o responsável.
COOMPANHEIRAS	Dois	Não há nenhuma diferença entre a diretoria e os cooperados.	Responsabilidade individual. Decisões tomadas em reuniões em conjunto e o presidente encaminha.
COORECICLARTE	Oito	O sistema de gestão é de autogestão. Cada diretor lidera um grupo de quatro ou cinco pessoas.	A cooperativa está tentando organizar normas, regras e formas de cobrança na elaboração do regimento interno.

Quanto à relação estabelecida entre cooperados e diretoria, os

entrevistados e entrevistadas, de maneira geral, avaliaram como boa e democrática. Contudo, nos relatos acima, verificamos que existiram diferenças e discordância de opiniões.

Algumas contradições nos discursos poderiam ser apontadas. Por exemplo, na COOPAMBIENTAL o depoimento ressaltou a questão do respeito a hierarquias. Em casos graves de desrespeito, a diretoria reunia-se e o presidente aplicava suspensão ou desligamento, sem decisão coletiva, demonstrando indícios de centralização de poder como lideranças tradicionais.

As declarações dos dirigentes da COOMPANHEIRAS, COOPINOVAÇÃO, COOPESTRUTURA, COOPELETRICA e COOVESTUÁRIO relataram que não havia diferenças hierárquicas entre diretores e cooperados, pois enfatizaram que as decisões eram coletivas. Os dirigentes ressaltavam a convivência igualitária e democrática entre diretoria e cooperados, destacando a participação de todos nas decisões.

Um discurso que apresentou contradições internas foi o do dirigente da COORECICLARTE, que afirmava haver um sistema de autogestão, mas cada diretor liderava um grupo de cooperados. Então, concluímos que existia uma hierarquia de fato. Não ficava clara qual a concepção de autogestão adotada pela cooperativa, pois que havia relações de poder entre diretores e grupos de cooperados.

A cobrança no cumprimento de horários e na execução de tarefas, ou a cobrança de responsabilidades era um tema que causava constrangimento aos dirigentes. Cada cooperativa criava formas mais ou menos ordenadas de cobrança das tarefas, visto que havia o planejamento e a organização do tempo para a realização das atividades.

A maioria dos dirigentes ressaltava que a responsabilidade na execução das tarefas dependia da consciência de cada um. A tarefa de cobrança das responsabilidades no cumprimento de horários e atividades, via de regra, ficava a cargo de membros da diretoria, mas a busca da organização e da responsabilização dos cooperados, em prol da melhoria da produção e dos ganhos das cooperativas, poderia levar a situações de conflitos entre os membros

diretores e os demais cooperados. Nas cooperativas em que todos compartilhavam essa tarefa, os conflitos e as diferenças geralmente eram amenizados ou resolvidos nas reuniões.

Desta forma, percebemos que os dirigentes ressaltavam a convivência igualitária e democrática entre diretoria e cooperados, pois destacaram a participação de todos nas decisões. Mas, os discursos e as práticas observadas davam indícios da existência de diferenças hierárquicas em relação às tomadas de decisões, mesmo naquelas que estabeleciam relações mais democráticas. Apenas na COOMPANHEIRAS e COOCOSTURA foi possível perceber práticas de autogestão, talvez porque os grupos tinham um número pequeno de cooperados.

Destacam-se três depoimentos bem diferenciados dos dirigentes sobre a composição da diretoria que demonstraram a forma como a liderança e a gestão eram percebidas.

> Todos são dirigentes da cooperativa, os vinte cooperados. A única diferença é que tem presidente e vice-presidente. (a dirigente – COOMPANHEIRAS)

> Só eu [presidente], nem vice-presidente tem. (o dirigente – COOPINDEPENDENTE)

> Há uma diretoria executiva composta pelo presidente, secretário financeiro, temos um conselho fiscal, composto por seis cooperados, o resto é coordenadoria. Nós temos a autogestão compartilhada, temos a estrutura formal, mas a prática é compartilhada. (o dirigente – COORECICLARTE)

A declaração da dirigente da COOMPANHEIRAS indicava para a prática de autogestão numa cooperativa formada por maioria de mulheres. O relato do dirigente da COOPINDEPENDENTE indicava para uma direção isolada do presidente, centralizada. Os demais cooperados não se comprometiam com a gestão da cooperativa ou reconheciam apenas no presidente sozinho a autoridade para tomar as decisões. O dirigente da COORECICLARTE entendia que havia autogestão na direção da cooperativa, o que não percebemos tão incorporada pelos demais cooperados, mesmo observando que a participação nas reuniões

era estimulada pela diretoria, o que demonstrava processos bastante democráticos.

A forma de gestão variava desde a administração centralizada na presidência, ou seja, a administração e gestão personificadas na pessoa do presidente, até a gestão compartilhada ou autogestão, dependendo da autonomia e da capacidade de gestão do grupo. Porém, é necessário relativizar essa interpretação de autogestão. Os cooperados terem participação na gestão da cooperativa, não significava dizer que nela exista uma autogestão, aquela afirmada por NASCIMENTO (2004), caracterizada por um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizariam um novo modo de produzir.

Cabe ressaltar que o tempo médio de mandato das diretorias variava entre dois e quatro anos, respeitando a legislação brasileira de cooperativismo. Notamos que a reeleição dos presidentes era muito comum, talvez pela relação de confiança na liderança, que, geralmente, era membro fundador da cooperativa, ou pelo não aprofundamento da democracia nas relações de poder no interior das cooperativas.

No quadro abaixo, encontram-se informações sobre forma de gestão de cada cooperativa, sintetizando não só a percepção do entrevistado como também desta pesquisadora.

QUADRO 11: Formas de tomadas de decisões, participação dos cooperados e formas de gestão nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	FORMAS DE TOMADAS DE DECISÕES	PARTICIPAÇÃO DOS COOPERADOS	FORMAS DE GESTÃO
COOCOSTURA	Por meio do consenso, sem reuniões mensais.	Participação de todas as cooperadas atuantes.	Autogestão/ Democrática
COOPELETRICA	As assembleias são anuais e ocorrem no mês de abril ou maio. São feitas também consultas individuais.	A principal forma de tomada de decisão é sempre reunião, você chama os membros participantes e o que prevalece é o consenso, o direito da maioria.	Democrática
COOSANEAMENTO	É por consulta. A gente sempre está consultando. "Porque, se for fazer reunião para tudo, nós vamos passar o tempo fazendo reunião". Então consulta os mais interessados, os menos interessados tomam conhecimento e, às vezes, passam a ser interessados. E é uma cadeia de informações.	"Às vezes, somos solicitados a fazer reuniões. Se tem alguma coisa que não está de acordo, de repente foi tomada uma decisão e, como decisões têm de ser rápidas. Ah, a não foi bom? Chama todo mundo para reunião."	Democrática
COOVESTUÁRIO	"Nós temos um sistema de som. Eu vou até o palco, exponho os problemas e a votação é feita pelo dedo. Quando dá a maioria, a gente aprova. Às vezes é um problema simples, o indivíduo pensa que precisa de uma assembleia, às vezes não precisa, às vezes uma conversa entre um grupo resolve."	É a gente reúne um grupo de 15 diretores ou 10 ou 12 diretores e mais umas 5 ou 6 pessoas que têm aquela maior representatividade, que sabe representar bem o seu companheiro. E lá a gente toma as decisões e os colegas aceitam, mas isso para as coisas mais simples.	Centralizada/ Democrática
COOPARTESANAL	"Nós temos dois tipos de reunião. Aquela reunião que abrange a cooperativa no total e temos aquelas reuniões, que são um pouco informal, que não conta com todos os cooperados. Nós tomamos decisões, assim, sem assembleia. Só quando tem alguma coisa que vai comprometer a cooperativa é que a gente convoca a assembleia."	Tem um grupo que comparece sempre. Quando mexe um pouquinho no bolso, a participação é maior.	Democrática
COOPESPECIAL	Não ocorrem assembleias.	Não há participação dos cooperados de forma geral.	Centralizada/ Democrática
COOPESTRUTURA	Primeiramente, chama a diretoria e discute o que tem que fazer, depois chama o grupo.	O que for acordado na diretoria, chama todos os associados e coloca para que todos decidam.	Democrática
COOPINOVAÇÃO	Assembleias.	A participação é ativa, precisamos de cada um deles para a tomada de decisões,	Democrática
COORECICLAGEM	Aqui, nós fazemos é tudo no voto.	A presidente convoca a reunião com todos os cooperados. A diretoria vai falar a sua proposta para os cooperados. Se eles aceitarem, a gente vai votar, sim e não.	Democrática
COORECOMEÇO	Assembleia a gente faz todo mês. Todo mês a gente faz prestação de contas.	"Lá nós exigimos, é lei. Se você passar três reuniões sem ir, você é até excluído do grupo. Se você tiver um cargo você perde."	Democrática
COOPLANALTO	É em assembleias e reuniões. A maior parte tem sido de reuniões. A gente assenta o grupo todo e discute as decisões que vamos tomar.	Num todo, ainda existe falha na própria consciência do cooperado. Muitas vezes, não tem a responsabilidade de ir à reunião. Muitos não aparecem. Então, existe ainda essa falha da participação.	Democrática
COOPINDEPENDENTE	"Quando a gente [presidente] resolve alguma coisa, chega diretamente na pessoa e diz: *É isso e isso que está acontecendo*, aí desenrola mais rápido, né?"	"Nem todos [participam]. Alguns, no meio da maioria, eles não estão pensando para amanhã, eles pensam só para hoje [...] A diretoria ou o presidente pode se matar que o resto não liga."	Centralizada
COOPAMBIENTAL	A gente faz reunião. Quando é um caso muito sério, eu chamo no escritório. "Então, na minha maneira de ver, não tem de resolver as coisas lá fora, eu chamo aqui dentro do escritório e a gente conversa Vê se está certo aí tudo bem, se estiver errado [...]"	Alguns participam, quando precisa de participar. "Porque, geralmente, nas reuniões, quando aparece, só é mais o presidente e o vice-presidente. Mas quando fala assim, tem de levar alguns cooperados. Aí eu escalo uns para ir, que tem assim mais estudo."	Centralizada/ Democrática
COOMPANHEIRAS	As decisões são tomadas em reuniões com os cooperados. "As questões urgentes só se faz consulta e a presidente encaminha."	Alguns participam mais e outros menos. "Sempre têm uns quinze que participam mais."	Autogestão/ Democrática
COORECICLARTE	As principais tomadas de decisões são realizadas no planejamento semanal. "O planejamento é realizado na segunda-feira para fazer planejamento da semana. A reunião é composta pelos dirigentes, cerca de dez a doze pessoas."	No grupo dele há dois ou três que vai coletar na rua, e dois ou três ficam separando na cooperativa. E, todas as informações que passam aqui ele tem a obrigação de repassar as informações ao seu grupo e o grupo tem que vir todos os sábados nas reuniões para receber.	Democrática/ Autogestão

Ao tratar das tomadas de decisões, o dirigente da COOVESTUÁRIO contradisse o discurso de decisão coletiva, afirmado quando tratou da relação cooperado/diretoria, pois disse que os problemas e as soluções eram apenas informados pelo sistema de som, o que nos leva a inferir que as decisões vinham praticamente prontas da diretoria e a votação ocorria, sem debate e sem decisão coletiva com aqueles que estivessem presentes.

Os dirigentes da COOMPANHEIRAS e da COORECICLARTE afirmaram a autogestão em suas cooperativas, mas, na primeira, as decisões urgentes eram tomadas pela direção mediante consulta e, na segunda, as principais decisões eram tomadas no planejamento semanal às segundas-feiras, mas as reuniões dos cooperados ocorriam aos sábados. Portanto, em ambas existia um problema de democracia interna que contradizia o conceito de autogestão, como um novo modo de produzir e gerir a cooperativa mediante tomada de decisão e participação coletiva, ou como autorregulação e comando do processo decisório por parte de todos. Os conceitos e as práticas de tomadas de decisões e participação nessas duas cooperativas refletiam mais comumente processos democrático-representativos do que propriamente uma autogestão.

Em síntese, prevalecia nas cooperativas a gestão participativa, a qual se refere Faria (2009)[60], mesmo naquelas que diziam desenvolver a autogestão, de tal modo que os cooperados participavam parcialmente do processo decisório e não detinham os mecanismos de controle, que estavam a cargo da diretoria.

A COORECOMEÇO faz reuniões mensais para a prestação de contas e tomadas de decisões, mas a participação era exigida, obrigatória, sob pena de desligamento. Portanto, havia relações autoritárias nessas práticas para forçar a

[60] Faria (2009, p. 19), de forma simplificada, apresenta quadro que retrata os tipos básicos de gestão, identificados a partir de uma relação cruzada entre quem e como administra, sendo estes: a (i) heterogestão, em que os sujeitos são geridos por outros, que definem as regras, as condutas, as estratégias, comandam os processos decisórios e detêm os instrumentos de controle, disciplina, recompensa e punição, e a (ii) autogestão, em que os sujeitos detêm a capacidade de autorregulação, de definição dos mecanismos e de controle e acesso ao comando do processo decisório. Segundo o autor, entre esses extremos podem-se encontrar outros dois tipos de gestão, a (iii) gestão participativa, em que os sujeitos participam da definição de algumas das regras, de algumas instâncias do processo decisório e de alguns mecanismos de controle detidos por outros, e a (iv) cogestão, em que os sujeitos gerem em conjunto, mas em que ainda se estabelece uma situação de separação entre gestores e geridos.

participação, o que seria contraditório com o princípio democrático de liberdade.

Na COOPELETRICA, notava-se uma preocupação em seguir o modelo tradicional de cooperativismo da OCB, visto que respeitavam as assembleias e prazos estatutários. A COOSANEAMENTO, apesar de também se pautar pelo modelo OCB, fazia das consultas prática comum nas tomadas de decisões, evitando as reuniões, assim restringindo a participação no processo decisório.

Pelos depoimentos, podemos perceber que cada grupo buscava construir a sua própria metodologia de tomadas de decisões, que se estabelecia em função da própria dinâmica de funcionamento de cada cooperativa, entretanto, suas práticas, muitas vezes, contradiziam conceitos e princípios afirmados.

Notadamente, as cooperativas com grande número de participantes optaram pelas consultas aos membros da diretoria e "aos mais interessados", só convocando assembleias anualmente ou em situações extraordinárias. Porém, nos grupos cujo número de participantes não excedia cinquenta cooperados, as reuniões confundiam-se com as assembleias, visto a facilidade para reunir todo o grupo. Porém, a prática das consultas também era um recurso comumente utilizado pela diretoria.

A participação do cooperado nos espaços decisórios era um desafio para as cooperativas, pois a frequência nas reuniões dependia do interesse e da conscientização política de cada cooperado. As dificuldades para mobilizar a participação dos cooperados ficavam visíveis em alguns casos. Quanto maior a conscientização do grupo, melhor era a qualidade da participação. Em alguns casos, quando a conscientização era mais frágil, os interesses motivadores da participação eram os econômicos, ou seja, diziam respeito à renda/retirada, possíveis ganhos ou perdas econômicas, e, em alguns casos, à própria sobrevivência da cooperativa. Nas demais situações, a participação ficava limitada a um grupo dos mais interessados e aos próprios membros da diretoria.

Segundo os e as informantes, a participação de homens e de mulheres nas reuniões e nos momentos de decisões era equilibrada. A participação de mulheres nas reuniões e no processo decisório era maior em cooperativas cujo número delas também era maior, e vice-versa em relação aos homens. Porém, algumas

lideranças destacaram o maior engajamento feminino, especialmente nas cooperativas de catadores.

> A maioria são mulheres [...] São mais mulheres que têm marido também, porque aqui é contado a mulher que não tem marido [...] É minoria. A participação dela é maior porque além de ter, a mulher tem mais força de vontade, mais coragem, acredita em tudo. Então, ela vai fundo e o homem é mais descrente [...] (o dirigente – COORECICLAGEM)

> As mulheres são mais participativas porque elas têm um objetivo muito forte que as mobiliza que é o atendimento infantil – a creche. Elas estão dedicando 20% do que é faturado para juntar um dinheiro e comprar de um terreno para a construção de uma creche. As mulheres praticamente levam esta bandeira. (o dirigente – COORECICLARTE)

Os relatos acima expressaram uma opinião positiva acerca da participação feminina no processo decisório. De certa forma, predominou uma opinião consensual de que a mulher preocupava-se em manter a estabilidade financeira para garantir a sustentabilidade familiar, além da preocupação com a segurança e o bem-estar dos filhos. No caso das cooperativas de catadores, o engajamento das mulheres poderia estar relacionado também à própria forma de organização das cooperativas. Esses depoimentos foram de dois dirigentes de empreendimento de catadores, nos quais as famílias trabalhavam juntas e as mulheres permaneciam mais tempo do que os homens dentro da cooperativa. Estas trabalhavam na separação do material, enquanto os homens iam para as ruas coletar, portanto, participando mais ativamente das atividades internas e estreitando a convivência entre colegas.

Como já observado no item anterior, nas cooperativas investigadas, os cargos de presidência, na maioria dos casos, eram ocupados por homens. Todavia, a participação igualitária de homens e mulheres nos cargos de direção foi ressaltada com ênfase pelos e pelas dirigentes. Mesmo nas cooperativas cuja maioria dos cooperados era do sexo masculino, as mulheres ocupavam cargo de direção, inclusive a presidência, como era o caso da COOSANEAMENTO.

Cada cooperativa desenvolvia uma forma específica de organização das atividades, porém, segundo a maioria dos entrevistados, o desenvolvimento do trabalho ocorria predominantemente em grupos ou em equipes.

QUADRO 12: Divisão do trabalho e jornada de trabalho nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	DIVISÃO DO TRABALHO	JORNADA DE TRABALHO
COOCOSTURA	As mais experientes ensinam o ofício para as outras e todas fazem o mesmo trabalho.	Horário comercial, mas quando tem encomendas, trabalham até 22h para cumprir prazo.
COOPELETRICA	De acordo com a missão/contrato e dentro de cada especialização.	Não há horário delimitado, depende de cada contrato.
COOSANEAMENTO	De acordo com o contrato e cada especialização. Mas, se for preciso, um cobre o trabalho do outro.	Não há horário definido, varia conforme a necessidade da produção. Podem passar noites trabalhando.
COOVESTUÁRIO	Cada cooperado tem sua banca para comercializar seu produto. Ele adquire um ponto e tem o direito de trabalhar nele por um ano, depois faz rodízio com outro cooperado.	Horário comercial.
COOPARTESANAL	Cada cooperado produz artesanal e individualmente o produto e comercializa nas barraquinhas ou *boxes*	Todas as sextas-feiras à noite, sábados e domingos durante o dia.
COOPESPECIAL	Os professores organizam o trabalho e dividem conforme a habilidade de cada um	Não há horário definido. De acordo com a disponibilidade de cada um.
COOPESTRUTURA	Os homens trabalham na coleta nas ruas. As mulheres na separação na cooperativa. Alguns homens trabalham na limpeza.	Horário comercial. Vão almoçar em casa.
COOPINOVAÇÃO	Por habilidade. Aproveitamos a habilidade que as pessoas têm: artesanal, administrativo, coleta, transporte.	Horário comercial. Segunda, quarta e sexta-feira para o pessoal do Projeto Segundo Tempo, o restante faz o próprio turno. Funciona nos finais de semana.
COORECICLAGEM	Divisão por grupos de trabalho: coleta do material, separação, cozinha e cuidados com as crianças.	Não há horário definido. Depende da quantidade de material que tiver na rua.
COORECOMEÇO	Duplas ou casais e divisão por gênero. Os homens coletam o material e as mulheres e homens separam na cooperativa.	O pessoal que trabalha na separação tem horário, mas quem trabalha nas ruas não tem, inclusive ficam de madrugada frequentemente porque o material chega no final da tarde.
COOPLANALTO	Há cooperados que trabalham na coleta nas ruas, outros na separação dentro do galpão e um fica na balança pesando esse material. As mulheres trabalham no galpão na separação ou no artesanato.	De 8h/9h até às 18h durante a semana. Quando trabalham no final de semana é até 15h/16h.
COOPINDEPENDENTE	Há cooperados que trabalham na coleta nas ruas e separação de material no galpão e outros só na separação, a maioria mulheres.	A cooperativa funciona de segunda a sexta-feira, em horário comercial O trabalho é por produção, cada um faz a sua jornada.
COOPAMBIENTAL	Em grupo. Todos desenvolvem todas as tarefas.	De 8h as 15h. Quem chega após 12h volta pra casa.
COOMPANHEIRAS	Todas as atividades são desenvolvidas em grupo. As mulheres saem em dupla para coletar o material nas ruas e separar na cooperativa; outro grupo cuida das crianças. O trabalho mais pesado fica para os homens	Não há horário definido, o planejamento é diário.
COORECICLARTE	Trabalho em equipe. Um grupo coleta o material nas ruas e o outro separa na cooperativa	De 9h as 18h, de segunda a sexta-feira.

Destacamos o depoimento da dirigente[61] da COOPESTRUTURA que ressaltou bem a divisão do trabalho por sexo. Nessa cooperativa, os ganhos eram igualitários e o discurso da entrevistada ressaltou a preocupação de que o trabalho fosse igualmente desempenhado a contento por todos.

> Aqui [na cooperativa] as mulheres trabalham na separação de material, aqui ficam três, quatro homens pra tirar o lixo, pra limpar o local que a gente trabalha [...] Aquilo [a divisão] é para produzirem mais. Porque tem pessoas que não querem trabalhar, fica sentado conversando, vai o tempo todo ao banheiro e acaba ganhando em cima dos que estão

[61] A entrevista foi agendada com o presidente da cooperativa, mas quando esta pesquisadora chegou ao local, o presidente já havia saído com o grupo de homens para coletar o material nas ruas. Então, a entrevista foi concedida pela esposa dele juntamente com mais três mulheres, também membros da diretoria, que interromperam o trabalho que desenvolviam numa longa bancada, separando o material.

> trabalhando. Foi uma maneira que a gente achou melhor, viu pra saber a produção de cada um. (a dirigente – COOPESTRUTURA)

Observou-se uma divisão sexual de trabalho nessas cooperativas, a partir de uma definição de atividades mais adequada ao homem ou à mulher, fundamentada numa visão de gênero enraizada culturalmente na sociedade capitalista.

Yannoulas (2004) afirma sobre a segmentação ou segregação dos mercados de trabalho baseada em gênero, pela inserção diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, que:

> Na sociedade capitalista moderna, o trabalho feminino remunerado integrou-se a uma **divisão sexual horizontal do mercado de trabalho**, segundo a qual, as mulheres concentram-se em um determinado setor de atividade (em função de características atribuídas culturalmente às mulheres, através da identidade feminina predominante na época). Suas ocupações têm em comum o fato de serem derivadas das funções de reprodução social e cultural, tradicionalmente desempenhadas por mulheres. Quando não são extensões diretas da domesticidade, requerem qualidades muito estimuladas na socialização das meninas (paciência, docilidade, meticulosidade, delicadeza, etc.), por exemplo nas linhas de montagem da indústria eletromecânica. (YANNOULAS, 2004, p. 48, grifos da autora)

Sendo assim, observamos que havia a inserção diferencial de homens e mulheres no desenvolvimento das atividades nas cooperativas estudadas, pautada em questão de gênero.

A observação realizada também possibilitou compreender que a forma de organização do trabalho e a remuneração dos cooperados nas cooperativas investigadas variavam em função do acordo estabelecido entre os trabalhadores e trabalhadoras e da dinâmica interna de cada uma delas. Destacamos os casos peculiares das cooperativas de prestação de serviços de infraestrutura e das cooperativas de catadores.

As cooperativas de prestação de serviços de infraestrutura (COOPELETRICA e COOSANEAMENTO), por exemplo, organizavam o trabalho em função do contrato com o órgão ou empresa contratante. Cada trabalhador prestava os seus serviços de acordo com o previsto no contrato, no qual era

estabelecido qual serviço seria prestado e em quanto tempo, além de outras especificações. Ele mantinha vínculo constante com a cooperativa, mas os ganhos estavam condicionados à existência dos contratos. Muitas vezes, com o fim de um contrato, o cooperado tinha a liberdade de prestar serviços a terceiros até a efetivação de novo contrato pela cooperativa. Nessas, os ganhos dos cooperados não eram iguais, havia uma diferenciação dos ganhos em relação à formação e à capacitação técnica de cada um. Esse tipo de organização era comum em empreendimentos que incorporavam características das cooperativas pragmáticas, citadas por LIMA (2004), ou seja, aquelas de terceirização surgidas a partir dos anos 1990, que prestavam serviços à empresa contratante.

Várias cooperativas de catadores mantinham a organização do trabalho por produção individual ou familiar, ou seja, nelas não existia efetivo trabalho coletivo e rateio dos ganhos; ou seja, cada cooperado ganhava conforme a quantidade de material que coletava e seleciona individualmente ou em família. Na COORECOMEÇO, por exemplo, a produção e os ganhos eram por família, ou duplas, os maridos coletavam o material reciclável nas ruas e as mulheres faziam a seleção na cooperativa. No caso das duplas, em geral, eram casais que não faziam parte da mesma família e mantinham a mesma divisão de tarefas destas famílias.

Nas cooperativas de catadores, observou-se que a organização do trabalho variava predominantemente de duas maneiras, não se excluindo as peculiaridades de cada cooperativa. Na primeira maneira, produção coletiva, existia um grupo de cooperados que trabalhava nas ruas, coletando ou recolhendo o material reciclável, trabalho que predominantemente era realizado pelos homens, e existia outro grupo que fica na cooperativa fazendo a separação do material, trabalho predominantemente realizado por mulheres. Na segunda maneira, produção individualizada, o cooperado ou cooperada individualmente ou em família era responsável tanto pela coleta, que poderia ocorrer nas ruas ou na própria cooperativa como pela separação do seu material.

Nota-se que, tanto na primeira maneira de produzir como na segunda, o processo produtivo estava organizado pela divisão sexual de trabalho tradicional,

baseada na inferência sobre potencialidades e capacidade de desenvolvimento de determinadas tarefas por homens ou por mulheres, sendo atribuídas aos homens aquelas que necessitam de maior uso de força física ou maior exposição a riscos, como a coleta de material nas ruas. As mulheres ficavam responsáveis, principalmente, pelas atividades de separação nos galpões das cooperativas. A clara exceção encontrava-se na COOMPANHEIRAS, constituída basicamente por mulheres, na qual a organização do processo de trabalho consiste na coleta de material nas ruas feita por duplas de mulheres e posterior separação no galpão, no entanto, os poucos homens concentravam suas atividades naquelas que exigiam maior esforço físico.

A forma de remuneração também variava em dois modos: por rateio ou por produção. De forma geral, as cooperativas que adotavam a produção coletiva na organização do trabalho distribuíam os ganhos igualmente entre os cooperados por rateio, descontando-se apenas as faltas ao trabalho. O outro modo de remuneração era feito por produção, que geralmente era adotado pelas cooperativas que organizavam o trabalho em produção individualizada, cada cooperado ou família recebia de acordo com o material coletado, separado e devidamente pesado; ou seja, quanto maior a quantidade de material recolhido e separado, melhor seria a remuneração. Neste caso, a produção era avaliada correlacionando o peso do material separado com o preço pago por cada tipo de material (papel, plástico, vidro) pela empresa de reciclagem compradora.

A forma de organização da cooperativa e da divisão de tarefas poderiam demonstrar as relações de solidariedade interna em cada uma delas. Do total das quinze cooperativas investigadas, poucas eram aquelas que adotavam a remuneração igualitária para seus cooperados, ou seja, o rateio dos ganhos, quais seriam: COOPESTRUTURA, COOCOSTURA, COOPINOVAÇÃO, COORECICLAGEM, COOPAMBIENTAL e COOMPANHEIRAS. Dentre estas, apenas a COOCOSTURA era uma cooperativa de costureiras; as demais eram de catadores de materiais recicláveis.

Na COORECICLAGEM e na COOMPANHEIRAS, duas cooperativas de catadores, não só o rateio dos ganhos era igualitário como as responsabilidades

pela alimentação dos cooperados e pelos cuidados com as crianças eram divididas especialmente entre as mulheres da cooperativa, novamente reproduzindo a divisão sexual do trabalho tradicional. Algumas iam para a cozinha, enquanto outras cuidavam das crianças em creches improvisadas. No primeiro caso, as mulheres faziam revezamento para cuidar das crianças e da cozinha na própria cooperativa, enquanto as outras mulheres e os homens trabalham na coleta e separação do material. No segundo caso, a cooperativa era formada por vinte pessoas, dezoito mulheres e dois homens. Três mulheres ficavam responsáveis pelos cuidados com as crianças e a alimentação em suas respectivas casas, enquanto as demais iam para as ruas e para a cooperativa trabalhar na coleta e separação do material.

Nas cooperativas de grupos mais homogêneos, do ponto de vista da qualificação profissional, como as de catadores e de costureiras, em princípio, qualquer trabalhador ou trabalhadoras poderia executar todo o processo de trabalho. De maneira similar, isso poderia ser dito também dos artesãos que confeccionavam e comercializavam os seus produtos. Geralmente, as tarefas só eram divididas entre os que possuíam o mesmo tipo de habilidade artística para determinado produto, como a arte de bordar ou a arte culinária.

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis optaram pela divisão de tarefas entre homens e mulheres para organizar o processo, a partir de uma definição das habilidades, que são naturalizadas por gênero e relacionadas à capacidade de desprendimento da força física para coleta nas ruas e à habilidade de organização e separação do material. Observamos em algumas cooperativas que homens com saúde frágil ou com idade mais avançada trabalham na separação e não nas ruas.

> Existem as pessoas que ficam dentro do galpão para fazer a separação, a triagem do material e receber o material. Um que fica na balança pesando esse material. Outros vão para a rua buscar. Mas isso não se aplica que eles tenham de fazer toda vida aquilo ali, uma hora há necessidade e eles saem para ajudar um ao outro. [...] Porque, apesar de ter mais mulher do que homem, os homens [se] preocupam mais com as mulheres. As mulheres não podem trabalhar no pesado, elas não vão para rua coletar, elas ficam mais dentro do galpão separando e fazendo artesanato. Quem vai para rua buscar o pesado são os homens. (o dirigente – COOPLANALTO)

Cabe destacar que algumas dessas cooperativas trabalhavam com artesanato a partir dos materiais coletados, confeccionando objetos de arte ou de utilidade, como pufes, bolsas, vasos, e outros. Nesses casos, só se dedicavam à confecção de artesanato aqueles ou aquelas que tinham habilidades específicas, geralmente adquiridas em cursos promovidos por entidades apoiadoras do cooperativismo.

Nas cooperativas em que participavam trabalhadores e trabalhadoras de vários níveis de formação e habilidades específicas, incluindo profissionais de nível superior e técnico, a organização de trabalho estruturava-se na distribuição de tarefas de acordo com a formação de cada um/uma, mas os dirigentes garantiam que as atribuições específicas não eram empecilhos para que todos colaborassem com o funcionamento da cooperativa, conforme informado no quadro acima pela dirigente da COOSANEAMENTO.

> E o cooperado, quando está executando um trabalho, ele não é empregado daquele contratante, nem também da cooperativa, ele é um sócio da cooperativa que tem o mesmo grau de execução que os outros. Eu, como presidente, não tenho uma hierarquia superior ao deles eu somente estou no comando temporariamente, mas todos são iguais [...] (o dirigente – COOPELETRICA)

No discurso do dirigente acima, percebemos a preocupação de ressaltar que não existia divisão de tarefas, prevalecendo relações de igualdade na realização das atividades. Mas, durante a observação, percebemos que nas cooperativas mais estruturadas, COOPELETRICA, COOSANEAMENTO e COOPINOVAÇÃO, existia a divisão de tarefas entre a área produtiva e a área administrativa. Isto é, a divisão entre o trabalhador que executava tarefas diretamente ligadas às atividades fim da cooperativa e aquele que cuidava das atividades meio. Nas cooperativas menos estruturadas, as atividades meio eram de responsabilidade da diretoria.

Na maior parte das cooperativas, o horário de trabalho era o comercial, em média oito horas por dia de jornada de trabalho. No entanto, os e as dirigentes das cooperativas que trabalhavam por produção informaram que os horários eram

flexíveis. Dependendo da necessidade do cumprimento de tarefas, a jornada de trabalho poderia exceder bastante, chegando até doze horas diárias.

Não observamos uma relação entre a jornada de trabalho e o tipo de cooperativa. Em geral, a forma de organização de trabalho e de distribuição de ganhos era o determinante. As cooperativas de catadores que tinham horários flexíveis eram aquelas cujo trabalho e os ganhos eram por produção. A cobrança do cumprimento das tarefas só ocorria quando o cooperado faltava muito e não demonstrava compromisso com a cooperativa.

É fundamental esclarecer que a maior ou menor flexibilidade da jornada de trabalho, nesses empreendimentos, dependia também da realidade cotidiana. A jornada e a rotina de trabalho eram estabelecidas conforme o cotidiano da coleta nas ruas.

As cooperativas de catadores investigadas eram filiadas a CENTCOOP, que vinha estimulando práticas de economia solidária, a partir da adoção da proposta de coleta seletiva solidária. O trabalho e os ganhos por produção descaracterizavam o perfil de economia solidária. Mas, isso não significava afirmar que todas as cooperativas que adotavam o sistema de trabalho coletivo e ganhos igualitários adotavam, de fato, a economia solidária como perspectiva orientadora. A COOPAMBIENTAL era um exemplo disso, pois adotava uma gestão centralizadora no processo decisório, diferentemente da COOPLANALTO, que, apesar o sistema de ganhos por produção, apresenta práticas mais democráticas no processo decisório.

A irregularidade ou alta flexibilidade nos horários de trabalho dessas cooperativas só se tornava uma questão preocupante na medida em que aumentavam as faltas dos cooperados e cooperadas. Nas cooperativas de catadores cujos ganhos eram igualitários, as faltas eram descontadas; naquelas em que os ganhos eram por produção, as faltas prejudicavam a produção e, por conseguinte, os ganhos do próprio cooperado. Nos dois casos, os cooperados ou cooperadas faltosos comprometiam o planejamento das atividades e os ganhos da cooperativa, por esse motivo estes/estas eram considerados um problema para o empreendimento. Em geral, as cooperativas estabeleciam um limite mínimo para

as faltas e os faltosos que excedessem esse limite eram convidados a retirar-se das cooperativas.

> Nossos horários aqui, nós tentamos fazer o seguinte para não atropelar o trabalho: nós passamos noites, a noite, a tarde, isso aí é conforme a necessidade e do trabalho, não tem horário de oito às oito. É por produção mesmo. (a dirigente – COOSANEAMENTO)

No relato acima, percebe-se que o estabelecimento dos horários era proporcional ao desenvolvimento das atividades, o tempo de trabalho aumentava proporcionalmente à demanda. Nas cooperativas em que trabalhavam com contratos de prestação de serviços, os prazos pré-estabelecidos nos contratos e acordos impunham a necessidade de permanecer mais horas no local de trabalho.

Esse tipo de flexibilização da jornada de trabalho não era diferente na COOCOSTURA, que também precisava aumentar a jornada de trabalho para atender aos contratos, pois trabalhava principalmente com a confecção de uniformes escolares e profissionais de escolas e empresas da região, mediante encomenda.

Assim, os ideais e valores do cooperativismo não foram incorporados pelos cooperados antes da formação da cooperativa. Os relatos sinalizavam para uma incorporação gradual, prevalecendo o ideal de união entre os associados e busca da prosperidade em conjunto, mas isso não significava a consciente adesão aos ideais cooperativos. Isso se reflete, principalmente, nas relações de trabalho e na divisão dos ganhos, e ainda nas relações de poder no processo decisório. A única cooperativa que se preparou, do ponto de vista da incorporação dos ideais cooperativistas, segundo o relato do seu dirigente, foi a COOPELETRICA, que claramente adotou o modelo de cooperativismo da OCB. Apenas na COOPESTRUTURA percebia-se a incorporação gradual da perspectiva de economia solidária, no discurso e nas práticas.

Ao analisarmos o processo produtivo desenvolvido nas diferentes cooperativas, percebemos a funcionalidade dessas ao mercado, considerando elementos como:

a) no caso das cooperativas prestadoras de serviços, estas entravam no

mercado ocupando espaços de empresas terceirizadas, desenvolvendo suas atividades vinculadas às relações contratuais com a empresa contratante;

b) nas cooperativas cuja organização produtiva implicava em ganhos por produção, muitas vezes os trabalhadores chegavam aos limites de seus esforços, com sobrecargas de trabalho, e, frequentemente, extrapolavam a carga horária de oito horas diárias de trabalho, para aumentar a produção, por vezes em condições insalubres;

c) a autonomia ressaltada pelos dirigentes, visto que na organização cooperativa todos seriam donos do negócio e que não havia relações de subordinação patrão e empregado, é questionável, pois as relações de poder e processo decisório no interior das cooperativas, por muitas vezes, reproduziam relações típicas da empresa capitalista, especialmente na relação entre diretoria e demais cooperados. Poucas eram as cooperativas cujos trabalhadores recebiam ganhos igualitários e cuja carga horária de trabalho era fixa, e, mesmo nessas, persistiam as relações de poder centralizadas.

3.4 SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA DAS COOPERATIVAS E RELAÇÕES COM O MERCADO, A SOCIEDADE E O ESTADO

As entrevistas realizadas com os e as dirigentes buscavam também a compreensão do funcionamento financeiro dessas cooperativas, questionando a constituição dos seus faturamento e fundos.

Contudo, foi difícil estabelecer um agrupamento para as respostas das lideranças das cooperativas, considerando que cada uma delas tinha sua estrutura financeira diferenciada. Assim, agrupamos as respostas tendo em vista o tipo de atividade desenvolvida.

O faturamento médio das cooperativas dizia muito a respeito da renda de seus participantes e das suas condições de viabilidade econômica, estabilidade e crescimento. Quanto mais estruturada fosse a cooperativa, maior era a arrecadação e a constituição de fundos coletivos.

De maneira geral, as lideranças tinham dificuldades de informar os ganhos anuais ou mesmo mensais da sua cooperativa, remetiam a questão para a tesouraria ou o contador, afirmavam que não tinham esses dados, ou simplesmente afirmavam que o faturamento era baixo. As cooperativas mais estruturadas tinham maior controle sobre o seu faturamento anual. Já as cooperativas com maiores dificuldades, mal conseguiam contabilizar os ganhos semanais.

QUADRO 13: Faturamento médio e fundos das cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	FATURAMENTO MÉDIO DA COOPERATIVA	FUNDOS DA COOPERATIVA
COOCOSTURA	Muito baixo. Pagamos as contas da cooperativa e, às vezes, levamos R$10,00/R$20,00 para casa.	É dividido entre as quatro cooperadas.
COOPELETRICA	O faturamento anual está na faixa de R$ 260.000,00 a R$ 280.000,00.	É feito o contrato, retirado os impostos, a taxa de administração das cooperativas e o que resta é dividido por consenso entre os executantes.
COOSANEAMENTO	Atualmente, nós estamos com o faturamento muito baixo, muito baixo mesmo.	São os fundos de reservas que são destinados ao auxílio do trabalhador. A gente tira daquilo que foi proposto ao cliente, aquilo recebido e tiramos a parte dos impostos, todos esses custos, e o que sobra é dividido proporcionalmente para cada um e, aí, tira também a parte da cooperativa que tem o percentual da empresa para manutenção.
COOVESTUÁRIO	Teríamos que ver com o contador, não sabemos... O que eles faturam individualmente é melhor que num emprego lá fora.	Nós temos um custo das despesas. Chega num certo dia do mês o valor que ele tem de pagar pelo espaço que ele está usando e todas as despesas
COOPARTESANAL	Não sabemos.	"Nós temos uma taxa, tipo uma mensalidade para custear as despesas [...] Nós contribuímos com a sede lá [construção da nova sede da cooperativa]."
COOPESPECIAL	Não tenho como informar.	"Não chegava a ter sobra [...] Mas, quando conseguíamos um trabalho grande, comprávamos um equipamento."
COOPESTRUTURA	Só com a diretoria financeira, não sabemos.	3% dos ganhos da produção fica com a cooperativa.
COOPINOVAÇÃO	Temos o de patrimônio, [este] está avaliado em mais de três milhões de reais.	Tudo que é excedente vamos guardando durante o ano e ao final de ano é rateado igualmente entre os cooperados e no inicio do outro ano começa tudo de novo. É usado na compra e medicamentos, viagens, festas natalinas e outros.
COORECICLAGEM	Não sabemos. Varia muito conforme a época.	"Infelizmente, nós não temos ainda, não tem nada em caixa que possa cobrir qualquer tipo de despesa [...] O dinheiro que a gente tira para pagar as mulheres que ficam aqui cuidando das crianças e da cozinha é do material que é de doação."
COORECOMEÇO	Uns R$300,00, R$ 400,00 ao mês por família.	Cada cooperado vai pagar essa taxa de R$117,00 por mês, que é para o fundo do cooperativismo. O cooperativismo é sem fim lucrativo, mas se você fizer um caixa dos cooperados, você pode juntar dois, três mil e juntar em nome da cooperativa.
COOPLANALTO	Muito baixo	"Nós ainda não temos esse fundo para guardar na cooperativa [...] O que sobra para a cooperativa, muitas vezes, não dá para arcar nem com os gastos, porque, muitas vezes, a renda nossa é baixa e não tem como manter a cooperativa de sobras."
COOPINDEPENDENTE	450 toneladas de material reciclável anualmente	"Os fundos da cooperativa eles não dão [...] As negociações que eu fiz com as empresas que compram nosso material foi assim: por exemplo, cada tipo de material que sair daqui de dentro da cooperativa, eles pagam dois centavos cada quilo."
COOPAMBIENTAL	O mês passado, a diária deu duzentos e vinte seis reais para quem trabalhou o mês todo.	"A gente tinha [fundos]. Mas, na época, foi cortada a nossa conta. Inclusive, agora, nós estamos querendo abrir a nossa conta, mas tem as pessoas que fazem parte da diretoria que está faltando documento para abrir."
COOMPANHEIRAS	Duas carreadas de R$300,00 a cada 15 dias	Ainda não há sobras.
COORECICLARTE	40 a 50 toneladas/mês	A princípio, é como manda a lei. Há o fundo social que determina que a cooperativa tenha um percentual obrigatório de 10%, o da COORECICLARTE é 15%. O catador que é cooperado só recebe no sábado e o que não é cooperado quer receber no dia. Teríamos que preservar 15% para esse fim, mas não conseguimos manter.

Cabe observar, nos depoimentos, que as cooperativas de catadores de materiais recicláveis trabalhavam com o cálculo de ganhos por tonelada de material vendido. Percebemos, pelos depoimentos, que a organização financeira dessas cooperativas era muito simples. Quanto maior a capacidade da cooperativa, em termos de número de trabalhadores, instalações e

equipamentos, maior era a quantidade de material vendido e, por conseguinte, os ganhos.

Segundo os depoimentos coletados, apenas as cooperativas COOPELETRICA, COOPARTESANAL, COOSANEAMENTO e COOPINOVAÇÃO eram empreendimentos que possuíam uma estrutura financeira mais sólida, mantendo serviços especializados de contabilidade e finanças para as prestações de contas e o planejamento econômico da cooperativa. Em algumas dessas, esses serviços eram contratados ou realizados por meio das assessorias de entidades de fomento ao cooperativismo, como era o caso da COOPINOVAÇÃO, que desenvolvia projetos em parceria com organizações internacionais.

> Toda a estrutura física [foi doada pela] embaixada americana, britânica [sic]. O pagamento dos salários é gerado na cooperativa. A panificadora doa o pão. Trabalhamos com PETI, menor aprendiz. O Segundo Tempo já é outro financiamento. (o dirigente – COOPINOVAÇÃO)

Ressalta-se nesse depoimento a articulação da cooperativa com as organizações governamentais e não-governamentais que subsidiavam os projetos sociais. Existia uma intrínseca contradição nesse processo, considerando uma relação de dependência criada entre o apoio financeiro ou logístico de entidades parceiras para a manutenção da cooperativa (e seus projetos) e a natureza do empreendimento, afinal a cooperativa é uma empresa, inserida nas relações de mercado e de competitividade, e não uma associação, ou organização não-governamental, ou qualquer entidade de interesse social.

É interessante observar o depoimento do dirigente da COOPAMBIENTAL, que era a mais antiga e ainda tem grande dificuldade para manter fundos, pois não conseguia arrecadar o suficiente para tal. Desenvolvia suas atividades no galpão do aterro sanitário e com equipamentos cedidos pelo GDF, em área de aterro sanitário, sobrevivendo apenas dos ganhos da comercialização dos produtos. A situação era bem diferente na COOPINOVAÇÃO que mantinha projetos financiados por diversas

entidades parceiras. Os recursos desses projetos serviam para desenvolver o objetivo social da cooperativa, com a inclusão das crianças, filhas dos cooperados e cooperadas em projetos sociais, e a formação de aprendizes advindos da própria comunidade.

De maneira geral, as lideranças conheciam a determinação legal (Lei 5764/71) do recolhimento de parte dos ganhos para os fundos da cooperativa. Porém, as cooperativas de baixa arrecadação não conseguiam manter esses fundos, sequer mantinham uma conta bancária em nome da cooperativa.

Sete das cooperativas pesquisadas conseguiam manter fundos de reserva, duas dessas eram prestadoras de serviços de infraestrutura e trabalhavam mediante contrato, que já previam a arrecadação das reservas. Duas outras cooperativas eram de artesanato, cujos cooperados recebiam ganhos independentes e contribuíam para os fundos mediante o pagamento regular de taxas cobradas sobre seus ganhos. As três últimas cooperativas eram de catadores de material reciclável que retiram os fundos da arrecadação total mensal da cooperativa.

Pelas declarações, tanto as cooperativas cujos participantes mantinham contribuições fixas para os fundos como aquelas que não conseguiam arrecadá-los, ambas buscavam organização e planejamento de gastos coletivos de tal modo que economizassem nas despesas para melhorar a arrecadação.

> Quando é para adquirir produtos com preço mais baixo, nós nos reunimos e cortamos a mercadoria [tecido] para adquirir uma certa quantidade de tecido, por exemplo, conseguimos reduzir o preço. Nós procuramos comprar sempre em grupo, reduz e divide esse produto para cada um, para que cada um possa confeccionar o seu produto. Então, depois de confeccionado, a gente tem uma planilha de custo. A gente vê quanto que custou para ele e quanto ele poderá vender aquele produto. Então, depois que é feita a divisão desse produto, cada um produz e cada um vende para si próprio. (o dirigente – COOVESTUÁRIO)

Muitas cooperativas declararam não conseguir manter fundos de reserva devido aos baixos ganhos. Porém, manifestaram interesse em manter os fundos em benefício da melhoria do empreendimento. Algumas

cooperativas contavam com o apoio de entidades da sociedade civil e/ou do governo para adquirir bens e equipamentos ou para manter o local de trabalho.

Poucas cooperativas conseguiam se autogerir financeiramente. Algumas cooperativas de catadores, por exemplo, contaram com apoio de entidades e agentes externos para atingir a sua autossuficiência. A grande maioria ainda contava com suporte de entidades e do governo para sua manutenção, mediante doações e concessões.

As cooperativas de catadores organizaram-se em uma central, a CENTCOOP, por intermédio da qual mantinham projetos que beneficiavam as cooperativas tanto na infraestrutura, com doação de equipamentos e veículos, como na ajuda direta aos cooperados e suas famílias, com doações de cestas básicas, por exemplo.

Das quinze cooperativas investigadas, apenas uma declarou não contar com nenhum apoio externo para a sua manutenção, enfatizando especialmente a ausência de apoio governamental, entre elas a COOSANEAMENTO, uma cooperativa prestadora de serviços de infraestrutura.

As relações da cooperativa com o mercado podem ser identificadas analisando alguns aspectos da sua produção e movimentação financeira, quais sejam: a média de mercadorias produzidas ou serviços oferecidos; a capacidade de produção ou de prestação de serviços atual e potencial; o processo de produção ou prestação de serviços em relação às necessidades do mercado; os critérios para assegurar a qualidade e estabelecer o preço dos produtos e/ou serviços; e a feitura da comercialização dos produtos/serviços.

Poucos dirigentes conseguiam informar o faturamento anual ou mensal das suas cooperativas com precisão, e muitos deles não conseguiam informar a média mensal ou diária da sua produção ou dos serviços prestados.

No caso das cooperativas de catadores, a forma de aferição da produção era feita por quilograma de material reciclável medido em balanças de precisão. Essas cooperativas calculavam a sua produção pela média de toneladas de

material comercializado. Aquelas com o número maior de cooperados conseguiam maior produção. Quanto maior a quantidade de material produzido, melhor ficava a negociação do preço com a empresa compradora. A principal empresa compradora do material era a mesma para quase todas as cooperativas de catadores. Esta também cedia equipamentos como prensas, balanças e caminhões para as cooperativas e, assim, garantia exclusividade na compra da produção. As cooperativas que possuíam seus próprios equipamentos negociavam seus produtos com quem pagava melhor.

No caso das cooperativas de prestadores de serviços de infraestrutura, a aferição dos serviços prestados era determinada pelo número de contratos que estavam em execução no período. E os contratos de serviços eram elaborados com base em valores de mercado.

As cooperativas COOPELETRICA e COOSANEAMENTO eram de pequeno porte e não tinham capacidade de manter muitos contratos ao mesmo tempo. Mantinham uma lista grande de cooperados que poderiam ser convocados para novos contratos dependendo do tamanho da empreitada. A maior parte de seus cooperados não dependia exclusivamente da cooperativa para o seu sustento, podendo ser pessoas aposentadas, profissionais liberais ou técnicos prestadores de serviços autônomos.

As demais cooperativas ou não conseguiam informar a média de produção/serviço, ou afirmavam que isso depende da demanda, especialmente as de artesanato.

Em síntese, apenas algumas cooperativas de catadores tinham instrumentos de controle de produção, como a balança de precisão. As cooperativas de prestadores de serviços de infraestrutura, por trabalharem mediante contratos, contabilizavam melhor a média do faturamento anual em relação ao número de contratos executados. As demais não tinham controle da produção/serviços e, em alguns casos, nem da própria arrecadação. Isso demonstrava a precariedade desses empreendimentos e a vulnerabilidade em relação às intempéries do mercado.

A maioria das cooperativas não trabalhava a “pleno vapor”, não conseguia

explorar toda a sua capacidade produtiva. Dentre os entrevistados e as entrevistadas, apenas o dirigente da COOPELETRICA declarou que a cooperativa tinha conseguido manter-se trabalhando em plena capacidade e atendendo a todos os pedidos.

Os e as dirigentes alegavam diversos motivos para a cooperativa não atingir a plena produção, tais como: estrutura física inadequada, pois tinham a necessidade de espaço/estrutura maior, ou em melhores condições, ou de espaço/local fixo; falta de equipamentos, desde máquinas até veículos; falta de matéria prima, principalmente para as cooperativas de catadores que enfrentavam tanto a concorrência como o problema do desperdício do lixo; escassez da demanda, por causa da concorrência, limitando a capacidade de ampliação do negócio; e a falta de envolvimento e comprometimento do cooperado para com a expansão da cooperativa.

A melhoria da qualidade dos produtos/serviços oferecidos estava articulada à viabilidade econômica do empreendimento. As principais análises dos e das dirigentes quanto à viabilidade econômica estavam relacionadas à superação das dificuldades acima mencionadas.

Em geral, o processo de produção ou prestação de serviços das cooperativas orientava-se em relação às necessidades e demandas de mercado. Dizendo de outro modo, as cooperativas trabalhavam para atender ou responder a uma determinada demanda. Muitas vezes, estas tinham que adequar seus processos de trabalho à expectativa do comprador de seus produtos ou serviços, ou, no caso das cooperativas de catadores, à quantidade de material disponível para a coleta.

> Toda a orientação [do processo de produção] vem do SEBRAE. Um exemplo: nosso papel artesanal é usado nas agendas da CAIXA e supervisionado pelo controle de qualidade [da CAIXA]. (o dirigente – COOPINOVAÇÃO)

A própria capacitação dos cooperados era orientada para garantir a qualidade dos produtos, serviços e a satisfação dos clientes. O controle de qualidade dos produtos ou serviços era orientado pelo cliente. Especialmente, as

cooperativas de catadores e prestadoras de serviços em infraestrutura foram capacitadas para atender à necessidade e manter a satisfação do cliente. Vejamos os depoimentos abaixo.

> Nós temos um profissional, temos uns cincos profissionais, extremamente capacitados, já reconhecidos e muito solicitados. Então, essas pessoas formam essa equipe que busca a qualidade do trabalho, busca e está conseguindo. Nós estamos fazendo alguns trabalhos em parceria e é isso que está nos dando um pouco mais de condições. São essas parcerias, esses profissionais como responsáveis técnicos, fazem a parte deles nos outros trabalhos, nas outras empresas e daí também está vindo essa qualidade. Até mesmo estamos sendo procurados por outras empresas que sabem que não estamos tendo a mesma quantidade de trabalho. São profissionais com muitos anos de formação. (a dirigente – COOSANEAMENTO)

> Temos o nosso critério de qualidade aqui. Porque, quanto mais qualidade, mais ele é valorizado. Por exemplo, um quilo de pet: se ela estiver misturada a verde com a branca, ele tem um preço mais baixo: se ela tiver verde com verde, branca com branca, o preço já é mais valorizado, entendeu? É o plástico, se ele for plástico só branco ele tem um preço, se ele for misto com bucho e tal, e também já cai o preço. Então, é colocado esse material cada um num *bag*, que é um saco grande, amarrado, só no ponto de o caminhão chegar, colocar para pesar. (o dirigente – COORECICLAGEM)

Apesar de que a negociação entre cooperativa e cliente seguia, em regra, preços de mercado, o cliente poderia desvalorizar o produto/serviço de acordo com a qualidade apresentada, inclusive pela falta de concorrentes no mercado. Algumas cooperativas de catadores enfrentavam o problema dos atravessadores que pagavam preços mais baixos que as indústrias de reciclagem, outras perdiam a autonomia para negociar com vários compradores devido à dependência que criavam pelo uso de equipamentos cedidos pela empresa compradora, conforme os depoimentos abaixo.

> Está em discussão, em andamento. Estamos em discussão com a CENTCOOP. Estamos tentando melhorar a qualidade desse material, organizar as cooperativas para fazer a comercialização conjuntamente. Porque se a gente não conseguir volume, a gente não consegue chegar na indústria. Uma cooperativa só não consegue chegar na indústria [...] Eu consegui cortar os atravessadores de XX [R. A. local da cooperativa]. Então, não vendemos mais para eles, vendemos diretamente para uma empresa, aqui dentro de Brasília, que é a XX [empresa de reciclagem], ela nos paga um preço maior. (o dirigente – COOPLANALTO)

> O dono da empresa é que estabelece o preço. Aqui, em Brasília, não tem concorrência. Então, eles colocam o preço que quer. A empresa é a XX [empresa de reciclagem]. O melhor material é ele quem pega. (a dirigente – COOPESTRUTURA)

> Vendemos tudo para a XX [empresa de reciclagem], porque utilizamos o caminhão dela. Então, só podemos vender para ela. (o dirigente – COORECOMEÇO)

As cooperativas buscavam os consumidores/clientes que valorizassem o preço de seus produtos/serviços, assim como a negociação direta, sem atravessadores. Mas, a precariedade de funcionamento da cooperativa poderia levar a uma relação de dependência do cliente para a negociação dos seus produtos/serviços.

Para o desenvolvimento da análise, alguns aspectos norteadores dessa relação foram abordados, quais seriam: principal público consumidor/cliente dos produtos/serviços; qual relação a cooperativa mantinha com esse público; benefícios da cooperativa à comunidade em que estava inserida; parcerias e afiliações; e apoios financeiros e/ou logísticos dos parceiros.

A identificação da clientela dos produtos/serviços, oferecidos pelas cooperativas, estava articulada ao perfil produtivo de cada uma. Vejamos o perfil produtivo e identificação do consumidor das cooperativas pesquisadas: as cooperativas prestadoras de serviços em infraestrutura de energia ou saneamento tinham como principal consumidor as empresas públicas ou privadas contratantes; as cooperativas de catadores tinham como principal consumidor a empresa de reciclagem compradora; as cooperativas de artesanato comercializavam os seus produtos a um consumidor indefinido em feiras de artesanato e exposições; e a única cooperativa de costura confeccionava uniformes para funcionários de empresas de pequeno porte e escolas da comunidade, cujos usuários dos uniformes eram seus principais consumidores pela venda indireta.

A relação que as cooperativas mantinham com o cliente direto, pessoa física, fundamenta-se na satisfação com a qualidade do produto/serviço oferecido, como era o caso das cooperativas de artesanato/comércio, que investiam em atrair e cativar esse cliente, com a oferta de bons produtos a preços atraentes,

aproximando-o cada vez mais da cooperativa. Nessa relação, a satisfação do cliente com o produto/serviço oferecido estava em primeiro plano. As queixas e as sugestões eram absorvidas pela cooperativa para a melhoria da oferta e satisfação.

No caso das cooperativas que se relacionavam com clientes empresas privadas ou públicas compradoras do produto/serviço, a relação com o consumidor era uma relação puramente de mercado, demanda/oferta e melhor qualidade e preço.

As cooperativas de catadores eram aquelas que possuíam um menor grau de negociação com o cliente, a empresa de reciclagem. Em alguns casos, porque mantinham uma relação de dependência da própria empresa em relação à cessão de equipamentos. Apenas as cooperativas com uma estrutura física e/ou organizacional mais independente, que lhes possibilitaria uma produção maior, conseguiam negociar melhores preços dos produtos com as empresas compradoras, quais seriam: COOPESTRUTURA, COOPINOVAÇÃO e COOPINDEPENDENTE. Essa independência foi conquistada com o apoio de entidades e organizações parceiras, como mencionado anteriormente, com apoio logístico e doações de equipamentos e veículos, por exemplo.

Os principais beneficiados com as cooperativas eram mesmo os próprios cooperados/cooperadas e suas famílias, considerando a oportunidade de trabalho e renda que elas ofereciam. Mas, dependendo da sua área de abrangência, as cooperativas poderiam contribuir com a comunidade em que estavam inseridas, com a oferta de trabalho para grupos cujas possibilidades de inserção no mercado de trabalho seriam muito residuais, devido à baixa escolaridade e à falta de qualificação.

Segundo alguns dirigentes, as cooperativas de catadores destacavam-se principalmente pela oportunidade de geração de trabalho e a contribuição ao meio ambiente na comunidade, pela retirada dos resíduos sólidos da natureza. Essas cooperativas vinham sendo convidadas por escolas e universidades a fazer um trabalho de despertar a consciência ambiental em crianças e jovens, enfatizando a importância da reciclagem. Em alguns casos, vinham aproveitando os espaços

abertos pela comunidade local para divulgar o artesanato que produziam a partir do lixo.

De maneira geral, a relação construída com a comunidade constitui-se em função dos próprios bens produzidos ou serviços prestados pela cooperativa. Alguns depoimentos, como os destacados abaixo, apresentavam visões diferenciadas dos dirigentes de três cooperativas de catadores sobre a relação com a comunidade.

> O nosso foco lá, eu acho que a gente trabalha com uma grande visão, porque [...] nós somos transparentes. Porque, quando nós ganhamos uma cesta [básica], nós dividimos, [com] esse pessoal que trabalha. (o dirigente – COORECOMEÇO)

> A comunidade é beneficiada quando vem o Banco do Brasil, CAIXA, estes parceiros que ajudam doam brinquedos, que divide com a comunidade. No sentido mais amplo, a cooperativa beneficia as famílias inteiras. (a dirigente – COOPESTRUTURA)

> Nós trabalhamos em rede. Formamos uma rede de movimentos sociais aqui na cidade, se chama Rede XX [R. A. onde se localiza a cooperativa] de Movimentos Sociais. Ela é composta por ONGs, associações, grupos de bordadeiras, grupo das irmãs. (o dirigente – COORECICLARTE)

Quanto maior a carência das comunidades, maior a preocupação de atender às necessidades básicas e contribuir para a melhoria das condições de vida dos moradores, que, muitas vezes, eram os cooperados e suas famílias. Nota-se também em um dos depoimentos que as instituições parceiras, como Fundação Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal eventualmente colaboravam com doações à comunidade.

As parcerias com entidades e instituições vinham fortalecendo as cooperativas tanto em relação à articulação política, como do ponto de vista do atendimento de necessidades imediatas.

O tema da relação com as entidades apoiadoras e de fomento ao cooperativismo já foi abordado no item anterior: porém, ressaltamos neste item alguns aspectos da relação estabelecida entre a cooperativa e a sociedade, pois consideramos tanto as entidades da sociedade civil como a comunidade onde

estava inserida.

Para identificar a compreensão dos e das dirigentes sobre o cooperativismo, bem como o seu entendimento acerca das potencialidades e dos limites do empreendimento cooperativo do qual participavam, pedimos aos entrevistados que expressassem a sua visão sobre as potencialidades e os avanços da cooperativa, assim como sobre os desafios e as dificuldades enfrentados.

De maneira geral, a análise dos dirigentes foi positiva acerca do cooperativismo em si, assim como percebiam possibilidades efetivas de expansão do negócio a partir da superação das principais dificuldades. Os projetos eram sempre direcionados à expansão das instalações da cooperativa e ampliação do número de cooperados com vistas ao crescimento e à viabilidade econômica do empreendimento. Todavia, alguns projetos expansionistas mais coletivos também foram mencionados, conforme os seguintes depoimentos.

> A nossa visão, orientada pelo SEBRAE, é trabalhar em rede, colaborar [com] as cooperativas que já existem e criar uma usina, que não existe no Centro-Oeste, trabalhar com cerâmica, com plástico. A perspectiva é ampliar o mercado. (o dirigente – COOPINOVAÇÃO)

> Hoje, temos uma projeção para 250 a 300 pessoas vivendo da catação: aqueles que são catadores profissionais que trabalham há mais tempo e aqueles que por causa da queda do mercado de trabalho, da exclusão do mercado, começaram a trabalhar. Além destes, temos os outros que trabalhamos profundamente, é o trabalho da reinserção social. Temos um cuidado e carinho especial pelas pessoas que saíram do sistema prisional, pessoas com problemas mentais, pessoas envolvidas com drogas e bebidas [...] (o dirigente – COORECICLARTE)

Traços de uma visão crítica das relações de mercado e das necessidades sociais poderiam ser identificados nos dois depoimentos acima. No primeiro, destacava-se a perspectiva de ampliação do potencial das cooperativas de catadores com vistas à independência da empresa de reciclagem, mediante a expansão do campo de atuação da coleta à reciclagem. No segundo, percebemos a predominância da visão de reinserção social pelas relações de solidariedade no

interior das cooperativas, que, supostamente, acolheriam aqueles trabalhadores “dispensados” pelo mercado que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Apesar da clareza apresentada pelos entrevistados e entrevistadas sobre as reais dificuldades de manutenção, sobrevivência das suas respectivas cooperativas no mercado do Distrito Federal, estes/estas também avaliam potencialidades e possíveis avanços das mesmas, conforme sintetizado no quadro a seguir.

As principais dificuldades e desafios das cooperativas mencionadas foram: aquisição de bens e equipamentos necessários para a melhoria do trabalho; obtenção ou ampliação do espaço de funcionamento da cooperativa; superação das restrições legais de participação das cooperativas em licitações públicas; obtenção e manutenção de credibilidade do mercado; superação das dificuldades de moradia dos cooperados; acumulação de capital de giro; aquisição de subsídios e apoios financeiros; e melhoria das relações interpessoais.

QUADRO 14: Potencialidades e avanços, desafios e dificuldades nas cooperativas pesquisadas – DF 2007/2008

COOPERATIVAS	POTENCIALIDADES E AVANÇOS	DESAFIOS E DIFICULDADES
COOCOSTURA	Não vê avanços	Capital; investimento; parcerias; e material.
COOPELETRICA	As vantagens são: a continuação da convivência; manter uma organização social; e uma ajuda mútua entre os colegas.	Resistência dos órgãos públicos para a participação da cooperativa em licitações.
COOSANEAMENTO	Os avanços foram muitos, porque começamos sem experiência nenhuma de cooperativismo. Hoje, nós já temos, não grande, mas uma boa parcela de participação dentro da comunidade, dos próprios cooperados, do grupo.	Dificuldade de conseguir trabalho/contratos.
COOVESTUÁRIO	O avanço, em primeiro lugar, foi ela tirar o povo da rua. A melhor coisa que eu acho foi tirar o camelô da rua.	A cooperativa está sem alvará de funcionamento.
COOPARTESANAL	A vantagem é você estar em grupo, você ter opiniões, você ter uma ajuda, uma força. Porque, de repente, você não pode suprir determinada necessidade, tem um colega que vai fazer isso por você. É gratificante você saber que conta com todo aquele grupo.	Muitas divergências.
COOPESPECIAL	Dá um orgulho de ver que todo aquele seu esforço, aquela sua dedicação, conseguiu gerar um fruto. Isso aí é muito gratificante.	Falta de equipamento; material para reposição; capital de giro.
COOPESTRUTURA	A cooperativa, cada dia que passa está crescendo mais, porque antes não tinha nada, só o terreno e lama.	Aumentar o material; melhorar a comercialização do material; ausência de maquinário para trabalhar.
COOPINOVAÇÃO	Com a conclusão da estrutura física, e as parcerias que temos, a dimensão é avançar muito. Iniciamos com um galpão emprestado e hoje temos toda uma estrutura montada.	O desafio da reciclagem humana, do exercício da cidadania, da igualdade.
COORECICLAGEM	Eu vejo tanta coisa, porque para gente que começou do nada. Morava num barraco que nem gente entrava. Agora a gente já tem apoio da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, da Central, das Caritas. Foi a Fundação do Banco do Brasil que doou os triciclos, o governo do DF doou terreno. A Católica, que é uma Universidade tão importante de Brasília, deu apoio jurídico. Então, isso mudou tudo na vida de cada um daqui.	Falta de galpão para trabalhar; falta de um caminhão para transporte do material; e falta de conscientização da comunidade para descartar o material e disponibilizar para as cooperativas.
COORECOMEÇO	Para nós melhorou muita coisa, porque, quando nós começamos, a maioria trabalhava de carroça, hoje em dia nós já arrumamos esse caminhão para trabalhar. São três órgãos federais de quem a gente recebe doação do material deles. Até mesmo na qualidade de vida nós melhoramos.	Falta de um caminhão próprio; falta um local apropriado [galpão].
COOPLANALTO	Hoje, eu vejo que nós já ganhamos 50% de melhoria na cooperativa. Porque temos as carroças, ganhamos um triciclo, que vai nos ajudar fazer a coleta da XX [R. A. local da cooperativa]. As pessoas estão mais conscientes do que é trabalhar em uma cooperativa.	Sede própria; aumento de equipamentos.
COOPINDEPENDENTE	"Estar aqui dentro trabalhando, para quê melhor do que isso? [...] Mudou ou melhorou saindo do cerrado para cá [...] Melhorou agora."	Falta de moradia para os cooperados; precisa contratar seguranças.
COOPAMBIENTAL	Os avanços aqui, no meu ponto de vista, só foi a esteira, porque o pessoal trabalhava lá fora, trabalhava no tempo, no sol, na chuva. "Hoje não, hoje tem uma estrutura, tem uma esteira [...] É rentável, é igual te falei: antigamente o pessoal aqui não tinha aquele interesse pelo lixo, hoje o pessoal está interessado. Hoje o lixo é rico, é dinheiro."	Falta de alguns materiais.
COOMPANHEIRAS	Com o funcionamento só de um ano já conseguimos a creche e a alfabetização de adultos.	Falta espaço para o funcionamento da cooperativa.
COORECICLARTE	O principal avanço é o qualitativo. Nós não consideramos o quantitativo, porque o tempo de vida da cooperativa é muito curto e esta já sobreviveu porque, geralmente, a mortalidade de associações e cooperativas é muito grande.	Falta de equipamentos e de uma área própria para o trabalho.

Os e as dirigentes avaliavam também os avanços da cooperativa mediante as conquistas e realizações. Resumidamente, os principais avanços e conquistas relatados foram: o crescimento e fortalecimento da cooperativa com a expansão do negócio; o desenvolvimento de um trabalho em grupo, melhorando a forma de produzir e trazendo benefícios a todos, o que

dificilmente seria conquistado individualmente; a melhoria qualitativa na vida e na renda do cooperado/cooperada.

Apenas a liderança da COOCOSTURA não via avanços na sua cooperativa. Na época da entrevista, havia somente cinco cooperadas na ativa que planejavam converter a cooperativa em associação, a fim de obterem mais doações e subsídios, pois acreditavam que a legislação cooperativista brasileira era muito dura para os que tinham um pequeno negócio.

A COOPESPECIAL que, apesar de no momento da entrevista ser legalmente uma associação, avaliava positivamente o trabalho em cooperativa, pois a mudança pela qual estavam passando de conversão em associação era em função de dificuldades circunstanciais e não propriamente por descrédito no cooperativismo.

Os e as dirigentes entrevistados tinham também uma visão positiva do trabalho em cooperativa, avaliavam muitas dificuldades, empecilhos legais, falta de estrutura, etc. Em contrapartida a isso, mostravam que os avanços não eram apenas materiais, econômicos, mas também pessoais, principalmente, devido à elevação da autoestima, a união do grupo e a ajuda mútua. As conquistas eram mais qualitativas que quantitativas.

As cooperativas pesquisadas não incorporaram integralmente os princípios do cooperativismo e nem tampouco da economia solidária, também não estabeleceram novos padrões produtivos, entretanto, suas lideranças conseguiram expressar o interesse pela igualdade, união do grupo e da liberdade de opiniões.

As entrevistas com os e as dirigentes das cooperativas de catadores de materiais recicláveis despertou a especial atenção desta pesquisadora em relação ao processo de inserção no mercado de trabalho de trabalhadores tradicionalmente excluídos, por meio da participação em cooperativas. Também, em relação às demais, essas cooperativas possuíam um diferencial que qualificava seus participantes como aqueles provenientes de situações de extrema pobreza, cuja iniciativa da coleta de materiais recicláveis constituía-se em uma questão de sobrevivência e não de opção de trabalho.

Foi possível perceber, em algumas declarações dos e das dirigentes, a

relação construída com órgãos públicos, organizações e entidades parceiras, na busca de subsídios e doações que garantissem o funcionamento das cooperativas, o que mostra uma das contradições desse processo. Afinal, mesmo que tenha um capital cooperativo e não privado e seja (ou não) um empreendimento de economia solidária, a cooperativa não deixa de ser uma empresa inserida nas relações competitivas de mercado, como outras na sociedade capitalista. A empresa cooperativa não é uma associação, nem tampouco uma organização sem fins lucrativos, mesmo que seus lucros sejam coletivos.

Essa configuração e as contradições das cooperativas de catadores exposta pelos e pelas dirigentes levaram-nos à busca do melhor conhecimento de algumas delas, assim como os cooperados/cooperadas participantes mediante pesquisa em profundidade, conforme tratado no Capítulo 4 desta tese.

CAPÍTULO 4 – O TRABALHO EM COOPERATIVA DE CATADORES EM BRASÍLIA: A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES

4.1 PERFIL DOS TRABALHADORES DAS TRÊS COOPERATIVAS ESTUDADAS

O trabalho de mapeamento das cooperativas de trabalho e/ou produção do DF e a organização e sistematização das informações coletadas, por meio das entrevistas com quinze dirigentes, foram estratégias metodológicas a identificação e seleção de cooperativas de inserção social que pudessem ser estudadas em profundidade como estudos de caso.

Os resultados das entrevistas e da observação possibilitaram efetivar a escolha de três empreendimentos para pesquisa em profundidade, assim como reorganizar o processo de trabalho de campo com a elaboração dos instrumentos específicos para a nova etapa de coleta de dados.

Neste capítulo, trataremos dos dados da investigação sobre o perfil e a visão sobre o trabalho em cooperativa dos trabalhadores e trabalhadoras das três cooperativas de catadores de materiais recicláveis selecionadas - COORECOMEÇO, COOPAMBIENTAL e COORECICLARTE.

A COORECOMEÇO era a mais jovem entre as cooperativas pesquisadas. Foi fundada em 2005 e contava com 34 famílias de cooperados. A COOPAMBIENTAL era a cooperativa mais antiga, fundada em 1992, e contava com 50 cooperados, em 2008. A COOPRECICLARTE foi fundada oficialmente em 2005, mas atuava informalmente desde 2002, possuindo entre 40 e 50 cooperados participantes.

O perfil das pessoas entrevistadas nessas cooperativas foi examinado pela identificação de seu lugar de origem, sexo, idade, estado civil, escolaridade e condições de vida familiar.

A primeira informação que destacamos foi sobre a procedência desses trabalhadores e dessas trabalhadoras. Nota-se, pela tabela abaixo, que existia uma significativa diversificação do local de origem. Analisando-se a questão por região geográfica, as principais procedências eram dos estados das regiões Nordeste e Centro-oeste. O número mais expressivo era de pessoas procedentes do Estado da Bahia, mas o número de nascidas no DF também era bastante

representativo, chegando a 29,8% do total. Apesar do número de migrantes ser significativamente maior (70,2%), os dados demonstraram que um grande número de brasilienses buscou a cooperativa como alternativa de sobrevivência e trabalho.

TABELA 24: Locais de procedência dos entrevistados em % – DF 2008

Local de Procedência	%
Alagoas	**3,6**
Bahia	**27,4**
Distrito Federal	**29,8**
Goiás	**10,7**
Maranhão	**4,8**
Minas Gerais	**5,9**
Pará	**3,5**
Paraíba	**4,8**
Pernambuco	**4,8**
Piauí	**3,5**
Roraima	**1,2**
Total	**100**

A opção pela mudança para o DF em busca de melhoria de vida fazia parte do imaginário das pessoas entrevistadas. Tivemos declarações de pessoas que "vinham na frente", conseguiam trabalho e buscavam os parentes para trabalhar nessas cooperativas, como foi o caso de uma família inteira que veio da Bahia para trabalhar na COOPRECOMEÇO.

Quanto ao sexo e à idade, observamos que a maioria era do sexo feminino, conforme a tabela abaixo. Todavia, esta informação não demonstrava a real situação do número de participantes da cooperativa por sexo, apresentando de fato as circunstâncias da realização da pesquisa. A forma de organização do trabalho nas cooperativas COORECOMEÇO e COOPRECICLARTE era estruturada com base em uma divisão sexual do trabalho, considerando-se que, preferencialmente, os homens trabalhavam nas ruas, catando o material e as mulheres na cooperativa, na seleção e separação, por isso, era mais fácil encontrá-las nas cooperativas para prestar as informações.

TABELA 25: Idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Idade %	Sexo %		Total %
	Masculino	Feminino	
Menos de 18 anos	2,4	2,4	**4,8**
18 a 27 anos	21,4	32,1	**53,5**
28 a 37 anos	10,7	8,4	**19,1**
38 a 47 anos	7,1	10,7	**17,8**
48 a 57 anos	2,4	1,2	**3,6**
58 a 67 anos	-	1,2	**1,2**
Total	**44,0**	**56,0**	**100**

O maior número de pessoas entrevistadas encontrava-se na faixa de 18 a 27 anos, seguido da faixa de 28 a 37 anos, demonstrando que 72,6% delas eram jovens e encontravam-se dentro da faixa etária produtiva brasileira. Era residual o número de pessoas menores de 18 anos, 4,8%, e maiores de 48 anos, 4,8%.

Alguns fatos interessantes foram observados, quanto à informação sobre idade. No caso dos cooperados com menos de 18 anos e alguns na faixa de 18 a 27 anos, o trabalho na cooperativa caracterizava-se como a primeira inserção no mercado de trabalho.

Também observamos situações atípicas, como por exemplo, o caso de uma cooperada que aparentava ter pelo menos 50 anos que afirmou ter 23. Ela apresentava sinais de uma leve deficiência intelectual, pois durante a aplicação do questionário demonstrou alguma dificuldade em entender e responder as perguntas. No processo de observação, durante a entrevista com a liderança da COOPINDEPENDENTE, em uma conversa com outra cooperada, pudemos constatar que esta não tinha noção alguma da sua idade, mas sabia o dia e o ano em que havia nascido (1935). Ela achava que tinha, pelo menos, uns 50 anos de idade, mas, pelas nossas contas (subtraindo a data de nascimento pela data da entrevista), sua idade correta seria de 73 anos, e ainda encontrava-se em plena atividade. Em outro caso, na COORECICLARTE, um garoto afirmou que sabia a própria idade, 16 anos, porém não sabia quando havia nascido porque não tinha certidão de nascimento.

Nos casos acima, a precariedade cotidiana levava esses trabalhadores e trabalhadoras a uma situação de quase inexistência no âmbito do registro civil, pois sequer conseguiam emitir informações corriqueiras sobre a sua idade e data

de nascimento, em alguns casos não possuíam qualquer documento de identidade.

Apesar de ser residual o número de pessoas entrevistadas menores de 18 anos, a presença de crianças nas cooperativas era comum, inclusive identificamos algumas crianças trabalhando junto com os pais. Pudemos observar que, nas cooperativas de catadores, as crianças desde muito pequenas acompanhavam os pais ao trabalho. Nessas cooperativas, percebemos a presença de detritos no mesmo local onde as crianças brincavam. Porém, a presença dos filhos no local de trabalho não era exclusividade das cooperativas de catadores. Foi possível também observar a presença de crianças em cooperativas que tinham um padrão econômico superior e ambiente profissional bastante salubre, como era o caso da COOSANEAMENTO. Segundo a dirigente entrevistada, excepcionalmente naquele dia uma das cooperadas levou a filha para passar o dia na cooperativa, porque não tinha com quem deixá-la, ressaltando as características informais e familiares das relações de trabalho. Em todos os outros casos, a situação era justificada como excepcional pelos dirigentes que alegavam não ser rotina permitir que as crianças permanecessem no local de trabalho.

Um caso peculiar ocorreu na COORECOMEÇO. Um dos trabalhadores entrevistados era um menino de 12 anos de idade, cujo pai e a madrasta trabalhavam no local. A criança alegou que só ajudava o pai e que ganhava 20 reais por semana para ajudar nas despesas de casa. A criança afirmou ser estudante e cursar a segunda série do ensino fundamental[62].

[62] Nesses casos, a avaliação que se faz com base no ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) seria de trabalho infantil ou de exploração do trabalho infantil. No caso específico, considera-se que existia uma prática comum de produção familiar, em que os filhos ajudavam os pais desde muito cedo a manter o sustento da família em "negócio próprio". Contudo, isso não impede o enquadramento desses atos como violação dos direitos da infância. O pré-julgamento com base no ECA também caberia em situações como daquelas mães que levavam os filhos pequenos para o local de trabalho insalubre, porque não teriam com quem deixá-los, e daquelas que deixavam as crianças em casa sozinhas pelo mesmo motivo. As duas situações poderiam ser consideradas casos de negligência perante a lei, ou de omissão do Estado na garantia de creches ou escolas de tempo integral. Mas, como não era objetivo desta pesquisa nem fazer pré-julgamentos e/ou denúncias, ou mesmos análises sobre o tema do trabalho infantil, preferimos apenas apresentar tais situações como riscos à infância que podem manifestar-se nos espaços onde não há a presença do Estado na proteção à criança e ao adolescente. No capítulo anterior, apresentamos a experiência desenvolvida pela COOPINOVAÇÃO com a adoção do Programa Segundo Tempo, financiado pelo Governo Federal, no qual as crianças desenvolvem atividades de recreação e esporte nos horários alternativos ao escolar. Experiências desse tipo permitem aos pais e mães conciliarem o trabalho e os cuidados com os filhos.

Quanto ao estado civil, a maioria declarou-se solteiro, 48,8%. Uma parte significativa declarou-se casado ou em união consensual, correspondendo a um total de 42,9%, conforme tabela abaixo.

Algumas pessoas que se declararam casadas ou em união consensual participavam da cooperativa juntamente com seus cônjuges ou companheiros.

TABELA 26: Estado civil por idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Estado Civil %	Idade %												Total %
	Menos de 18 anos		18 a 27		28 a 37		38 a 47		48 a 57		58 a 67		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Casado	-	2,4	2,4	1,2	3,6	1,2	-	2,4	-	-	-	-	**13,2**
União Consensual	-	-	7,1	10,7	3,6	-	2,4	4,7	1,2	-	-	-	**29,7**
Solteiro	2,4	-	11,9	20,2	2,4	7,1	2,4	1,2	1,2	-	-	-	**48,8**
Separado	-	-	-	-	-	-	2,4	2,4	-	-	-	1,2	**6,0**
Viúvo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,2	-	-	**1,2**
Outros	-	-	-	-	1,2	-	-	-	-	-	-	-	**1,2**
Total	**2,4**	**2,4**	**21,4**	**32,1**	**10,8**	**8,3**	**7,1**	**10,7**	**2,4**	**1,2**	**-**	**1,2**	**100**

Das 84 pessoas entrevistadas, 75% afirmaram ter filhos. Destas, 71,4% tinham entre um e três filhos, portanto, suas famílias não eram muito numerosas. Se relacionarmos esses dados aos de faixa etária, seria possível supor que muitas delas ainda estavam constituindo suas famílias e, possivelmente, ainda teriam mais filhos (inclusive algumas mulheres entrevistadas encontravam-se grávidas).

Notamos no quadro abaixo que 10,8% das pessoas entrevistadas eram casadas e com filhos; 25,0% encontravam-se em união consensual e com filhos. Se agregarmos esses dois dados, veremos que, no total, 35,8% dessas estavam em um relacionamento estável e tinham filhos. Mas, observamos que era significativa a quantidade de mulheres solteiras com filhos, 26,2%, contra 6% de homens solteiros com filhos, fazendo-nos supor que essas mulheres ocupavam a posição de provedoras familiares.

TABELA 27: Estado civil por número de filhos e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Estado Civil	Número de filhos %														Total %
	Nenhum		1 a 3		4 a 6		7 a 9		10 a 12		Mais de 12		Não Respondeu		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Casado	1,2	1,2	3,6	3,6	1,2	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-	**13,2**
União Consensual	1,2	3,6	7,1	7,1	3,6	4,8	1,2	-	1,2	-	-	-	-	-	**29,8**
Solteiro	13,1	2,4	4,8	22,6	1,2	3,6	-	-	-	-	-	-	1,2	-	**48,9**
Separado	-	1,2	1,2	2,4	-	-	1,2	-	-	-	-	-	-	-	**6,0**
Viúvo	-	-	-	-	-	-	-	1,2	-	-	-		-	-	**1,2**
Outros	-	-	1,2	-	-	--	-	-	-	-	-	-	-	-	**1,2**
Total	**15,5**	**8,4**	**17,9**	**35,7**	**6,0**	**10,8**	**2,4**	**1,2**	**1,2**	**-**	**-**	**-**	**1,2**	**-**	**100**

Conforme a tabela abaixo, das 63 pessoas entrevistadas que declararam ter filhos, 26,9% afirmaram que não tinham filhos em idade escolar, assim, 73,1% tinham filhos em idade escolar. A grande maioria, 90,9%, daquelas com filhos em idade escolar afirmou que seus filhos, crianças e adolescentes, estudavam em escola pública. Aquelas cujos filhos em idade escolar não estudavam (6,8%) alegaram não terem conseguido vagas na rede pública. Havia apenas o caso de uma criança que estudava em creche particular (2,3%).

TABELA 28: Quantidade e idade escolar dos filhos dos entrevistados em % – DF 2008

Nº de Filhos %	Número de filhos em idade escolar %												Total %
	Nenhum		1 a 3		4 a 6		7 a 9		10 a 12		Não respondeu		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
1 a 3	6,3	17,4	15,9	28,6	-	-	-	-	-	-	1,6	1,6	**71,4**
4 a 6	-	-	4,8	11,1	3,2	3,2	-	-	-	-	-	-	**22,3**
7 a 9	1,6	1,6	1,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**4,8**
10 a 12	-	-	-	-	-	-	1,6	-	-	-	-	-	**1,6**
Total	**7,9**	**19,0**	**22,3**	**39,7**	**3,2**	**3,2**	**1,6**	**-**	**-**	**-**	**1,6**	**1,6**	**100**

* 100% = 63 que declaram ter filhos.

Quando foram questionadas sobre onde e com quem ficavam as crianças enquanto estavam trabalhando, as informações eram variadas. Mas, a maior parte informava que as crianças ficavam com algum membro da família. Em alguns casos, as crianças ficavam sós em casa e as maiores cuidavam das menores.

TABELA 29: Onde e com quem ficam os filhos enquanto os pais trabalham por sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Onde e com quem ficam os filhos enquanto os pais trabalham%	Sexo %		Total %
	M	F	
Em casa com membros da família	12,9	25,8	**38,7**
Em casa com a empregada ou babá	-	1,6	**1,6**
Na casa de parentes	4,8	1,6	**6,4**
Em casa sozinhos	1,6	6,5	**8,1**
Na própria cooperativa	1,6	8,0	**9,6**
Na creche	4,8	3,2	**8,1**
Na escola	4,8	3,2	**8,1**
Não moram com os filhos	9,7	6,5	**16,2**
Outros	-	3,2	**3,2**
Total	**40,4**	**59,6**	**100**

*Nesta tabela, alguns informantes deram mais de uma resposta e todas as respostas foram computadas na tabela, ou seja, em alguns casos houve dupla contagem. A frequência total foi de 61 respostas, o que, na tabela, equivale a 100 %.

Algumas pessoas entrevistadas informaram que seus filhos, crianças e/ou adolescentes, não moravam com elas, moravam com o/a ex-cônjuge ou ex-companheiro/companheira ou ainda com os avós. Em um único caso, na COOPRECICLARTE, o entrevistado, cuja filha morava com a ex-mulher, informou não vê-la há anos e não colaborar para sustento da mesma, porém afirmou que sabia a idade dela e que ela estaria estudando. Em outro caso na COORECOMEÇO, a entrevistada informou que seus filhos moravam em outra cidade com a avó e que contribuía para o sustento deles enviando recursos, inclusive do Programa Bolsa Família.

Como mencionado anteriormente, os e as dirigentes informaram que alguns cooperados levavam as crianças para o local de trabalho quando não tinham com quem deixá-las, mas, sempre afiançavam que isso não era rotina. Afirmaram também que a presença das crianças acompanhando os pais era proibida durante o trabalho. Porém, ao considerarmos a observação feita na COOPRECOMEÇO e na COOPRECICLARTE e os dados acima, constatamos que 9,6% dos cooperados/cooperadas deixavam seus filhos ficarem consigo no local de trabalho. Apenas na COOPAMBIENTAL não identificamos crianças no local. Cabe ressaltar que, para as crianças em idade escolar, a questão direcionada aos pais abarcava o horário contrário ao escolar.

Com relação à escolaridade das próprias pessoas entrevistadas, o nível era

muito baixo. A grande maioria tinha apenas o ensino fundamental incompleto, 61,8%, a segunda maior frequência era de ensino médio incompleto, 10,8%. Encontramos também casos de analfabetismo, 6,0%, conforme tabela abaixo.

TABELA 30: Escolaridade por idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Escolaridade %	Idade %												Total %
	Menos de 18 anos		18 a 27		28 a 37		38 a 47		48 a 57		58 a 67		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Analfabeto	-	-	-	1,2	-	-	1,2	1,2	1,2	1,2	-	-	**6,0**
Sabe ler e escrever	-	-	-	-	-	-	-	-	1,2	-	-	-	**1,2**
Fundamental Incompleto	1,2	1,2	17,8	20,2	7,1	2,4	3,6	7,1	-	-	-	1,2	**61,8**
Fundamental Completo	-	-	1,2	2,4	-	1,2	1,2	-	-	-	-	-	**6,0**
Médio Incompleto	-	-	1,2	2,4	3,6	2,4	1,2	-	-	-	-	-	**10,8**
Médio Completo	-	-	1,2	1,2	-	1,2	-	1,2	-	-	-	-	**4,8**
É estudante	1,2	1,2	-	4,7	-	1,2	-	1,2	-	-	-	-	**9,5**
Total	**2,4**	**2,4**	**21,4**	**32,1**	**10,7**	**8,3**	**7,1**	**10,7**	**12,4**	**1,2**	**-**	**1,2**	**100**

O trabalho de catador, por não exigir qualificação específica, apenas algum conhecimento básico sobre os materiais e alguma prática, absorve um tipo de trabalhador de baixa escolaridade, sem qualificação e que encontra cada vez mais dificuldades para inserir-se no mercado de trabalho. Quanto a isso, os trabalhadores e dirigentes mostraram-se bem conscientes da condição de exclusão social de muitos desses e de quanto as cooperativas vinham contribuindo para a reinserção ou inserção social dos desprezados por um mercado de trabalho cada dia mais exigente.

Vale ressaltar que, quando tratamos de exclusão social, não estamos referendando um conceito dualista de inclusão/exclusão social, por considerarmos que, substancialmente, não lidamos com aqueles que estavam incluídos e foram excluídos do mercado de trabalho, e sim com os "sem inserção social no mundo normal do trabalho" (OLIVEIRA, 1997, p. 50). Os pobres e miseráveis, os inúteis e desnecessários para o mercado, os supranumerários a que se refere Castel (1998). Contudo, por mais que a noção de exclusão desperte a inquietação sobre considerar excluídos aqueles que nunca estiveram incluídos, esta nos remete, também, a um movimento de segregação social, imposta àqueles que são socialmente dispensados e sem possibilidades de inserção.

Como foi dito anteriormente, o sentido de inserção ou reinserção social, de que aqui tratamos, vai além da mera inclusão dos socioeconomicamente excluídos. Pois, consideramos que os processos de inserção social devem possibilitar a trabalhadores (pessoas, famílias e grupos sociais), em situação de exclusão social ou de pobreza, terem acesso aos direitos de cidadania e de participação social.

Os cooperados e cooperadas participantes dessas cooperativas eram muito pobres e sobreviviam em condições bastante precárias, mas, apesar disso, declararam que possuíam moradia própria. A segunda maior frequência era de moradia cedida, geralmente por parentes.

TABELA 31: Condição de propriedade da moradia por estado civil dos entrevistados em % – DF 2008

Condição de propriedade da moradia %	Estado Civil %												Total %
	Casado		União Consensual		Solteiro		Separado		Viúvo		Outros		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Própria	3,6	4,8	8,3	7,1	3,6	10,7	-	-	-	1,2	1,2	-	**40,5**
Alugada	1,2	1,2	-	2,4	6,0	4,7	-	1,2	-	-	-	-	**16,7**
Cedida	1,2	1,2	2,4	3,6	7,1	7,1	-	1,2	-	-	-	-	**23,8**
Mora com familiares	-	-	1,2	-	3,6	6,0	1,2	-	-	-	-	-	**12,0**
Outros*	-	-	2,4	2,4	-	-	1,2	1,2	-	-	-	-	**7,2**
Total	**6**	**7,2**	**14,3**	**15,5**	**20,3**	**28,5**	**2,4**	**3,6**		**1,2**	**1,2**	**-**	**100**

*No caso de outros, três informaram que moravam em "invasão"; um morava na própria cooperativa; um tinha casa própria, mas atualmente morava de aluguel com a segunda esposa; e uma morava com os filhos na casa do ex-marido.

Em geral, as pessoas entrevistadas moravam nas proximidades da cooperativa. Poucos foram aquelas que informaram morar em locais distantes do trabalho e reclamavam da necessidade de pagar passagem de transporte coletivo para deslocar-se. Por exemplo, um cooperado da COOPRECOMEÇO alegou que não participava das reuniões porque morava longe e tinha que pagar passagem; outro da COOPAMBIENTAL fez questão de destacar que paga R$ 4,00 por dia para ir trabalhar.

Para um trabalhador, que ganhava em média um salário mínimo, arcar com despesas de passagens sobrecarregava muito o seu rendimento mensal e o

empobrecia financeiramente. Em geral, as cooperativas eram formadas por pessoas moradoras da própria comunidade onde se estabeleciam ou de comunidades vizinhas; aqueles que, naquele momento, moravam distante da cooperativa já haviam sido moradoras da comunidade local e, mudaram-se, por motivos pessoais, contudo sentiam o peso das despesas excessivas com transporte.

Cabe ressaltar que as três cooperativas pesquisadas ficavam localizadas em áreas periféricas de Brasília, em regiões cuja renda per capita estava entre as mais baixas do Distrito Federal.

A maioria das moradias era construída em madeira (53,5%), a segunda maior frequência era de construção em alvenaria (44,0%). Apenas 1,2% dessas eram construídas com outros materiais (taipa), também apenas 1,2 dessas eram moradias de construção mista (alvenaria e madeira).

TABELA 32: Tipo de construção por condições de propriedade da moradia dos entrevistados em % – DF 2008

Condição de propriedade da moradia %	Tipo de construção da moradia								Total %
	Alvenaria		Madeira		Mista		Taipa		
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Própria	7,1	13,0	7,1	9,5	-	-	-	1,2	**37,9**
Alugada	3,6	4,8	4,8	5,9	-	-	-	-	**19,1**
Cedida	1,2	7,1	10,7	5,9	-	1,2	-	-	**26,1**
Mora com familiares	2,4	4,8	3,6	1,2	-	-	-	-	**12,0**
Outros	-	-	2,4	2,4	-	-	-	-	**4,8**
Total	**14,3**	**29,7**	**28,6**	**24,9**	**-**	**1,2**		**1,2**	**100**

Como não era objetivo desta pesquisa discutir as condições de moradia dos cooperados e cooperadas, não se detalhou o número de cômodos ou tipo de saneamento da moradia. Buscamos trabalhar, principalmente, com questões que envolvessem aspectos da convivência cotidiana com relação à família e ao sustento da casa, abordando as questões de renda. Neste sentido, a tabela abaixo apresenta dados sobre o número de pessoas que conviviam na mesma moradia. A convivência de um a três moradores era a mais frequente, seguida pela de quatro a seis moradores, além do entrevistado.

TABELA 33: Quantidade de pessoas que vivem na moradia por estado civil e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Quantidade de pessoas que vivem na moradia %	Estado Civil %												Total %
	Casado		União Consensual		Solteiro		Separado		Viúvo		Outros		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
1 a 3	3,6	3,6	7,1	8,3	5,9	10,7	2,4	1,2	-	1,2	-	-	**44,0**
4 a 6	2,4	3,6	5,9	4,8	5,9	9,5	-	-	-	-	-	1,2	**33,3**
7 a 9	-	-	1,2	2,4	1,2	4,8	-	-	-	-	-	-	**9,6**
10 a 12	-	-	-	-	-	1,2	-	-	-	-	-	-	**1,2**
Mais de 12	-	-	1,2	-	-	1,2	-	-	-	-	-	-	**2,4**
Mora só	-	-	-	-	5,9	1,2	-	2,4	-	-	-	-	**9,5**
Total	**6,0**	**7,2**	**15,4**	**15,5**	**18,9**	**28,6**	**2,4**	**3,6**	**-**	**1,2**		**1,2**	**100**

Do total de 84 pessoas entrevistadas, 77,3% conviviam com até seis outros moradores num mesmo domicílio, em geral membros da mesma família. Mas havia casos de amigos que trabalhavam no mesmo local e dividiam a mesma moradia. A maioria das pessoas que conviviam com até seis moradores eram solteiras (32,0%), mas, se agregarmos as informações das casadas (13,2%) com daquelas em união consensual, (26,1%) teremos um total de 39,3%, portanto, um número superior ao de solteiras.

Esse dado pode ser comparado com as informações relativas à contribuição para a renda familiar. A maioria (33,3%), incluindo homens e mulheres, informou que, além da sua própria renda, apenas um ou dois moradores do mesmo domicílio contribuíam para o seu sustento, contra 12,7% que informa ser ele próprio o único provedor (o que foi indicado na tabela abaixo como nenhuma). Essa informação comparada com o número de moradores era, em parte, proporcional ao número daqueles que contribuíam para a renda familiar, sendo até seis moradores para até três contribuintes (incluindo a pessoa entrevistada). Isto levou a supor que havia em média um contribuinte para cada dois moradores. Mas, certamente, existiam algumas discrepâncias, principalmente nas famílias mais numerosas, 1,2% na faixa de 1 a 2 que contribuíam para o sustento de domicílios com mais de 12 moradores.

TABELA 34: Quantidade de pessoas que contribuem para o sustento da família, além do entrevistado, por quantidade de moradores no domicílio e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Quantidade de pessoas que vivem na moradia %	Contribuem para o sustento da família, além do entrevistado %						Total %
	Nenhuma		1 a 2		3 a 4		
	M	F	M	F	M	F	
1 a 3	4,8	4,8	13,1	20,2	1,2	-	**44,1**
4 a 6	2,4	1,2	10,7	13,1	2,4	3,6	**33,3**
7 a 9	-	-	2,4	5,9	-	1,2	**9,5**
10 a 12	-	-	-	1,2	-	-	**1,2**
Mais de 12	-	-	-	1,2	1,2	-	**2,4**
Nenhuma	5,9	3,6	-	-	-	-	**9,5**
Total	**13,1**	**9,6**	**26,2**	**41,5**	**4,8**	**4,8**	**100**

Com relação à renda mais alta para o sustento da família, a maioria informou que não havia renda maior comparativamente aos outros que contribuíam. Vale ressaltar que várias pessoas entrevistadas conviviam com outras que também trabalhavam na cooperativa e obtinham ganhos iguais aos seus. A segunda maior frequência era da renda da própria pessoa informante, geralmente homens, que tinham de 1 a 3 filhos, conforme demonstrado abaixo.

TABELA 35: Maior renda por número de filhos e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Maior Renda %	Número de filhos %												Total %
	Nenhum		1 a 3		4 a 6		7 a 9		10 a 12		Não Respondeu		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
A sua	4,8	1,2	8,3	4,8	2,4	-	1,2	-	-	-	-	-	**22,7**
Do cônjuge ou companheiro/a	-	3,6	2,4	7,1	-	3,6	-	-	-	-	-	-	**16,7**
Do pai	1,2	1,2	-	1,2	-	-	-	-	-	-	-	-	**3,6**
Da mãe	-	-	-	1,2	-	-	-	-	-	-	-	-	**1,2**
Do avô e/ou avó	-	-	-	1,2	-	-	-	-	-	-	-	-	**1,2**
Do filho(a)	-	-	-	1,2	-	-	-	1,2	1,2	-	-	-	**3,6**
Do irmão(a)	-	-	-	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-	**2,4**
De outro parente	2,4	-	-		-	-	-	-	-	-	1,2	-	**3,5**
Não há renda maior	5,9	1,2	7,1	14,2	3,6	7,1	-	-	-	-	-	-	**39,3**
Não respondeu	1,2	1,2	-	2,4	-	-	1,2	-	-	-	-	-	**6**
Total	**15,5**	**8,4**	**17,8**	**35,7**	**5,9**	**10,7**	**2,4**	**1,2**	**1,2**	**-**	**1,2**	**-**	**100**

A remuneração na cooperativa de catadores era muito baixa, a variação média da renda era de menos um salário mínimo (1/2 ou 1/3) até três salários

mínimos[63]. É possível afirmar que alguns desses trabalhadores e trabalhadoras estariam abaixo da linha da pobreza, se considerarmos a renda familiar per capita dos moradores de mesmo domicílio. Isto também pôde ser constatado pela faixa de seleção dos programas de assistência social, renda familiar abaixo do salário mínimo, nos quais algumas das pessoas entrevistadas estavam inseridas, como veremos mais à frente na tabela 39.

TABELA 36: Renda familiar por número de pessoas na família ou na moradia e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Renda Familiar %	Quantidade de pessoas que vivem na moradia %												Total %
	Nenhuma*		1 a 3		4 a 6		7 a 9		10 a 12		Mais de 12		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Menos de 1 SM	5,9	3,6	11,9	11,9	5,9	4,8	1,2	2,4	-	-	-	-	**47,6**
1 SM	-	-	1,2	2,4	1,2	1,2	-	1,2	-	-	-	-	**7,2**
Acima de 1 até 3 SM	-	-	4,8	10,7	7,1	11,9	-	2,4	-	1,2	-	1,2	**39,3**
Acima de 3 até 5 SM	-	-	-	-	1,2	-	-	1,2	-	-	1,2	-	**3,6**
Não sabe informar	-	-	-	-	-	-	1,2	-	-	-	-	-	**1,2**
Não respondeu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**1,2**
Total	5,9	3,6	19,1	25,0	15,4	17,9	2,4	7,2	-	1,2	1,2	1,2	**100**

*Nenhuma pessoa além do entrevistado.

É necessário ressaltar que, em 19,0% dos casos, a pessoa entrevistada era a única a sustentar a família com uma renda familiar menor que um salário mínimo, agregando-se as informações de homens e mulheres, conforme tabela abaixo. Havia, contudo, exemplos distintos como o de uma cooperada cuja renda pessoal era menor que um salário mínimo, mas sua renda familiar estava na faixa acima de um até três salários mínimos, considerando o benefício assistencial Renda Minha[64], ao qual tinha direito.

[63] Valor do salário mínimo até 01 de março de 2008 era R$ 380,00, depois dessa data passou para R$ 415,00.

[64] O Programa Renda Minha era um programa de transferência de renda, desenvolvido pelo GDF na época das entrevistas. Em 2011, o Programa passou a ser denominado de Vida Melhor, incorporando o Bolsa Escola e o Bolsa Social. Atualmente, o GDF desenvolve o Programa DF sem Miséria e o principal programa de transferência de renda é o Bolsa Família.

TABELA 37: Renda familiar por quantos contribuem para o sustento da família e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Renda Familiar %	Contribuem para o sustento da família %						Total %
	Nenhuma		1 a 2		3 a 4		
	M	F	M	F	M	F	
Menos de 1 SM	9,5	9,5	14,2	13,1	1,2	-	**47,6**
1 SM	-	-	2,4	4,8	-	-	**7,2**
Acima de 1 até 3 SM	2,4	-	8,3	23,8	1,2	3,6	**39,3**
Acima de 3 até 5 SM	-	-	-	-	2,4	1,2	**3,6**
Não sabe informar	-	-	1,2	-	-	-	**1,2**
Não respondeu	1,2	-	-	-	-	-	**1,2**
Total	**13,1**	**9,5**	**26,2**	**41,6**	**4,8**	**4,8**	**100**

Se levarmos em conta apenas a renda familiar declarada pela pessoa entrevistada, percebemos que 47,6% sobreviviam com menos de um salário mínimo, renda extremante baixa, embora a maioria dessas famílias dependesse quase que exclusivamente dessa renda.

TABELA 38: Renda pessoal por renda familiar e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Renda Familiar %	Renda Pessoal %						Total %
	Menos de 1 SM		1 SM		Acima de 1 até 3 SM		
	M	F	M	F	M	F	
Menos de 1 SM	25,0	22,6	-	-	-	-	**47,6**
1 SM	1,2	4,8	1,2	-	-	-	**7,2**
Acima de 1 até 3 SM	8,3	23,8	-	2,4	3,6	1,2	**39,3**
Acima de 3 até 5 SM	2,4	1,2	-	-	-	-	**3,6**
Não sabe informar	1,2	-	-	-	-	-	**1,2**
Não respondeu	1,2	-	-	-	-	-	**1,2**
Total	**39,3**	**52,4**	**1,2**	**2,4**	**3,6**	**1,2**	**100**

Se compararmos os dados de renda pessoal à renda familiar de homens e mulheres na tabela 38, perceberemos que a porcentagem de mulheres que ganhava menos de um salário (52,4%) era relativamente maior que a de homens (39,3%), mesmo considerando que o número de entrevistadas foi maior que o de entrevistados, conforme exposto na tabela 25. No entanto, percebemos que o número de homens que mantinham menos de um salário mínimo como renda pessoal e familiar (25,0%) era maior que o de mulheres (22,6%). Isto significa dizer que dentre as pessoas entrevistadas que informaram ter renda menor que um salário mínimo, proporcionalmente, o número de homens que se encontravam

na condição de único provedor familiar era maior que o de mulheres.

Se observarmos apenas a renda pessoal, perceberemos que em torno de 91,6% (conforme tabela 39) informaram que o valor individualmente arrecadado com o trabalho na cooperativa era menor que um salário mínimo mensal. Desta forma, 44,1% garantiam a sobrevivência familiar, agregando aos seus ganhos outras fontes de renda ou a renda de outro familiar ou morador do mesmo domicílio.

Das 84 pessoas entrevistadas, 34,6% informaram possuir alguma fonte de renda extra e 65,4% informaram sobreviver exclusivamente da renda obtida na cooperativa. Dentre as primeiras, 21,4% informaram receber benefícios assistências, como Bolsa Família ou Renda Minha, entre estas 14,2% eram mulheres e 7,2% homens.

TABELA 39: Renda pessoal por outras fontes de renda e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Renda Pessoal %	Outras fontes de renda %										Total %
	Pensão alimentícia		Benefícios assistenciais		Atividade informal (bico)		Prestação de serviços à particulares		Não possui outra renda		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Menos de 1 SM	-	4,8	4,8	13,0	3,6	-	2,4	1,2	28,5	33,3	**91,6**
1 SM	-	-	-	-	-	-	-	1,2	1,2	1,2	**3,6**
Acima de 1 até 3 SM	-	-	2,4	1,2	-	-	-	-	1,2	-	**4,8**
Total	**-**	**4,8**	**7,2**	**14,2**	**3,6**	**-**	**2,4**	**2,4**	**30,9**	**34,5**	**100**

Somente mulheres (4,8%) informaram receber pensão alimentícia de filhos menores. Apenas homens (3,6%) informaram ter alguma outra atividade informal ou “bico”, como forma de complementação de renda. Um deles informou que trabalhava como catador também fora da cooperativa, outro trabalhava com artesanato/serralheria. Dentre os 4,8% que prestavam serviços a particulares, incluíam-se um vendedor de mercadorias (não especificadas), um peão (atividade rural) e um servente de pedreiro.

Mesmo incorporando-se as rendas extras, os ganhos ainda eram muito pequenos e serviam basicamente para o sustento da família. O trabalho duro em meio aos entulhos, muitas vezes sob o sol forte e o risco de contaminações e

acidentes, garantia apenas sobrevivência desses trabalhadores e seus familiares.

Poucos foram os cooperados e cooperadas que conseguiram adquirir bens significativos, como imóvel ou veículo, desde que ingressaram na cooperativa. Alguns informaram a compra de eletrodoméstico (geladeira, fogão), eletroeletrônico (aparelho de televisão), mobília (cama, sofá), ou que conseguiram comprar artigos de vestuário (sapatos e roupas) depois de iniciarem o trabalho na cooperativa.

O salário garantia, principalmente, a satisfação de necessidades básicas, ou seja, a aquisição de gêneros de primeira necessidade, para o sustento próprio e/ou familiar. A aquisição de eletrodomésticos e artigos de vestuários já significava um diferencial para os cooperados e cooperadas, o que fazia com que muitos expressassem satisfação com esse trabalho. Cabe destacar que alguns afirmaram encontrar várias coisas no lixo que poderiam ser reaproveitadas ou consumidas, incluindo roupas e alimentos. Isso também foi constatado pela observação e pelas conversas informais.

Vale comentar um detalhe da observação feita na COORECICLAGEM, onde houve um relato de uma cooperada de 35 anos que nunca havia trabalhado antes em sua vida. Ela relatou que sempre morou nas ruas e sustentava-se como pedinte, até começar a trabalhar na cooperativa, e ainda afirmou que este trabalho havia mudado a sua vida.

Apesar das precárias condições de trabalho nas cooperativas de catadores e dos baixos rendimentos, os trabalhadores e trabalhadoras ressaltavam a importância de ter trabalho e ganhos que garantiam minimamente o sustento familiar, muitos demonstravam satisfação com o trabalho na cooperativa.

4.1.1 RELAÇÕES E VÍNCULOS COM O MERCADO DE TRABALHO

Supúnhamos, inicialmente, que os cooperados com mais tempo de cooperativa teriam conseguido adquirir alguma estabilidade financeira para aumentar o seu poder de compra, mas isso não foi comprovado com o resultado da pesquisa.

O tempo médio de trabalho informado não era muito longo. A maior parte das pessoas entrevistadas tinha menos de seis meses de cooperativa, seguido por aquelas que trabalhavam de um a três anos. Também era expressivo o número daquelas que tinham de seis meses a um ano de cooperativa.

TABELA 40: Tempo de trabalho dos entrevistados das três cooperativas pesquisadas em % – DF 2008

Tempo de trabalho na cooperativa	Porcentagem
Menos de 6 meses	**32,1**
De 6 meses a 1 ano	**22,6**
De 1 a 3 anos	**28,8**
De 4 a 6 anos	**6,0**
De 7 a 9 anos	**4,7**
De 10 a 12 anos	**3,6**
Mais de 12 anos	**2,4**
Total	**100**

É importante ressaltar a grande rotatividade de trabalhadores nessas cooperativas. Possivelmente, isso ocorra devido aos baixos rendimentos e à falta de perspectiva de uma melhoria das condições de trabalho e renda a curto ou médio prazo.

As pessoas entrevistadas que afirmaram ter um tempo maior na cooperativa pertenciam a COOPAMBIENTAL a mais antiga dentre as três pesquisadas, criada em 1992, com 16 anos de existência, na época das entrevistas. Apesar disso, o tempo médio não excedia três anos, correspondendo a 69,7%, como podemos visualizar na tabela abaixo.

TABELA 41: Tempo de trabalho na COOPAMBIENTAL por sexo e idade dos entrevistados em % – DF 2008

Tempo de Trabalho na Cooperativa COOPAMBIENTAL %	Idade												Total %
	Menos de 18 anos		18 a 27		28 a 37		38 a 47		48 a 57		58 a 67		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Menos de 6 meses	-	-	-	15,1	6,0	-	-	6,0	-	-	-	-	**27,3**
De 6 meses a 1 ano	-	3,0	-	6,0	-	-	3,0	-	-	-	-	-	**18,2**
De 1 a 3 anos	-	-	12,1	6,0	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	**24,2**
De 4 a 6 anos	-	-	3,0	-	3,0	-	-	-	-	-	-	-	**6,0**
De 7 a 9 anos	-	-	-	3,0	3,0	-	3,0	-	-	-	-	-	**9,0**
De 10 a 12 anos	-	-	-	-	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	**9,0**
Mais de 12 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,0	-	-	**6,0**
Total	**-**	**3,0**	**15,1**	**30,3**	**12,1**	**-**	**9,0**	**12,1**	**3,0**	**3,0**	**-**	**3,0**	**100**

Na COORECICLARTE, criada em 2002 e com seis anos de existência na época das entrevistas, dentre as pessoas entrevistadas, 88,3% não tinham um ano de trabalho na cooperativa.

TABELA 42: Tempo de trabalho na COORECICLARTE por sexo e idade dos entrevistados em % – DF 2008

Tempo de Trabalho na Cooperativa COORECICLARTE %	Idade %												Total %
	Menos de 18 anos		18 a 27		28 a 37		38 a 47		48 a 57		58 a 67		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Menos de 6 meses	5,9	-	17,6	17,6	-	5,9	5,9	11,7	-	-	-	-	**64,7**
De 6 meses a 1 ano	-	-	5,9	5,9	5,9	-	5,9	-	-	-	-	-	**23,6**
De 1 a 3 anos	-	-	5,9	-	-	-	5,9	-	-	-	-	-	**11,7**
De 4 a 6 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Total	**5,9**	**-**	**29,1**	**23,5**	**5,9**	**5,9**	**17,6**	**11,7**	**-**	**-**	**-**		**100**

A COORECOMEÇO era a cooperativa mais jovem comparada as outras duas, criada em 2005 e com três anos de existência na época das entrevistas, entretanto a maioria das pessoas entrevistadas, 47,1% tinham de um a três anos de trabalho na cooperativa. Além disso, 11,7% destas afirmaram ter mais tempo de trabalho do que o próprio tempo de existência da cooperativa, participando desde sua fundação.

TABELA 43: Tempo de trabalho na COORECOMEÇO com sexo e idade da dos entrevistados em % – DF 2008

Tempo de Trabalho na Cooperativa COORECOMEÇO %	Idade %												Total %
	Menos de 18 anos		18 a 27		28 a 37		38 a 47		48 a 57		58 a 67		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Menos de 6 meses	2,9			11,8	2,9	2,9							**20,5**
De 6 meses a 1 ano		2,9	5,9	11,8									**20,6**
De 1 a 3 anos			14,7	5,9	8,9	2,9		11,8	2,9				**47,1**
De 4 a 6 anos			5,9	2,9									**8,8**
De 7 a 9 anos				2,9									**2,9**
Total	**2,9**	**2,9**	**26,5**	**35,3**	**11,8**	**5,8**		**11,8**	**2,9**				**100**

Foram variados os motivos apontados pelos cooperados e cooperadas para ingressarem na cooperativa, mas os principais foram desemprego e/ou falta de emprego, falta de opção no mercado de trabalho e necessidade financeira, conforme informado na tabela abaixo, elaborada a partir do agrupamento das respostas às questões abertas.

TABELA 44: Motivo de trabalhar na cooperativa por idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Motivo de Trabalho na Cooperativa %	Idade %												Total %
	Menos de 18 anos		18 a 27		28 a 37		38 a 47		48 a 57		58 a 67		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Desemprego e/ou falta de emprego	-	-	5,9	7,1	3,6	1,2	2,4	-	-	1,2	-	-	**21,4**
Falta de opção no mercado de trabalho	-	-	5,9	9,5	1,2	1,2	1,2	2,4	-	-	-	-	**21,4**
Por escolha própria	-	-	3,6	3,6	2,4	-	-	1,2	-	-	-	-	**10,7**
Necessidade (financeira)	1,2	1,2	3,6	3,6	-	2,4	1,2	3,6	1,2	-	-	1,2	**19,0**
Ajudar a complementar as despesas e/ou renda	-	-	-	2,4	-	1,2	1,2	2,4	-	-	-	-	**7,1**
Melhoria de condições de trabalho e/ou renda	-	-	1,2	2,4	1,2	1,2	-	1,2	1,2	-	-	-	**8,3**
Influência de amigos ou familiares	1,2	-	-	1,2	1,2	1,2	-	-	-	-	-	-	**4,8**
Outros	-	1,2	1,2	2,4	1,2	-	1,2	-	-	-	-	-	**7,1**
Total	**2,4**	**2,4**	**21,4**	**32,1**	**10,7**	**8,3**	**7,1**	**10,7**	**2,4**	**1,2**	**-**	**1,2**	**100**

As condições de trabalho, nessas cooperativas, eram precárias e a remuneração era baixa. No entanto, muitos cooperados afirmaram que as condições de trabalho em seus locais de origem eram bem piores, pois muitos trabalharam “em roça” e viveram situações de escassez total.

Se agregarmos as porcentagens das respostas desemprego e/ou falta de

emprego, falta de opção no mercado de trabalho e necessidades financeiras para obtenção de renda, teremos o total de 61,8%, demonstrando que a causa principal para o ingresso na cooperativa foi a necessidade de trabalho para obtenção de renda, devido à exclusão do mercado de trabalho.

Não constatamos nos discursos das pessoas entrevistadas apropriações dos ideais de cooperativismo ou da proposta de economia solidária para o ingresso no cooperativismo. Apenas 10,7% dessas afirmaram que ingressaram na cooperativa por escolha própria, em alguns casos, em busca da primeira experiência de trabalho (jovens ou donas de casa que nunca haviam trabalhado antes) e outras eram catadores ou catadoras independentes que resolveram associar-se na expectativa de melhoria das condições de trabalho.

Quanto à justificativa de melhoria nas condições de trabalho, destacamos os relatos daquelas que informaram ter saído de outra cooperativa porque achavam seu sistema de trabalho e remuneração injustos, ao avaliarem que alguns cooperados estavam ganhando sobre o trabalho de outros, haja vista que havia sido implantado naquela cooperativa o sistema de coleta seletiva solidária (fundamentada nos preceitos de economia solidária defendido pela CENTCOOP), incorporando a prática de rateio igualitário dos ganhos. A cooperativa de origem destes cooperados era a COOPESTRUTURA.

> Nós trabalhávamos em outra cooperativa, mas a renda não tava dando. Na coleta seletiva, o material não tava dando conta, eram muitas pessoas. Aí, nós saiu e resolvemos montar outra cooperativa. Uns ganhava muito, outros não ganhava nada, uns trabalhava muito e outros não trabalhavam e ganhava igual. (Cooperado L. C. – COORECOMEÇO)

A forma de organização de trabalho nas três cooperativas era bastante similar. Porém, a COOPAMBIENTAL tinha uma peculiaridade em relação às outras duas, nela todo o trabalho era realizado na própria cooperativa que funcionava no aterro sanitário da sua região administrativa. Os horários de trabalho eram fixos e a forma de rateio era igualitária. Nas outras duas cooperativas (COORECOMEÇO e COORECICLARTE), os homens recolhiam o material nas ruas e as mulheres trabalhavam na separação do material nas cooperativas.

Na COORECOMEÇO, os trabalhadores ficavam, muitas vezes, até tarde da noite aguardando o caminhão trazer o material coletado nas ruas. Na COORECICLARTE, as mulheres também trabalhavam na coleta de material na rua e levavam-no para cooperativa para pesá-lo e separá-lo. Nas duas cooperativas, os ganhos eram por produção, cada cooperado tinha o seu material diariamente pesado e recebia seus ganhos semanal ou quinzenalmente.

Além da divisão sexual do trabalho já mencionada, não havia outra divisão de tarefas claramente definida nessas cooperativas, pois todos estavam aptos a catar, selecionar e organizar o material. Não havia nenhuma exigência de treinamento ou experiência para tornar-se um catador, tampouco um cooperado.

Apenas nove (10,7%), entre os entrevistados, fizeram algum tipo de curso ou de treinamento para aprimorar o seu trabalho na cooperativa, 75 deles (89,3%) não fizeram nenhum tipo de treinamento. Os cursos de cooperativismo, reciclagem de materiais e artesanato eram os realizados pelos cooperados, conforme apresentado na tabela abaixo, constando informações apenas daqueles que declararam ter realizado algum curso de treinamento.

TABELA 45: Curso realizado por idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Que curso realizou %	**Idade %**												**Total %**
	Menos de 18 anos		**18 a 27**		**28 a 37**		**38 a 47**		**48 a 57**		**58 a 67**		
	M	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	
Curso de reciclagem de materiais	-	-	11,1	22,2	-	-	-	-	-	-	**-**	-	**33,3**
Curso de artesanato	-	-	11,1	11,1	-	-	-	-	-	-	-	-	**22,2**
Curso de cooperativismo	-	-	11,1	-	22,2	-	-	-	-	-	-	-	**33,3**
Não sabe especificar	-	-	11,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**11,1**
Total	**-**	**-**	**44,4**	**33,3**	**22,2**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100**

100% = 9 entrevistados

Quando o assunto era capacitação, alguns cooperados e cooperadas, principalmente os mais velhos, afirmavam que não tinham mais paciência para fazer cursos. Os mais jovens pensavam em cursos alternativos ao seu trabalho, como na área de informática. Uma cooperada mencionou não ter interesse em cursos porque não gostaria de aprender artesanato, pois, segundo esta, esse seria o único tipo de curso oferecido.

Conforme as informações prestadas, os cooperados e cooperadas que não fizeram cursos diziam não fazê-los porque não eram oferecidos, ou porque não precisavam fazê-los para exercer o seu trabalho, ou ainda porque já sabiam ou conheciam o trabalho na cooperativa pela experiência, conforme visualizamos na tabela 46.

TABELA 46: Por que não realizou algum curso por idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Por que não realizou algum curso %	Idade %												Total %
	Menos de 18 anos		18 a 27		28 a 37		38 a 47		48 a 57		58 a 67		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Porque não é oferecido	-	-	5,4	10,7	2,7	2,7	4,0	1,3	1,3	-	-	1,3	**29,4**
Porque não precisa	-	1,3	5,4	14,7	-	2,7	-	6,7	1,3	-	-	-	**32,1**
Já sabia ou conhecia o trabalho (experiência)	-	-	2,7	4,0	5,4	2,7	4,0	1,3	-	1,3		-	**21,4**
Não foi oferecido curso desde que entrou na cooperativa	-	1,3	4,0	1,3	-	-	-	1,3	-	-	-	-	**7,9**
Outros*	-	-	1,3	1,3	-	1,3	-	1,3	-	-	-	-	**5,2**
Não respondeu	2,7	-	-	-	1,3	-	-	-	-	-	-	-	**4,0**
Total	**2,7**	**2,6**	**18,8**	**32**	**9,4**	**9,4**	**8**	**11,9**	**2,6**	**1,3**		**1,3**	**100**

*Outros: falta tempo; a madrasta ensinou; não quis participar; começou a trabalhar direto; não especificou o motivo.

Pouquíssimos cooperados e cooperadas manifestaram interesse em desenvolver estudos acerca do próprio trabalho ou do trabalho cooperativo. Mesmo não sentindo necessidade de capacitação para o dia a dia da coleta e separação do material, de maneira geral, a formação ou treinamento não foram considerados importantes para eles e elas.

As cooperativas de catadores traziam a oportunidade de inserção no mercado para pessoas com pouca ou nenhuma qualificação profissional que nunca haviam trabalhado antes, assim como de reinserção para aquelas que foram excluídas do mercado pelo desemprego.

A maioria das pessoas entrevistadas, 84,5%, já teve outra ocupação anterior a da cooperativa em que estava inserido. Apenas 15,5% dessas afirmaram estar no primeiro trabalho. Essas cooperativas absorviam majoritariamente os trabalhadores excluídos do mercado (cujos principais motivos informados constam na tabela 51, mais à frente).

Com relação a ter exercido trabalho anterior ao da cooperativa, 11 pessoas

entrevistadas, 13%, informaram ser a cooperativa o seu primeiro trabalho. Entre aquelas que responderam já ter tido trabalho anterior, 52 delas (71,2%) exerceram atividades no mercado informal antes de ingressar na cooperativa; 20 delas (21,2%) tinham emprego formal e foram trabalhar na cooperativa após ficarem desempregadas, apenas uma pessoa não respondeu a pergunta.

TABELA 47: Trabalho anterior ao da cooperativa informado pelos entrevistados em % – DF 2008

Trabalho anterior	%
Atividade Formal	**27,4**
Atividade Informal	**71,2**
Não respondeu	**1,4**
Total	**100**

O trabalho no setor formal estava, geralmente, ligado ao exercício de atividades de prestação de serviços como empregada doméstica, serviços gerais e atendente/balconista no setor comercial. Houve apenas uma informação de emprego anterior no serviço público, com vínculo com empresa terceirizada.

A tabela abaixo apresenta os vínculos informados pelos 20 cooperados e cooperadas que vieram do mercado formal para trabalhar na cooperativa, incluindo empregadas domésticas.

TABELA 48: Atividade formal por idade e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Atividade formal %	**Idade %**												**Total %**
	Menos de 18 anos		**18 a 27**		**28 a 37**		**38 a 47**		**48 a 57**		**58 a 67**		
	M	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	
Empresa privada	-	-	10	10	15	-	10	5	-	-	-	-	**50**
Órgão Público (empresa terceirizada)	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	**5**
Trabalho doméstico	-	-	-	15	-	5	-	5	-	-	-	-	**25**
Outros*	-	-	5	-	-	-	5	5	-	-	-	5	**20**
Total	**-**	**-**	**15**	**25**	**15**	**5**	**15**	**20**	**-**	**-**	**-**	**5**	**100**

* Outros: serviços gerais; associação a carroceiros; empresa privada sem CTPS; exército e supermercados; pedreiro.

As atividades exercidas no setor informal relatadas eram, principalmente, aquelas de prestação de serviços a particulares como caseiro e servente de pedreiro. Há também aquelas pessoas cujas ocupações anteriores eram como trabalhador rural (prestador de serviços) e como vendedor (padaria, mercado,

pizzaria). Alguns cooperados e cooperadas informaram que já trabalhavam como catadores antes de aderirem ao cooperativismo.

Os vínculos informados referiam-se ao exercício de atividades que, por um lado, não exigiam alta escolaridade e, por outro, necessitavam de qualificação mínima.

TABELA 49: Atividade informal dos entrevistados em % – DF 2008

Atividade informal	%
Atividade comercial	**5,8**
Atividade agropecuária	**19,2**
Prestação de serviços a particulares	**30,8**
Trabalho doméstico	**21,2**
Babás	**3,8**
Outra cooperativa/reciclagem	**11,5**
Outros*	**7,7**
Total	**100**

*Outros: catadora; empresa de transporte pirata; artesanato.

O tempo de permanência na ocupação anterior era muito variado, contudo a maioria informou haver permanecido menos de um ano. A segunda maior frequência era daqueles que permaneceram de um a três anos no trabalho anterior; a terceira maior frequência era de menos de seis meses; em seguida, de entre quatro a seis anos. O número de cooperados e cooperadas com tempo acima de seis anos correspondeu a aproximadamente 10% do total de informantes.

TABELA 50: Tempo de permanência no último trabalho dos entrevistados em % – DF 2008

Tempo de permanência no último trabalho	%
Menos de 6 meses	**21,9**
De 6 meses a 1 ano	**27,4**
De 1 a 3 anos	**24,6**
De 4 a 6 anos	**15,1**
De 7 a 9 anos	**4,1**
De 10 a 12 anos	**2,7**
Mais de 12 anos	**4,1**
Total	**100**

Como pode ser constatado na tabela abaixo, elaborada a partir do agrupamento de respostas à questão aberta, os motivos mais destacados de desligamento do trabalho anterior foram os seguintes: baixa remuneração;

demissão por falência, por venda ou mudança da empresa (ou organização); trabalho desgastante/cansativo.

TABELA 51: Motivo para o entrevistado sair do último trabalho em % – DF 2008

Motivo de sair do último trabalho	%
Desgastante, cansativo	**11**
Foi demitido por motivo não informado	**4,1**
Foi dispensado por desemprego ou mudança do patrão (emp. doméstica)	**4,1**
Foi demitido por falência, venda ou mudança da empresa (ou organização)	**12,3**
Baixa remuneração	**12,3**
Trabalho Temporário	**8,2**
Mudança de domicílio	**8,2**
Motivos familiares	**5,5**
Instabilidade na remuneração	**2,8**
Melhoria de condições de trabalho e/ou renda	**9,6**
Foi dispensado por ausência de serviço para executar (trabalhador rural prestador de serviços)	**4,1**
Dificuldades de relacionamento no trabalho	**4,1**
Outros*	**13,7**
Total	**100**

*Outros: o ganho era menor que o atual; falta de permissão do carro que trabalhava (transporte "pirata"); era só um bico; porque não deu mais certo; porque terminou o serviço e foi dispensado; não especificou.

Dentre as cooperadas entrevistadas, dezesseis delas informaram que seu último emprego foi como empregada doméstica, em que onze delas estavam inseridas no trabalho informal e cinco no trabalho formal. Muitas delas avaliaram negativamente o seu trabalho anterior, considerando tanto o desgaste físico como as humilhações a que eram submetidas. O trabalho na cooperativa foi considerado por elas como melhor que o de empregada doméstica, principalmente devido à autonomia por elas conquistada, apesar dos ganhos tão baixos quanto os do emprego anterior e das condições de trabalho insalubres no manuseio do lixo.

A maioria das pessoas entrevistadas (40,5%) não ficou muito tempo sem trabalho desde a última ocupação para a atual, conforme informado na tabela abaixo.

TABELA 52: Tempo que o entrevistado ficou sem trabalho em % – DF 2008

Tempo que ficou sem trabalho	%
Nunca trabalhou	**13,1**
Menos de 6 meses	**40,5**
De 6 meses a 1 ano	**17,8**
De 1 a 3 anos	**14,3**
De 4 a 6 anos	**4,8**
De 7 a 9 anos	**1,2**
Mais de 12 anos	**3,6**
Total	**100**

Mesmo aquelas pessoas que ficaram sem ocupação fixa durante muito tempo, não estavam totalmente desocupadas, faziam pequenos “bicos”, mas não consideraram essas ocupações como estar efetivamente trabalhando. Há relatos de pessoas que sobreviveram como pedintes nas ruas e de outras que descobriram no lixo a sua forma de sobrevivência, inicialmente como um “bico” e, posteriormente, como uma ocupação fixa no trabalho cooperativo.

Boa parte das pessoas entrevistadas afirmou não ver mudanças quanto à melhoria de sua renda em relação ao emprego anterior. A diferença apontada era principalmente em relação à liberdade e autonomia (por não ter patrão).

4.1.2 DIREITOS SOCIAIS, CONDIÇÕES DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO NA COOPERATIVA.

Neste item abordaremos questões relacionadas aos direitos sociais, vistos pelo prisma das pessoas entrevistadas. Também trataremos da sua percepção sobre as condições de trabalho na cooperativa. E, posteriormente, destacaremos a compreensão dos cooperados e cooperadas sobre a participação no processo decisório e na gestão da cooperativa. Para tal, organizamos o texto em subitens, que tratam de cada tema de maneira particular, com o objetivo de facilitar a leitura e a compreensão dos dados.

4.1.2.1 DIREITOS SOCIAIS DOS COOPERADOS

A inserção no trabalho formal pressupõe garantia de direitos e obrigações trabalhistas por parte do empreendimento e do próprio trabalhador.

Nas três cooperativas estudadas, as pessoas entrevistadas, apesar de considerarem o trabalho na cooperativa como fixo, apresentaram relativa ciência de que trabalhavam em condições de informalidade. A grande maioria, 94% delas não contribuía para a previdência social, de forma que não tinham garantia de aposentadoria e demais benefícios previdenciários. Apenas 6% afirmou que pagava o INSS.

Nessas cooperativas ainda não havia uma preocupação coletiva com a condição futura dos cooperados. A maioria, 36,7% deles sabia que deveria contribuir, mas afirmavam não ter renda suficiente para tal; 20,3% sequer entendiam o que era a previdência social; e 12,7% demonstravam saber o que era previdência, mas acreditavam que só quem trabalha “fichado” deveria contribuir, ou seja, quem trabalha em empresa privada.

TABELA 53: Por que o entrevistado não contribui com a previdência social em % – DF 2008

Por que não contribui com a previdência social*	%
Não pode pagar ou não tem dinheiro	**36,7**
Só quando fichado é que paga	**12,7**
Porque ainda é cedo para pagar	**3,8**
Não tem informação sobre o assunto	**20,3**
Não procurou como pagar	**10,1**
Não respondeu	**6,3**
Outros**	**10,1**
Total	**100**

* Foram 79 entrevistados que informaram não contribuir para a previdência social. Nesta tabela 79=100%.
**Outros: porque não quer dar dinheiro para o governo; não teve oportunidade; acha que não precisa; considera muita papelada; não tem documentos; não se importou; não especificou.

Apesar de ser facultado ao cooperado contribuir autonomamente, havia uma compreensão mais geral de que a previdência social só serve para a aposentadoria, portanto, devendo ser uma preocupação para os mais velhos. Além disso, os cooperados e cooperadas alegaram que seus ganhos eram baixos, o que os impediria de contribuir. Outros direitos que são assegurados pelo modelo formal/padrão de emprego não foram sequer cogitados, como descanso remunerado e gratificação natalina.

Por suas características, o empreendimento cooperativo não pode assegurar direitos iguais ao da empresa capitalista, considerando-se as especificidades da organização do trabalho cooperativo e a legislação específica. Mas pode atingir um nível de estabilidade econômica que permita assegurar ganhos que deem tranquilidade para os cooperados usufruírem dias de descansos remunerados e efetivarem o rateio de sobras ao final de cada ano como forma de abono natalino.

Se a situação de informalidade predomina e a maior parte dos cooperados não contribui para a previdência social, a situação das mulheres grávidas e daquelas que acabaram de ter seus filhos é preocupante, devido à ausência do direito à licença maternidade e outros.

Os cooperados e cooperadas da COORECOMEÇO e COORECICLARTE, por exemplo, correlacionam a questão do descanso remunerado ao trabalho por produção, característico dessas cooperativas, pois se faltarem ao trabalho não produzem e, portanto, não ganham. Também os próprios cooperados discordavam da obrigatoriedade de ter que pagar para que outros ficassem sem trabalhar,

levando em conta os baixos rendimentos e a sobrecarga de trabalho.

No caso da COOPAMBIENTAL, em que os ganhos são divididos igualitariamente, havia a possibilidade de ganhos em situação de doença ou faltas justificadas, porém muitas das pessoas entrevistadas criticavam a decisão de pagar por longos períodos de ausência dos colegas ao trabalho, como seria o caso da licença maternidade. Melhor dizendo, a COOPAMBIENTAL, promoveu uma mudança na forma de lidar com a licença maternidade e o auxílio doença, ao propor que a cooperativa assegurasse os ganhos dos cooperados e cooperadas nessas situações. Contudo, até a época da realização das entrevistas, não havia um consenso entre estes e estas sobre o assunto. Mesmo ao avaliarem positivamente a adoção da ausência remunerada por motivo de doença ou maternidade, muitos alegaram ter dúvidas se isso funcionaria sem sobrecargas e prejuízos nos ganhos. Obviamente que a decisão ainda se caracterizava como uma solução doméstica, fora do campo dos direitos sociais.

A não contribuição à previdência social pesa, sobretudo, nas situações de doença e maternidade, uma vez que os cooperados não teriam nenhuma proteção previdenciária, por não serem contribuintes, e só poderiam contar com a solidariedade dos colegas nessas situações. Pois, caso não produzam, não ganham. Em caso de morte do trabalhador ou trabalhadora, os familiares ficam desprotegidos.

Especificamente sobre a condição de ausência do trabalho por motivo de doença, perguntamos aos cooperados se eles poderiam contar com qualquer auxílio financeiro. Dos 84 entrevistados, 46,4% responderam que sim, receberiam algum tipo de auxílio financeiro em situação de doença, mas 51,2% responderam que não receberiam auxílios financeiros nessa situação. Apenas 2,4% não responderam à questão.

No caso daquelas pessoas entrevistadas que responderam positivamente, apenas uma delas informou que contava com a previdência social porque era contribuinte. A maior parte delas contava com auxílio financeiro de familiares e outra parte com auxílio da cooperativa, conforme a tabela 54 abaixo.

TABELA 54: De quem o entrevistado recebe auxílio financeiro em caso de doença em % – DF 2008

De quem recebe auxílio financeiro em caso de doença	%
Da previdência social	2,2
Dos fundos da cooperativa	41,3
De amigos ou familiares	56,5
Total	**100**

A fragilidade da saúde para continuar trabalhando parece ser a principal preocupação dos cooperados e cooperadas com o futuro. A ampla maioria (95,2%) só contava com o serviço público de saúde, em caso de doença e outros tipos de problemas de saúde. O restante deles afirmou procurar apenas os cuidados de familiares e amigos, cuidando-se em casa, sequer chegaram a mencionar o serviço público de saúde como alternativa a tratamentos, ou seja, buscavam soluções domésticas.

Em resumo, as informações demonstram que as situações de doença do trabalhador eram remetidas a soluções domésticas ou de solidariedade entre colegas, mediante a ausência de outras garantias de proteção social.

TABELA 55: Solução para problemas de saúde dos entrevistados em % – DF 2008

Solução para problemas de saúde	%
Serviço público de saúde	95,2
Conta com a ajuda de familiares ou amigos	3,6
Fica em casa, sara em casa mesmo	1,2
Total	**100**

No Brasil, a saúde pública, assegurada pelo SUS (Sistema Único de Saúde), em tese seria acessível a qualquer cidadão. No entanto, as variadas unidades de atendimento apresentam limites de qualidade na atenção e prestação de serviços.

Foram observados, pelo menos dois casos de cooperados com aparentes deficiências intelectuais, que necessitariam acompanhamento médico ou psicológico regular que, nesses casos, só poderiam contar com o serviço público, com todas suas precariedades.

4.1.2.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO NA COOPERATIVA

Outro aspecto importante observado na pesquisa foram as condições de trabalho dos cooperados e cooperadas, considerando a carga horária e a segurança no trabalho.

A carga horária de trabalho, informada pela maioria, não ultrapassa dez horas diárias. Informaram trabalhar menos de oitos horas por dia 48,8% das pessoas entrevistadas.

TABELA 56: Carga horária diária por renda pessoal e sexo dos entrevistados em % – DF 2008

Carga horária diária %	Renda pessoal (Salário Mínimo) %												Total %
	Menos de 1 SM		1 SM		Acima de 1 até 3		Acima de 3 até 5		Acima de 5 até 7		Não respondeu		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Menos de 8 horas	15,5	30,9		1,2	1,2								**48,8**
De 8 a 10 horas	14,3	19,0		1,2	1,2								**35,7**
De 11 a 14 horas	4,8	1,2	1,2		1,2	1,2							**9,6**
Mais de 14 horas	4,8	1,2											**6,0**
Total	**39,4**	**52,3**	**1,2**	**2,4**	**3,6**	**1,2**							**100**

Merece ser observado que 15,6% das pessoas entrevistadas informaram trabalhar acima de dez horas diárias. Essa informação procede especialmente daquelas que trabalham por produção, ultrapassando oito horas diárias de trabalho para aumentar os ganhos.

Vejamos abaixo os dados demonstrados por cooperativa. O tempo médio de trabalho informado pelos trabalhadores e trabalhadoras da COORECOMEÇO era de menos de oito até dez horas diárias. Mas, 17, 5 % das pessoas entrevistadas, afirmaram trabalhar acima de dez horas diárias, lembramos que a organização do trabalho, nessa cooperativa, era feita por famílias de cooperados e os ganhos eram por produção. A lógica orientadora era de quanto maior a produção, maiores seriam os ganhos e, portanto, o número excessivo de horas relacionava-se fundamentalmente ao desejo de aumentar os ganhos.

Tabela 57: Carga horária diária por renda pessoal e sexo dos entrevistados da COORECOMEÇO em % – DF 2008

Carga horária diária %	Renda Pessoal %						Total %
	Menos de 1 SM		1 SM		Acima de 1 até 3 SM		
	M	F	M	F	M	F	
Menos de 8 horas	17,6	32,4	-	-	2,9	-	**52,9**
De 8 a 10 horas	5,9	20,6	-	-	2,9	-	**29,4**
De 11 a 14 horas	-	2,9	2,9	-	2,9	2,9	**11,6**
Mais de 14 horas	5,9	-	-	-		-	**5,9**
Total	**29,5**	**55,9**	**2,9**	**-**	**8,7**	**2,9**	**100***

* 100% = 34 entrevistados

Na COOPAMBIENTAL, o tempo médio informado também variava entre menos de oito até dez horas de trabalho. Constatamos pela observação a veracidade dessa informação, pois, a partir das 17 horas, não encontrávamos mais nenhum membro da cooperativa no local, visto que nesta cooperativa o trabalho era coletivo e os ganhos igualitários.

Tabela 58: Carga horária diária por renda pessoal e sexo dos entrevistados da COOPAMBIENTAL em % – DF 2008

Carga horária diária %	Renda Pessoal %						Total %
	Menos de 1 SM		1 SM		Acima de 1 até 3 SM		
	M	F	M	F	M	F	
Menos de 8 horas	18,2	36,4	-	3,0	-	-	**57,6**
De 8 a 10 horas	21,2	18,2	-	3,0	-	-	**42,4**
De 11 a 14 horas	-	-	-	-	-	-	**-**
Mais de 14 horas	-	-	-	-	-	-	**-**
Total	**39,4**	**54,6**	**-**	**6,0**	**-**	**-**	**100***

* 100% = 33 entrevistados

Na COORECICLARTE, apesar da carga horária média diária também variar entre menos de oito até dez horas de trabalho, era significativa a quantidade das pessoas entrevistadas que excediam dez horas diárias de trabalho (41,2%). Na citada cooperativa, o trabalho era realizado individualmente e os ganhos eram por produção.

TABELA 59: Carga horária diária por renda pessoal e sexo dos entrevistados na COORECICLARTE em % – DF 2008

Carga horária diária %	Renda Pessoal %						Total %
	Menos de 1 SM		1 SM		Acima de 1 até 3 SM		
	M	F	M	F	M	F	
Menos de 8 horas	11,8	17,7					**29,4**
De 8 a 10 horas	11,8	17,7					**29,4**
De 11 a 14 horas	23,6						**23,5**
Mais de 14 horas	11,8	5,9					**17,7**
Total	**58,9**	**41,1**					**100***

* 100% = 17 entrevistados

As cooperativas funcionavam no horário comercial, apenas a COOPAMBIENTAL mantinha o horário fixo de trabalho, de 7h30min até 15h, punindo atrasos. As Cooperativas COORECOMEÇO e COORECICLARTE mantinham horários mais flexíveis, pois, trabalhando por produção, estabeleceram uma sistemática de organização de horários para assegurar o planejamento diário das atividades.

Quanto à questão da segurança no local de trabalho, mais da metade das pessoas entrevistadas não considerava seguro o seu local de trabalho, pois afirmavam correr riscos de acidentes com objetos cortantes, riscos de contaminação devido à presença de ratos e de insetos no local de trabalho, assim como queixavam-se dos riscos de acidentes e agressões nas ruas. Porém, apesar das queixas, 29,7% dessas, consideravam o seu trabalho sempre ou frequentemente seguro, de forma que não percebiam os riscos a que estavam expostos.

TABELA 60: Segurança no trabalho dos entrevistados em % – DF 2008

Segurança no trabalho	%
Sempre	**21,4**
Frequentemente	**8,3**
Raramente	**15,5**
Nunca	**53,6**
Não respondeu	**1,2**
Total	**100**

Notamos um esforço por parte dos cooperados e cooperadas em manter limpo o local de trabalho, porém as condições de insalubridade eram visíveis. Os riscos agravam-se pela falta de uso de equipamentos adequados de proteção.

Apesar de recomendado, o uso do EPIs não era uma regra. Das 84 pessoas entrevistadas, 39,3% declararam que dispunham de equipamentos de segurança no trabalho, contra 60,7% que declararam não dispor de nenhum equipamento de proteção.

Nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis, os principais equipamentos de proteção utilizados pelos trabalhadores eram luvas e botas. Mesmo entre aqueles que afirmaram dispor de equipamentos de segurança na cooperativa, alguns nunca ou raramente os utilizavam em suas atividades. Muitos ressalvaram que não gostavam de usar o material, especialmente as luvas, porque tiravam o tato. Alguns ressaltaram que a luva utilizada não era a ideal para esse tipo de trabalho, por não oferecer tato.

TABELA 61: Uso do equipamento de segurança dos entrevistados em % – DF 2008

Uso do equipamento de segurança	%
Sempre*	**65,7**
Frequentemente	**17,1**
Raramente	**14,3**
Nunca	**2,9**
Total	**100***

*100% = 36 que responderam positivamente a questão.

Foi afirmado pelas pessoas entrevistadas, quase unanimemente, que a cooperativa não oferecia os equipamentos de segurança. Algumas delas afirmaram comprar os próprios equipamentos, enquanto outras os encontravam no lixo mesmo. Situações que foram especialmente ressaltadas na COOPAMBIENTAL.

Alguns desses esclarecimentos foram prestados pelos cooperados e cooperadas durante a entrevista de perfil, mas, infelizmente, não puderam ser tabulados. Como o questionário era de perguntas fechadas, algumas das pessoas entrevistadas sentiam a necessidade de explicar as suas respostas. A pergunta sobre o uso do equipamento de segurança levantava sempre alguma inquietação nas declarações, até porque muitos sequer percebiam os riscos de acidentes e condições de insalubridade no seu local de trabalho e quando esses riscos eram apontados, referiam-se principalmente aos cortes por vidros ou latas.

A percepção dos cooperados e cooperadas sobre os riscos de acidentes, segurança do trabalho, direitos sociais e proteção social está relacionada à consciência adquirida ao longo do processo de vivência e convivência no trabalho cooperativo e no engajamento nos debates coletivos sobre essas temáticas realizados em reuniões e assembleias.

4.1.2.3 PARTICIPAÇÃO NA COOPERATIVA.

As três cooperativas mantinham a prática de realizar frequentemente reuniões para planejamento e prestação de contas. As reuniões eram quinzenais ou mensais, às quais todos eram convocados a participar e, em certas ocasiões, conformavam-se em assembleias.

Verificamos, na tabela abaixo, que as pessoas entrevistadas mostravam-se relativamente assíduas com relação à participação nas reuniões/assembleias. Se agregarmos informações daquelas que sempre e daquelas que frequentemente participavam, teremos um percentual de 47,6% de participação. Porém, a quantidade dos que raramente ou nunca participavam era bem expressiva, 51,1%.

TABELA 62: Participação dos entrevistados nas reuniões/assembleias em % – DF 2008

Participação nas reuniões/assembleias	%
Sim, sempre	**42,8**
Sim, frequentemente	**4,7**
Sim, raramente	**17,8**
Nunca participa	**33,3**
Não respondeu	**1,2**
Total	**100**

No capítulo anterior, destacamos o depoimento do dirigente da COORECOMEÇO que atribuía punições para aqueles cooperados que não participavam das reuniões. Porém, o número de informantes dessa cooperativa que afirmaram nunca participarem das assembleias era de 41,2% e dos que sempre participavam era de 35,3%. Talvez parte desse resultado se devesse à situação de alguns entrevistados não serem efetivamente cooperados. Seriam os chamados diaristas, isto é, catadores prestadores de serviços para algum

cooperado e remunerados por estes, caracterizando uma terceirização da atividade.

Na COORECOMEÇO, os cooperados trabalhavam em duplas, geralmente casais ou amigos. Os homens iam para as ruas catar o material e as mulheres ficavam na cooperativa separando. Quando um cooperado não tinha um companheiro de trabalho, ele acordava com um diarista que pudesse fazer uma ou outra função pela qual seria especificamente remunerado. Esses trabalhadores não participavam das assembleias porque não eram donos do *box*[65]. Neste caso, só os cooperados e cooperadas participavam das decisões.

Podemos considerar que essa cooperativa fazia um tipo precário de contratação de serviços de terceiros para execução das atividades, haja vista a informalidade dessas relações. Mas, vários cooperados já se mostravam insatisfeitos com os diaristas, argumentando em favor de acabar com aquela situação.

Conforme demonstrado na tabela abaixo, os motivos alegados pelos informantes para não participarem das reuniões e assembleias eram os mais variados, os principais motivos eram: não terem sido informados das reuniões; não ter ocorrido nenhuma reunião desde que entraram na cooperativa; as reuniões eram apenas para membros da diretoria.

TABELA 63: Motivo do entrevistado para não participar das reuniões/assembleias em % – DF 2008

Motivo de não participar das reuniões/assembleias	%
Não é informado	**12,2**
Só a diretoria participa	**6,1**
Só os donos dos *boxes* participam	**15,2**
Ainda não ocorreu nenhuma desde que ingressou na cooperativa	**21,2**
Outros	**33,3**
Não respondeu	**12,2**
Total	**100**

Outros: só participa catador; falta de tempo; quem participa é a tia dele; mora longe da cooperativa; porque se for falar alguma coisa vai sair briga.

Quando abordamos quais seriam os pontos positivos do trabalho em uma

[65] A COORECOMEÇO não tinha galpão, estava localizada em um terreno de ocupação provisória. Os boxes eram pontos cobertos com lona e outros materiais, construídos de modo improvisado e reservados a cada família de cooperados, no total de 33, para fazer a separação e armazenamento do material.

cooperativa, os informantes ressaltavam, principalmente, a autonomia e a liberdade que tinham de trabalhar sem patrão e sem horário pré-definido. Outro ponto destacado com frequência era a amizade e companheirismo entre colegas. Os demais pontos informados eram variados, como a renda, a união do grupo, a proximidade de casa, a preservação do meio ambiente, etc.

Alguns cooperados não percebiam pontos positivos nesse trabalho, porque achavam ruim trabalhar com o lixo, inclusive porque se sentiam humilhados pelo preconceito de muitos contra os catadores. Outros chegaram a afirmar que trabalhavam ali numa situação provisória e, se conseguissem coisa melhor, sairiam.

Nenhuma das respostas destacou o cooperativismo enquanto projeto político ou ideológico contra capitalista. Apesar disso, a liberdade e a união, que constituem princípios do cooperativismo e da economia solidária, foram espontaneamente citadas pelos trabalhadores como vantagens do trabalho em cooperativa.

As pessoas entrevistadas apontavam como pontos negativos do trabalho em cooperativa, principalmente, as condições insalubres no seu local de trabalho, queixavam-se do lixo, do mau-cheiro, da presença de ratos e insetos e dos riscos de contrair doenças. O segundo ponto negativo de maior destaque foi a baixa remuneração. O terceiro foi a insegurança no trabalho e do local de trabalho, principalmente quando o galpão era improvisado e os cooperados ficavam sujeitos a ações de despejos. Algumas pessoas destacaram, como pontos negativos: as brigas e a desunião entre os colegas. Outros pontos variados foram mencionados, como o trabalho ser cansativo, a necessidade de trazer as crianças para o local, porque não tinham com quem deixá-las, etc. Aproximadamente 10% dos cooperados e cooperadas não identificaram pontos negativos no trabalho, afirmaram estar bem na cooperativa e gostar do que faziam.

Cabe ressaltar que nenhuma dessas três cooperativas tinha galpão próprio. Aquela que tinha lugar de trabalho mais apropriado era a COOPAMBIENTAL, porque estava localizada e desenvolvia suas atividades no aterro sanitário, em área pública, cedida pela Administração Regional da sua cidade satélite (ou

Região Administrativa). Assim, o problema de falta de estrutura adequada de trabalho afetava, principalmente, as cooperativas COORECOMEÇO e COORECICLARTE. Como já foi dito, essa última passava pelo processo de despejo no momento de aplicação do questionário e os cooperados e cooperadas estavam sentindo-se vulneráveis no trabalho por essa circunstância.

Durante o processo de aplicação dos questionários, várias pessoas entrevistadas faziam questão de expressar seu descontentamento com alguma situação, destacando-se as queixas de alguns trabalhadores e trabalhadoras da COOPAMBIENTAL sobre os ganhos igualitários. Estes acreditavam que determinados colegas não se esforçavam o suficiente para aumentar a produção coletiva e, portanto, não mereceriam ganhos iguais aos daqueles que se esforçavam, como veremos no próximo item.

Uma entrevistada dessa cooperativa fez questão de destacar os problemas vivenciados nas relações de trabalho, pois afirmava que existe muita “gente ruim” na cooperativa, que se sentia em um “cativeiro” e que a existência de fofocas causava-lhe muita tristeza. O mau cheiro do lixo a incomodava, o dinheiro do pagamento era insuficiente e sofria com a humilhação proveniente dos moradores da região contra os catadores. Ela fez questão de destacar a presença constante da polícia à procura de bandidos no local, apesar de todos ali serem trabalhadores.

Dessa forma, percebemos que as avaliações das pessoas entrevistadas não tratavam da questão do cooperativismo, mas o conteúdo das suas respostas mostrava avaliações tanto de satisfação como de descontentamento com o trabalho. É necessário destacar que, para algumas, o descontentamento constituía motivação para a busca de avanços e melhorias. Para outras, os descontentamentos eram tão grandes que expressavam a expectativa do aparecimento de outra oportunidade de trabalho, uma vez que não viam possibilidades de trabalhar em prol da cooperativa, mas apenas da melhoria individual.

Percebemos que as três cooperativas estudadas encontravam-se em situação de extrema precariedade, não só devido à excessiva jornada de trabalho,

às condições de insalubridade no local de trabalho e à exposição aos riscos de acidentes de trabalho sem garantias, mas principalmente porque os trabalhadores e trabalhadoras encontravam-se quase que totalmente vulneráveis em relação à ausência de proteção social. Neste sentido, a percepção dos trabalhadores apresentava-se sensível quanto às condições objetivas para a realização do trabalho e a própria sobrevivência do trabalhador, todavia, de alcance limitado no tocante aos direitos de seguridade social e à segurança no trabalho. Esbarra-se aí na questão contraditória da produção capitalista e da reprodução social do trabalhador em situação de trabalho em cooperativa, que coloca em xeque os próprios princípios cooperativistas como também os da economia solidária.

4.2 PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES SOBRE COOPERATIVISMO, RELAÇÕES DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVA

Após sistematizar os dados de perfil das pessoas entrevistadas das três cooperativas, optamos por selecionar 30% dos cooperados e cooperadas de cada cooperativa para realizarmos as entrevistas qualitativas. Assim, selecionamos 25 cooperados entre homens e mulheres, em que dez deles (quatro homens e seis mulheres) da COORECOMEÇO, dez (quatro homens e seis mulheres) da COOPAMBIENTAL e cinco (dois homens e três mulheres) da COORECICLARTE, haja vista a proporcionalidade de questionários aplicados.

Os principais objetivos das entrevistas qualitativas foram apreender como os cooperados e cooperadas expressavam: a) sua visão sobre a configuração das relações de trabalho e o processo de organização das cooperativas; b) suas expectativas quanto ao cooperativismo; c) a incorporação discursiva e prática de mudanças culturais e políticas, de forma a identificarmos a presença ou não de relações de trabalho fundamentadas na autogestão e na responsabilização coletiva; d) seu entendimento sobre a regulação do trabalho e sobre a noção de diretos sociais e de cidadania, à medida que essas questões articulam-se com seus interesses no plano da vida cotidiana.

A apresentação e análise dos resultados das entrevistas qualitativas estão contidas neste e nos dois próximos itens deste capítulo.

Assim, neste item, discutimos a percepção e a compreensão dos cooperados sobre a configuração das relações de trabalho e o processo de organização da cooperativa, bem como suas expectativas quanto ao trabalho cooperativo.

Como foi abordado no item anterior sobre o perfil, os trabalhadores e trabalhadoras dessas cooperativas de catadores têm baixa escolaridade e pouco interesse por capacitação. As respostas dadas durante a entrevista apresentaram pouca eloquência e pouco conhecimento conceitual sobre o tema. Seus relatos estão repletos de suas expressões cotidianas e, muitas vezes, demonstram incertezas diante de questões mais complexas.

Uma das questões de grande relevância para a nossa investigação era a que tratava da compreensão das pessoas entrevistadas acerca do cooperativismo; mas, para abordamos essa temática, percebemos que seria importante primeiramente saber qual o seu conhecimento sobre sua própria cooperativa.

Inicialmente, perguntamos se estas tinham conhecimento da origem ou da história de sua cooperativa. Poucas pessoas sabiam informar a origem ou a história da sua cooperativa, apenas os fundadores conheciam bem o processo e relataram como o vivenciaram.

TABELA 64: Conhecimento dos entrevistados sobre a origem da cooperativa em % – DF 2008

Sabe como surgiu a cooperativa %	Sexo %		Total %
	Masculino	Feminino	
SIM	12	24	**36**
NÃO	28	36	**64**
Total	**40**	**60**	**100**

A maioria, 64%, não sabia como surgiu a cooperativa, e os 36%, que responderam sim à questão, sabiam a história por outros colegas, mas não sabiam precisar datas e nomes de pessoas importantes no processo de fundação, pois haviam chegado na cooperativa após sua consolidação.

Destacamos abaixo o depoimento de uma cooperada que foi fundadora da cooperativa mais antiga.

> Minha filha, essa cooperativa aqui, se for conversar, é um dia. Porque aqui, eu trabalhava lá em cima. O primeiro lixo era lá em cima. Aí, o seu J. A., que é um senhor que trabalha com o SLU [serviço de limpeza urbana] lá, conhece nossa situação. Aí, ele foi e combinou com nós. E ele falou assim: *Ó, gente, eu vou retirar vocês daqui*. Aí, ele foi e retirou nós de lá e botou por aqui. Aí, depois que eu estou aqui trabalhando. Eu passei dois anos fora, dois anos e três meses. Aí depois, eu voltei de novo para trabalhar. Tem mais ou menos uns quinze, dezesseis anos que eu estou aqui. Era em outra área, que era o lixão lá em cima. Não era cooperativa. Aí, depois ele foi e arrumou essa cooperativa para nós aqui. Aí, dessa cooperativa, quem está aqui só sou eu. Todo mundo já retirou e eu fiquei por aqui. Aí, eu estou pensando em sair daqui a uns dias, me aposentar. (cooperada M. J. – COOPAMBIENTAL)

Nenhuma das pessoas entrevistadas da COORECICLARTE soube relatar a história da fundação da cooperativa. Na COOPAMBIENTAL, que era a mais antiga, poucas sabiam dar informações precisas sobre a sua criação. As pessoas entrevistadas da COORECOMEÇO eram mais informadas sobre o processo de fundação, houve vários relatos similares da história, sobre aqueles trabalhadores e trabalhadoras que vieram da COOPESTRUTURA e formaram outra cooperativa, porque não concordavam com a mudança da forma de distribuição de ganhos por produção para o rateio igualitário e mantiveram-no na nova cooperativa.

Indagamos especificamente o conhecimento das pessoas entrevistadas acerca do cooperativismo. Contando aquelas que disseram não saber nada e aquelas que não souberam explicar, 64% não souberam responder a questão. Muitos dessas sequer haviam ouvido falar sobre cooperativismo até virem trabalhar na cooperativa.

Seguem algumas definições de cooperativismo afirmadas pelas pessoas entrevistadas:

> Quando as pessoas se unem, para desenvolver alguma atividade juntas. Para mim, cooperativismo é isso, independente do que seja que elas estejam desenvolvendo. (cooperada H. C. – COORECICLARTE)

> Cooperativismo é as pessoas trabalhando juntas para crescer. É assim: a gente faz o cadastro e tudo que a gente recebe de doação, quem tem o cadastro recebe. Porque a cooperativa recebe doações Eu recebi as doações [...] (cooperado M. R. – COORECICLARTE)

> Eu acho que cooperativa é um trabalho bom para a gente, é bem melhor do que as pessoas trabalhar fora de uma cooperativa. Numa cooperativa tem como receber dum órgão do governo alguma coisa assim, tem como a pessoa estar lutando para conseguir alguma coisa, aí, fica bem mais fácil de conseguir. (cooperada I. A. – COORECOMEÇO)

Prevalecia no discurso a noção de que o cooperativismo é a união de um grupo para produzir e aumentar os rendimentos em relação ao que ganhava individualmente. Destaca-se também a noção da cooperativa como um canal aberto para receber benefícios do governo e doações de agências ou entidades de fomento.

As declarações destacadas acima foram emitidas pelas poucas pessoas que se arriscaram a responder o que entendiam por cooperativismo. Além dessas, algumas confundiam o cooperativismo com a prática da reciclagem, não compreendendo a dimensão da sua abrangência; para outras, a cooperativa colocava-se como uma alternativa para a impossibilidade de ingresso no mercado formal de trabalho, conforme ressaltado abaixo.

> É muito importante esse negócio de reciclagem. Pega, cata e tem que vender, produzir dinheiro. E, quanto mais produtos na reciclagem a gente juntar é melhor, é de lá que sai o nosso dinheiro [...] Eu sabia o que é, eu já estudei sobre cooperativa, que é reciclagem de jornais, revistas, papelão, e essas coisas, tudo serve pra revender, [...] pra utilizar o dinheiro. Pra não jogar sujeira na rua. (cooperada Q. F. – COOPAMBIENTAL)

> O lugar de cooperativa é um local que seja melhor. Trabalhar, dar mais rendimento. Aqui até que não dá muito rendimento, não. Agora que está melhorando um pouco, mas a gente vai levando assim. Fazer o que, né? Se a gente for atrás de serviço fichado a gente não consegue. Quando a gente tenta conseguir dinheiro fichado, não existe para a gente. (cooperada M. J. – COOPAMBIENTAL)

A visão sobre o cooperativismo era muito particularizada, concebida a partir da experiência, da vivência cotidiana. Apesar da pessoa entrevistada não ter uma dimensão conceitual ampla do que seria o cooperativismo, enquanto uma filosofia baseada em princípios e ideais, ela detinha o conhecimento extraído da experiência, da vivência e conseguia verbalizar o que seria o cooperativismo da forma como ela o percebia num sentido prático. Então, o cooperativismo passava a ser para ela aquilo que vivenciava na cooperativa onde trabalhava.

Com base nesse entendimento, buscamos capturar a opinião das pessoas entrevistadas sobre a sua experiência de trabalho, interrogando-as sobre o que pensavam do trabalho em cooperativa e em que sentido ele seria diferente de outras formas de trabalho.

O modo como o entrevistado ou a entrevistada comparava o trabalho em cooperativa com outras formas de trabalho relacionava-se com suas experiências anteriores, haja vista a forma de manifestar satisfação ou insatisfação com a condição vivida.

Em torno de 60% das declarações expressavam uma apreciação positiva do trabalho cooperativo. Destacam-se as declarações daqueles e daquelas que compararam a sua situação com a do trabalhador com carteira assinada.

> É muito diferente dos outros. Aqui a gente não tem carteira assinada, um salário fixo, é o rendimento que a gente tiver. Eu acho legal, acho massa, somos todos amigos, todo mundo trabalha entre si, brinca. (cooperada A. R. – COOPAMBIENTAL)

> É assim [...] O trabalho é bom. Tem que é diferente do trabalho fichado, nessa cooperativa não é fichado, na firma é fichado, então, você tem mais segurança. Então, é diferente [...] do seguro do trabalho fichado, mas aqui é bom porque o negócio é nosso, a gente manda porque tem as reuniões e a gente recebe as doações e vai crescendo. (cooperado M. R. – COORECICLARTE)

> Eu já trabalhei de carteira fichada, não gostei, não. Gostei mais daqui. A diferença é que trabalhamos pra gente mesmo. (cooperado L. C. – COORECOMEÇO)

As pessoas entrevistadas que já trabalharam com a carteira assinada, ou conheciam essa experiência de outro modo, tinham o mercado formal como um ponto de referência para comparar com o trabalho na cooperativa, de maneira que o trabalho na cooperativa era considerado uma experiência positiva, mesmo não tendo a suposta segurança do mercado formal.

A possibilidade da contribuição previdenciária e do acesso aos direitos previdenciários ainda eram colocadas como algo distante da realidade vivenciada.

Aquelas pessoas que tinham experiências de trabalhos anteriores comparavam a sua prática e vivência na cooperativa com a inflexibilidade da jornada de trabalho, o desgaste físico, a humilhação e o rendimento da antiga ocupação.

> O trabalho aqui é bem melhor. Eu já trabalhei em casa de família, mas foi pouco tempo e, para falar a verdade, não achei muito bom não, porque a gente cuida da casa da gente e tem que cuidar de outra casa. Eu acho que o trabalho de cooperativa é bem melhor. Eu acho ótimo! (cooperada I. A. – COORECOMEÇO)

> De chácara é muito cansativo, que é pesado. Aqui não, aqui já é mais leve, você já sabe “coisar” [sic] os materiais. Aqui é melhor que trabalhar

> em chácara. Não, aqui é o seguinte: organização assim tem muito pouco, porque uns ficam se escanchando nas costas dos outros, uns trabalham e outros ficam só olhando. Deveria ser tudo em ordem, e trabalhar junto, tudo do mesmo jeito. (cooperado T. M. – COOPAMBIENTAL)

Acima destacamos declarações de pessoas que vivenciaram a experiência de prestar serviços a terceiros em trabalho anterior e, naquele momento, mostravam-se satisfeitas com a experiência de trabalhar em cooperativa, apesar da reclamação de que uns ganhavam sobre o trabalho do outros – "se escanchando nas costas do outro". Especificamente essa opinião demonstrou a insatisfação com as relações existentes entre os próprios cooperados que empreendiam esforços diferenciados para ganhos igualitários.

Algumas pessoas trabalharam como catadores ou catadoras "por conta própria" e perceberam mais segurança e possibilidades de crescimento no trabalho cooperativo.

> Acho bom. Porque, se a gente tiver dentro de uma cooperativa, a gente não fica no cerrado[66]. Tem gente que pensa que fica, mas não fica, e dentro da cooperativa podemos arranjar outros meios de ganhar renda. Não, porque aqui na cooperativa a gente trabalha do nosso jeito, como a gente sabe, como a gente gosta e quem trabalha para outros também [não] são do mesmo jeito. (cooperada P. M. – COORECOMEÇO)

As pessoas entrevistadas descreveram diversos motivos de satisfação com o seu trabalho, mediante a abordagem de aspectos como autonomia, liberdade, proximidade da moradia e outros. A vivência do trabalho na cooperativa trazia satisfação pessoal apesar de situações adversas relatadas, como os parcos ganhos e a discriminação.

> Eu acho bom. É diferente dos outros trabalhos. O salário é muito baixo. Nos outros a gente vai o dia todo, quando é no final do mês fica sabendo que o salário é certo. E aqui não sai certo. (cooperado P. H. – COOPAMBIENTAL)

> Igual a gente trabalha aqui é bom. De vez em quando tem alguma

[66] A expressão "no cerrado" era comumente usada para expressar situações de catadores que trabalhavam nos lixões e habitavam em áreas de ocupações irregulares nas suas proximidades, que se tornaram locais de abrigo e sobrevivência.

> dificuldade, mas dá pra levar. Aqui a gente trabalha mais livre, não recebe ordem de ninguém. (cooperado J. B. – COORECOMEÇO)

> Hoje pra mim é bom, porque o que faço é meu, não tenho atravessador pra me tomar. Eu não tenho que me matar de trabalhar pra dividir com o outro que está de braços cruzados. (cooperada M. L. – COORECOMEÇO)

> Eu acho muito bom. Porque alguns discriminam; mas, pra nós, é importante. Daqui que a gente tira nosso sustento e também é uma forma de mostrar para o povo que a gente também sabe fazer alguma coisa, sem ser esta discriminação que, só porque acha que está aqui, não tem igualdade nenhuma. (cooperado R. U. – COOPAMBIENTAL)

Aproximadamente 12% dessas pessoas compararam a sua experiência de trabalho com experiências de outras cooperativas, pois destacaram a importância do seu trabalho, a forma de organização da sua cooperativa e as adversidades vivenciadas.

Em torno de 25% demonstraram insatisfação com o trabalho que realizavam e procuravam por algo melhor; entendiam trabalho naquela cooperativa como provisório; destacaram a instabilidade, a insegurança, o baixo salário e outros.

> A gente trabalha aqui, realmente, porque não estamos arranjando outro, um serviço mais adequado, um serviço melhor. Pra não ficar parado, a gente é obrigado a enfrentar isso aí. (cooperado A. P. – COOPAMBIENTAL)

> Um serviço fichado seria bem melhor, com certeza. Já trabalhei, mas, autônomo, nunca consegui serviço fichado. (cooperado R. N. – COORECOMEÇO)

> Acho muito ruim, porque não é organizado, trabalha no sol e porque o governo não está ajudando a gente. Eu acho de muito diferente de quem trabalha no sol quente e de quem está trabalhando em um escritório [...] (cooperada P. A. – COORECOMEÇO)

As questões do cotidiano foram ressaltadas nas declarações que demonstraram insatisfação com o trabalho, como, por exemplo, trabalhar entre o lixo, debaixo do sol, sem carteira assinada. As relações de trabalho em si não

foram tão observadas, foi atribuído maior destaque às condições precárias em que o trabalho era realizado. No entanto, houve destaque à falta de apoio do governo à cooperativa.

A maioria das pessoas entrevistadas demonstrou conhecer todo o processo de trabalho, inclusive algumas informaram que poderiam dedicar-se mais a uma parte desse processo, ou seja, especializando-se em determinado material. Vejamos alguns relatos sobre o processo de trabalho:

> Eu trabalho com papel. Eu pego o papel, eu mexo com papel branco, eu tiro o papel, ensaco, tudo separadinho e amarro o saco. Não, só mexo com isso, só com papel. Posso, aqui dentro mesmo já fiz outras coisas antes de mexer com papel. Eu que escolhi ficar no papel. Mais legal! (cooperada A. R. – COOPAMBIENTAL)

> Minha função aqui é ajudar a todos, mas o que eu faço aqui é tirar as garrafas, separar, selecionar, já deixar no ponto pra gente vender [...] Sempre faço a mesma coisa. De vez em quando muda, mas é raro [...] (cooperado R. U. – COORECOMEÇO)

O trabalho de reciclagem desenvolvido na COOPAMBIENTAL era diferenciado das demais. A cooperativa funcionava em um galpão no aterro sanitário público na Região Administrativa do DF onde está localizada. Lá existia uma esteira rolante por onde passava todo o material que seria separado pelos catadores. A pá mecânica, operada por um funcionário público do aterro sanitário do local, alimentava a esteira com todo o tipo de material, o qual era submetido à separação manual e depois prensado ou armazenado para a comercialização.

Eram aproximadamente dezesseis trabalhadores e trabalhadoras na esteira rolante, recolhendo e separando diferentes materiais, como papéis, papelões, vidros, garrafas pet, latinha, seda (sacos plásticos e similares) e outros. Após a separação, os mesmos faziam o armazenamento dos materiais, alguns inclusive operavam a prensa mecânica para melhor armazenamento de latas e garrafas pets, por exemplo. Portanto, os catadores e catadoras não precisavam recolher o material nas ruas e todo o processo de trabalho era realizado dentro da cooperativa. Assim, tornava-se possível, para aqueles que o quisessem, optarem por trabalhar com um só tipo de material, pois alguns preferiam trabalhar só com

garrafas pets ou só com papelões, outros não gostavam de manusear vidros devido ao risco de acidentes. A concentração de todo processo de trabalho no galpão deixava-o mais flexível.

As duas outras cooperativas funcionavam com processos similares entre si. Um grupo recolhia o material nas ruas e outro ficava na cooperativa para separá-los. A diferença básica de uma cooperativa para outra era que somente na COORECICLARTE os cooperados e cooperadas que trabalhavam nas ruas pesavam diariamente o seu material ao chegar à cooperativa. Esse material era selecionado e ensacado por outros, conforme descrito abaixo. Em ambas as cooperativas, geralmente, os homens trabalhavam nas ruas catando o material e as mulheres ficavam na sede da cooperativa para trabalhar no processo de separação e ensacamento.

> Eu selecionava o material, eu anotava, eu fazia conta. Eu selecionava o material, tinha o pessoal da rua que vinha, aí eu tinha que parar e pesar tudo, todo o materialzinho deles, que eles traziam selecionado. Aí, eu ia, pesava, anotava. Quando chegava o dia da venda, eu tinha que ficar olhando o que ia, o que não ia, anotava. Depois eu tinha que fazer a soma do pessoal que vinha e trazia o material. Aí, eu somava material por material, peso por peso. Eu fazia de tudo um pouco lá. Quando tinha que fazer almoço, eu fazia almoço [...] De tudo eu fazia um pouco. Tinha também aquela escala. Cada um em um dia fazia o almoço, o outro ia fazer a conta, o outro ia e anotava. Todo mundo fazia um pouco de cada coisa. (cooperada H. C. – COORECICLARTE)

> Eu levanto cedo e pego meu carrinho e vou catando o material na rua e vai andando. Quando dá meio dia, já não se acha mais nada para catar. Aí, eu vou para a cooperativa e levo o material para pesar, daí pesa e anota o que vai receber. No sábado, a gente recebe o que fez na semana, por produção, aquilo que pesou paga na semana. Aí é o meu interesse [...] Se catar mais, ganha mais. (cooperado M. R. – COORECICLARTE)

Na COORECOMEÇO, o trabalho era organizado por duplas ou por casais. Havia um que catava o material nas ruas e outro que separava na cooperativa, cada família ou grupo tinha a sua barraquinha improvisada (*box*) para fazer a separação e armazenar o material até a comercialização. Os relatos das pessoas entrevistadas descreviam esse processo, a partir do tipo de atividade que realizavam.

> Eu chego, aqui, oito horas. Seleciono o material. Quando é onze e meia, a gente vai pra casa almoçar. Almoço, e uma hora eu venho de novo. Seleciono o material tudo. Umas cinco horas, vou embora e, aí, quando chega assim na quinzena que está separando, aí, a gente vai arrumar tudo direitinho para poder vender. É um rapaz que trabalha comigo, nós trabalhamos na meia. Ele traz, eu cato e vendo para nós dois. Ele não é da minha família, não, só leva os cavalos pra catar. (cooperada E. S. – COORECOMEÇO)

> Já tenho mais de cinco anos. Eu vou, pego um carrinho e saio catando, puxando no meio da rua e catando o material. Não tem hora para chegar. Às vezes chego a dormir no local. Sim, nós juntamos e esperamos o caminhão vir buscar. Nós vimos para cá e separa o material de um lado e de outro. E é desse jeito nosso dia-a-dia. Às vezes, minha esposa ajuda, outras vezes trabalho sozinho, tem outras vezes que uma menina ajuda. (cooperado L. C. – COORECOMEÇO)

Observa-se que o trabalho não era coletivo, pois cada dupla/casal produzia e recebia separadamente; ou seja, nessa organização da produção, a cooperativa funcionava basicamente para a comercialização dos produtos.

Apesar do trabalho desgastante, os trabalhadores e trabalhadoras não viam dificuldades no que faziam, porque demonstravam domínio do processo e ressaltavam a liberdade e a autonomia em fazer o que gostavam e trabalhar nos horários que preferiam.

As pessoas entrevistadas não percebiam a existência de divisões de trabalho, mas ressaltavam algumas diferenças entre as atividades que um e outro executava, por exemplo, eram ressaltadas as diferenças de trabalho entre homens e mulheres.

> Tem algumas diferenças assim, porque os homens ficam com o serviço mais pesado, que é carregar caminhão, mas, fora isso, é tudo por igual. Tem gente que mexe com garrafa, papel e papelão, aí, um grupo mexe só com material com pet, latinha. (cooperada A. R. – COOPAMBIENTAL)

> Olha, têm uns que pegam papelão, outros pegam papéis, jornais, revistas, outros vão rasgando seda [sacos plásticos e similares] e jogando os materiais para fora. A diferença é porque, na hora que o comprador vem pegar o material, os homens têm que descer para ajudar a colocar no caminhão e as mulheres continuam em cima rasgando os materiais. (cooperada L. E. – COOPAMBIENTAL)

A diferença na realização das atividades colocava a questão de gênero em pauta, mas não chegava a gerar polêmicas. Conforme as declarações, as definições dos papéis desses trabalhadores e trabalhadoras reproduziam, em certa medida, a visão tradicional de gênero, que considera como trabalho masculino aquele que exige maior uso da força física. Desta forma, os homens ficavam responsáveis pelo trabalho mais pesado, qual seria: catar materiais nas ruas e carregá-los para o caminhão. Isso, em parte, demonstraria a expressão de "uma divisão sexual horizontal do mercado de trabalho", a qual se refere Yannoulas (2004, p. 48), reproduzida nas práticas da cooperativa.

Este tipo de organização parecia consensual nas três cooperativas, pois não houve relatos de imposição quanto a isso e nem manifestação de insatisfação. Especialmente na COORECICLARTE, algumas mulheres preferiam empurrar um carrinho e catar o material nas ruas do que trabalhar na separação, sem que isso fosse questionado pelos outros, mesmo que considerassem o risco do trabalho nas ruas ser bem maior que na cooperativa.

> Porque o que o homem fazia a mulher não dava conta de fazer. Mas, a gente fazia de tudo um pouco. Todo mundo [...] aí, falava assim: 'Ah, você vai separar só isso e eu vou separar só aquilo'. A gente se unia e dizia: 'Não, todo mundo vai separar tudo de uma forma para ser até melhor. Quanto mais material a gente conseguir selecionar, melhor para a gente, que mais a gente ia ganhar'. A gente separava todo mundo junto e quando era no dia da venda a gente juntava, porque tinha que fazer assim: A gente separava, selecionava, e depois a gente pegava tudo para poder vender, mandar para a venda. (cooperada H. C. – COORECICLARTE)

> Eu experimentei trabalhar lá dentro [da cooperativa]. Acho que foi duas semanas, mas, aí, não deu pra mim lá, porque era sentado, mexendo com muito lixo podre, né, mau cheiro. Aí, não deu pra mim, não. É, porque na rua eu pego material limpo, eu não pego material que está podre. É, quem está dentro da cooperativa, vem aquele saco que o caminhão traz e a pessoa tem que meter a mão ali e separar tudo. E tem muita coisa suja ali dentro daquele saco. Muita coisa mesmo, que é arriscado dar uma micose na mão da gente, entendeu? E na rua não, na rua eu só pego o saco que está limpo. É, a mesma coisa [trabalho de homens e mulheres]. Não tem diferença nenhuma. (cooperada F. S. – COORECICLARTE)

> Não sinto [diferença]. O diferente é que os homens vão pra rua e as mulheres ficam aqui dentro, trabalham aqui. Não sei, porque toda vida foi assim, antes na COOPESTRUTURA, no cerrado, todo canto era assim,

> os homens iam buscar o material e as mulheres catam. (cooperada E. S. – COORECOMEÇO)

Os entrevistados e entrevistadas da COORECOMEÇO ressaltavam a visão de um "cooperativismo individual", isto é, a organização do trabalho por famílias ou por grupos em que a produção era contabilizada individualmente. A cooperativa funcionava como o coletivo que concentrava o produto para o comércio, fortalecendo a relação entre o trabalhador/catador e o mercado, valorizando o produto para venda. Essa organização era concebida como uma forma "mais justa" de trabalho, porque um não trabalharia pelo outro. Cabe lembrar que os fundadores dessa cooperativa eram os dissidentes da COOPESTRUTURA, que havia implantado o sistema de ganhos igualitários[67]. O grupo dissidente formou uma nova cooperativa por não concordar com essa forma de distribuição dos ganhos, ou seja, sem trabalho coletivo e sem ganhos igualitários.

> Sim, porque os homens, na maioria, vão para rua, vai buscar o material no carrinho e as mulheres não, as mulheres ficam aqui catando [...] Não, porque todo mundo aqui é individual, porque a gente está em uma cooperativa individual, por isso não ocorre esse negócio de conflito. (cooperada P. M. – COORECOMEÇO)

Situações de conflitos internos não foram relatadas pelas pessoas entrevistadas, apesar destas terem sido observadas por esta pesquisadora. As situações de conflito são relativas a cobranças no desempenho das atividades. Também foram percebidas disputas políticas, principalmente em situações de instabilidade como a que atravessava a COORECICLARTE.

As pessoas entrevistadas relatavam situações de descontentamento com o comportamento de colegas, especialmente, em relação à responsabilização pelas tarefas.

> Aqui, por enquanto, não está tendo cobrança nenhuma. Não, pra ninguém, pra ninguém. O pessoal aqui está totalmente fazendo o que quer. O horário pra começar é oito e meia. Tem gente que chega aí nove

[67] Alguns se referiam a esse sistema ou modelo como coleta solidária. Representantes da CENTCOOP ressaltavam-no como uma proposta advinda do movimento de catadores pela adesão à perspectiva da economia solidária.

> horas e trabalha. Aqui, se fosse um serviço adequado e todo mundo fosse esforçado, se todo mundo tentar fazer dez por cento e tirar dez por cento, dava mais de um salário aqui. Na minha opinião, dava, porque se todo mundo trabalhasse direitinho isso aqui dava mais salário, dava pra pessoa sobreviver daqui. Mas, como tem gente aí que não trabalha, tem gente aqui que é folgado demais. Como é que rende um trem desse? Não tem jeito de render a produção, não. Não está tendo essa cobrança aí. Por enquanto, não tem solução nenhuma disso aí. (cooperado A. P. – COOPAMBIENTAL)

> Nas tarefas [...] É trabalhar pra obter produção. Nós mesmo que têm que esforçar pra ter o material, pra receber o pagamento normal. Ah, a gente não pode falar, porque eles fazem as reuniões deles e ninguém sabe nem as respostas. Fala que teve a reunião e a gente não sabe nem o que aconteceu. Eu, mesmo, só estou trabalhando pra criar meus filhos. O patrão [presidente] mesmo nós só tem intimidade pra receber o pagamento e pronto. Quando eles vêm da reunião, ninguém sabe o que veio e o que foi. Só Deus quem sabe! Os patrões [diretoria] só manda a gente catar, manda a gente reciclar, só isso. (cooperada Q. F. – COOPAMBIENTAL)

Notadamente, na COOPAMBIENTAL as relações eram mais hierárquicas e nem todos os cooperados e cooperadas tinham clareza ou informações sobre as decisões tomadas, conforme demonstram os relatos acima. A maior queixa apresentada referia-se à falta de comprometimento dos colegas quanto à responsabilização e cobrança na realização das atividades. Muitos acreditavam que com o esforço coletivo a produção aumentaria e os ganhos também. Houve depoimentos daqueles que se sentiam alijados da gestão da cooperativa e comparavam o presidente ou a diretoria ao patrão. Como nessa cooperativa os ganhos eram rateados de forma igualitária, alguns cooperados questionavam se a divisão estava sendo justa, principalmente em relação àqueles que mais se esforçavam.

O sistema de ganhos por produção parecia trazer maior contentamento entre os cooperados e cooperadas da COORECICLARTE. Os ganhos eram computados diariamente e havia uma reunião semanal para a prestação de contas e planejamento das atividades, conforme os seguintes depoimentos:

> A gente se unia e fazia a reunião para dar as tarefas. Todo sábado a gente se reunia [...] ‘Ah, que essa semana a gente vai fazer isso, isso e isso. Hoje, essa semana, L. e I. vão para o mapa, A. e T. vão para a Embrapa, H. e B. ficam no galpão’. A gente se reunia assim para cada um

> [...] era cobrado, sim, porque toda semana a gente tinha um acerto. Se aquela pessoa não trabalhasse durante aquela semana, ela não teria direito ao acerto. Ou, então, no caso, se ela trabalhasse um dia ou dois dias, ela só ia receber aqueles dois dias. Era assim, por produção [...] (cooperada H. C. – COORECICLARTE)

Vale lembrar, que no momento da realização das entrevistas, a COORECICLARTE passava por um processo de desarticulação, por causa dos processos de retomada de posse da área onde a cooperativa estava alojada e dos sucessivos despejos a que foram submetidos os cooperados. Naquele momento, a diretoria tentava-se rearticular para conseguir um novo galpão e as reuniões ocorriam em uma sala emprestada por uma entidade parceira. Muitos cooperados e cooperadas haviam-se afastado da cooperativa e buscavam novas alternativas de sobrevivência.

O sistema de ganhos na COORECOMEÇO também era por produção, porém a organização das tarefas era diferenciada, como já citamos anteriormente. Nesse sistema, os cooperados não entravam em conflito com os colegas para produzirem, sentiam-se menos pressionados e mais livres para desenvolver suas atividades. Vejamos os depoimentos:

> Não, é cada um por si. Trabalha a hora que quer, o dia que quer. Não, só quando você terminar um serviço, tipo, aqui, antes de ir embora, tenho catar todo este lixo, ensacar, para o presidente não reclamar, deixar sempre limpinho, já que o terreno não é da gente. A fiscalização pediu pra gente deixar sempre limpo. Na cooperativa são os materiais que vendemos pra a XX [empresa de reciclagem], o J., que é o dono da XX, paga a porcentagem de três centavos em cada quilo do material. Essa é a renda que a cooperativa coloca lá dentro. É por conta nossa, todos nós pagamos. (cooperado R. N. – COORECOMEÇO)

> É o presidente. É ele também, ele reúne todo mundo e fala como é que tem que ser. Temos reuniões, ele chama todo mundo e conversa com todos, quem concordar, concorda, quem não concordar [...] quem vence é a maioria. (cooperada P. A. – COORECOMEÇO)

A cobrança na realização das atividades estava relacionada à organização e limpeza da cooperativa que era assumida como responsabilidade de todos e cobrada pelo presidente. A alta ou baixa produção passava a ser um problema individual, nessas condições quem produzia menos ganhava menos.

As percepções sobre cooperativismo estavam baseadas nas práticas desenvolvidas no interior das próprias cooperativas. Apesar de não expressarem claramente conceitos ou filosofias sobre o cooperativismo, a noção de trabalho cooperativo era verbalizada de acordo com as vivências e experiências cotidianas dos entrevistados, que significava, em certa medida, a união, trabalho em grupo, trabalhar por um negócio próprio, em outro significava apenas uma alternativa precária à busca de sustento e renda.

As relações de produção e de hierarquias assemelhavam-se às relações das empresas capitalistas, mas não poderíamos considerar que as reproduziam, exatamente porque os cooperados não teriam patrões. Porém, as relações entre cooperados e dirigentes em certas cooperativas baseavam-se nas relações de poder entre o mandante e o executante de tarefas, assim como entre aquele que pune e o que é punido, demonstrando relações hierárquicas e pouco democráticas entre diretoria e conjunto de cooperados.

A participação nas decisões coletivas poderia traduzir maior democracia na constituição das relações de trabalho e no processo produtivo. Os cooperados mais engajados no processo decisório visualizavam a cooperativa como um grupo e como um negócio com possibilidades de crescimento e ascensão.

4.3 PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES SOBRE DIRETOS SOCIAIS, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Neste item, procuramos demonstrar a opinião dos cooperados e cooperadas sobre a regulação do trabalho e sobre a noção de diretos sociais e cidadania, levando em consideração como essas questões articulam-se com seus interesses no plano da vida cotidiana, a partir da exploração de quatro temas: a) a igualdade de direitos entre os cooperados; b) as condições de segurança e salubridade onde desenvolvem suas atividades; c) a proteção social em relação à licença maternidade, ao auxílio doença e outros direitos sociais; d) e a questão da participação política do cooperado na gestão da cooperativa.

A igualdade de direitos, dentro da cooperativa, era um tema que trazia alguma polêmica, pois a grande maioria das pessoas entrevistadas entendia que todos eram tratados igualmente dentro da cooperativa, quando considerava o aspecto do respeito entre diretoria e membros participantes e atribuição igualitária de tarefas. Entretanto, aproximadamente 16% dos entrevistados criticaram a existência de privilégios, quais seriam: cooperados que trabalhavam só meio período e não eram descontados; cooperados faltosos que tinham faltas abonadas pela diretoria e recebiam ganhos iguais aos demais.

Essas desigualdades foram apontadas por aquelas pessoas que se mostraram insatisfeitas com as práticas organizativas da cooperativa, principalmente em relação aos ganhos igualitários e dedicação diferenciada ao trabalho. Essas acreditavam que todos deveriam ter as mesmas responsabilidades e as mesmas cobranças para merecer os mesmos ganhos, mas, em nenhum dos casos, a diretoria foi considerada privilegiada, apenas concedente de privilégios. Vejamos apenas os depoimentos daquelas que declararam descontentamento com o tratamento diferenciado:

> Todos [iguais]? [risos irônicos] Não! Os empregados são, né? São obrigados a trabalhar igual. Nós trabalha por produção. Aqui tem mãe de família, pai de família, tem que participar do serviço, porque nosso dinheiro depende da produção da mercadoria. (cooperada Q. F. – COOPAMBIENTAL)

> Ás vezes, que eu falo é assim: 'às vezes você chega pra trabalhar e você trabalha o dia todo, o [outro] que chegou na metade do período da tarde, trabalha e ganha o dia todo. Você está o dia todo e, se você faltar a metade do dia, você não ganha'. Só acho diferente a respeito disso. (cooperado R. U. – COOPAMBIENTAL)

> Tem um lado meio bagunçado, [um] tem mais direito que outros. O presidente opta, puxando mais o saco de uns do que de outros. (cooperado R. N. – COORECOMEÇO)

A visão do entrevistado ou da entrevistada sobre a igualdade de direitos referia-se às condições cotidianas de tratamentos e oportunidades iguais no local de trabalho. O espaço da cooperativa, no conceito manifestado, era o espaço de união e de igualdade, e, a insatisfação com esses aspectos levava a críticas tanto por parte daqueles que se sentiam partícipe, como daqueles que se sentiam alijados do processo de construção da cooperativa.

A declaração acima, da cooperada Q. F. da COOPAMBIENTAL, que identificou a diretoria da cooperativa como o patrão e os cooperados como empregados, expressava uma visão mais extrema, que não incorporava no discurso a noção do trabalho cooperativo, visto que reproduzia as relações tradicionais entre empregador e empregado do modelo formal/padrão de emprego.

A percepção sobre as condições de trabalho na cooperativa, em relação aos riscos e a insalubridade, também foram aspectos polêmicos. As características do trabalho de catador de resíduos sólidos, que envolve a lida diária com o lixo urbano para reciclagem, expõe o trabalhador a acidentes e a contaminações. A questão, então, seria se esses trabalhadores e trabalhadoras tinham conhecimento dos riscos do seu trabalho e o que faziam para se proteger. Em princípio, no cooperativismo essa proteção deveria ser pensada ou problematizada coletivamente.

As pessoas entrevistadas quase unanimemente (apenas um não respondeu a questão) afirmaram que o trabalho na cooperativa não oferecia segurança, ressaltando os riscos. Metade delas considerava que os riscos eram altos, muitos ressaltaram a dificuldade de acesso a equipamentos de segurança, reafirmando as informações constantes da tabela 60, no item 4.1.2.2.

> Isso é meio complicado, porque aqui a gente não tem segurança, uma luva firme. A gente usa luva, mas aquela luva que rasga a qualquer momento, não tem aquelas botas, um uniforme mais seguro, não. Isso é meio deixado de mão, a segurança. Tem bastante [risco], a gente pode ficar gripado com a poeira, é meio complicado, pode se machucar, se cortar com alguma coisa. (cooperada A. R. – COOPAMBIENTAL)

> Precária [a segurança]. Porque seguro, bem dizer, não tem. Se uma pessoa está trabalhando e se (Deus livre e guarde!) fura o dedo numa agulha e ninguém [sabe o que] tem nesta agulha ali, o risco é totalmente da pessoa ali, do modo de trabalhar. Seguro mesmo não tem, não, é ruim, nenhum. Às vezes se corta aí, e o único seguro que tem é ir para o hospital. Se ficar esperando aqui [...] (cooperado R. U. – COOPAMBIENTAL)

> Para ser sincero, aqui, não tinha esse negócio, não. Aqui era difícil até a gente ter EPI – luva, bota. Teve no começo, mas não teve mais. Só no começo mesmo. É, o que a gente ganhou, desgastou e, depois, não compraram mais. (cooperado I. K. – COORECICLARTE)

> Sempre, sempre tem o risco de acontecer acidente, você adoecer, mas a gente se precavia, né, para não ocorrer nada de errado com a gente. (cooperada H. C. – COORECICLARTE)

> Eu vejo aqui tudo arriscado, porque é um serviço que ninguém trabalha com nada, anda sem bota no meio desse lixo, uma hora pisa em um vidro e corta o pé. Eu mesmo cortei muitas vezes, cortei o dedo catando papel, porque vem vidro, vem todo tipo de material, e vem tudo misturado, o pessoal quase não separa joga tudo misturado com papel. Ás vezes a gente vai pegar pensando que só tem papel e corta o dedo. (cooperada E. S. – COORECOMEÇO)

> Segurança nenhuma. Segurança aqui não tem, chegam aqui altas horas da noite e não tem segurança de nada. Para trabalhar com o lixo tem que ter luva, bota e essas coisas que aqui não tem. (cooperado J. B. – COORECOMEÇO)

A falta de segurança e a exposição a riscos no local de trabalho representavam os motivos de maior insatisfação com o trabalho para esses cooperados e cooperadas, além da baixa remuneração. A precariedade do trabalho nessas cooperativas era bastante evidente e estava relacionada tanto às condições de insegurança física do local de trabalho como às condições de insegurança da proteção social desses.

A vulnerabilidade socioeconômica a que estavam submetidos era percebida

nas práticas cotidianas e nas relações estabelecidas entre os colegas, mas não chegava a ser relacionada com a temática dos direitos sociais. Essa análise só ocorria quando era estimulada por meio da participação em debates sobre o tema, ou quando era trazida por agentes externos, parceiros das cooperativas. Como foi o caso da COOPAMBIENTAL, que passou a preocupar-se com a contribuição previdenciária, após questionamentos e esclarecimentos trazidos por colaboradores de entidades parceiras (não especificadas pelo presidente da cooperativa). Essa cooperativa também passou a abonar faltas mediante apresentação de atestado médico, conforme relatados abaixo.

> Veio um pessoal aqui e conversou com o chefe. Agora tem direito. Se a mulher está trabalhando aqui e engravidar, então, ela vai ter os direitos dela depois que ela ganhar neném, e, se adoecer também, aí, traz o atestado e aí ganha, se adoecer aqui, se machucar no trabalho. Se machucasse, ficava sem dinheiro [antes] [...] O pagamento é muito pouco [por] pouco tempo, no máximo um mês. (cooperada A. R – COOPAMBIENTAL)

> Agora está tendo, porque veio uma ordem de lá pra cá que, se a mulher tiver um neném aqui ou se estiver gestante e tiver que descansar, aí tem quatro meses recebendo aqui, mas nós somos obrigados a trabalhar e pagar o mês daquela pessoa. Depois de quatro meses, ela tem que voltar e começar o serviço de novo. Ah, agora, se adoecer também, vai no hospital, traz o atestado e é obrigado a pagar o dia de serviço da pessoa. Mas, antigamente não tinha isso aqui, não. É. Isso é coisa nova, tem uns dois meses que modificou isso aí. (cooperado A. P. – COOPAMBIENTAL)

Na COOPAMBIENTAL, as mudanças começaram a ser implementadas por meio do direito ao abono de faltas mediante atestado médico, licença maternidade e licença saúde. Contudo, a pessoas entrevistadas ainda não tinham clareza de como poderiam manter recursos para sustentar os colegas afastados do trabalho por muito tempo.

Apesar do reconhecimento de que era importante dar alguma segurança para quem se encontrava doente ou para as mulheres com direito à licença maternidade, a dúvida sobre a legitimidade do pagamento dos dias afastados pairava entre a solidariedade aos colegas em atestado médico e licença maternidade e a sobrecarga de trabalho e diminuição da renda para os demais.

Em alguns relatos, aparecia a condição de não contribuintes dos

cooperados, entendendo que os direitos à seguridade social exigiam contribuição previdenciária. Vários cooperados e cooperadas mencionaram que não contribuíam para o INSS porque não ganhavam o suficiente para tal. A relação com o modelo formal/padrão de emprego era esboçada no discurso: como os trabalhadores e trabalhadoras não eram “fichados” nem teriam direitos a benefícios sociais, visto que a cooperativa não era uma “firma” (empresa privada). A contribuição previdenciária não era tratada como um problema coletivo, e sim era remetida ao interesse particular.

Talvez, ações como as desenvolvidas pela COOPAMBIENTAL, pudessem levar o grupo ao debate mais aprofundado da temática da seguridade social, por trazer problemas individuais para o debate e para a decisão coletiva. O que de fato não ocorreu, pois os relatos apontavam para uma decisão da diretoria que estava sendo cumprida.

Um processo de debate similar vinha acontecendo na COORECOMEÇO, porém no sentido de reverter antigas decisões de manter os fundos da cooperativa para ajudar àqueles e àquelas que não pudessem trabalhar por motivo de doença. A polêmica ainda permanecia, o que se percebia no discurso das pessoas entrevistadas.

A COORECOMEÇO vinha promovendo discussões no sentido de assegurar minimamente a licença maternidade. Mas, essas iniciativas ainda se apresentavam como acordos internos permeados de informalidade, pois os cooperados e cooperadas não contribuíam para a previdência social.

Proteção social e cidadania não eram temas fáceis de tratar, pois os entrevistados tinham uma apreciação bastante limitada dos seus direitos, especialmente os direitos sociais, que era verbalizada a partir da análise sobre as dificuldades de acesso à seguridade social (saúde, assistência e previdência), à educação e ao emprego.

> Em minha opinião, se todos da cooperativa aceitassem, eu acho que deveria ter [ajuda], mas, o povo daqui não aceita. Uma pessoa doente, o presidente antigamente ajudava, agora não sei mais, que ele tem muitas reuniões, não comentou mais nada com a gente e também ninguém adoeceu. Quando adoecia, ele ajudava no transporte para levar ao hospital ou então ajudava na quantia [custos]. Com a mulher gestante e

> com o recém-nascido acho que nem é muito necessário não, porque se a mulher tem o marido dela pra fazer tem também para sustentar. (cooperada P. M. – COORECOMEÇO)

> Nas reuniões, no começo da cooperativa falaram que o dinheiro da conta da cooperativa seria para esses casos, para quando algum cooperado adoecesse a cooperativa tivesse dinheiro na conta para ajudar. Mas já teve uns dois casos que a cooperativa não tinha dinheiro nem para comprar um frango. (cooperado R. N. – COORECOMEÇO)

Os discursos da entrevistada e do entrevistado acima eram reticentes, pois a questão residia em utilizar ou não os fundos da cooperativa e não em assegurar direitos sociais, que eram remetidos à condição de ajuda. As relações de solidariedade teriam que prevalecer para que aqueles acometidos de doença e outras situações similares pudessem contar com o apoio da cooperativa. A questão era tratada no plano da individualidade e do problema familiar ou doméstico, apesar de alguns enfocarem que a decisão de utilizar fundos da cooperativa para ajudar aos colegas seria uma decisão coletiva.

Apenas na COORECICLARTE, a discussão ainda não havia sido realizada. As pessoas entrevistadas entendiam que seria importante ter alguma forma de apoiar as situações de maternidade e doença, mas isso dependeria também da discussão coletiva.

> Não tem, mas deveria ter. Porque não é fichado. Deveria todos da cooperativa pensar, no caso da pessoa que não pode trabalhar, porque está doente ou tem coisas importantes para resolver [interesses particulares], daí podia não perder por isso. Se a pessoa está doente, deveria ter mais compreensão pra ajudar. (cooperado M. R. – COORECICLARTE)

> Do que eu escutei, não tem direito a nada. Acho, por exemplo, se a pessoa está dentro, trabalha, é como qualquer serviço. E ela sofre um acidente, uma coisa, na minha opinião, teria que ter um benefício, uma ajuda, sei lá, uma licença pra pessoa. Mas, aí não tem [...] Sim [eu tenho], é, porque eu pago. Nem todo mundo paga, mas deveria [...] fazer um esforço e pagar. Tem pouco tempo que eu comecei a pagar, porque eu não sei quanto tempo eu vou aguentar essa vida, porque eu já ando muito cansada. Doem os pés, doem as costas, dói tudo, sabe? Só não dói o cabelo. (cooperada F. S. – COORECICLARTE)

Nessa cooperativa, a avaliação das pessoas entrevistadas era de que precisaria ter uma discussão para ajudar o colega em situação de doença, maternidade ou qualquer outra situação que o obrigasse a faltar. Contudo, isso se ancoraria em relações de solidariedade, visto que os cooperados e cooperadas não eram “fichados”, ou seja, não tinham um vínculo empregatício e, portanto, não seriam contribuintes da previdência social. Apenas uma das entrevistadas informou que contribui para a previdência social como autônoma, porque avaliava a possibilidade de não aguentar mais trabalhar nas ruas num futuro próximo.

Conforme foi tratado no item 4.1, as condições de sobrevivência econômica das pessoas entrevistadas eram muito precárias, apesar das conquistas ressaltadas pelo trabalho em cooperativa. As preocupações em relação à seguridade social, à educação, ao emprego, nem sempre eram debatidas pelo grupo. As questões imediatas do cotidiano eram bem mais frequentes, como aumentar a produção, receber doações e cestas básicas.

Cabe ressaltar que essa precariedade não era unânime nas cooperativas de catadores, pois nossa pesquisa com as várias cooperativas do DF mostrou realidades bem distintas. Encontramos uma cooperativa de catadores bastante estruturada, a COOPINOVAÇÃO, cujos trabalhadores eram contribuintes previdenciários e cuja cooperativa vinha investindo em projetos educativos que envolviam não só os cooperados, mas os filhos desses e os membros da comunidade local.

A consciência política dos cooperados e cooperadas, acerca dos diretos sociais, era um processo em construção. Neste sentido, compreende-se que o nível de conscientização dos grupos estava relacionado à forma de condução da discussão política por parte da direção de cada cooperativa e/ou pelas entidades assessoras. No caso da COOPAMBIENTAL, por exemplo, o debate sobre direitos só começou a ser problematizado recentemente (apesar de esta ser a cooperativa mais antiga dentre as três estudadas), mesmo que de forma enviesada, a partir do diálogo com entidades parceiras. Na COORECOMEÇO, a discussão acerca de direitos ainda era incipiente, mas estava presente desde a sua fundação, em forma de relações de solidariedade entre membros do mesmo grupo. A

COORECICLARTE, apesar de não realizar coletivamente a discussão de direitos sociais para o grupo, o discurso dos seus cooperados e cooperadas era mais claro a respeito da participação política e do seu poder de decisão.

A condição de cidadania, de perceber-se como cidadão de direitos, também se faz presente na participação política no processo decisório. Nesse caso, compreender-se como membro ativo na condução dos rumos da cooperativa, na gestão da cooperativa, no tocante à organização, ao fortalecimento do grupo e à forma de lidar com as parcerias e com o mercado, possibilitaria ao cooperado/cooperada ser um partícipe do processo decisório e, portanto, da gestão política da cooperativa.

A autogestão, da qual nos fala SINGER (2002), aplicada à empresa solidária, era almejada por algumas lideranças políticas das cooperativas de catadores do DF, podemos citar, em especial, as declarações dos dirigentes da COORECICLARTE e a da COOPLANALTO. No entanto, foi possível verificar que a prática da autogestão era residual nessas cooperativas, prevalecendo a gestão participativa.

A CENTCOOP foi criada com o objetivo maior de fortalecer a autonomia, a autossustentação e autogestão das cooperativas. As três cooperativas pesquisadas são afiliadas a CENTCOOP, porém, apenas os membros da diretoria da COOPRECICLARTE eram mais atuantes na Central, pois esta cooperativa foi uma das suas fundadoras.

As declarações das pessoas entrevistadas, participantes das cooperativas mais ligadas à Central, tinham um diferencial político em relação àquelas menos engajadas. Por exemplo, na COORECICLARTE, elas demonstraram, em seus discursos, a consciência de que eram partícipes do processo decisório, reconhecendo o poder de cada membro na tomada de decisões e na condução dos rumos da cooperativa.

> Nas tomadas de decisões, era por votação. Eles fazem assim: cada um falava uma coisa, aí botava em votação. Nas reuniões, sempre ocorre assim. (cooperado I. K. – COORECICLARTE)

> Era por reuniões, né? A gente se reunia da mesma forma. A gente se

> reunia e falava: 'Hoje a gente tem que tirar essa quantia para pagar a conta de água, a conta de luz, a despesa de almoço dentro da cooperativa'. Todo mundo participava, porque era uma reunião aberta, de todos [...] Também era votação. A gente era muito assim, a gente fazia muita votação. Porque quem não aceitasse, a maioria venceria, né? (cooperada H. C. – COORECICLARTE)

A autoavaliação sobre a forma de participação política das e dos cooperados, nas reuniões e assembleias, demonstrava tanto o envolvimento ou engajamento individual, como a forma de condução da gestão da cooperativa.

A autogestão estava presente no discurso dos participantes, apesar de não ser explícita. A entonação da oratória da entrevistada H. C. reforça a noção de que a participação dela era considerada imprescindível para qualquer decisão. Como observamos no capítulo 3, a COORECICLARTE desenvolvia uma participação dita democrática/autogestionária no processo decisório. No entanto, pela observação percebemos que, de fato, prevalecia a gestão participativa.

Assim também, a decisão coletiva estava presente no discurso dos membros dirigentes da COORECOMEÇO, porém, ainda seria o presidente a o dirigente mais importante na condução do processo decisório.

> O presidente nos chama, conversa com a gente, fala o jeito que está e não está, entra também na prestação de conta [...] Sim, quando vejo alguma coisa errada ou alguma coisa que a gente não aceita, falo que está errada. Sobre os gastos da cooperativa, o caminhão que vive quebrando, quase tudo da cooperativa eu estou no meio. (cooperada P. M. – COORECOMEÇO)

> Aqui é na maioria [...] A gente se reúne e a maioria decide [...] Participo. Na reunião, todo mundo, estamos discutindo um caso perguntam e a decisão é a da maioria. (cooperado J. B. – COORECOMEÇO)

> Temos reunião, o presidente convoca a reunião e todos nós vimos para saber o que está acontecendo, a ideia que a gente pode dar, o que a gente pode ajudar. Em conversar, sentar todo mundo, discutir e todo mundo decide. Sim, se tiver certa todo mundo concorda. (cooperada M. L. – COORECOMEÇO)

Apenas na COOPAMBIENTAL, observou-se que o poder decisório ainda estava muito concentrado na diretoria, especialmente no presidente. A autogestão

é um tema que parecia estar fora da pauta. Apesar do discurso de comprometimento da diretoria com o sentido de grupo, de que todos seriam membros do mesmo processo, muitos participantes sentiam-se alijados do processo decisório e reproduziam relações patrão/empregado típicas da empresa capitalista.

> A gente faz uma reunião com as pessoas que são da diretoria, que sou eu e mais seis pessoas. Se reúne, ele explica pra gente e, aí, a gente decide como vai ser e, aí, depois a gente passa para o restante. Tem [reunião] primeiro com a gente, depois se for mais grave o caso faz com todos os cooperados. O que não decide, aí, a gente chama todo o mundo, senão der para resolver [...] Não, não tem nenhum nome, chama todo mundo para reunião. Não, todos são cooperados. (cooperada A. L. – COOPAMBIENTAL)

> Isso aí, eu não tenho nada haver, não. Porque ninguém nunca me chamou pra ir [às reuniões], não. (cooperado P. H. – COOPAMBIENTAL)

> De vez em quando, eu participo de alguma reunião aí. Mas fala, fala e fica do mesmo jeito que falou. Na hora ali, qualquer um pode falar, mas quem quer falar mais é o M. [presidente]. É, e não deixa a gente falar. (cooperado A. P. – COOPAMBIENTAL)

A participação política dos cooperados e cooperadas nas reuniões e assembleias era relativa ao envolvimento no processo decisório e ao relacionamento com a diretoria. Muitos alegavam não conhecer ou não saber quem eram os membros da diretoria, e, sequer acompanharam o processo eleitoral.

Do ponto de vista de muitos cooperados, o processo não seria tão transparente assim, apesar dos dirigentes afirmarem a transparência e a participação de todos no processo eleitoral. Contudo, muitas vezes, o próprio cooperado não se interessava por esse processo. Principalmente na COOPAMBIENTAL, a participação política dos cooperados poderia ser considerada muito baixa, conforme os dados de perfil e os relatos nas entrevistas qualitativas. A consciência do poder político de cada cooperado no processo sucessório ou decisório, de maneira geral, ainda era incipiente. O que se justificava pelas relações hierárquicas mantidas em relação à diretoria e à falta de

rotatividade dos membros da diretoria, pois o presidente exercia esse cargo havia pelo menos dez anos.

> Não teve nenhum tipo de eleição, pegaram os mais antigos e os mais frequentes e colocaram, os que quase não faltam, estão sempre presentes. Aceitaram numa boa [...] Ele [presidente] veio com a secretária e trouxe os nomes dos mais antigos e frequentes e passou para os outros e todos concordaram, conversando. Porque, se alguém não concordasse, teria que ficar conversando tentando convencer a pessoa. (cooperada A. R. – COOPAMBIENTAL)

> Aqui, o nosso patrão é o M. [presidente], o T. e os meninos que fica aqui. Sei não. Nós não participa de nada aqui, nós só trabalha. Na cooperativa nós não participa de nada disso, aqui a gente só trabalha, recebo meu pagamento e vou embora, faço minhas compras. (cooperado Q. F. – COOPAMBIENTAL)

> Aqui, só se teve uma eleição, só. Já era o M. [presidente] tem dez anos que eu estou aqui e ele é presidente até hoje. É, o M. e foi [eleição] pra vice-presidente, mas com o M. nunca teve eleição não. Parece que teve uma eleição. Ah, deve ter uns três anos. (cooperado A. P. – COOPAMBIENTAL)

> Sei, entre nós. Porque nós que elege a pessoa, vê quem tem mais condição, aí, põe no cargo. Tempo não tem não. Aqui sempre foi assim: vamos supor, se o M. [presidente] sair e se outra pessoa tiver condição de assumir, assume, né? Se tiver mais cabeça, aí, assume. Não, por igual. Não, porque o serviço dele vai ser só a direção. Mas o nosso é dar a renda, que tira igual pra todo mundo. (cooperado R. U. – COOPAMBIENTAL)

Na COOPAMBIENTAL, até o presidente negou o processo eleitoral. As escolhas são feitas em acordos de diretoria e concordância dos demais membros da cooperativa. As deliberações e votações só ocorreriam em casos em que não existisse o consenso. Os cooperados e cooperadas que discordavam desses encaminhamentos preferiam alijar-se do processo a enfrentar situações de conflitos.

Observa-se nos discursos que as práticas eram pouco democráticas. A opinião do presidente prevaleceria em relação aos demais. As relações de poder centralizadas no presidente reproduziam práticas autoritárias e conservadoras. Mas, em seu depoimento, o cooperado R. U. manifestou apoio à forma de

condução do processo de substituições na diretoria, portanto, havia também concordância e adesão às relações de poder ali estabelecidas.

Na COORECICLARTE, o processo de eleição era bem mais transparente, havendo um relativo esforço da diretoria para assegurar a participação política de todos. No entanto, alguns cooperados e cooperadas posicionavam-se à margem do processo político decisório e não sabiam dizer quem eram os diretores, só participando das reuniões, quando eram tratadas questões de grande importância, como ganhos financeiros e doações de entidades parceiras.

> Não, não sei. Conhecia todos [da diretoria], agora é que eu não sei, porque a cooperativa fechou e ninguém vem aqui em casa me dar notícia de nada. Quando tem reunião, eu não vou lá. Eu não estou sabendo [...] (cooperada H. C. – COORECICLARTE)

> É o A. o presidente e o R. o vice, mas o A. vai sair e vai ficar o R. [...] Teve votação. É na reunião que decide. Bom, hoje é o R. Aí, vai para a reunião e, se não aceitarem, que seja o R., aí, vai ter que dizer e vai dar o nome de outro. Estão querendo me chamar para um cargo aí na nova direção. Eles querem que eu vá para chamar o pessoal. (cooperado M. R. – COORECICLARTE)

Na COORECOMEÇO, observamos relações mais próximas entre os cooperados e diretoria, a participação era ressaltada, assim como a transparência do processo eleitoral da diretoria, realizado em assembleia.

> Sim, conheço todos, presidente, tesoureiro, secretário, fiscal, sei quem são eles e apoio todos. A escolha foi feita em reunião, em assembleia, foi decidido em reunião. Na assembleia escolhe duas pessoas, digamos que seja pra secretário, tesoureiro ou qualquer cargo, os sócios irão votar naquelas pessoas o que tiver maioria é que fica no cargo. Aconteceu só um caso quando foi pra eleger o vice-presidente, e aí, uma pessoa só decidiu na reunião. E, logo após, o presidente convocou reunião e decidiu que não daria certo e outro foi eleito. (cooperada I. A. – COORECOMEÇO)

> Conheço todos. Nós fizemos uma reunião, aí, saiu votar no povo, perguntaram quem queria o cargo pra cuidar, lutar, para não acabar com a cooperativa, para todos votarem e eu me candidatei e aprovaram meu nome [...] O mandato é de quatro anos. (cooperado L. C. – COORECOMEÇO)

> Sei, mas não conheço todo mundo [da diretoria]. A gente mesmo que

> escolhe. A gente se reúne, aí, pergunta: 'quem quer ser o diretor, quem quiser tomar a responsabilidade?' Ah, isso aí é se quiser. Por que, por exemplo, se quiser viajar, tem que entregar o cargo a outro. (cooperado J. B. – COORECOMEÇO)

> Não sei de todos [da diretoria], não. Eu sei do R., o que é o presidente, o vice-presidente que é o L., A. que é o tesoureiro, R. que é secretário. Fazem reunião e pergunta, se todos concordarem, aquela pessoa, se todos concordarem, ela fica na direção [...] Isso não existe [tempo de mandato]. Não são todas as pessoas que quer entrar na diretoria e, aí, não tem tempo determinado. (cooperada P. A. – COORECOMEÇO)

Entre as pessoas entrevistadas, várias participantes da COORECOMEÇO demonstraram conhecer os dirigentes da cooperativa e alegaram haver participado do processo de eleição, realizado em assembleia. Ressaltaram a responsabilidade daquele que ocupa um cargo de direção e o compromisso de dedicação às lutas da cooperativa.

A participação e o engajamento desses cooperados e cooperadas não poderiam ser mensurados pelo discurso, mas o seu envolvimento e comprometimento com o processo decisório, quando verbalizados, podem ser compreendidos como sinônimos de consciência maior da responsabilidade particularizada e coletiva na condução da cooperativa se comparado às demais.

Cabe ressaltar que, na COORECOMEÇO, a participação nas assembleias era exigida para todos os cooperados e cooperadas, inclusive como condição para manter-se participante da cooperativa.

A conscientização da participação no processo decisório também crescia a partir do envolvimento dos parceiros fomentadores do cooperativismo no DF. Nota-se também que existiam disputas internas e descontentamentos entre membros diretores e os demais, o que poderia afetar o nível de participação e de engajamento.

No item anterior, observamos que a visão dos entrevistados e entrevistadas acerca do cooperativismo era bastante limitada, no entanto, incorporaram nos seus discursos as noções de solidariedade e ajuda mútua, pois entendiam que o trabalho em grupo fortalecia-os e possibilitava maior crescimento financeiro e pessoal do que o trabalho individual, uma vez que a cooperativa funciona como

um “negócio próprio”, como um trabalho independente, sem patrão. Dizendo de outro modo, os cooperados e cooperadas compreendiam melhor as noções de solidariedade e de associativismo do que a de cooperativismo.

4.4 MUDANÇAS CULTURAIS E POLÍTICAS INCORPORADAS PELOS COOPERADOS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS

Neste item, procuramos tratar a questão de mudanças culturais e políticas que possam ter sido incorporadas nos discursos e nas práticas dos trabalhadores e trabalhadoras a partir da convivência em cooperativa, levando-se em consideração as relações de trabalho fundamentadas no cooperativismo e na responsabilização coletiva.

Para tal, convertemos as seguintes temáticas em questões norteadoras: a) a relação estabelecida com os colegas de cooperativa e com a diretoria; b) a participação em cursos de atualização ou reciclagem profissional ou sobre cooperativismo e em eventos educacionais, sociais ou culturais; c) a conciliação das responsabilidades domésticas (geralmente assumida pelas mulheres) com o trabalho na cooperativa; d) a avaliação das mudanças na vida pessoal desde quando começou a trabalhar na cooperativa (qualidade de vida, relacionamentos domésticos, bens materiais); e) e a apreciação sobre a contribuição que a cooperativa possa dar para comunidade/sociedade.

Com esta pesquisa, não seria possível avaliar as mudanças culturais das pessoas entrevistadas, operadas pela experiência cooperativista, do ponto de vista das suas práticas cotidianas dentro e fora da cooperativa, temos apenas como presumi-las mediante análise de conteúdo do seu discurso. Pois, para avaliarmos mudanças culturais em profundidade, teríamos que estudar as relações de convivência e as concepções culturais e políticas dos trabalhadores e trabalhadoras antes do trabalho em cooperativa e depois dessa experiência, o que viria a nos exigir outra proposta metodológica.

Dessa maneira, acreditamos que as questões formuladas na entrevista ajudaram-nos a compreender como o trabalhador expressava a sua visão de mundo e sua compreensão acerca de mudanças no seu cotidiano, com base nessa experiência de trabalho.

Fundamentados em uma análise circunstanciada, podemos discutir sobre mudanças culturais a partir dos relatos e da autoapreciação das pessoas

entrevistadas sobre o trabalho em cooperativa, sobre suas relações de convivência e a sua vida cotidiana no ambiente doméstico e comunitário.

Acreditamos que as relações interpessoais podem levar ao fortalecimento do grupo se estiverem ancoradas na boa convivência e no respeito mútuo, assim como, na gestão coletiva do empreendimento, pautada em práticas democráticas.

Quanto à relação com os colegas de cooperativa, boa parte das pessoas entrevistadas foi enfática em ressaltar o bom relacionamento existente entre eles e apenas em alguns casos relataram situações de conflito, que atribuíam ao comportamento de "pessoas ignorantes". De maneira geral, as declarações sobre esse tema foram muito similares, avaliando que havia união e amizade no grupo, que eles próprios davam-se bem com os colegas e que as "brincadeiras" entre eles eram constantes[68].

As disputas por pequenos poderes encontravam-se nas entrelinhas dos discursos, mas não foram afirmadas. As disputas e diferenças concentravam-se entre aqueles que estavam em posições de direção e os demais, e estas só foram especialmente percebidas nas questões acerca da participação política, anteriormente tratadas.

Pressupomos que não só a convivência na cooperativa, mas o desenvolvimento das relações de solidariedade, ajuda mútua, igualdade e participação coletiva poderiam indicar a existência de mudanças culturais, incorporadas pelos cooperados, contudo, estas também seriam proporcionadas pela aprendizagem e pelo processo de formação do trabalhador. Desse modo, perguntamos se esse trabalhador/trabalhadora, de alguma forma, sentia-se estimulado a participar de cursos e eventos de formação motivados pelo próprio trabalho em cooperativa.

Sabemos que o nível de escolarização desse trabalhador/trabalhadora era muito baixo e que, muitas vezes, ele estava à procura da educação formal, buscando concluir seus estudos ou a aprendizagem de alguma profissão que o

[68] Chegamos a presenciar várias brincadeiras entre os colegas e um clima de descontração e cordialidade no local de trabalho, apesar da dureza do cotidiano. Mas, presenciamos também duas situações de aparentes ciúmes entre os colegas entrevistados e aqueles não entrevistados, pois estes últimos se sentiam preteridos em relação aos outros.

tirasse da condição de catador.

A formação, quando era procurada pelo cooperado/cooperada, ainda era mais orientada para o ensino formal, com ênfase em cursos que lhe possibilitassem "melhorar de vida" com uma nova oportunidade de trabalho, principalmente para os mais jovens que viam o trabalho na cooperativa como uma situação provisória. Aqueles que não tiveram oportunidade na infância e juventude de frequentar uma escola formal buscavam a educação de adultos, mas essa ficava em segundo plano considerando o tempo disponível para tal.

> Não, rapaz, a única coisa que teve aqui foi uma escolinha, mas a escolinha não estava funcionando, não. Ué, tinha que ir e dois, três, quatro, cinco não iam. Até a professora desistiu [...] Participei. Ah, eu não tenho série nenhuma, mal sei assinar o nome. As letras eu conheço quase todas, conheço. É, não sei é ajuntar as letras pra formar nome assim. Mal aprendi a fazer meu nome mesmo. (cooperada Q. F. – COOPAMBIENTAL)

> A gente participa de cursos. Ele [presidente] deixa a gente sair. Igual eu faço curso de computação, então eu saio e faço o curso, o horário é treze horas, ele me permite, vou lá, faço o curso e volto de novo para trabalhar. Eu estou fazendo oitava série, ensino médio [sic]. Eu parei e vou continuar de novo esse ano. Eu pretendo fazer estes cursos para conseguir uma coisa melhor. Aqui é bom, mas o dinheiro é muito pouco pra gente, então eu pretendo fazer estes cursos pra conseguir uma coisa melhor. (cooperado A. R. – COOPAMBIENTAL)

Entre as pessoas entrevistadas da COOPAMBIENTAL, muitas informaram que esta cooperativa não apresentou oportunidades de cursos ou participação em eventos. Quando aconteciam eventos, em geral, eram no Plano Piloto e poucos foram convocados a participar, mas houve também o relato de atividades em parceria na própria região.

> Não, não participei, não. Se me chamar, eu vou [...] Tem, tem o Jorge Artur. De vez em quando a gente vai na reunião lá e a gente passa o dia por lá. O Jorge Artur, lá no Sítio da Alegria[69]. Ah, vai o deputado discutir [...] É, a gente vai lá. (Q. F. – COOPAMBIENTAL)

[69] O Sítio da Alegria era um empreendimento fundamentado na agricultura orgânica, de propriedade do agrônomo Jorge Artur. Tinha sua produção voltada para os princípios ecológicos, com o uso de insumos orgânicos, tais como urina de animais, esterco diluído, lixo orgânico e, até mesmo, o sumo de algumas plantas, que ajudam no combate a doenças que atacam as culturas.

De modo geral, poucas foram as pessoas entrevistadas que manifestaram interesse e que efetivamente já participaram de eventos e atividades de formação promovidas pela cooperativa e/ou parceiros, referendando o apresentado anteriormente no item 4.1.1 e demonstrado na tabela 45.

> Cheguei a participar dos eventos que eram para cobrir lá no Plano. Agora, curso, não. Eram esses shows que fazem, né? Aí, pedem para a gente ir reciclar lá, latinhas, essas coisas. Só uma vez que eu fui em uma oficina com a diretoria. Bom, foi bastante interessante. A gente bateu papo sobre muita coisa. (cooperado I. K. – COORECICLARTE)

> Cheguei, cheguei a participar de eventos, de cursos. Só não deu para eu terminar o curso por causa das minhas filhas, que eu não tinha com quem deixar elas. Eu fazia um curso lá na Católica [Universidade] de formação de líderes e cidadania e não sei o que lá [...] Muito, é muito importante. (cooperada H. C. – COORECICLARTE)

Principalmente as pessoas entrevistadas da COORECICLARTE já tiveram oportunidades de participar de atividades de formação voltadas à melhoria do trabalho, tanto na área específica de reciclagem como para apreender conceitos e princípios do cooperativismo e de liderança.

Houve aquelas, tanto da COORECICLARTE como da COORECOMEÇO, que informaram ter tido oportunidades para participar de cursos, mas nem sempre puderam fazê-lo por motivos diversos, mas principalmente pela falta de interesse.

> Quando a gente está na cooperativa, eu sempre vejo eles falarem de cursos, né? Às vezes, curso de artesanato, de fazer flor [...] e eu não [...] Meu negócio é alguma coisa que dê dinheiro. Negócio de artesanato não dá dinheiro não. É, outro tipo de curso, quem sabe uma computação, né? Aí, eu me interessava. Eu tenho vontade de aprender computação. Agora, esse negócio de fazer florzinha, fazer coisinha não me interessa, não. (cooperada F. S. – COORECICLARTE)

> Não. Já estou velha demais, isso aí já é um quebra-cabeça pra mim, já é problema o suficiente. Eu mexo com papel há dezenove anos, então, qualquer outro trabalho que forem me oferecer [...] Se durante dezenove anos eu mexendo com isso eu não aprendi, pode deixar quieto que não aprendo mais. Eu cheguei a trabalhar na XX [empresa de reciclagem], trabalhei à noite, aprendendo a separar, então, hoje eu sou mais sábia que há três anos atrás. Na época, aprendi os tipos de materiais, quais são eles, como é chamado, para onde eles vão. (cooperada M. L. –

COORECOMEÇO)

Além da falta de interesse, algumas pessoas entrevistadas alegaram não participar de cursos devido à indisponibilidade de tempo. As maiores dificuldade para participação nas atividades de formação eram relatadas por mulheres, pois, muitas delas não tinham com quem deixar os filhos pequenos.

As atividades de formação são consideradas princípios do cooperativismo e da economia solidária, devendo ser promovidas pelas cooperativas no sentido de contribuir tanto para a formação cultural dos cooperados como para fortalecer as práticas cooperativas. Porém, para esses trabalhadores e trabalhadoras, as expectativas com relação à formação direcionavam-se mais para o aprendizado formal (suprir o próprio déficit educacional ou preparar-se para outras oportunidades de trabalho).

Era também intenção da entrevista compreender em que sentido as práticas de ajuda mútua, igualdade e solidariedade eram levadas para o campo doméstico, especialmente para as mulheres, considerando sua sobrecarga de trabalho em casa e na cooperativa. Vimos há pouco, que a responsabilidade com os filhos é um empecilho para muitas delas participarem das atividades de formação.

A indagação sobre a conciliação dos afazeres domésticos com as atividades de trabalho foi direcionada tanto para os homens como para as mulheres das três cooperativas. Os relatos demonstraram que prevalecem as atribuições domésticas como responsabilidades femininas. A maior preocupação das entrevistadas eram os cuidados com os filhos, principalmente entre aquelas que tinham crianças pequenas. Algumas dessas mulheres compartilham com outras mulheres ou com os filhos e filhas maiores a responsabilidade de cuidar dos seus filhos pequenos durante a sua ausência do lar. Vejamos depoimentos de algumas delas.

> Eu moro com a minha avó e tenho um filho de três anos que fica com minha prima. E, lá em casa, eu não faço muita coisa, não dá para trabalhar em dois lugares. (cooperada L. E. – COOPAMBIENTAL)

> Não. Sou só eu e elas [filhas]. E já é difícil só com elas. Para você ver: quando eu estava trabalhando, que era aqui pertinho, ainda ia, né? Era uma correria só, que eu corria aqui, corria lá, corria aqui, corria lá, porque as minhas meninas ficavam sós. Eu não tinha arrumado creche nem nada para elas. Então, de quinze em quinze minutos eu tinha que estar aqui em casa olhando elas. Eu não podia ficar sem ir para a cooperativa. Era uma correria só. Quando chegava de noite, quando a cooperativa fechava, aí que eu ia cuidar de casa, fazer comida para o outro dia e cuidar de menino. (cooperada H. C. – COORECICLARTE)

> Hoje, foi o primeiro dia que eu trouxe o meu filho, mas de manhã eu venho e tenho minha menina maior, ela fica com ele, até eu dar banho nele. Ele dorme a manhã quase toda, eu vou pra casa arrumo almoço, arrumo eles pra ir pra escola, almoço, descanso um pouco e volto. (cooperada E. S. – COORECOMEÇO)

> Como eu já falei, é um pouco corrido, mas dá pra conciliar. Sou eu que cuido de tudo sozinha. Tenho duas netas, uma que tem sete anos e a outra tem nove anos. A que tem nove anos estuda a tarde e, aí pela manhã, ela fica em casa, aí, ela lava uma louça, limpa casa, ajuda um pouquinho. Eu tenho dois meninos que ajudavam um pouco, mas eles foram embora para Bahia, então agora a correria é só minha. E a noite vai pra casa e tem mais serviço. (cooperada I. A. – COORECOMEÇO)

Algumas entrevistadas pagavam a terceiras ou a mulheres da mesma família para manterem os cuidados domésticos. Houve relatos de mulheres que assumiam toda a responsabilidade doméstica, porque eram sozinhas, não tinham um companheiro ou familiares para dividir ou compartilhar responsabilidades. Houve relatos de homens também nessa mesma situação que, sozinhos, eram responsáveis pelos afazeres.

> Eu não tenho filho de menor mais. Mas, tem um [filho] rapaz que mora mais eu [...] Tenho, eu saio daqui, tenho que fazer janta, arrumar casa, arrumar tudo. É, eu que cuido. Eu e meu rapaz, que está com dezoito anos [...] Moram eu e ele. Tem o quartinho dele dormir, mas ele mora mais eu [...] Trabalha aqui também, tem dois que trabalham aqui, mas um é fora [...] Dois trabalham comigo. (cooperado A. P. – COOPAMBIENTAL)

> Só fazer almoço e cuidar de casa, que eu moro só. De manhã, eu trabalhava de dia e, à noite, limpava a casa. (cooperado I. K. – COORECICLARTE)

Alguns ainda afirmaram não ter afazeres domésticos por que não têm

família. Foram pouquíssimas as declarações masculinas que remeteram os trabalhos domésticos à responsabilidade exclusiva das mulheres. Vários homens afirmaram dividir ou compartilhar serviços domésticos com suas esposas ou companheiras. Especialmente nas cooperativas em que famílias trabalhavam juntas, o envolvimento masculino com as atividades domésticas passava por mudanças. Vejamos outras declarações masculinas.

> Agora vou ter [afazeres domésticos] porque a mulher vai ter criança, agora, então, eu vou ter que cuidar. Porque as férias [das crianças] é só de três semanas e quando as aulas voltarem eu tenho que ir em casa umas hora para levar as crianças pra escola. A maior de onze anos já vai porque estuda aqui na quadra 404, mas os outros não sabem, o menor tem que levar pra creche [...] É, mas, quando a mulher ganhar neném, vou trabalhar e sair uma hora e ir em casa pra cuidar de tudo. (cooperado M. R. – COORECICLARTE)

> Eu ajudo minha mulher, porque ela passa quase o dia todo aqui, aí, eu vou umas dez e meia, onze horas pra casa já faço o almoço pra quando ela chegar tá pronto. Porque uma e meia tem que retornar, depois do almoço. (cooperado R. N. – COORECOMEÇO)

A simples divisão ou compartilhamento das responsabilidades pelas tarefas domésticas não assegura que exista uma visão de igualdade de gênero entre os cooperados dos diferentes sexos. Na verdade, não era intenção desta pesquisa aprofundar a análise sobre a questão de gênero, buscávamos, sim, entender se as relações de solidariedade e ajuda mútua que fundamentavam o cooperativismo estariam presentes nas relações interpessoais, que se estabelecem no interior das cooperativas, e se estas relações seriam extensivas ao lar e à família.

Em algumas declarações, principalmente daqueles casais que trabalhavam juntos, nota-se uma preocupação em ressaltar que as responsabilidades domésticas eram compartilhadas tais como as do trabalho na cooperativa. Isso poderia apontar para possíveis mudanças culturais nas quais prevaleciam relações de igualdade e compartilhamento de responsabilidade. Mas, ainda predominavam, entre essas visões, as tradicionais acerca da posição de desigualdade de homens e mulheres no lar. Nas circunstâncias de desigualdade, a sobrecarga feminina era maior que a masculina pela dupla jornada de trabalho

que elas enfrentavam em casa e na cooperativa.

Mudanças culturais em profundidade que incluíssem igualdade e solidariedade na divisão de tarefas e nos ganhos eram preocupações de muitos cooperados, mas quando essas questões eram remetidas à vida doméstica a preocupação não era tão evidente assim.

Nas entrelinhas do discurso, muitos cooperados e cooperadas expressaram que levavam a experiência do compartilhamento das atividades e responsabilidades da cooperativa para sua vida pessoal e familiar. Muitos alegaram mudanças na sua vida pessoal após o ingresso na cooperativa, principalmente no aspecto humano.

> Mudou um pouco sim, que agora que eu vim trabalhar aqui, eu posso comprar as minhas coisas, ajudar minha mãe em casa. Criou um pouco de responsabilidade, nisso também, em casa fiquei mais amiga, tenho aprendido bastante na comunicação, a me comunicar melhor com as pessoas. (cooperada A. R. – COOPAMBIENTAL)

> Mudou muitas coisas. Antigamente, eu não parava em casa, não, ficava era nas ruas. Depois que meu pai e meu irmão tava morando lá, também que eu vim pra cá pro M. [presidente/cooperativa] e passei a trabalhar, que melhorei muito. Melhorou porque, antigamente, eu ficava pra rua, não sabia a hora que voltava [...] meus pais ficavam preocupados. Agora não, depois que comecei a trabalhar aqui [...] comecei a ter consciência. Porque se tô lá na rua, tô passando frio, e tem perigo de morrer. Porque aqui não, se tô trabalhando aqui, eu tô bem. Eu acho positivo, porque mudou muitas coisas. (cooperado P. H. – COOPAMBIENTAL)

> Mudou muita coisa. Porque eu ficava em casa, né? Aí, minha mãe ficava jogando na minha cara: 'Ah! Tá desempregada. Porque ela tá tendo dinheiro do marido, ele tá ganhando bem, aí, jogava na cara: Tá morando de favor na casa dos outros'. Porque morar na casa de mãe é assim. Aí, foi eu arrumei este serviço e nunca mais parei de trabalhar, não. Aí, aliviou um pouco as fofocas de mãe, de irmã, ficou mais em paz pra mim. Meus meninos vai pra escola e voltam [...] Hiii, tá tudo grande. Minha menina tem 18 anos, e o de 9 anos não dá mais trabalho, faz tudo só. (cooperada Q. F. – COOPAMBIENTAL)

> Mudou, porque antes de eu trabalhar na cooperativa [...] Foi até bom, porque eu me separei do pai das minhas filhas, eu estava passando uma barra que só Deus e minha mãe que me ajudaram. Porque eu passei sete anos com o pai das minhas filhas e o pai das minhas filhas nem vem aqui em casa para saber se elas estão dormindo ou se elas estão comendo, se estão vestindo, entendeu? Tudo é eu sozinha. Então, quando eu separei dele, minha mãe me ajudou e eu conheci os meninos da cooperativa. Aí, eu falei: 'Ah, eu estou precisando trabalhar e tal'. E eles:

> ‘Não, vem aqui que a gente vai dar um jeito de botar você para trabalhar’. Aí, que eu fui, eu encarei, entendeu? Encarei e de lá que eu fui tirando o dinheiro do meu aluguel, do pão das meninas todo dia. Foi bom, foi muito bom eu ter encontrado. Ó, eu aprendi coisas lá que jamais eu ia saber. Eu agradeço muito a eles de terem me dado a oportunidade. (cooperada H. C. – COORECICLARTE)

As mudanças, do ponto de vista do crescimento pessoal e humano, foram expressas principalmente no plano das relações pessoais e familiares. Na avaliação desses cooperados e cooperadas, apesar dos ganhos financeiros em relação à própria renda não serem tão significativos, os ganhos pessoais adquiridos com a experiência de trabalho fez diferença em suas vidas. Em parte, era na geração de renda que mudava sua situação pessoal e relações familiares, contribuindo para o orçamento doméstico, aumentando a renda familiar.

Também muitas pessoas entrevistadas apontaram mudanças do ponto de vista do crescimento econômico e claras melhorias financeiras em suas vidas, após o início do trabalho na cooperativa.

> Ah, mudou muito, porque antes eu estava passando necessidade. Agora eu trabalho e ganho toda semana. Uma semana eu pego cem reais e pago as contas e compro as coisas, na outra semana eu ganho uns cinquenta e já compro um tijolo, uma brita pra ir levantando a casa, ir melhorando o barraco. Eu vou ganhando conforme o meu interesse. (cooperado M. R. – COORECICLARTE)

> Não é nem quando eu comecei na cooperativa, mas depois que eu comecei a catar material na rua, né. Aí, mudou porque antes não [...] as minhas filhas passavam fome, meu esposo doente passando fome [...] Aí, não era bom. Andava pedindo pros outros, levando fora, né? Aí, eu aprendi [...] E (graças a Deus!) eles não passam mais fome, não. Todo dia tem de comer e de vestir também, graças a Deus. (cooperada F. S. – COORECICLARTE)

Finalmente, alguns cooperados e cooperadas avaliaram as mudanças nas relações de trabalho ou no jeito de trabalhar diferente de outras experiências, alguns viam essas mudanças como positivas para a sua vida e para os seus ganhos financeiros.

> Para mim melhorou cem por cento, porque, quando eu comecei a trabalhar aqui, as coisas melhoraram bastante, quando eu trabalhava na

> outra [cooperativa] eu cheguei a trabalhar quinze dias e ganhei trinta e cinco reais trabalhados. E aqui não tem essa história de você trabalhar quinze dias e não saber quanto vai sair pra você. A partir do momento que você coloca seu material na balança, você sabe quanto vai ganhar e o dinheiro tá na sua mão e é só seu, a não ser os três por cento que nós tiramos pra cooperativa, porque tem que ter um fundo [...] Até que não mudou [a aquisição de bens], a única coisa que eu fiz na minha casa foi só um cômodo, mas eu pretendo construir minha casa, tô tentando juntar um dinheirinho. No geral, as mudanças em minha vida foram positivas. (cooperada M. L. – COORECOMEÇO)

> Mudou mais o jeito de trabalhar, né, e o horário da gente sair daqui, ir para casa. Aí fica melhor, porque a gente trabalhar assim [...] Por conta própria é bom trabalhar, mas não é como trabalhar num canto, onde tem mais gente, mais coisa, trabalhar com uma pessoa que tem mais capacidade. Aí, assim é melhor. (cooperada M. J. – COOPAMBIENTAL)

> O que mudou foram às condições, mudou bastante. Porque antes a gente morava na Bahia, é bem diferente, o povo de lá é bem diferente. Porque lá é assim, senão tiver chuva pra você plantar, colher, não tem nada e aqui a gente não depende de dizer assim, senão colher não ganha o dinheiro, aqui é tendo o material da rua a gente pega traz, pode-se dizer que o dinheiro tá na mão, assim mudou bastante [...] (cooperada I. A. – COORECOMEÇO)

Outros não perceberam grandes mudanças na sua vida pessoal, avaliaram o trabalho da cooperativa como um trabalho ruim e mal remunerado. Alguns compararam a atual situação com a que vivenciavam anteriormente à cooperativa, para alguns a anterior era pior, para outros nem tanto, estes aguardavam que aparecessem melhores oportunidades no futuro.

> Não, aqui a gente trabalha pra não ficar parado, mas de quando [...] eu vim pra aqui, já tem dez anos, e eu ganhava dez reais lá na fazenda. Cheguei aqui e estou ganhando três, quatro, cinco. Não modificou nada. O que modificou aqui, sabe o que é que foi? É que aqui o pessoal trabalha menos. Porque lá [na fazenda], às sete horas a gente começa a trabalhar e vai até cinco [17h]. É, e lá o esforço do serviço é maior e é mais arriscado também, fazenda, né, porque seguro também não tem. Aí, você enfrenta cobra, enfrenta tudo, marimbondo [...] (cooperada A. P. – COOPAMBIENTAL)

> Não mudou nada, é como qualquer outro serviço. Não mudou nada. Mudou assim, porque agora eu ainda tenho um pouco mais de tempo pra mim, é pertinho de casa e, no outro serviço, eu passava a semana toda lá, dormia lá, quase não via os meninos. Às vezes, chegava à noite em casa, eles estavam dormindo, agora eu tenho mais tempo. (cooperada E. S. – COORECOMEÇO)

> Quase nada. O outro trabalho era muito melhor, era de motorista de caminhão, mas era autônomo, não era fichado. Eu trabalhei na COOPESTRUTURA poucos dias. Trabalhei muito pouco, foi quando a gente foi para outra cooperativa e abriu essa nova. (cooperado R. N. – COORECOMEÇO)

Na COORECOMEÇO, cuja vinculação com a cooperativa dava-se por família, em certa medida, as relações de trabalho levavam a alterações no cotidiano familiar dos trabalhadores e trabalhadoras, porque envolviam todos os membros nas relações cooperativas. Isso era diferente nas cooperativas COOPAMBIENTAL e COORECICLARTE, cujas vinculações eram individualizadas, aquelas que contabilizavam cooperado a cooperado, apesar de que nessas cooperativas os membros da mesma família costumavam trabalhar juntos, sendo estes casais, irmãos, pais e filhos, etc. Isso foi constatado por declarações como a do senhor A. R. que trabalhava na COOPAMBIENTAL com dois filhos adultos e do senhor F. A., presidente da COORECICLARTE, que trabalhava com sua esposa na cooperativa.

Há relatos de cooperados e cooperadas que saíram da condição de completa ociosidade para a inserção no trabalho pela via da cooperativa, como o senhor E. S. que se dizia dependente químico em recuperação graças ao vínculo com a COORECICLARTE.

Há relatos também daqueles que saíram da condição de completa exposição como catador nas ruas para um trabalho abrigado e mais seguro. Essas mudanças, mesmo que em certos casos incipientes, provocaram alterações na forma desses trabalhadores e trabalhadoras perceberem o seu trabalho, verbalizando que o consideravam como um trabalho digno apesar do preconceito. Isso poderia ser percebido na própria relação construída com a comunidade local.

Quando perguntamos sobre as possíveis contribuições da cooperativa à comunidade (ou num sentido mais amplo à sociedade), aproximadamente 56% das pessoas entrevistadas responderam positivamente à questão, percebendo essas contribuições sob dois pontos de vista diferentes: o primeiro, sobre a perspectiva da inserção social, referindo-se à oportunidade de trabalho que a cooperativa proporcionava à comunidade; e, o segundo, mais específico sobre o

tipo de atividade realizada com a reciclagem, referia-se à contribuição à preservação do meio ambiente e da natureza, mediante a redução dos detritos urbanos.

Vejamos a seguir algumas declarações sobre a contribuição da cooperativa para a comunidade, no sentido da geração de trabalho/ocupação e renda.

> Essa cooperativa aí é bom [...] Porque tem muita gente aí que eu conheci que não fazia nada, né? E só andava na rua, e agora está trabalhando, separando material na cooperativa. Tem umas pessoas que preferem andar na rua e outras ficam dentro, separando material, entendeu? (cooperada F. S. – COORECICLARTE)

> Acho que sim, porque só das pessoas terem um local de trabalho já é uma coisa boa. Aliás, todos os sócios moram aqui na XX [R. A. onde se localiza a cooperativa] [...] Acho que sim, a pessoa já não fica no meio da rua sem ter um trabalho, evita de fazer coisas erradas. (cooperada I. A. – COORECOMEÇO)

> Contribui, porque a maioria do povo [local] o trabalho é esse. Um bocado de gente estaria desempregado. (cooperado L. C. – COORECOMEÇO)

Essas opiniões apresentavam a perspectiva da possibilidade de inserção social pelo trabalho em cooperativa, assim como avaliavam a experiência como uma alternativa à mendicância e à delinquência.

Ressaltamos, abaixo também, as declarações daqueles e daquelas que percebiam o trabalho em cooperativa de catadores como uma contribuição à preservação do meio ambiente e à limpeza urbana por meio da reciclagem, como uma contribuição à comunidade local.

> Acho que contribui, porque o lixo que vem a gente recicla. E também tem o carro que vai lá e busca o que fica no meio da rua. Então, a gente deve contribuir com a limpeza. E também pra não deixar bagunça aqui o que fica fedendo a gente limpa. (cooperado A. R. – COOPAMBIENTAL)

> Não, só presta serviço, porque os material aí, com o tempo, vai retornar de novo, de outra forma. É muito importante a catação que a gente faz aí e nem todo mundo vê isto, só isto [...] (cooperado R. U. – COOPAMBIENTAL)

> Com certeza! E não só elas, mas todas [...] Acho que cooperativa de

> matérias reciclados em todo lugar teria que ter uma. Porque tem gente que não tem noção de um papelão daquele ali, de uma sacolinha plástica, uma garrafa de refrigerante. Não é só para mim ou para você, não, é para a humanidade, para o planeta. E tem gente que não tem essa noção, nem eu tinha. Quando eu entrei para a cooperativa, é que eu vim ter aquela noção. Eu mesma estava fazendo mal para mim mesma e não sabia. (cooperada H. C. – COORECICLARTE)

A incorporação da visão do reaproveitamento do lixo urbano e da preservação do planeta era forjada nas práticas cooperativas, não necessariamente na condição de catador. Os debates promovidos sobre o assunto ampliavam o conhecimento sobre importância da reciclagem e aumentavam a autoestima dos catadores, que, em muitos casos, se sentiam vítimas do preconceito e sentiam o seu trabalho desprestigiado.

Essas declarações indicavam também uma mudança cultural desses cooperados e cooperadas da própria concepção do descarte do lixo, pois percebiam a reciclagem como uma importante ação que contribuiria à preservação do meio ambiente e como um componente para sustentabilidade do planeta, pensando nas gerações futuras.

Houve uma quantidade pequena de cooperados e cooperadas que abordaram os dois pontos de vistas combinados, tanto da inserção social como da reciclagem.

> Só a higiene [...] Ajuda a catar o resto do lixo e limpa a cidade bem limpinha, pronto. Eu não posso participar de nada que fico emocionada, não aguento não, choro por qualquer coisinha [chorou um pouco]. Foi. A cooperativa ajuda a gente um bocado. Porque a gente desempregado sem nada é ruim pra alimentar os nossos filhos. E a cooperativa já alivia a dor, de um dinheiro no bolso, de um remédio. (cooperada Q. F. – COOPAMBIENTAL)

O discurso emocionado da entrevistada representava o sentimento de prosperidade pessoal que o trabalho nessa cooperativa proporcionou-lhe, além do reconhecimento da importância do seu trabalho para a sociedade, sobretudo, ressaltava a melhoria nas condições de vida pela saída da situação de miséria.

Aproximadamente 36% das pessoas entrevistadas avaliaram que a cooperativa não trazia nenhuma contribuição à comunidade, e, da mesma forma,

acreditavam que a comunidade não contribuía com a cooperativa. Ainda, cerca de 8% não souberam avaliar esse aspecto.

De forma geral, podemos perceber que as mudanças culturais não foram muito significativas do ponto de vista de uma nova concepção de mundo ou de incorporação no discurso de princípios do cooperativismo ou da economia solidária. Vários fatores poderiam influenciar essas mudanças culturais, tais como o aprofundamento da formação intelectual e a ampliação da participação política dos cooperados. Também a formação e a participação poderiam levar os cooperados a adquirirem a compreensão do significado da relação entre cooperativismo e projeto social, o que talvez estreitasse a interação e até o comprometimento da cooperativa com a comunidade local.

Os discursos não indicavam que ocorreram mudanças culturais a partir da inserção do trabalhador ou trabalhadora na cooperativa, mas mostraram a existência de mudanças de hábitos e comportamentos da maioria dos cooperados, bem como impactos positivos nas suas condições de vida devido à saída da condição de miséria e aumento do poder aquisitivo, à melhoria nas relações domésticas, especialmente no compartilhamento de responsabilidades entre homens e mulheres, e à consciência ambiental. Observamos também que o engajamento político do cooperado ou cooperada crescia à medida que aumentava a sua participação no processo decisório.

O significado do cooperativismo e a questão do compromisso social foram percebidos principalmente no discurso de algumas lideranças. Mas, no caso das cooperativas COORECOMEÇO e COORECICLARTE, os próprios cooperados e cooperadas também demonstraram mais clareza desses aspectos. Notamos que essas duas cooperativas tinham maior envolvimento tanto com a CENTCOOP como com outras entidades parceiras. Esse envolvimento aumentava a possibilidade de construção de uma nova visão sobre as relações de trabalho e de produção na cooperativa. Apesar disso, apenas na COOPAMBIENTAL existia o trabalho coletivo e os ganhos igualitários, prática que se estruturou desde a sua formação e permanecia, apesar das práticas pouco democráticas no processo decisório e na forma de gestão.

Não foi possível identificar, nos discursos dos cooperados e cooperadas, clareza quanto aos princípios do cooperativismo, mas foi possível perceber noções que indicam uma nova forma de compreender as relações de trabalho, incorporando conceitos como o de coleta seletiva solidária, notadamente na COORECICLARTE.

Apesar de algumas pessoas entrevistadas, certa de 28% do total, não identificarem o trabalho na cooperativa como uma mudança positiva e ainda manterem a esperança de conseguir algo melhor no mercado formal de trabalho, uma grande parte acreditava na cooperativa como um "negócio próprio" e que dependeria do esforço de cada um e de todos para dar certo. A noção de coletividade era bem destacada nos depoimentos, a ideia de que o todo depende das partes para o crescimento do empreendimento foi defendida por muitos.

Quanto à compreensão sobre o trabalho em cooperativa, percebemos três linhas de raciocínio nos discurso, que representaram tanto noções inovadoras como tradicionais.

A primeira noção identificada nos discursos, era do trabalho na cooperativa como um diferencial na oportunidade de aquisição de renda. O mercado de trabalho formal não lhes oferecia oportunidades, ou melhor, os recusava devido a sua baixa escolaridade e falta de qualificação profissional, por isso, procuravam meios de sobrevivência individual (por conta própria), que não lhes garantiam renda suficiente. Porém, o trabalho na cooperativa viria a proporcionar-lhes possibilidades de crescimento financeiro e prosperidade por assegurar-lhes melhores condições de trabalho e geração renda.

A segunda noção era de que o trabalho traria um diferencial pessoal, além da renda. Isto é, a experiência do trabalho cooperado proporcionava, também, além da conquista de melhores condições de produção e geração de renda, melhorias na vida pessoal, como mudanças nas relações domésticas e na relação com a comunidade. Assim como, alterava sua visão acerca do trabalho, concebendo-o como livre da relação patrão/empregado, como um negócio próprio e, ao mesmo tempo, compartilhado.

A terceira noção era a de que e o trabalho em cooperativa não traria

satisfação, porque não corresponderia à situação ideal, visto que a referência continuava sendo a relação formal de emprego. A perspectiva vislumbrada pelo trabalhador seria de um emprego que lhe trouxesse estabilidade e segurança, condições que não eram encontradas na cooperativa. A análise particularizada da sua condição imediata de sobrevivência não lhe permitia vislumbrar um sentido de coletividade ou uma identificação da cooperativa como um bem coletivo. Esta se apresentava apenas como uma alternativa de sobrevivência em condições de extrema necessidade, pois não era o tipo de trabalho desejável, já que estar empregado no mercado formal seria o ideal.

Os significados atribuídos ao trabalho, na realidade não eram novos, eram reapropriados a partir da prática nas cooperativas. A maioria dos cooperados e cooperadas não tinha como referência o mercado formal de trabalho para verbalizar a sua visão acerca do trabalho formal. As referências que tinham estavam fincadas principalmente na informalidade das relações de trabalho que marcaram suas trajetórias ocupacionais, como as dos catadores “autônomos”, das empregadas domésticas, dos trabalhadores rurais e dos empregados temporários. Cabe ressaltar que as oportunidades de trabalho formal eram e ainda são limitadas para aqueles com baixa escolaridade e sem a qualificação exigida pelo mercado.

Apesar da falta de vivência do mercado formal pela maioria das pessoas entrevistadas, em alguns casos a visão da relação patrão/empregado fazia-se presente nas cooperativas, principalmente nos casos em que a direção da cooperativa limitava o poder decisório aos membros da direção. A visão tradicional de trabalho como meio de sobrevivência e sustento ainda eram fortes no imaginário dos cooperados, mas, parecia que gradativamente eles incorporavam visões do trabalho como espaço de solidariedade, compartilhamento e igualdade de direitos e a cooperativa como um bem coletivo.

CONCLUSÕES

O foco fundamental de uma tese, em geral, é a verificação das hipóteses previamente estabelecidas. No entanto, o percurso da sua construção leva tanto a buscar respostas aos questionamentos iniciais como aos questionamentos surgidos, posteriormente, ao longo da pesquisa. Assim, o pesquisador depara-se tanto com achados que comprovam suas hipóteses, como com descobertas inesperadas.

Esta tese, particularmente, sintetiza o percurso de uma assistente social e professora universitária que dedicou boa parte de sua vida acadêmica a estudar os fundamentos da história, teoria e método do Serviço Social, bem como a pesquisar e publicar sobre os temas movimentos sociais, participação política, trabalho e relações sociais. O interesse desta autora em pesquisar sobre temáticas relacionadas a trabalho e relações sociais surgiu, exatamente, da proximidade entre os estudos acerca das iniciativas advindas dos movimentos sociais ditos populares – que buscam, por meio do associativismo, alternativas ao desemprego para geração de trabalho e renda – e da questão das transformações no mundo do trabalho – com a reestruturação produtiva, que levou à expulsão do mercado de trabalho um de contingente importante de trabalhadores.

A preocupação inicial de desenvolver estudos sobre o associativismo gerador de renda e trabalho aproximou esta pesquisadora da temática do cooperativismo, que considerou o seu processo de expansão a olhos vistos em Brasília, Distrito Federal.

Mediante a decisão do tema e do objeto de pesquisa, o principal desafio passava a ser a definição do quadro teórico de referência. A definição de conceitos e categorias analíticas precisava articular-se às opções metodológicas da pesquisa, por isso, algumas compreensões faziam-se necessárias, como a definição de cooperativismo e a polissemia em torno do conceito.

À definição inicial de cooperativismo como o modelo de produção fundamentado na propriedade cooperativa – com base na associação de pessoas e não de capital, na gestão cooperativa, em que o poder de decisão último é sempre da assembleia dos associados e na repartição cooperativa, isto é, na

distribuição de sobras financeiras em função da participação dos associados – foi-se somando a novos conceitos e novas visões, que possibilitaram a desconstrução e reconstituição de conceitos basilares. A compreensão pura e simples dos princípios e valores do cooperativismo e a verificação da incorporação desses valores pelos trabalhadores participantes das cooperativas pesquisadas não era mais suficiente à pesquisadora, pois se estabeleceram novos desafios.

À compreensão das cooperativas como empreendimentos que se baseiam em valores de ajuda mútua, responsabilidade coletiva, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, agregaram-se dados da realidade estudada que requalificam e redefinem essa compreensão a partir do cotidiano das práticas sociais, das experiências e vivências observadas e das descritas pelos informantes da pesquisa. Mais especificamente, denominamos esse fenômeno de "novas" modalidades de organização do trabalho, pelas características peculiares identificadas, práticas tradicionais do cooperativismo convivendo com novas práticas e novos conceitos, como o de economia solidária.

O percurso metodológico, dividido em quatro momentos fundamentais, colocou desafios não previstos no início da pesquisa. Os dados de realidade, referentes aos registros das cooperativas de trabalho existentes no DF, eram muito superficiais e exigiram da pesquisadora criar seus próprios mecanismos de mapeamento dos empreendimentos.

As entrevistas qualitativas com as quinze cooperativas de trabalho, identificadas como aquelas de inserção social, trouxeram inúmeros elementos que ajudaram a caracterizar o cooperativismo de trabalho no DF. Um cooperativismo que apresentava elementos do tradicional cooperativismo brasileiro, norteado pelos preceitos da OCB ou OCDF, mas que, ao mesmo tempo, incorporava conceitos de solidariedade e inserção social, advindos dos movimentos sociais.

Os resultados da pesquisa, de maneira geral, permitiram interpretar como os princípios do cooperativismo, aqueles propagados tanto pelo cooperativismo tradicional como pela economia solidária, eram incorporados pelos dirigentes e pelos trabalhadores das quinze cooperativas de trabalho do Distrito Federal, inicialmente estudadas.

A adesão livre e voluntária era afirmada em todos os casos sendo, portanto, o princípio fundamental de todas as cooperativas estudadas. A gestão democrática e participação econômica dos membros eram defendidas por todos os entrevistados e entrevistadas. Porém, em várias situações a gestão política e administrativa da cooperativa era exercida basicamente pelos e pelas dirigentes, com pouca participação dos demais cooperados e cooperadas, e a participação econômica era limitada e proporcional à produção individual. A autogestão não estava presente na grande maioria das cooperativas estudadas, mas em algumas delas tinha-se a autogestão como uma meta, predominando a gestão participativa.

A independência e a autonomia das cooperativas eram relativas, pois muitas delas dependiam das assessorias e dos agentes externos para sua sustentação e sua organização, assim como para as atividades de formação. Havia pouco estímulo à participação em atividades de formação, visto que a participação nesse tipo de atividades era espontânea e dependia do interesse de cada cooperado ou cooperada, em que as mais desejadas eram as de educação formal, ou aquelas que possibilitassem ascensão social.

A intercooperação era identificada em poucos casos, especialmente entre as cooperativas de catadores participantes da CENTCOOP, que tinham esta central como referência para orientá-las sobre as questões de mercado, a organização do trabalho e os direitos dos cooperados. Poucas cooperativas manifestaram interesse pela comunidade, a não ser aquelas cujos participantes trabalhavam em prol da melhoria das condições de vida dos próprios cooperados, que desenvolviam e participavam de projetos sociais.

A escolha de três cooperativas de catadores de materiais recicláveis, como opção para a pesquisa em profundidade, deu-se, prioritariamente, pelos fatores inserção social e geração de renda. As cooperativas de catadores apresentam-se como aquelas que traduzem uma importante característica de superação da condição de extrema pobreza, visto que seus participantes são, em maioria, pessoas de renda inferior a um salário mínimo, que buscam, na coleta de material reciclável, uma alternativa de sobrevivência.

Esses catadores e catadoras que, do ponto de vista das condições de escolaridade e de qualificação profissional, seriam considerados os inaceitáveis ao mercado de trabalho brasiliense, cujos melhores empregos e salários estão na administração pública federal e distrital, encontraram nas cooperativas as possibilidades de trabalho, renda, inserção social e até reconhecimento com trabalhadores do setor de reciclagem.

A pesquisa demonstrou que, para essas pessoas, a participação em cooperativa de trabalho apresentava-se como uma alternativa de melhoria das condições de trabalho e renda pela organização do processo produtivo e pela possibilidade de melhor comercialização dos produtos.

Enquanto assistente social, o olhar desta pesquisadora à questão das cooperativas de inserção social considerou aspectos como as condições de vida e a proteção social. Observamos as situações de extrema vulnerabilidade e desproteção social desses trabalhadores e de seus familiares, todavia, identificamos que muitos deles saíram de situações de extrema pobreza pela via do cooperativismo.

A análise das informações coletadas, e aqui expostas em quatro capítulos, permitiu a comprovação das duas hipóteses formuladas, evidentemente, com algumas ressalvas, o que trataremos a seguir.

As cooperativas de trabalho do DF estudadas caracterizavam-se como organizações heterogêneas, no interior das quais foi possível observar tanto práticas políticas e gestão democrática (ou participativa) como práticas políticas conservadoras e gestão autoritária. A incorporação da compreensão dos ideais do cooperativismo ou da autogestão pelos trabalhadores e trabalhadoras estava relacionada à própria origem do grupo, à autonomia na constituição de cada grupo e à identificação que os sujeitos manifestavam com um projeto social e político mais amplo.

A origem dessas cooperativas estava relacionada, fundamentalmente, à questão de geração de renda e oportunidade de trabalho. A opção do trabalhador pelo cooperativismo não era caracteristicamente espontânea, era influenciada,

sobretudo, por agentes externos (como ONGs, fundações, universidades, igrejas e até órgãos do poder público.), especialmente naquelas cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Nesses casos, percebia-se uma forte influência de ativistas que, viam no ressurgimento do cooperativismo, uma esperança de superação do modo de produção capitalista com a mudança nas relações de produção, inclusive pela alternativa da economia solidária. Entretanto, prevalecia nas cooperativas estudadas a concepção do trabalho cooperativo como forma de inserção/reinserção social de trabalhadores e trabalhadoras excluídos do modelo formal/padrão de emprego.

A trajetória histórica de cada grupo e as relações de trabalho e interpessoais constituídas nas cooperativas levavam a mudanças na compreensão do significado do trabalho cooperado pelos trabalhadores, não devido a um projeto de um novo modo de produção, mas, principalmente, pela incorporação de valores que modificavam as relações interpessoais e o sentido de pertencimento ao grupo. Os discursos dos trabalhadores e das trabalhadoras expunham, sobretudo, os valores éticos de transparência nas ações, responsabilidade coletiva para o êxito da cooperativa e companheirismo entre colegas, especialmente quando se referiam à solidariedade e ajuda mútua.

No entanto, observou-se que as práticas cotidianas desses trabalhadores e trabalhadoras nem sempre expressavam, de fato, o rompimento com as relações de trabalho heterônomas tradicionais. Em alguns casos, ao contrário, reproduziam as relações hierárquicas patrão/empregado da empresa capitalista, especialmente no que se referia à participação na gestão.

As alterações nas relações de trabalho, concomitante com a instabilidade socioeconômica (devido à instabilidade dos ganhos reais) afetavam, sobremaneira, as expectativas que os trabalhadores e trabalhadoras tinham com relação ao cooperativismo. Observou-se isto, especialmente, nas cooperativas de catadores, considerando suas necessidades de superação do desemprego e a condição sobrevivência econômica dessas cooperativas, geralmente, extremamente vulneráveis às intempéries de mercado.

Isso não significava que, em consequência, esses trabalhadores e trabalhadoras articulassem uma posição política comum e se manifestassem frente à realidade social mais ampla para conquistar direitos ou para construir canais de participação na elaboração de políticas públicas ou ainda que lutassem pela regulamentação das novas relações de trabalho. Mas, várias dessas cooperativas, para tentar sobreviver, estabeleciam uma relação de embate com o governo do DF, por meio de suas entidades representativas.

Nesta pesquisa, identificamos que havia uma intrínseca relação entre a produção dessas cooperativas e as demandas do mercado, caracterizando-se como um fator de funcionalidade ao sistema. E isto, não se reduzia às "falsas" cooperativas, pois mesmo as "autênticas" configuravam-se como uma alternativa paliativa à questão do desemprego e à pobreza, e, portanto, não "rompiam" com o sistema capitalista.

Apesar dos lapsos de tempo transcorridos entre a elaboração do projeto, a realização da pesquisa e a apresentação desta tese, nós acreditamos na atualidade do debate. Novas investigações ainda são necessárias para melhor compreensão do fenômeno das novas modalidades de organização do trabalho em Brasília.

A questão ainda em aberto nesta tese é saber se essas "novas" modalidades de organização do trabalho constituir-se-ão numa alternativa ao capitalismo pelos seus preceitos antissistêmicos, herança do movimento cooperativista (do século XIX), ou se terão como consequência a sua incorporação a esse sistema, considerando sua funcionalidade a ele em uma conjuntura de flexibilidade e crescente desregulamentação dos direitos sociais.

É intenção desta pesquisadora, além de dar *feedback* aos e às informantes sobre os resultados da pesquisa, dar continuidade aos estudos sobre essas cooperativas, ainda investigando as mudanças que afetam as vidas dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, a partir da relação com o trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS:

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. *A Construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. 1. ed. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1999.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. *A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2007.

BERNSTEIN, Edward. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro. Instituto Teotônio Vilela, 1997 (Coleção Pensamento Social-Democrata).

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Vinte anos de economia solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise de discurso*. 2ª ed. rev. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

CAMPELO, Estenio. *Cooperativas de trabalho: relação de emprego.* Brasília: Brasília Jurídica, 2005.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A Década Neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003. (Col. Mundo do Trabalho)

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis. Vozes, 1998.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo.* 2ª ed. Campinas, SP: Editora Átomo, 2005.

DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FARIA, José Henrique de. *Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

FIORI, José Luiz. *60 lições dos 90 – uma década de neoliberalismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUERRA, Alexandre et al. *Trabalhadores Urbanos: ocupação e queda na renda*. São Paulo: Cortez, 2007. [Atlas da nova estratificação social no Brasil; v. 2]

IBASE/ANTEAG. *Autogestão em Avaliação*. São Paulo: ANTEAG, 2004.

KRUEGER, Guilherme. *Cooperativas de Trabalho na Terceirização*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou revolução?* São Paulo: Global,1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.* 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas: em três tomos* (vol. 1). Lisboa: Avante; Moscovo: Progresso, 1982-1985.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1º, Vol. 1, 13ª ed. Tradução de. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1890/1989.

MILLS, C. Wright. *A Imaginação Sociológica* – Apêndice. Tradução de Waltenir Dutra. 3 ed.Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1972.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.* Petrópolis-RJ: Vozes, 1994

MOTA, Ana Elizabeth. *Cultura e Crise da Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos de 80 e 90*. São Paulo, Cortez, 2000.

MOURA, Valdiki. *Curso médio de cooperativismo*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1968.

PAVIANI, Aldo. *Brasília, a Metrópole em Crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

PERIUS, Vergílio (org.). *Cooperativas de Trabalho: Manual de Organização.* Edição especial da Revista Perspectiva Econômica, Série Cooperativismo. Vol. 32, n. 41, 1997.

PINHO, Diva Benevides. *As Cooperativas no Desenvolvimento do Brasil: passado,*

presente e futuro – tentativa de síntese. São Paulo: ESETec, 2007.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva (org.). *Cenário e tendências do cooperativismo brasileiro*. Emanuel Sampaio Silva... [et al.]. Recife: Bagaço, 2004.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob Fogo Cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999a.

REIMANN, Marcos Francisco. *Cidadania e Contratos Atípicos de Trabalho: as políticas sociais e o ordenamento do trabalho*. Porto Alegre (RS): Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é Cooperativismo*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense,1989.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Introdução à Economia Solidária.* 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VASAPOLLO, Luciano. *O Trabalho Atípico e a Precariedade*. Trad. Maria de Jesus brito Leite. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ARTIGOS CIENTÍFICOS EM COLETÂNEAS:

BATISTA, Analia Soria. Os excluídos sociais: regulamentação e desregulamentação. In *A regulação Social do Trabalho*. Mário César Ferreira; Sadi Dal Rosso (orgs). Brasília: Paralelo 15, 2003, pp. 193-206.

BERTUCCI, Ademar. Limites e Possibilidades de Organização dos Excluídos: os projetos comunitários da Cáritas do Brasil. In: *Formas de Combate e de Resistência à Pobreza*. Luiz Inácio Gaiger (org.). São Leopoldo (RS): Ed. UNISINOS, 1996, pp. 59-86.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: *A Nova Fábrica de Consensos*. Ana Elizabeth Mota (org). São Paulo, Cortez, 1998, pp.115-148.

CORAGGIO, José Luis. A Proposta de Economia Solidária ante a Economia Neoliberal. In: *Economia Solidária: um setor em desenvolvimento*. Silvana Maria Pintaudi (org.). São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002, pp.15-26.

ENRIQUEZ, Eugêne. Perda do Trabalho, Perda da Identidade. In: *Relações de Trabalho contemporâneas*. Maria Regina Nabuco; Antônio Carvalho Neto (orgs.). Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.

GAIGER, Luiz Inácio. As emancipações no presente e no futuro. In: *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Luiz Inácio Gaiger. (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GIRARD-NUNES, Christiane Ferreira. Os elos horizontais da economia solidária: desafios e perspectivas. In: *A Nova Ordem Social: Perspectivas da solidariedade contemporânea.* Paulo Henrique Martins e Basilmar Ferreira Nunes (orgs.). Brasília: Paralelo 15, 2004a, pp. 192-216.

_____. Introdução à economia solidária no Distrito Federal. In: *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.* Luiz Inácio G. Gaiger (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004b, pp. 229-265.

LAVILLE, Jean-Louis. Empresas Sociais: Rumo a uma abordagem teórica. In: *A Nova Ordem Social: Perspectivas da solidariedade contemporânea.* Paulo Henrique Martins e Basilmar Ferreira Nunes (orgs.). Brasília: Paralelo 15, 2004, pp. 165-191.

LIMA, Jacob Carlos; ARAÚJO, Neyara. Para Além do 'Novo Sindicalismo': A crise do 'Assaliariamento' e as Experiências com 'Trabalhadores Associados'. In: *O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois.* Iram Jácome Rodrigues (org.). Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 229-247.

LIMA, Jacob Carlos. O Trabalho em Cooperativas: dilemas e perspectivas. In: *A Perda da Razão Social do Trabalho: terceirização e precarização*. Graça Druck; Tânia Franco (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2007.

MOTA, Ana Elizabeth; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do Capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social In: *A Nova Fábrica de Consensos*. Ana Elizabeth Mota (org.). São Paulo, Cortez, 1998, pp. 23-44.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Fragmentos para um Discurso Sociológico sobre Brasília. In: *Brasília: a construção do cotidiano.* Brasilmar Ferreira Nunes (org.), et al. Brasília: Paralelo 15, 1997, pp. 37-68.

PAVIANI, Aldo. Brasília: Cidade e Capital. In: *Brasília: a construção do cotidiano.* Brasilmar Ferreira Nunes (org.), et al. Brasília: Paralelo 15, 1997, pp. 37-68.

POCHMANN, Marcio. O Mundo do Trabalho em Mudança. In: *Relações de Trabalho contemporâneas.* Maria Regina Nabuco; Antônio Carvalho Neto (orgs.). Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999b.

_____. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. In: *Mercado de Trabalho* (Nota Técnica). IPEA, 24/ago/2004.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. In: *Além da Fábrica*. Marco Aurélio Santana; José

Ricardo Ramalho (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2003, pp. 11-43.

RAZETO, Luis. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: *Educação Comunitária e Economia Popular*. Moacir Gadotti; Francisco Gutiêrrez (orgs.). São Paulo; Cortez, 1993, pp. 34-58 (Coleção questões da nossa época).

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRIGUEZ, César. Introdução para ampliar o cânone da produção. In: *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Boaventura de Sousa Santos (org.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 23-77. (Reinventar a Emancipação Social: para os Novos Manifestos; 2).

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Mercado de Trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: *Além da Fábrica.* Marco Aurélio Santana; José Ricardo Ramalho (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2003, pp. 140-178.

SILVA, Selma Cristina. A Terceirização via Cooperativas de Trabalho: precarização ou autonomia. In: *A Perda da Razão Social do Trabalho: terceirização e precarização*. Graça Druck; Tânia Franco (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2007.

SINGER, Paul. A Crise das Relações de Trabalho. In: *Relações de Trabalho contemporâneas.* Maria Regina Nabuco e Antônio Carvalho Neto (orgs.). Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.

_____. Planejamento e Mercado. In: *Economia Socialista*. Paul Singer; João Machado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. (Coleção Socialismo em Discussão)

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* Paul Singer; André Ricardo de Souza (orgs.). São Paulo: Contexto, 2002 – Coleção Economia, pp. 11-30.

TIRIBA, Lia. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* Paul Singer; André Ricardo de Souza (orgs.). São Paulo: Contexto, 2000 – Coleção Economia, pp. 11-30.

YANNOULAS, Silvia C. Gênero e Mercado de Trabalho: situando a problemática. In: *A Convidada de Pedra: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional: um olhar a partir do Brasil (1988-2002)*. Silvia C. Yannoulas (coord.) Brasília: FLASCO; Abaré, 2004, pp.48-62.

ARTIGOS CIENTÍFICOS EM PERIÓDICOS:

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. *Cadernos ENAP* n. 10. Brasília, 1997, pp. 01-50.

ARAÚJO, João Samuel de. O Cooperativismo como Instrumento Produtor e Distribuidor de Riquezas no Mundo do Trabalho: relato de experiências. In: *Ser Social*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB, n. 13, jul/dez, 2003, pp. 83-108.

BERTUCCI, Ademar. Economia Solidária: uma estratégia de sobrevivência, forma de resistência ou caminho para nova cultura do trabalho? In: *Ser Social*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB, n. 13, jul/dez, 2003, pp. 53-81.

DALBOSCO, Eduardo; KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. Os desafios de compreender o trabalho informal. In: *Revista Ser Social 5*, Brasília: UnB, 1999, pp. 189-220.

DEMO, Pedro. Globalização e Exclusão Social – contradições teóricas e metodológicas do discurso neoliberal acerca do enfrentamento da pobreza. In: *Ser Social*: Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB, n. 4, jan/jun de 1998a, pp. 43 a 74.

_____. Exclusão Social – categorias novas para realidades velhas. In: *Ser Social*: Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB, n. 3, jul/dez de 1998b, pp. 09 a 54.

FLEURY, Sonia. Reforma del Estado en America Latina. Hacia donde? *Nueva Sociedad* n.º 160, marzo-abril, 1999, pp.58-80.

FRANÇA FILHO, Genauto. A Problemática da Economia Solidária numa perspectiva internacional. In: *Sociedade e Estado*. Revista Semestral de Sociologia – UnB. Vol. XVI, nº. 1-2, jan-dez, 2001, pp. 245-275.

FREITAS, Carlos Eduardo; MACHADO, Maria Salete. Desregulamentação e precarização nas relações formais do trabalho no Brasil dos anos 90. In: *Ser Social*: Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB, n. 5, jul/dez, 1999, pp. 65-86.

GIRARD-NUNES, Christiane Ferreira. Economia Solidária em Tempos Sombrios. In: *Ser Social*: Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB, n. 5, jul/dez, 1999, pp.221-240

KUYUMJIAN, Marcia de Melo Martins; MELLO, Maria Tereza Negrão; SANTOS, Carolina Cassia Batista. Vivências Cotidianas do Trabalho Informal em Brasília. In: *Ser Social*: revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB, n. 9, jul/dez, 2001, pp. 187-216.

KUYUMJIAN, Marcia de Melo Martins; SANTOS, Carolina Cassia Batista. A informalidade e a apropriação do direito: considerações sobre a cidade de Brasília (Brasil). Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, v. 1, p. 97-119, 2006.

LAUTIER, Bruno. Trabalho ou Labor? Dimensões históricas e culturais. In: *Ser social*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB, n. 5, jul/dez, 1999, pp. 09-22.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária, a perspectiva européia. In: *Sociedade e Estado*. Revista Semestral de Sociologia – UnB. Vol. XVI, nº. 1-2, jan-dez, 2001, pp. 57-99.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 19 Nº. 56 outubro/2004, pp. 45-62.

OLIVEIRA, Luciano. "Os Excluídos "Existem"? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* n.º 33, ano 12, fev/1997, pp. 49-61.

PAVIANI, Aldo. Tecnologias, Lacunas de Trabalho e Políticas Públicas Urbanas. In: *Ágora*. Revista da Associação dos Servidores do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal. Vol. 1 n.º 1. Brasília: ASSIP; Paralelo 15, 1997, pp.116-146.

PICCININI, Valmiria Carolina. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. In: *Sociologias.* jul./dez. 2004, n.º 12, p.68-105.

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. Padrões Espacial e Setorial da Evolução da Informalidade no Período 1991-2005. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)* v.36, n.3, IPEA,dez/2006, pp. 471-488.

RODRIGUES, Eduardo Vítor;SAMAGAIO, Florbela; FERREIRA, Hélder; MENDES, Maria Manuela; JANUÁRIO. Susana. A Pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. In: *Sociologia, n.º 9,* Porto, FLUP. 1999. ou http://carloscouto.weebly.com/uploads/5/6/7/4/5674703/pobreza_e_exclusao_social.pdf

ARTIGOS CIENTÍFICOS EM CONGRESSOS:

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; GITAHY, Leda. Reestruturação Produtiva e Negociações Coletivas entre os Metalúrgicos Paulistas. Trabalho apresentado no XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association - The Palmer House Hilton Hotel Chicago –Illinois, 24 a 26 de setembro de 1998, pp. 01-48. Texto em PDF

COSTA, Viviana; SANTOS, Carolina Cássia B. *O Mundo Enigmático do Mercado Informal na cidade de Brasília – Eixo 3: Cidade Capital: Setores informais em Brasília como espaço de reelaborações do embate sociedade civil / Estado*. Trabalho publicado nos anais do 8º Congresso de iniciação científica da Universidade de Brasília, 2002. Texto em PDF

ARTIGOS CIENTÍFICOS EM PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS:

AZEVEDO, Alessandra; GITAHY, Leda. O cooperativismo industrial autogestionário no Brasil: cenário e atores. In: *Alessandra Azevedo y Leda Gitahy El cooperativismo industrial autogestionario en Brasil: escenario y actores, en Mirta Vuotto (comp.) La co-construcción de políticas públicas en el campo de la economía social.* Ed. Prometeo, Buenos Aires, 2007. http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/28.pdf

CORAGGIO, José Luis. *Una Alternativa Socioeconómica Necesaria: La Economía Social*. Universidad Nacional de General Sarmiento, 2003. http://www.elcorreo.eu.org/esp/IMG/pdf/doc-104.pdf

CRUZ, Antonio. *Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária*. Artigo de conclusão da disciplina “Economia Solidária”. FEA/ Universidade de São Paulo, jan/2002. http://www.ucpel.tche.br/nesic. Acesso em dezembro/2008

GAIGER, Luiz Inácio. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista.* Leituras cotidianas nº 127, 17 de janeiro de 2005. http://br.geocities.com/mcrost07/20050117a_a_economia_solidaria_diante_do_modo_de_producao_capitalista.htm (ou) http://www.ecosol.org.br/bib2.htm Acesso em dezembro/2008

GONÇALVES, Paula Renata. *As Cidades Satélites de Brasília: registro histórico*. Projeto Integrado de Pesquisa – PIP – Itinerâncias Urbanas. Brasília, 2002. http://vsites.unb.br/ics/sol/itinerancias/bsb/historico/c_satelites.pdf, acesso em janeiro/2010.

NASCIMENTO, Cláudio. *Autogestão e “Novo Cooperativismo”*. Ministério do Trabalho e Emprego, 2004. www.trabalho.gov.br/temas/EconomiaSolidaria/textosDiscussão/Conteúdo. Acesso em dezembro/2005.

RAZETO, Luis *¿Qué Es La Economía Solidaria?* http://www.trueque-marysierras.org.ar/biblioteca2.htm Acesso em dezembro/2006

ROCHA, Márcio Mendes. *Associativismo e participação: alternativas populares para fazer frente ao modelo neoliberal.* Ponencia apresentada al Tercer Congreso Internacional de Latinoamericanistas em Europa, Amsterdam, 3-6 de julio de 2002. www.trabalho.gov.br/temas/EconomiaSolidaria/textosDiscussão/Conteúdo. Acesso em dezembro/2005

DISSERTAÇÕES E TESES:

CASTRO, Antônio Santos Barbosa de. *Sindicalismo, Utopia Política do Trabalho e Economia Solidária no Brasil. As Vicissitudes do Projeto Político Sindical da CUT nos Anos 1990.* Dissertação de Mestrado em Sociologia. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

COELHO, Juliana Machado. *Evolução urbana no Distrito Federal entre 2000 e 2010: aspectos socioeconômicos, morfológicos e ambientais da segregação socioespacial.* Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2012. Disponível em http://repositorio.unb.br/handle/10482/12294, acesso em outubro/2013

LYRA, Joani Silvana Capiberibe de. *Associativismo e inovações tecnológicas nos núcleos rurais do Distrito Federal: A sustentabilidade no cerrado.* Dissertação de Mestrado em Sociologia do Departamento de Sociologia da UnB. Brasília 1997.

ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS:

VIZIA, Bruno De. *Notícia: Brasil tem mais de 10 milhões de empresas na informalidade*. (06/10/2006 - 10:12) http://www.ipea.gov.br/default.jsp. Acesso em dezembro/2006.

SITES DA INTERNET:

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – SIES. http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp. Acesso em setembro/ 2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO (ANTEAG). http://www.anteag.org.br/. Acesso em setembro/

2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). e http://www.ibge.gov.br/. Acesso em outubro/2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). http://www.ipea.gov.br. Acesso em setembro/ 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). http://www.brasilcooperativo.coop.br/ocb/. Acesso em setembro/ 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE) http://www.sebrae.com.br/ Acesso em setembro/ 2012

LEGISLAÇÕES:

LEI N.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971. *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.*

LEI N.º 8.949, de 9 de dezembro de 1994. *Acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados*.

PROJETO DE LEI N.º 4.622, de 2004. *Altera a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para fixação do conceito da modalidade operacional das cooperativas de trabalho.*

PROJETO DE LEI N.º 6420, de 2005. *Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.429, de 2 de junho de 1992, para regular a contratação de empresas prestadoras de serviços e dá outras providências*.

DOCUMENTOS:

CODEPLAN/GDF. *Indicadores de Desigualdade Social no Distrito Federal / Companhia de Planejamento do Distrito Federal*. – Brasília, DF: CODEPLAN: NEP, 2007. (Demografia em foco n. 1) http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000192.pdf. Acesso em dezembro/2009.

_____. *Síntese de Informações Socioeconômicas, 2008 / Companhia de Planejamento do Distrito Federal* (Codeplan). -- Brasília: Codeplan, 2008. http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000327.pdf. Acesso em dezembro/2009.

CONTAG. *Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável: Através de uma ampla e massiva reforma agrária e da valorização e fortalecimento da agricultura familiar*. http://www.contag.org.br/#. Acesso em novembro/2009)

DIEESE, Sistema PED – *Pesquisa de Emprego e Desemprego. Mercado de Trabalho 2007*. Divulgação fevereiro de 2008. http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/pedmetropolitanaAnual2007.pdf. Acesso em dezembro 2008.

IBGE. *Censo Demográfico IBGE-2010*. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/. Acesso em outubro/2013.

SENAES/MTE. Avanços e Desafios para as Políticas Públicas da Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010: SENAES 8 anos de Economia Solidária no Governo Federal. Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério do Trabalho e Emprego / Governo Federal, Brasília, junho de 2012.

SEPLAN/GDF. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2004 – PDAD/2004*. Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação e Parcerias do Distrito Federal – SEPLAN. http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD_2004.pdf. Acesso em dezembro/2009.

_____. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2011 – PDAD/2011*. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN); Governo do Distrito Federal (GDF), Brasília, 2012

SETRAB/ GDF. *Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal/2009 (PED-DF/2009) / Mercado de Trabalho no Distrito Federal em 2009.* SETRAB; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Governo do Distrito Federal (GDF), Brasília, 2009.

SETRAB/GDf. *Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federa/2012l (PED-DF/2012) / Mercado de Trabalho no Distrito Federal em 2012*. Secretaria de Estado de Trabalho (SETRAB); Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN); Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Governo do Distrito Federal (GDF), Brasília, 2012.

ANEXOS

ANEXO 1

LISTAGEM DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO QUE CONSTAM NA LISTA DA OCDF/OCB E SECRETARIA DE TRABALHO DO DF

1. COOTRAEMPO-SM - COOP. DE TRABALHO DOS EMPREENDEDORES POPULARES DE SANTA MARIA LTDA. ENDEREÇO: C. I. 317 Entre Lotes A-B Santa Maria FONE: (61) 9106-0936/(61) 33951333 /(61) 3944200/ FAX: (61) 3944200 E-MAIL: cootrempo@pop.com.br PRESIDENTE: Sebastiana Rosa Portugal Almeida ATIVIDADE: Formação para o mercado de trabalho através de cursos HOMENS: 520 MULHERES: 400 TOTAL DE NÚMERO DE COOPERADOS: 920
2. COOPERSANEO COOP. DOS PROFISSIONAIS DE PROJETO ENGENHARIA E SANEAMENTO DO DF ENDEREÇO: SHCGN 704/705 Bloco B Entrada 52 Sala 201 a 205 FONE: (61) 3037-1089 / 3447-1089 E-MAIL: coopersaneo@brturbo.com / coopersaneo@gmail.com PRESIDENTE: Antônio José De Brito ATIVIDADE: Contrato de prestação de serviços em empresas HOMENS: 70 MULHERES: 90 TOTAL DE NÚMERO DE COOPERADOS: 160
3. COOPERSYSTEM COOP. DOS PROFISSIONAIS DE SISTEMAS DE MEIOS DE PAGAMENTO E DE INFORMAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL ENDEREÇO: SHCGN 211 Bloco B Sala 104 FONE: (61) 34479445 (61) 34479186 E-MAIL: net@coopersystem.com.br , www.coopersystem.com.br PRESIDENTE: João Carlos Fonseca Casseb ATIVIDADE: Contrato de prestação de serviços em empresas HOMENS: 70 MULHERES: 90 TOTAL DE NÚMERO DE COOPERADOS: 260
4. CONE CENTRO SUL COOP. DE TRABALHO EM TELECOMUNICAÇÕES RADIOFUSÃO E INFORMÁTICA ENDEREÇO: SCS Quadra 01 Bloco L Sala 311 Edifício Márcia FONE: (61) 32233737 / 32233738 E-MAIL: conecentrosul@yahoo.com.br PRESIDENTE: Luis Fernando Paiva Almeida ATIVIDADE: Telecomunicações de rádio e informática HOMENS: MULHERES: TOTAL DE NÚMERO DE COOPERADOS: 60
5. COOPETRO COOP. DE ATIVIDADES INTERESSE DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO ENDEREÇO: QNN 01 Conjunto B Lote 03 Sala 203 Ceilandia Norte FONE: (61) 33724566/ 99690587 / (61)33725389/ (61) 99690587 E-MAIL: PRESIDENTE: José Humberto Queiroz ATIVIDADE: Cursos de informática, clínica odontológica e convênios HOMENS: 2000 MULHERES: 800 TOTAL DE NÚMERO DE COOPERADOS: 2800
6. COOBRAE COOP. BRASILIENSE DE ELETRICIDADE E SERVIÇOS LTDA ENDEREÇO: SEPS 705/905 Bloco C Sala 31 Parte A FONE: (61) 34431164 / (61) 32443609 / 92670164 E-MAIL: coobrae@terra.com.br PRESIDENTE: Carlos Luíz Secundo ATIVIDADE: Prestação de serviço e mão de obra especializada de energia HOMENS:11 MULHERES: 22 TOTAL DE NÚMERO DE COOPERADOS: 33

7. TELECOOP COOP. DOS PROFISSIONAIS DE TELEMÁTICA
ENDEREÇO: SERN Quadra 509 Conjunto A Sala 110 Edifício Isis
FONE: (61) 33408412 / 33405306/ 33471792
E-MAIL: elmo.prado@telecoop.org.br
PRESIDENTE: Sergio Da Cunha Neves
ATIVIDADE: Formação e capacitação em telecomunicações
HOMENS: 430
MULHERES: 200
TOTAL DE NÚMERO DE COOPERADOS: 630

8. COOPEMFORMA COOP. DE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO SOLIDÁRIA DOS FUNCIONÁRIOS DAS FORMATUS
ENDEREÇO: C.I. 416 Conjunto 02 Lote 06/07 Samambaia
FONE: (61) 33585566 / (61) 3582959
E-MAIL: coopemfforma@formatusmoveis.com.br
PRESIDENTE: Mateus Gregorio De Sousa
ATIVIDADE: Prestadora de serviços
HOMENS:
MULHERES:
TOTAL DE NÚMERO DE COOPERADOS: 40

9. COOPERCEPE COOP. DE TRABALHO EM CONSULTORIA, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
ENDEREÇO: SBN Quadra 02 Edifício Via Capital / Setor De Habitação Coletivas Norte – Comércio Local QD 113 BL C Nº 49 SL 210
FONE: (61) 32011373/ (61) 3645966/(61) 99648764
E-MAIL: adaptenab@pop.com.br
PRESIDENTE: Haroldo Alois Barth
ATIVIDADE: Apoiar e desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão.
HOMENS:
MULHERES:
TOTAL DE NÚMERO DE COOPERADOS: 74

10. UNEDUC COOP. DA UNIÃO DE EDUCADORES DO DISTRITO FEDERAL
ENDEREÇO: C 01 Lotes 01-12 Salas 917/918 Taguatinga Centro
FONE: (61) 35616062 / 96487113 / (61) 5616063
E-MAIL: uneduc@pop.com.br / uneduc.coop@uol.com.br
PRESIDENTE: Bartolomeu Souza Lima
ATIVIDADE: Curso de educação e fomento
HOMENS:
MULHERES:
TOTAL DE NÚMERO DE COOPERADOS: 290

11. A PRESTATIVA COOP. DE TRABALHO EM ESTACIONAMENTO SEGURANÇA PATRIMONIAL E SERVIÇOS COMPLEMENTARES
ENDEREÇO: CGC 09 Lote 09 Sala 102 Taguatinga Sul
FONE: (61) 33568660 / 34561072
E-MAIL: upadf@ig.com.br
PRESIDENTE: Mauro César
ATIVIDADE: Vigilância e segurança privada
HOMENS:
MULHERES:
TOTAL DE NÚMERO DE COOPERADOS: 76

LISTAGEM DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO QUE CONSTAM APENAS NA LISTA DA OCB

12. CONSULCOOP COOP. DOS CONSULTORES LTDA
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 32441461

13. ECOONATUR COOP. DE TRABALHO MULTIPROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR NAS ÁREAS DE ECOLOGIA, NATUREZA E TURISMO LTDA
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 32740220

14. COOTRHABIR COOP. DE TRABALHO E HABITAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES TERRESTRES LTDA
LOCALIDADE: Brasília / DF

FONE: 61) 96589336/ (61) 3614868 / (61) 3614868
E-MAIL: cootrhabir@pop.com.br

15. COOPACESA COOP. CENTRAL DOS EMPREENDEDORES INDUSTRIAIS E COMERCIAIS
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: 61) 33578917

16. COOPERCONCI COOP. DE PRODUÇÃO ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS GERAIS LTDA
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 3631971

17. COTESA COOP. DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS AERONÁUTICOS
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 99745091/ (61) 33652557 / (61) 33657014

18. COOTRABALHO BRASIL CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 99661820/ (61) 3475488 / (61) 3472598
E-MAIL: www.cootrabalho.com.br / cootrab@terra.com.br

19. COOPERSANTA MARIA COOP. DE TRABALHO INTEGRAÇÃO SOCIAL E ATIVIDADES MÚLTIPLAS DE SANTA MARIA
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 33945704

20. COOPVAR COOP. DE TRABALHADORES AUTÔNOMOS DO VARJÃO
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 34683868

21. CSN COOP. DE SERVIÇOS NACIONAL LTDA
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 35634777

22. COOPLEM COOP. DE ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA DO DISTRITO FEDERAL LTDA
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 3551182 / (61) 3551182
E-MAIL: cooplem@ig.com.br

23. FETRABALHO-DF FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL E REGIÃO METROPOLITANA
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 32333254/ (61) 32231134 / (61) 32333254

24. COOPATRAM COOP. DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE TRANSPORTE DE SAMAMBAIA
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE:

25. COOPEDUCAR COOP. DOS SERVIDORES EM EDUCAÇÃO NO DF
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 3942524

26. FARMACOOP COOP. DOS USUÁRIOS CONTÍNUOS DE MEDICAMENTOS
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 3235049 / (61) 3227352
RESPONSÁVEL: Sussumo

27. UNISAUDE CENTRO OESTE COOP. DE TRABALHO E SERVIÇOS DOS PROFISSIONAIS TÉCNICOS E ADMINISTRAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 39646812/ (61) 39646764 ligar pela manhã
E-MAIL**:** unisaudecoop@terra.com.br
PRESIDENTE: José Josivanio

28. COOPERMAKET COOP. PARA COMÉRCIO ELETRÔNICO
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61)32744449 /(61) 33671160

29. COORDENA COOP. DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS EMPREENDEDORES
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 32441450
E-MAIL: coordena@brturbo.com.br

30. CCEC COOP. CRIATIVISTA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAL DE BRASÍLIA
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 3524485/ (61) 3511736/ (61) 3524485
E-MAIL: ccec@criativista.com.br

31. COOPTAMS COOP. DOS TRABALHADORES ASSISTENCIAIS MAIS SAÚDE

LOCALIDADE: Brasília / DF FONE: (61) 34754839
32. MARCAIMPRESA COOP. DE PRODUÇÃO GRÁFICA E EDITORIAL LOCALIDADE: Brasília/ DF FONE: (61) 33611869
33. COOPERRACCE COOP. ESPECIALIZADA NA PRODUÇÃO DE ALVENARIA E ACABAMENTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA LOCALIDADE: Brasília / DF FONE: (61) 33634229
34. BUSINESS COOP. DE PROFISSIONAIS LIBERAIS LOCALIDADE: Brasília / DF FONE: 61) 32256361/(61) 99010804 E-MAIL: business@econect.com.br
35. COOTRASG/DF COOP. DOS TRABALHADORES DOS SERVIÇOS GRÁFICOS DO DISTRITO FEDERAL **LOCALIDADE**: Brasília / DF **FONE:** (61) 33333631/ (61) 9220094 **E-MAIL:**
36. COOSAT COOP. DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LOCALIDADE: Brasília / DF FONE: (61) 33216186
37. COOSUPER COOP. DE TRABALHO EM SUPERMERCADOS E VAREJO LTDA LOCALIDADE: Brasília / DF FONE: (61) 9118580
38. COOPERGRAF COOP. DOS PROFISSIONAIS GRÁFICOS DE BRASILIA LTDA LOCALIDADE: Brasília / DF FONE: (61) 33228020/ (61) 33221840 E-MAIL: tc@tba.com.br
39. COOTRANSP COOP. MISTA TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTONÔMOS PASSAGEIROS DO DF LTDA LOCALIDADE: Brasília / DF FONE: (61) 32254467/ (61) 32445901
40. COOPERTAXI COOP. MISTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DO DF LTDA. LOCALIDADE: Brasília / DF FONE: (61) 3344.1421/ (61) 3344.1008/ (61) 33442696

LISTAGEM DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO QUE CONTAM APENAS NA LISTA DA SECRETRIA DE TRABALHO

41. COOPJARCE–DF COOP. DE JORNAIS ALTERNATIVOS E REVISTAS DA CEILÂNDIA, ENTORNO E DISTRITO FEDERAL ENDEREÇO: QNM 01 Conj. H Lote 22 Sala 102 TELEFONE: (61) 3372.0293 / 8139-915 PRESIDENTE: Eduardo Gonçalves de oliveira ATIVIDADE: Redação e produção de jornais e revistas HOMENS: MULHERES: Nº. COOPERADOS: 27 E-MAIL: nbrasilia@pop.com.br
42. COOPERTRAL COOP. DOS TRANSPORTES ALTERNATIVOS E EXECUTIVOS DO DF. ENDEREÇO: Quadra 301 Conjunto 09 Casa 01 Recanto das Emas TELEFONE: (61) / 94596089 / 3331.1190 PRESIDENTE: Jose dos Santos Borges ATIVIDADE: Transportes de passageiros e cargas em geral HOMENS: MULHERES: Nº. COOPERADOS: 20
43. COOLABORA COOP. DE TRABALHO E DE CULTURA EMPRESARIAL ENDEREÇO: SBS Quadra 02 bloco S Edifício Empire Center Sala 803/804 TELEFONE: (61) 3323.8192 / 32243068 PRESIDENTE: Alceu Brito Correa ATIVIDADE: Auditoria, consultoria, assessoria e qualificação

HOMENS: -
MULHERES: -
Nº. COOPERADOS: 500
E-MAIL: coolabor@impresto.com.br

44. PROINFO COOP. DOS PROFISSIONAIS EM INFORMÁTICA DO DF
ENDEREÇO: SCLN 115 Bloco 59
TELEFONE: 3447.8690
PRESIDENTE: Washington Souza dos Santos
ATIVIDADE: Curso e prestação de serviço na área de informática.
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 22
E-MAIL: info@proinfo.org.br

45. COOVIDA COOP. CONTINUAÇÃO DA VIDA
ENDEREÇO: Quadra 09 Conjunto I Lote 01 Ed. Panorama Loja 05 – Paranoá
TELEFONE: (61) 3369.4357 / 3369.8581 / 3369.8192
PRESIDENTE: Edício Macedo dos Santos
ATIVIDADE: Mão de obra Especializada em Construção Civil.
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 25

46. COOPERCIL COOP. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL
ENDEREÇO: Quadra 02 conjunto C/D Bloco A Sala 110 Sobradinho
TELEFONE: (61) 3387.7598 / 3387.1747
PRESIDENTE: Raimundo Bartolomeu Sobrinho
ATIVIDADE: Serviços na Área de Construção Civil
HOMENS:100
MULHERES:10
Nº. COOPERADOS:110
E-MAIL: coopercil@ig.com.br

47) COOPERTRAN COOP. DOS TRANSPOTES PUBLICOS ALTERNATIVOS DO DF
ENDEREÇO: C. 11 Lote 01 Loja 02 Taguatinga
TELEFONE: (61) 3351.9264 / 3352.6555 / 8408.7206
PRESIDENTE: Crispiano Espindola Wanderley
ATIVIDADE: Peças e reposição de combustível
HOMENS: 90
MULHERES: 07
Nº. COOPERADOS: 600
E-MAIL: coopertan@coopertan.com.br

48. COOTASPE COOP. DOS PROFISSIONAIS AUTONOMOS DE TRANSPORTE ALTERNATIVO
ENDEREÇO: Entre quadra 01 e 02 Bloco B sala 02 Planaltina
TELEFONE:
PRESIDENTE: Gabriel Marcio de Oliveira
ATIVIDADE: Transporte Alternativo e Cargas
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 30

49. COOTRAUPO COOP. DE TRANSPORTES AUTONOMOS DE PASSAGEIROS DE ONIBUS DO DF
ENDEREÇO: SIG SUL Quadra 06 1215 Sala 206
TELEFONE: (61) 3343.0642 / 3344.7544
PRESIDENTE: Mauro Barbosa de Brito
ATIVIDADE:
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 97

50. MULTICOOPER COOP. DE HABITAÇÃO, PRODUTO E TRABALHOS MULTIPLOS NO DF
ENDEREÇO: SRTVN Quadra 701 Edifício Brasília Radio Center sobre loja 19
TELEFONE: (61) 3328.2590 / 33286628 / 3425.2589 / 9982.0035
PRESIDENTE: José Afonso Jácomo do Couto
ATIVIDADE: Capacitação através de curso profissionalizantes
HOMENS: 17
MULHERES: 15

Nº. COOPERADOS:32

51. POOL SERVICE COOP. DE SERVIÇO E MULTIPLAS PROFISSÕES
ENDEREÇO: Ed. Arnaldo Vilares SCS QD 06 BL A Nº. 110 sala 502 Recanto das Emas
TELEFONE: (61)3344.7220/3964.4030 / 9962.4045 / 9671.7410 Ok 33447220-Élio
PRESIDENTE: Josmailton Inácio Lopes
ATIVIDADE: Mão de Obra Especializada
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS:50
E-MAIL: pollservice@bol.com.br

52. UNICOOP UNIÃO COOPERATIVISTA MISTA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
ENDEREÇO: SCS Quadra 06 Bloco A Sala 607 Edifício bandeirantes
TELEFONE: (61) 3224.7640
PRESIDENTE: Edílson Saraiva neves
ATIVIDADE:
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 150
E-MAIL: unicoop9@yahoo.com.br

53. UNIPSICO COOP. DE TRABALHO EM PSICOLOGIA
ENDEREÇO: Quadra 515 W2 Bloco C entrada 42 sala 206
TELEFONE: (61) 3445.1090 / 81188003
PRESIDENTE: Francisco Valadares Peixoto
ATIVIDADE: Seleção, treinamento, orientação e recrutamento
HOMENS: 30
MULHERES: 07
Nº. COOPERADOS: 37

54. COOPERATOS COOP. DE TRANSPORTE ORGANIZADO DO SENHOR
ENDEREÇO: Quadra 602 Lote 02 Pedregal
TELEFONE: (61) 3628.3836
PRESIDENTE: Ednéia Vieira da Siva
ATIVIDADE: Serviços administrativos para terceiros
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS:

55. COOMUNIC COOP. DE TRABALHADORES EM COMUNICAÇÃO
ENDEREÇO: SRTVN Quadra 702 Conjunto P Sala 3137 Brasília Radio Center
TELEFONE: (61) 9608.9624
PRESIDENTE: Antonio Raimundo Mendes Soares
ATIVIDADE: Comunicação em geral via radio, TV e internet.
HOMENS: 35
MULHERES: 05
Nº. COOPERADOS:40
E-MAIL: coomunic@bol.com.br, antoniosoares1@pop.com.br

56. COOBRAS COOP. DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASILIA
ENDEREÇO: SCS Quadra 02 Edifício Jamel Celco Sala 406/407
TELEFONE: (61) 3224.1000
PRESIDENTE: Célio Batista de Araújo
ATIVIDADE: Transporte rodoviário de passageiros
HOMENS: 96
MULHERES: 05
Nº. COOPERADOS: 101

57. COOPERE COOP. DE PROFISSIONAIS PORTADORES DE DEFICIENCIA DO DF
ENDEREÇO: SQN 104 Bloco B aptº 608
TELEFONE: (61) 9556.5851
PRESIDENTE: Presidente Varela Sarda
ATIVIDADE: Corte e costura em geral
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 20

58. CLASSE A COOP DE TRABALHO, LIMPEZA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
ENDEREÇO: QNE 01 Lote 15 Sala 202/203 Taguatinga

TELEFONE:
PRESIDENTE: Vilma de Paula Santos
ATIVIDADE: Limpeza em geral
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 221
E-MAIL: classeacoop@brturbo.com

59. COOPELAP COOP.DE PESCADORES DO LAGO PARANOÁ
ENDEREÇO: Quadra 605 lote 24 casa 01
TELEFONE: (61) 9619.9186
PRESIDENTE: Geraldo Ângelo Figueredo
ATIVIDADE: Consumo e venda de pesca
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 104

60. COOPERTRANS COOP. DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES DO DF
ENDEREÇO: SIG Sul Quadra 06 Lote 1215 Sala 309
TELEFONE: (61) 344.0820 / 344.3040 / 914.6150
PRESIDENTE: Juvenil
ATIVIDADE: Transporte de clientes e/ ou encomendas (taxi)
HOMENS: 04
MULHERES: 24
Nº. COOPERADOS: 32

61. COOPARTICIPE COOP. DE EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO COMUNITARIA
ENDEREÇO: QR 20-6 Conjunto 05 casa 19 Samambaia
TELEFONE: (61) 9997.0292
PRESIDENTE:
ATIVIDADE:
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 20

62. COOTRATUR COOP. DE TRANSPORTE E TURISMO
ENDEREÇO: SRTV SUL Quadra 701 Conjunto L Bloco 02 Nº. 30 Sala 334
TELEFONE: (61) 3387.3238 / 9903.6634
PRESIDENTE: Marco Antônio
ATIVIDADE: Transporte de passageiros e turismo
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 41

63. COOTRASAM COOP. DOS TRABALHADORES DE SAMAMBAIA
ENDEREÇO: QN 423 Conjunto H Lote 03 Samambaia
TELEFONE: (61) 9104.6740 / 9627.8331 / 3359.1749
PRESIDENTE: Francisco Rodrigues da Silva Neto
ATIVIDADE: Cursos
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS:

64. CCCOOP COOP. DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE CREDITO E COBRANÇA
ENDEREÇO: SCS Quadra 03 Edifício Planalto Cobertura 4º Andar
TELEFONE: (61) 3224.1877
PRESIDENTE: Gabriel Jabra
ATIVIDADE: Credito e cobrança de instituições
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 5000
E-MAIL: presidência@cccoop.com.br

65. TECNOCOOP COOP. DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ENDEREÇO: QND 02 Lote 20 Ed. Gomides Center Comercial Norte - Taguatinga
TELEFONE: (61) 3562.1442
PRESIDENTE: Roni Cleiton Silva Clementino
ATIVIDADE:
HOMENS: 13

MULHERES: 12
Nº. COOPERADOS: 25
E-MAIL: tecnocoop7@hotmail.com

66. COOPERUNIÃO COOP. DE PRODUÇÃO DAS PESSOAS UNIDAS DE SÃO SEBASTIÃO
ENDEREÇO: Quadra 02 Conjunto 02 Lote 11 São Sebastião
TELEFONE: (61) 3339.2515 / 3335.0755 / 3429.9172 / 9219.0319
PRESIDENTE: Zilmar Pereira de Souza
ATIVIDADE: Cursos profissionalizantes para comunidade local
HOMENS: 10
MULHERES: 15
Nº. COOPERADOS: 25

67. COOPERCÂMARA COOP HABITACIONAL DOS SERVIDORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
ENDEREÇO: SIG. Quadra 08 Lote 1308 Conjunto 101
TELEFONE: (61)3344.2969 / 3032.3858
PRESIDENTE: Jose marques Zago
ATIVIDADE: Empreendimentos habitacionais
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS:
E-MAIL: coopercamara@uol.com.br

68. COOTAQUARA
ENDEREÇO: Galpão do Produtor núcleo Rural Taquara
TELEFONE: (61) 3501.2190
PRESIDENTE: Mauricio Severino de Rezende
ATIVIDADE: Comercio de Hortaliças
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS:
E-MAIL: cootaquara@uol.com.br

69. SOL & MAR COOP. DE TURISMO E LAZER
ENDEREÇO: SIG Quadra 08 nº. 2308 sala 103
TELEFONE: (61) 3344.3022
PRESIDENTE: Remy Gorga Neto
ATIVIDADE: empreendimentos imobiliários turísticos
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS:32
E-MAIL: remygorga@solemar.coop.br

70. COESA COOP. DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
ENDEREÇO: Quadra 08 Lote 02 Etapa "A"
TELEFONE: (61) 3627.0755
PRESIDENTE: Arlete Alves Silva
ATIVIDADE: Serviços artesanais e confecções
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS:

71. UTCC BRASILIENSE COOPERATIVA UNIÃO DOS TRABALHADORES EM CONSTRUÇÃO CIVIL
ENDEREÇO: QS 08 Conjunto 210 A Lote 10 Areal
TELEFONE: (061) 3356-6038 / 9557-3072 / 9556-5699 / 33566038
PRESIDENTE: Ailton Telles da Silva
ATIVIDADE: Prestação de serviços da área de construção civil
HOMENS: 147
MULHERES: 03
Nº DE COOPERADOS: 150

LISTAGEM DAS COOPERATIVAS DE PRODUÇAO – OCB E SECRETARIA DE TRABALHO

72. CORTRAP COOP. DE RECICLAGEM, TRABALHO E PRODUÇÃO
ENDEREÇO: Estrutural QD. 09 Modulo 01 lote 02 Pró DF
TELEFONE: (61) 9652 – 7783 / 8155 – 5936
PRESIDENTE: Janilson Andrade Santana

ATIVIDADE: Coleta, separação e venda de material de reciclável
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 250

73. COOPATIVA COOP. POPULAR DE COLETA SELETIVA DE PRODUTOS RECICLAVEIS EM FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO
ENDEREÇO: SHT Norte Área Especial 116 Galpão A / SAI Trecho 04 em frente a ONOGÁS
TELEFONE: (61) 9248.6050 / 8442.5363 / 8458.6075 / 9133.7634
PRESIDENTE: Marcelo Ricarte Alves Monteiro
ATIVIDADE: Coleta e revenda de produtos recicláveis
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 240

74. COOPERVESTE COOP. DE VESTUÁRIO DO DF
ENDEREÇO: QNM 25 Conjunto H Lote 37 loja 01 Ceilândia
TELEFONE: (61) 3376.5475
PRESIDENTE: Maria Reinalda da S. Silva
ATIVIDADE: Corte e costura em geral
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 45

75) COOPERSOL COOP. DE CONFECÇÕES GIRASSOL
ENDEREÇO: Quadra 102 Conjunto 03 Loja 07 Residencial Oeste São Sebastião
TELEFONE: (61) 3335.2699
PRESIDENTE: Suelene dos Reis Monteiro Maia
ATIVIDADE: Produção de artigos de vestuários em Geral
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 20

76. COOPESCEI COOPERATIVA
ENDEREÇO: QNP 18 Conjunto B casa 08 Ceilândia
TELEFONE: (61) 3377.9776
PRESIDENTE: Maria Perpetua dos Santos
ATIVIDADE: Artesanato
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 35

77. COOPCODFE COOP. DOS PRODUTORES DE VESTUÁRIO, CALÇADOS E BIJUTERIAS DO ENTORNO
LOCALIDADE: Brasília / DF
FONE: (61) 34844677/ 96279267 Eduardo

COOPERATIVAS CONSIDERADAS DE TRABALHO E PRODUÇÃO – LISTA OCB E STB

78. QUITUART COOP DOS ARTESÕES DO LAGO NORTE
ENDEREÇO: Canteiro Central QI 09 / 10 Lago Norte
TELEFONE: (61) 3368.8642 (residência da Sra. Marta) / 3368.7139
PRESIDENTE: Marta Rezende
ATIVIDADE: Artesãos
HOMENS:
MULHERES:
Nº. COOPERADOS: 28

79. 100 DIMENSÃO COOP. DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DE RESIDUOS SOLIDOS COM FORMAÇÃO EM EDU
ENDEREÇO: QN. 16 CONJ. 05 LOTE 02 Riacho Fundo II
TELEFONE: (61) 3434.2654 / 99561332 / 96811080
PRESIDENTE: Sônia Maria da Silva
ATIVIDADE: Coleta, triagem, venda e artesanato
HOMENS:
MULHERES:

Nº. COOPERADOS: 118

LISTAGEM DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO – APENAS OCDF

80. C. P. L. C. COOP. PROFISSIONAIS SERVIÇOS ADM., LIMPEZA, CONSERV. E PORTARIA DO DF Presidente: Endereço: SCLRN 716 BL. B ENTR. 33 APTO. 101 BRASILIA - DF - CEP 70.000-000
81. COAESTP COOP. DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DE PLANALTINA DF Presidente: EDMUNDO ALVES SILVA Endereço: QD. 08 CONJ. I S/N ÁREA CENTRAL - ARAPONGA PLANALTINA - DF - CEP 73.330-500
82. COASGE COOP. AUTONOMA DE SEGURANÇA E SERVIÇOS GERAIS Presidente: VALDENI ANDRADE DOS PASSOS Endereço: ESTANCIA IV MODULO 11 LOTE 26 PLANALTINA - DF - CEP 73.350-100
83. COOPERA COOP. DE TRABALHO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Presidente: FRANCISCO DE SOUSA NETO Endereço: HIGS, QD. 712 , BL. "Q" CASA 14 BRASILIA - DF - CEP 70.361-767
84) COOPERCIV COOP. DE TRABALHO Presidente: EURIPEDES MAXIMILIANO DIAS Endereço: SIA TRECHO 3 LOTE 1310/1320 SALA M9 ED. EMPRESÁRIAL TAYA BRASÍLIA - DF - CEP 71.200-030
85. COOPERCON COOP. DE TRABALHADORES EM COMUNICAÇÃO Presidente: Endereço: SIG/SUL QD. 02 Nº 430 PARTE SALA 02 BRASÍLIA – DF – CEP: 70.610-400 Fone: 3343-3410
86. COOPERMULTI PRO COOPERAR COOP. DE TRABALHO DE MULTIPROFISSIONAIS Presidente: JOAQUIM PEREIRA SOBRINHO Endereço: SRTVN QD.701 BL. “A” SALA 319 BRASÍLIA - DF - CEP 70.719-900
87. COOPERNET COOP. DOS PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DE INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÃO ENSINO E TREINAMENTO Presidente: RUBI GERMANO RODRIGUES 9964-0494 Endereço: AOS 02 Bloco “B” nº 503 BRASÍLIA - DF - CEP 70.660-022 Telefones: 361-5731/233-9471
88. COOPERNEW COOP. DE SERVIÇOS Presidente: RONALDO LIMA DE MENESES Endereço: TERRAÇO SHOPING TORRE A SALA 317 ENTRE AREA 2/8 BRASILIA - DF - CEP 71.660-000
89. COOPERSEC COOP. DE SERVIÇOS GERAIS Presidente: HENRIQUE EWERTON PIRES Endereço: SIA/SUL QD. 4C LOTE 56 LALA 214 ED. SIA CENTER I BRASILIA - DF - CEP 71.200-045
90. COOPERSET COOP. DE SERVIÇOS E TRABALHO Presidente: ANA LUCIA BASTOS SENA Endereço: SHCGN CLR QD. 716 BL. C LOJA 51 BRASÍLIA - DF - CEP 70.770-733

91. COOPERTECNICA COOP. NAS AREAS MULTIPLOS SERVIÇOS
Presidente: CARLOS ROBERT DE CARVALHO
Endereço: SDS CONJUNTO BARACAT SALA 607
BRASÍLIA - DF – CEP: 70.392-900

92. CORPSERVICE COOP. DE SERVIÇOS LTDA
Presidente: CARLOS DE CASTRO
Endereço: SIA TRECHO 03 LOTE 1310 SALA 217/221 ED. TAYA EMPRESARIAL
GUARÁ - DF - CEP 71.200-030
Telefones: 3361-5369
E-mail: corpservice@corpservce.com.br

93. COOPETRO COOP. ATIVIDADE INTERESSE PROFISSIONAIS DA AREA DERIVADOS EM PETROLEO
Presidente: JOSÉ HUMBERTO QUEIROZ
Endereço: QNN 01 CONJ. "B" LOTE 03 SALA 203
TAGUATINGA - DF - CEP 72.000-000

94. COOPLAPEI COOP. PROFIS. LIBERAIS AUTONOMOS, PROFESSORES, EDUCAÇÃO E INSTRUTURA
Presidente: CARLOS EDUARDO DE MORAIS
Endereço: SCS QD. 06 BL. A ED. CITY BANK SALA 507/508
BRASÍLIA - DF – CEP: 70.300-500

95. COOPSERGE COOP. DE MULTIDISCIPLINAR DE SERVIÇOS GERAIS DO DF Presidente: SOLON FEITOSA FERREIRA –9975-7273
Endereço: QS 05, RUA 300 LOTE 03 ÁGUAS CLARAS
TAGUATINGA - DF - CEP 72.120-190

96. COOPTRI COOP. MISTA DE TRABALHOS INTEGRADOS
Presidente: JEANE LOPES SILVA
Endereço: SD/SUL BL. "R" SALA 406 ED. VENANCIO V
BRASÍLIA - DF - CEP 70.393-900

97. COOPTTEC COOP. DE TRABALHO E TECNOLOGIA
Presidente: JOSÉ ARAÚJO LACERDA
Endereço: 3ª AVENIDA AREA ESPECIAL 12 LOTE J1 LOJA 2
NUCLÉO BANDEIRANTE – DF – CEP: 71.715-100

98. COOSERGE COOP. DE CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS GERAIS
Presidente: JOSÉ ANSELMO DE SOUSA
Endereço: SIA SUL QD 05 LOTE 08 SALA 204
BRASILIA - DF - CEP 70.000-000

99. COOTESOL COOP. DE TRABALHO E EMPREENDIMENTOS
Presidente: JOSÉ MARIANO NUNES
Endereço: SRTVN , QD. 701, LOTE "C" BL. "A" SALA 523/425 CENTRO EMPRESÁRIAL NORTE
BRASILIA - DF - CEP 70.030-902

100. COOTRADESC COOP. DOS TRABALHO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
Presidente: EDER ROCHA
Endereço: 3ª AVENIDA BL. 1226 – A SALA 101
NUCLÉO BANDEIRANTE - DF - CEP 71.000-000

101. COOTRAPED COOP. POPULAR DE TRABALHO DO PEDREGAL
Presidente: LUIZ ALVES DA SILVA
Endereço: QD. 602LOTE 02 PEDREGAL
NOVO GAMA - GO - CEP 72.870-000

102. COOVAPE COOP. MISTA DE PRODUÇÃO E TRABALHO DO VALE PEDREGAL
Presidente: MIGUEL MARCOLINO DE REZENDE
Endereço: QR 207 CONJ. "C" LOTE 21
SANTA MARIA - DF - CEP 72.503-170

103. ECOOIDEIA COOP. DE SERVIÇOS E IDÉIAS AMBIEMTAIS LTDA
Presidente: ROBERTO RODRIGUES SUAREZ
Endereço: SHIN QI 13 – CONJ. 03 – CASA 09 – LAGO NORTE
BRASÍLIA - DF - CEP 71.535-030

104. GOODENCOOP/DF COOP. DE TRABALHO PESQUISA E PROMOÇÃO DE VENDAS
Presidente: ELON GOMES DE ALMEIDA
Endereço: SCRN, QD. 702/703 , BL. "A" Nº 27 1º e 2º ANDARES
BRASILIA - DF - CEP 70.720-610

105. PRODUTIVA COOP. DE TRABALHO E CONSULTORIA LTDA
Presidente: EZEQUIAS FERREIRA – 8423-0003
Endereço: SH NORTE QD. 2 BL. "J" LOJA 116
BRASILIA - DF - CEP 70.702-909
Telefones: 3328-9899 3326-6051
E-mail: produtivaltda@terra.com.br

106. SERVICOOP COOPERATIVA DE SERVIÇOS GERAIS
Presidente: DILMAR RIBEIRO DOS SANTOS
Endereço: SIA SUL QD. 05C LOTE 15 SALA 207
BRASÍLIA - DF - CEP 71.200-055

107. USIMED COOP. USUÁRIOS ASSISTENCIA MÉDICA HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS
Presidente: EUSTAQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS
Endereço: SCS QD. 07 BL "A" SALA 1315 ED. TORRE PÁTIO BRASIL
BRASÍLIA - DF - CEP 70.300-911
Fone: 3225-6663

108. UNIFAR *COOP. DE TRABALHO DOS FARMACÊUTICOS*
Presidente: CAMILO REYNALDO RIVASPLATA
Endereço: SEPS QD 513 – BLOCO C – LOJA 23 – ASA SUL
BRASÍLIA - DF - CEP 70.380-530

109. CEM *COOP. CEILANDENSE DE TRABALHO E SERVIÇOS GERAIS*
Presidente: IVAN LIMA COSTA
Endereço: QNM 20 CONJ. "A" LOTE 45 SALA105
CEILANDIA - DF - CEP 72.210-201

110. CONFORMAÇO *COOP. ESPECIALIZADA NA PROD. DE ESTRUTURA NA COSNT. CIVIL LTDA*
Presidente: NILO RODRIGUES RIBEIRO
Endereço: SOF/SUL QD. 03 – CONJ. B – LOTE 11 – LOJA 02
GUARÁ --DF – CEP: 71.215-217
Telefones: 3363.4230

LISTAGEM DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO – APENAS DA CENTCOOP

111.CATAMARE - COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO DF
Presidente: ANTONIA
Endereço: QNR 06 Cj G CS 15 CEILÂNDIA – DF
Telefones: 9679 0337

112.FUNDAMENTAL - COOP. DE CATADORES DE MAT. RECICLÁVEIS COM FORM. EDUC. AMBIENTAL
Presidente: Aldemy
Endereço: Planaltina – DF
Telefones: 8178 9353 E-mail: fundamentalcoop.df@hotmail.com

113.SUPERAÇÃO - COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO RECANTO DAS EMAS
Presidente: Assis Linhares
Endereço: Qd 402 conj 02 lote 22 Recanto das Emas
Telefones: 9959 2068 E-mail: assislinhares@ibest.com.br

114.RECICLO - GRUPO DE TAGUATINGA
Presidente: Jaqueline
Endereço: Pistão Sul
Telefones: 9159 6224

115.COPERNOES - COOPERATIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NOVA ESPERANÇA
Presidente: Renério
Endereço: Estrutural - Cidade do Automóvel/Accreise- depósito de material
Telefones: 8440 4077

116.ACOBRAZ
Presidente: Marconi
Endereço: Margem da BR 430 – Vila São Jose em Brazlandia.
Telefones: 9693 3773

ANEXO 2

Roteiro de Entrevista para as Cooperativas:

1. Questões preliminares:

1.1. Nome do entrevistado:

1.2. Cargo que ocupa na cooperativa:

1.3. Há quanto tempo participa da cooperativa:

2 - Identificação da Cooperativa:

2.1. Nome / razão social:

2.2. Endereço/telefone/fax/e-mail, etc:

2.3. Quem são os dirigentes da cooperativa? (quantos são; há quanto tempo)

2.4. Qual o ramo de atividade? (natureza; área de atuação; tipo de cooperativa)

2.5. Quando foi fundada a cooperativa ou quando tiveram início as suas atividades?

2.6. Quais os principais motivos que levaram à criação da cooperativa? (breve histórico; de quem foi a iniciativa; motivações; preocupações econômicas e sociais; relação com o movimento popular)

2.7. Qual é o número de trabalhadores cooperados? (total; número de homens; número de mulheres)

2.8. Qual a faixa etária média dos cooperados? (existem registros ou estimativas; adolescentes trabalham na cooperativa)

2.9. Qual o nível médio de instrução dos cooperados e qual a qualificação necessária para realização de suas atividades? (há variação de grau de instrução e qualificação)

2.10. Qual é a população beneficiada com a cooperativa? (número de famílias; comunidade(s))

2.11. Existem outros trabalhadores envolvidos? (empregados; terceirizados)

2.12. Quais são os bens ou serviços produzidos? (que mercado atende)

2.13. A cooperativa tem instalações próprias? (ou são alugadas, cedidas, ocupadas, comodato)

2.14. As máquinas e equipamentos pertencem à própria cooperativa? (ou são alugados, cedidos, comodato)

2.15. Qual o faturamento médio mensal ou anual da cooperativa?

3. Organização, Administração e Relações de Trabalho

3.1. Qual a constituição legal da cooperativa? (tem estatuto; qual sua estrutura organizativa em termos de gestão)

3.2. Quais são os princípios e objetivos sociais da cooperativa? (observa os princípios e valores do cooperativismo: autogestão; adesão voluntária e livre; gestão democrática/participação dos membros; autonomia e independência; educação formal/informal; intercooperação; interesse pela comunidade)

3.3. Como é feita a composição da diretoria? (assembleia; tempo de mandato; forma de remuneração)

3.4. A composição da diretoria conta com a participação de homens e mulheres? Se não, por quê?

3.5. Qual é a relação da diretoria com demais membros da cooperativa (hierarquia; participação na tomada de decisões; controle e fiscalização das atividades)

3.6. Qual é a principal forma de tomada de decisões adotada pela cooperativa para encaminhamento de questões relativas ao planejamento econômico e organizativo? (assembleia geral; consulta; decisões em conselho diretor, outros)

3.7. Como se dá a participação do associado na tomada de decisões? (frequência; interesse)

3.8. A participação é a mesma tanto entre os homens como entre as mulheres? Se não, por quê?

3.9. Quais são os princípios da cooperativa quanto à organização e relações de trabalho? (trabalho em equipes; oficinas de trabalho; grupos produtivos, outros)

3.10. Como é estabelecida a divisão do trabalho entre os cooperados? Quais são os critérios? Há uma divisão nítida de funções entre homens e mulheres? Por quê?

3.11. Como ocorre a responsabilização do trabalhador por suas tarefas? (tem funções fixas ou existe rodízio de tarefas; interfere em outras atividades além das suas atribuições) Há diferenças na responsabilidade assumida por homens e mulheres?

3.12. Como ocorre a organização do tempo de realização das atividades e horários de funcionamento das cooperativas?

3.13. Como ocorre a responsabilização e a cobrança do cumprimento das tarefas e dos horários dos trabalhadores? (existe conflito quanto a isso)

3.14. Como se concilia a responsabilidade pelos afazeres domésticos (geralmente assumida pelas mulheres)

com os horários e cumprimento das tarefas da cooperativa?

3.15. Há estímulo à atualização, participação em cursos e eventos que melhorem a qualidade do trabalho cooperado, à qualificação profissional e à formação integral dos trabalhadores? (educacionais, sociais, culturais)

3.16. Existem oportunidades e espaços para a reflexão dos trabalhadores sobre temáticas de interesse coletivo ou outros conhecimentos importantes para o cotidiano dos trabalhadores ou da comunidade?

3.17. Há demanda para qualificação por parte dos próprios cooperados?

4. Condições Financeiras e Direitos/Benefícios

4.1. Como se dá a constituição dos fundos da cooperativa?

4.2. Quais são as fontes de renda da diretoria?

4.3. Qual a variação das remunerações dos cooperados? (a maior e a menor remuneração em salários mínimos)

4.4. Há diferença na remuneração entre homens e mulheres? Há remuneração diferenciada para os mais jovens ou menores?

4.5. Como é feito o rateio das sobras? (quais são os critérios para se estabelecer os valores da remuneração)

4.6. Ocorre variação de rateio conforme hierarquia interna, grau de instrução, sexo, idade?

4.7. Os cooperados têm registro no INSS? (como é o vínculo com a previdência social)

4.8. Os trabalhadores têm benefícios/direitos trabalhistas? Quais? (férias; 13º salário; descanso semanal; licença maternidade; outros)

4.9. Quais os mecanismos para assegurar a qualidade de vida dos cooperados? (com relação à saúde, educação, habitação, alimentação, segurança - fornecimento de EPIs)

4.10. Quais são as condições de segurança e salubridade onde os cooperados desenvolvem suas atividades?

5. Quanto às relações de mercado, sociedade e Estado

5.1. Qual é a média de mercadorias produzidas ou serviços oferecidos pela cooperativa? (por dia, por mês)

5.2. Qual é a capacidade de produção ou de prestação de serviços atual, capacidade potencial e qual a pretendida? (principais frentes de trabalho; plano de metas)

5.3. Como ocorre o processo de produção ou prestação de serviços em relação às necessidades do mercado? (a mercadoria é produzida sob encomenda ou para estoque; como é identificada a demanda por serviços)

5.4. Quais são os critérios para assegurar qualidade aos produtos e/ou serviços?

5.5. Quais são os critérios para estabelecer o preço dos produtos e/ou serviços em relação ao mercado?

5.6. Como é feita a comercialização dos produtos/serviços? (direta ao consumidor ou indireta)

5.7. Quem é o principal público consumidor dos produtos ou serviços? (quem é; em que região ou comunidade está localizado)

5.8. Qual a relação que a cooperativa mantém com os consumidores? (satisfação com o produto ou o serviço oferecido; principais queixas; contribuição com sugestões; etc.)

5.9. Quais são as principais condições para a viabilidade econômica da cooperativa?

5.10. Quais os principais benefícios da cooperativa à comunidade em que está inserida? (ou não há envolvimento com a comunidade)

5.11. A cooperativa mantém parceria:
a) com outras cooperativas ou associações. Quais? Como ocorre?

b) com o movimento social ou cooperativista. Quais? Como ocorre?

c) com sindicatos. Quais? Como ocorre?

d) com outros setores da sociedade. Quais? Como ocorre?

e) com órgãos governamentais. Quais? Como ocorre?

5.12. A cooperativa recebe apoio financeiro e/ou logístico de algum dos parceiros acima citados? Qual(is)? (quando for o caso)

5.13. A cooperativa é filiada a alguma associação ou federação como a OCDF, a FETRABALHO ou outras. Quais? Quais são as vantagens dessa filiação?

6. Informações complementares: (avaliação feita pelo entrevistado)

6.1. Quais as condições para viabilidade e expansão desta cooperativa em sua região?

6.2. Quais são os principais avanços da cooperativa?

6.3. Quais são as principais dificuldades ou desafios?

6.4. A cooperativa dispõe de algum material de divulgação de suas atividades, produtos ou serviços? Dispõe de alguma publicação (ou meio de divulgação similar) que demonstre o seu sucesso ou a qualidade de seus serviços ou produtos? (página na internet, por exemplo)

ANEXO 3

QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DOS/AS COOPERADOS/AS DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: PROF.ª CAROLINA CASSIA BATISTA SANTOS – UNB

Este questionário objetiva identificar o perfil dos cooperados desta cooperativa a fim de subsidiar pesquisa de doutorado intitulada *"Novas* Modalidades de Organização do Trabalho: o trabalhador cooperado em Brasília-DF".

1. INFORMAÇÕES SOBRE IDENTIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA:

1.1. Nome: _____

1.2. Endereço: _____

1.3. Sexo:

a.( ) Masculino b.( ) Feminino

1.4. Idade:

a.( ) Menos de 18 anos b.( ) 19 a 24 anos c.( ) 25 a 29 anos d.( ) 30 a 34 anos

e.( ) 35 a 39 anos f.( ) 40 a 44 anos g.( ) 45 a 49 anos h.( ) 50 a 54 anos

i.( ) 55 a 59 anos j.( ) 60 a 64 anos k.( ) 65 a idades acima

1.5. Qual é o seu local de nascimento? (cidade/estado)_____

1.6. Há quanto tempo reside no DF? (para os nascidos fora)

a.( ) 0 a 2 anos b.( ) 3 a 5 anos c.( ) 6 a 8 anos d.( ) 9 a 11 anos e.( ) acima de 12 anos

1.7. Qual é o seu estado civil?

a.( ) Casado b.( ) Amasiado c.( ) Solteiro

d.( ) Separado e.( ) Viúvo f.( ) Outros: _____

1.8. Qual a sua escolaridade?

a.( ) Analfabeto b.( ) Sabe ler e escrever

c.( ) Fundamental incompleto d.( ) Fundamental completo

e.( ) Médio incompleto f.( ) Médio completo

g.( ) Superior incompleto. Curso:_____ h.( ) Superior completo. Curso:_____

i.( ) É estudante. Especifique:_____

1.9. Quantos filhos ou dependentes você têm?

a.( ) 0 b.( ) 1 a 3 c.( ) 4 a 6 d.( ) 7 a 9 e.( ) 10 a 12 f.( ) acima de 12

1.9.1. Quantos estão em idade escolar (6 a 16 anos)? (Apenas para os que têm filhos ou dependentes)

a.( ) 0 b.( ) 1 a 3 c.( ) 4 a 6 d.( ) 7 a 9 e.( ) 10 a 12 f.( ) acima de 12

1.9.1.1. Onde seus filhos estudam? (Apenas para os que têm filhos ou dependentes em idade escolar)

a.( ) Escola particular b.( ) Escola pública c.( ) Outros: _____

d.( ) Não se aplica e. ( ) Não estudam. Por quê?_____

1.9.2. Onde seus filhos pequenos ficam quando você vai para o trabalho? (Apenas para os que têm filhos ou dependentes)

a.( ) Em casa com membros da família b.( ) Em casa com um/a empregado/a ou babá

c.( ) Na casa de vizinhos ou amigos d.( ) Na casa de parentes

e.( ) Em casa sozinhos f.( ) Na própria cooperativa

g.( ) Na creche h.( ) Na escola

i.( ) Outros: _____

1.10. Qual a condição de propriedade da sua moradia?

a.( ) Própria b.( ) Alugada c.( ) Cedida

d.( ) Mora com familiares e.( ) Outros: _____

1.11. Qual o tipo de construção da sua moradia?

a.( ) Alvenaria b.( ) Madeira c.( ) Taipa

d.( ) Mista. Especificar:_____ e.( ) Outros materiais: _____

1.12. Quantos habitantes vivem em sua moradia?

a.( ) 1 a 3 b.( ) 4 a 6 c.( ) 7 a 9 d.( ) 10 a 12 e.( ) acima de 12

1.13. Quantos desses contribuem para o sustento dos moradores (família)?

a.( ) 1 a 3 b.( ) 4 a 6 c.( ) 7 a 9 d.( ) 10 a 12 e.( ) acima de 12

1.14. Qual é a renda total da sua família? (Pode especificar em reais:_____)

a. ( ) Menos de 1 salário mínimo b. ( ) 1 salário mínimo

c.( ) Acima de 1 até 3 salários mínimos d.( ) Acima de 3 até 5 salários mínimos

e.( ) Acima de 5 até 7 salários mínimos f.( ) Mais de 7 salários mínimos

1.15. De quem é a maior renda na sua família?

a.( ) A sua b.( ) Do cônjuge ou do/a companheiro/a c.( ) Do pai

d.( ) Da mãe e.( ) Do avô f.( ) Da avó g. ( ) Do/a filho/a

h.( ) Do/a irmão/irmã i. ( ) De outro parente. Qual?_____ i.( ) De um amigo (agregado)

1.16. Qual é a sua renda total? (Pode especificar em reais:_____)

a.( ) Menos de 1 salário mínimo b. ( ) 1 salário mínimo

c.( ) Acima de 1 até 3 salários mínimos d.( ) Acima de 3 até 5 salários mínimos

e.( ) Acima de 5 até 7 salários mínimos f.( ) Mais de 7 salários mínimos

1.17. Possui outras fontes de renda além da cooperativa?

a.( ) Sim b.( ) Não

1.17.1. Em caso positivo informe quais são? (Pode marcar mais de um item)

a.( ) Aposentadoria b.( ) Pensão previdenciária

c.( ) Pensão alimentícia (de filho menor)

d.( ) Benefícios assistenciais: Qual(is)?_____

e.( ) Atividade formal. Especificar:

e.1. ( ) empresa privada e.2. ( ) órgão público e.3.( ) outros:_____

f.( ) Atividade informal. Especificar:

f.1.( ) atividade comercial f.2.( ) atividade agro-pecuária

f.3.( ) prestação de serviços a particulares f.4.( ) Outras:_____

1.18. A sua renda da cooperativa contribuiu para você adquirir algum bem ou imóvel?

a.( ) Sim b.( ) Não

1.18.1. Em caso positivo informe quais foram? (Pode marcar mais de um item)

a.( ) Imóvel b.( ) Veículo c.( ) Outros:_____

2. INFORMAÇÕES SOBRE O TRABALHO NA COOPERATIVA:

2. 1. Há quanto tempo você trabalha nesta cooperativa? _____

a.( ) Menos de 1 ano b.( ) De 1 a 3 anos c.( ) De 4 a 6 anos

d.( ) De 7 a 9 anos e.( ) De 10 a 12 anos f.( ) acima de 12 anos

2.2. Você participou do grupo de fundadores da cooperativa?

a.( ) Sim b.( ) Não

2.3. O que levou você a trabalhar nesta cooperativa? _____

_____

2.4. Você fez cursos ou treinamentos para desenvolver o seu trabalho?

a.( ) Sim. Especificar: _____

b.( ) Não. Por quê? _____

2.5. Este é seu primeiro trabalho?

a.( ) Sim b.( ) Não

2.5.1. Em caso negativo, qual foi o seu trabalho anterior à cooperativa?

a.( ) Atividade formal. Especificar:

a.1. ( ) empresa privada a.2. ( ) órgão público a.3.( ) outros:_____

b.( ) Atividade informal. Especificar:

b.1.( ) atividade comercial b.2.( ) atividade agro-pecuária

b.3.( ) prestação de serviços a particulares b.4.( ) Outras:_____

2.5.2. Quanto tempo permaneceu em seu último trabalho?

a.( ) Menos de 1 ano b.( ) De 1 a 3 anos c.( ) De 4 a 6 anos

d.( ) De 7 a 9 anos e.( ) De 10 a 12 anos f.( ) acima de 12 anos

2.5.3. Por que saiu do último trabalho? _____

2.6. Quanto tempo ficou sem trabalho até trabalhar nesta cooperativa?

a.( ) Nunca trabalhou b.( ) Menos de 1 ano c.( ) De 1 a 3 anos d.( ) De 4 a 6 anos

e.( ) De 7 a 9 anos f.( ) De 10 a 12 anos g.( )acima de 12 anos

2.7. Você contribui para a previdência social?

a.( ) Sim b.( ) Não. Por quê?_____

2.8. Você tem descanso remunerado?

a.( ) Sim b.( ) Não. Por quê? _____

2.9. Você recebe auxílio financeiro quando está doente e precisa se ausentar mais de 15 dias do trabalho?

a.( ) Sim c.( ) Não

2.9.1. Em caso positivo, de quem recebe auxílio financeiro?

a.( ) Da previdência social b.( ) Dos fundos da cooperativa

c.( ) De amigos ou familiares d.( ) Outros:

2.10. Como soluciona problemas de saúde seu e de seus familiares?

a.( ) plano de saúde b.( ) serviço particular de saúde

c.( ) serviço público de saúde d.( ) conta com a ajuda de familiares ou amigos

e.( ) Outros: _____

2.11. Quantas horas você geralmente trabalha por dia?

a.( ) Menos de 8 horas b.( ) De 8 a 10 horas

c.( ) De 11 a 14 horas d.( ) Mais de 14 horas

2.12. Você considera o seu trabalho seguro?

a.( ) Sempre b.( ) Frequentemente c.( ) Raramente d. ( ) Nunca

2.13. Você dispõe de equipamentos de segurança no seu trabalho?

a.( ) Sim b.( ) Não

2.13.1. Em caso positivo, você usa o equipamento?

a.( ) Sempre b.( ) Frequentemente c.( ) Raramente d. ( ) Nunca

2.14. Você participa das reuniões e assembleias da cooperativa?

a.( ) Sim, sempre b.( ) Sim, frequentemente c.( ) Sim, raramente

d.( ) Nunca participa. Por quê?_____

2.15. Quais são os pontos positivos de trabalhar em uma cooperativa?

_____

2.16. Quais são os pontos negativos de trabalhar em uma cooperativa?

_____

ANEXO 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA QUALITATIVA AOS TRABALHADORES/AS COOPERADOS/AS

Pesquisadora: Carolina Cassia Batista Santos
Nome da Cooperativa:_____
Nome do entrevistado/a: _____
Ocupa cargo na cooperativa: _____
Entrevistadora: _____
(Observação: Levar consigo o formulário de perfil)
QUESTÕES:

1. Você sabe como surgiu esta cooperativa? Tem conhecimento da história dela? Quais os principais motivos que levaram à criação da cooperativa? (de quem foi a iniciativa; preocupações econômicas e sociais; relação com o movimento popular)

2. O que você sabe sobre o cooperativismo? Já sabia o que era o cooperativismo antes de se associar a esta cooperativa? Você sabe quais são os princípios e valores do cooperativismo? (autogestão; adesão voluntária e livre; gestão democrática/participação dos membros; autonomia e independência; educação formal/informal; intercooperação; interesse pela comunidade)

3. O que acha do trabalho em cooperativa? Em que ele se difere de outras formas de trabalho (quanto à organização e às relações de trabalho)? (trabalho em equipes; oficinas de trabalho; grupos produtivos, outros)

4. Descreva como é o trabalho da cooperativa. Como o seu trabalho é desenvolvido? Você faz sempre a mesma coisa ou muda de atividade (tem funções fixas ou existe rodízio de tarefas; interfere em outras atividades além das suas atribuições)? Quanto tempo trabalha (dias e horas em relação ao horário de trabalho da cooperativa)?

5. Como é dividido e organizado o trabalho? Tem diferença entre homens e mulheres? Tem diferença de tempo de trabalho entre um e outro trabalhador? Como e por quê? (existem conflitos quanto a isso)

6. Como ocorre a responsabilização e cobrança do trabalhador por suas tarefas? Quem toma as decisões sobre o modo de organizar o trabalho? (a assembleia geral, conselho diretor, consulta individual a cada membro, a presidência)

7. Como ocorre sua participação na tomada de decisões sobre os rumos e a situação financeira da cooperativa? Você participa e opina nas reuniões e assembleias? Você é consultado? Se sim, como? Se não, por quê?

8. Você sabe quem são os dirigentes da cooperativa? Você sabe como é escolhida a direção (diretoria/coordenação) da cooperativa? Como é feita a composição da diretoria? (assembleia; tempo de mandato; forma de remuneração)

9. Você acha que nesta cooperativa todos são iguais? Têm os mesmos direitos? São tratados igualmente?

10. Como é a sua relação com os seus colegas de cooperativa? E com a diretoria? (considerando a realização das tarefas; a participação na tomada de decisões; hierarquias internas; controle e fiscalização das atividades)

11. Você se sente estimulado a participar de alguma atualização no seu trabalho (participação em cursos e eventos que melhorem a qualidade do trabalho ou a sua própria qualificação profissional)? (educacionais, sociais, culturais) Se sim, por quem, como? Se não, por quê?

12. Como você avalia as condições de segurança (risco de acidente) e salubridade (risco à saúde, higiene) onde desenvolve suas atividades?

13. Se alguém adoecer ou se uma das mulheres cooperadas tiver um bebê, essa pessoa vai ter direito a uma licença remunerada? Você acha que ela deve ter? Se sim, como a cooperativa poderia mantê-la em casa, recebendo uma retirada como os outros cooperados e por quanto tempo? Se não, por quê?

14. Como você concilia a sua responsabilidade pelos afazeres domésticos (como cuidar dos filhos, fazer almoço, cuidar da limpeza da casa) (geralmente assumida pelas mulheres) com os horários e cumprimento das tarefas da cooperativa?

15. O que mudou na sua vida pessoal desde que começou a trabalhar na cooperativa (qualidade de vida; relacionamentos domésticos; bens materiais)? Como avalia essas mudanças (positivas ou negativas)?

16. Você acha que esta cooperativa dá alguma contribuição para a sua comunidade/bairro? Qual?

FIM

ANEXO 5

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Solicito sua colaboração em conceder entrevista para a pesquisa de doutoramento intitulada "*Novas* Modalidades de Organização do Trabalho: o trabalhador cooperado em Brasília-DF". Esta pesquisa é de responsabilidade da Profa. Carolina Cassia Batista Santos, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília–UnB, e esta entrevista tem a finalidade de contribuir para estudos sobre cooperativismo de trabalho no Distrito Federal.

A sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir. As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e será assegurado o total sigilo da sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação (sua identidade e sua privacidade estarão protegidas).

Sua participação consistirá em responder 16 perguntas que serão anotadas e gravadas, que logo após a conclusão da análise serão descartadas. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os números de telefone profissional e pessoal da pesquisadora principal e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Pesquisadora: Prof.ª Carolina Cassia Batista Santos

Telefone: 3307-2290 (UnB) e 3263-4534 (residencial).

Brasília, __/__/____

_____

Assinatura do pesquisador

Declaro que entendi os objetivos da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____

Assinatura do entrevistado